



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS
HUMANAS – PPGICH MESTRADO ACADÊMICO**

MARIA INAH DE ALMEIDA FREITAS

**DE VIVÊNCIAS E CONVERSAS: O PROTAGONISMO FEMININO NA
MIGRAÇÃO VENEZUELANA**

MANAUS-AM

2021

MARIA INAH DE ALMEIDA FREITAS

DE VIVÊNCIAS E CONVERSAS: O PROTAGONISMO FEMININO NA
MIGRAÇÃO VENEZUELANA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade do Estado do Amazonas - PPGICH/UEA, como requisito final para obtenção do título de mestre em Ciências Humanas (Teoria, História e Crítica da Cultura).

Orientadora: Profa. Dra. Lúcia Marina Puga Ferreira

MANAUS-AM

2021

MARIA INAH DE ALMEIDA FREITAS

DE VIVÊNCIAS E CONVERSAS: O PROTAGONISMO FEMININO NA MIGRAÇÃO
VENEZUELANA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade do Estado do Amazonas - PPGICH/UEA, como requisito final para obtenção do título de mestre em Ciências Humanas (Teoria, História e Crítica da Cultura).

Orientadora: Profa. Dra. Lúcia Marina Puga Ferreira

Aprovada em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Lúcia Marina Puga Ferreira – UEA/PPGICH
Orientadora

Prof. Dr. Ernesto Renan Freitas Pinto – UEA/PPGICH
Examinador interno

Profa. Dra. Márcia Maria Oliveira – UFRR/PPGSOF
Examinador externo

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade do Estado do Amazonas.

F866v Freitas, Maria Inah de Almeida
De Vivências e Conversas : : o protagonismo
feminino na migração venezuelana / Maria Inah de
Almeida Freitas. Manaus : [s.n], 2021.
198 f.: color.; 31 cm.

Dissertação - PPGICH- Programa Interdisciplinar em
Ciências Humanas - Universidade do Estado do
Amazonas, Manaus, 2021.
Inclui bibliografia
Orientador: Lúcia Marina Puga Ferreira

1. Protagonismo. 2. Feminização das Migrações. 3.
Gênero. 4. Mulheres Migrantes. 5. Venezuelanas. I.
Lúcia Marina Puga Ferreira (Orient.). II. Universidade
do Estado do Amazonas. III. De Vivências e Conversas :

Elaborado por Jeane Macelino Galves - CRB-11/463

A todas as mulheres migrantes que precisam deixar seus países e ficar longe das suas famílias.

Às mães migrantes, que convivem diariamente com a dor da separação de seus filhos.

À minha mãe Janaina Inah, que me ensinou a ser uma mulher forte.

Às minhas avós, Edite Corrêa (*in memoriam*) e Maria Inah, que me nutriram de amor e cuidados ao longo da vida.

Aos meus filhos, Giovanni Lauria e Miguel Freitas, que são a minha fonte de amor, força e que me concedem coragem para enfrentar os desafios.

AGRADECIMENTOS

Entrar na Pós-Graduação foi um dos meus maiores desafios após ter me tornado mãe. Por diversas vezes, achei que a academia não pertencia a mim, mulher de 34 anos (idade na ocasião da minha aprovação), mãe de dois meninos: uma criança pequena, que, na época, tinha 3 anos, e um adolescente de 11 anos, e casada. A palavra mestrado suscitava uma paixão platônica, algo que, por muitos anos, imaginei estar muito distante da minha realidade. Cheguei a pensar que não conseguiria. Entretanto, surgiram pessoas no meu caminho que foram cruciais para minha jornada rumo à Pós-Graduação. Por coincidência ou não, foram mulheres: professoras, alunas e pesquisadoras, as quais me fizeram crer que eu também poderia estar ali, compartilhando vivências e saberes. Foi por meio delas e do apoio incondicional da minha família que me permiti sonhar, e posso afirmar que realizei meu sonho.

Agradeço a Deus, por ter cuidado de mim e por não ter me deixado fracassar. À virgem Maria, por ser exemplo de maternidade, força e amor.

Então, agradeço à minha mãe, por vir da Bahia me apoiar na cidade de Manaus, cuidando dos meus filhos e da minha casa, sendo meu suporte nas horas mais difíceis, por ser também o meu maior exemplo de força, resiliência e resignação.

Aos meus filhos, por serem a minha maior força motivadora e a fonte de renovação de esperanças, ofertando-me diariamente amor e carinho

Ao meu marido, Yuri Freitas, por ter me levado para cidade de Manaus, por sempre acreditar no meu potencial e exigir o melhor, por sempre dizer que a minha vaga no mestrado já estava garantida, e por me mostrar, nos momentos que pensei que não era capaz, que eu tinha toda a força necessária para lutar pelos meus sonhos.

Ao meu Pai, por me presentear com livros desde a primeira infância, pelo rigor com a escrita e a leitura, por me ensinar a lutar com paciência e por sempre acreditar em mim.

À minha tia-mãe Santa, e tias Nila e Lia, que se revezaram para cuidarem de mim, me oferecerem amor e serem meus suportes nos períodos de dificuldades.

Ao meu tio Wanderley Lauria, por cuidar de mim quando criança, pela atenção e carinho oferecidos a mim ao longo da vida.

À minha cunhada, Marcela Freitas, por ter sido um braço direito no cuidado com os meus filhos, pelos puxões de orelha quando necessário e por sempre me lembrar do quanto sou capaz.

Às Professoras, Adriana Rosmaninho e Cláudia Sampaio, que me acolheram e me apresentaram o Laboratório de Psicologia Social da Universidade Federal do Amazonas, o qual, durante um período importante, foi minha segunda casa e local de muito aprendizado. Graças a elas, conheci mestrandas e pessoas incríveis, como Kissia Cavalcante, Ítala, Jéssica Cunha e Beatriz, que, além de partilhar textos acadêmicos, dividiram comigo esperanças e mostraram que a academia também era o meu lugar. Agradeço a elas pela parceria e apoio.

Ao Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, por ter me recebido de braços abertos, além de me proporcionar momentos intensos de aprendizado e trocas afetivas; ao coordenador, Prof. Dr. Otávio Rios, e à secretária acadêmica do Programa, Shirlei Piñeiro, que sempre se esforçaram para nos ofertar um curso de excelência e impacto social.

À minha orientadora, Profa. Dra. Lúcia Puga, por ter confiado em mim e me ajudado a desenvolver o meu projeto, ter segurado o leme e feito o barco andar nos momentos em que eu estava perdendo as forças, por exigir o meu melhor e, principalmente, por ter se tornando uma amiga.

À minha turma de 2019.1, por ter sido uma turma magnífica que, ao longo dos dois anos de mestrado, construiu laços afetivos de amor e colaboração. Em especial aos amigos(as) Georgia Pozzetti, Luiz Carlos, Jean Reis, Luciano Ribeiro, Jeferson Claudino, Adriano Silva, Herika Cardoso, Luan Cristóvão, Darwin Ariel e Flávia Fernandes, pois foram verdadeiros presentes nessa desafiante jornada acadêmica, compartilhamos momentos de alegria, angústias, frustrações e vitórias. Por meio desses vínculos, pude constatar que a universidade também é um local de afeto e apoio mútuo. Sem eles, a caminhada seria dura demais.

À Profa. Dra. Jocilene, pela generosidade e pela importante contribuição com as nossas pesquisas.

À Professora Gislaine Pozzetti, pelo carinho, a alegria, o apoio, pelas correções, as dicas, as inspirações e, principalmente, por ter dado um toque mágico no meu trabalho. Por ser a minha tutora sobre o maravilhoso mundo do Teatro.

Ao Prof. Dr. Renan Pinto, pelo incentivar e pela disposição de contribuir, de maneira importante e efetiva, para a minha dissertação

À Professora Márcia Maria Oliveira, pela paciência, pela dedicação e pelas preciosas contribuições que foram ofertadas ao meu trabalho e também pela partilha de saberes.

À minha consultora de escrita e revisora Profa. Dra. Arlene Vasconcelos, por trazer à tona as minhas potencialidades na escrita, por ter me oferecido apoio nas ocasiões em que me senti perdida.

Às amigas, Marcela Peres, Geisa Carolina, Franciele França e Dessana Paiva, por me incentivarem e se fazerem presentes na minha vida de forma especial.

Ao amigo Richemond, pela parceria, por me ensinar francês e por sempre admirar o meu trabalho.

Por fim, meus mais sinceros agradecimentos às mulheres migrantes venezuelanas que me ensinaram tanto ao longo de 6 meses, por permitirem que eu fizesse parte de suas vidas, por terem me acolhido e me dado a honra de conhecer suas histórias. Sem a participação delas, este trabalho não seria possível. Em especial, agradeço a Nohemi Morillo e Carol Santil, por se tornarem amigas, parceiras de pesquisa, pelas traduções e pelo vínculo de colaboração mútua.

Figura 1: Encontro entre *hermanas*



Fonte: Idealizada pela pesquisadora e desenvolvida pelo artista Alziney Pereira

RESUMO

Durante os séculos passados, as mulheres foram ocultadas das pesquisas e produções acadêmicas. Diante do contexto migratório, as mulheres migrantes também foram vítimas desse movimento de exclusão e invisibilização histórica. Apenas na década de 80, acompanhando a ascensão de movimentos feministas que fundaram análises e reflexões a partir da perspectiva de gênero, foi que se tornou possível desenvolver pesquisas e trabalhos acadêmicos, trazendo à luz a importante presença das mulheres nas diferentes circulações migratórias. A feminização das migrações internacionais é fruto dessa ruptura com a ciência patriarcal e androcentrista e emerge como um processo de quebra de paradigmas, o qual promove a construção de uma epistemologia, utilizando, como fundamento, a perspectiva de gênero. O presente trabalho, de natureza qualitativa e de abordagem etnográfica, foi desenvolvido utilizando a feminização das migrações internacionais como ponto de partida, a fim de demonstrar o protagonismo de um grupo de mulheres venezuelanas diante dos desafios impostos pela realidade migratória na cidade de Manaus. A análise da teoria e dos dados coletados foi fundamentada segundo a perspectiva de gênero, e a coleta foi concretizada por meio de entrevistas, diário de campo e observação participante. Nesse contexto, fizemos o recorte das principais dificuldades que mais apareceram nas narrativas das participantes, as quais tornaram visível o protagonismo dessas mulheres, sendo elas: dificuldade de inclusão dos filhos das participantes na rede pública de ensino, inserção laboral, má remuneração, condições insalubres, para aquelas que trabalham de forma autônoma e não autônoma, e obstáculos encontrados em relação à regularização migratória. Logo, concluímos que, apesar dos obstáculos descritos serem parte do cotidiano das colaboradoras, o protagonismo diante dessa questão é real e potente. Elas possuem um papel ativo na cidade de Manaus, movimentam a economia, criam estratégias efetivas tanto de inserção laboral, quanto para resolver demandas relacionadas à regularização migratória, além de apresentarem uma grande potencialidade para criar e manter redes migratórias, além de realizar objetivos por meio dessas redes de mulheres.

Palavras-chave: Protagonismo. Feminização das Migrações. Gênero. Mulheres Migrantes. Venezuelanas.

ABSTRACT

During past centuries, women were hidden from academic research and production. Facing the migratory context, migrant women were also victims of this movement of exclusion and historical invisibility. Only in the 80s, following the rise of feminist movements that founded analyzes and reflections from the gender perspective, was that it became possible to develop research and academic work, bringing to light the important presence of women in different migratory circulations. The feminization of international migration is the result of this disruption with patriarchal and androcentric science and emerges as a process of breaking paradigms, which promotes the construction of an epistemology using, as a foundation, the gender perspective. The present work, of qualitative nature and ethnographic approach, was developed using the feminization of migration as a starting point, in order to demonstrate the protagonism of a group of Venezuelan women facing the challenges imposed by the migratory reality in the city of Manaus. The analysis of theory and data collected was based according to the perspective of gender, and its collection was carried out through interviews, field diary and participant observation. In this context, we selected the main difficulties that most appeared in the narratives of the participants, which made visible the protagonism of these women, being them: difficulty in including the children from the participants in the public school system, insertion in labor market, poor remuneration, unhealthy conditions, for those who work autonomously and not, and obstacles encountered in relation to migratory regularization. Soon, we concluded that, despite the obstacles described being part of the collaborators' daily life, the protagonism in this issue is real and potent. They have an active role in the city of Manaus, moving the economy, creating effective strategies for both job insertion and resolving demands related to migratory regularization, besides presenting a great potential for creating and maintaining migratory networks, also achieving goals through these women's networks.

Keywords: Protagonism; Feminization of Migrations; Gender; Migrant Women; Venezuelan Women.

RESUMEN

Durante los últimos siglos, las mujeres han estado ocultas a la investigación y la producción académica. Frente al contexto migratorio, las mujeres migrantes también fueron víctimas de este movimiento de exclusión e invisibilidad histórica. Recién en la década de los ochenta, tras el auge de los movimientos feministas que fundamentaron análisis y reflexiones desde una perspectiva de género, fue posible desarrollar investigaciones y trabajos académicos, sacando a la luz la importante presencia de las mujeres en diferentes movimientos migratorios. La feminización de la migración internacional es el resultado de esta ruptura con la ciencia patriarcal y androcéntrica, surge como un proceso de ruptura de paradigmas, que promueve la construcción de una epistemología, utilizando como fundamento la perspectiva de género. El presente trabajo es de carácter cualitativo y enfoque etnográfico, se desarrolló tomando como punto de partida la feminización de las migraciones internacionales, con el fin de demostrar el protagonismo de un grupo de mujeres venezolanas ante los desafíos impuestos por la realidad migratoria en la ciudad de Manaus. El análisis de la teoría y los datos recolectados se basó en la perspectiva de género, y la recolección se realizó a través de entrevistas, diario de campo y observación participante. En este contexto, recortamos las principales dificultades que más aparecían en las narrativas de los participantes, las cuales visibilizaron el papel de estas mujeres, a saber: dificultad para incluir a los hijos en el sistema escolar público, empleo, mala remuneración, condiciones de insalubridad, para quienes trabajan de manera autónoma y no autónoma, obstáculos encontrados en relación a la regularización migratoria. Portanto, concluimos que, a pesar de que los obstáculos descritos forman parte del día a día de las colaboradoras, el protagonismo ante este tema es real y potente. Desempeñan un papel activo en la ciudad de Manaus, promueven la economía, crean estrategias efectivas tanto para la inserción laboral como para la resolución de demandas relacionadas con la regularización migratoria, además de presentar un gran potencial para crear, mantener redes migratorias y lograr objetivos a través de redes migratorias de mujer.

Palabras-Clave: Protagonismo; Feminización de la migración; Género; Mujeres migrantes; Venezolanos;

LISTA DE ILUSTRAÇÕES E QUADROS

Figura 1: Encontro entre hermanas.....	07
Figura 2: EPI e Caderno de campo.....	58
Figura 3: Vista do Teatro Amazonas desde a Praça de São Sebastião.....	59
Figura 4: Largo de São Sebastião.....	59
Figura 5: Visita ao ponto de venda de Nelimar.....	60
Figura 6: Encontro com Daniela.....	61
Figura 7: Encontro com Rosa.....	61
Figura 8: Cidades de origem das colaboradoras.....	62
Figura 9: Encontros no Foyer.....	67
Figura 10: Compartindo la merenda.....	67
Figura 11: Angélica vendendo máquina de cartão e divulgando as máscaras.....	69
Figura 12: Fotos para divulgação das máscaras.....	69
Figura 13: Entrevista com Daniela.....	74
Figura 14: Bilhete.....	83
Figura 15: Casa de Maria e propaganda do bolo no pote.....	85
Figura 16: Bolo no pote feito por Maria.....	86
Figura 17: Entrevista com Maria.....	87
Figura 18: Protocolo de Refúgio.....	90
Figura 19: CRNM.....	91
Figura 20: Visita ao local de trabalho de Mila e Joana.....	104
Figura 21: Espaço de Beleza da Shirley.....	105
Figura 22: Espaço de Beleza da Shirley.....	105
Figura 23: Espaço de Beleza da Shirley.....	106
Figura 24: Espaço de Beleza da Shirley.....	106
Figura 25: Produção Artesanal de Yulia.....	107
Figura 26: Visita ao Trabalho (SPA de Beleza) de Rosa.....	107
Figura 27: SISMIGRA.....	125
Figura 28: SISMIGRA.....	125
Figura 29: SISCONARE.....	126
Figura 30: SISCONARE.....	126
Figura 31: Banquinha de café de Nelysma.....	142
Figura 32: Banquinha de café de Nelysma.....	143

Figura 33: Visita domiciliar.....	145
Figura 34: Visita domiciliar.....	146
Figura 35: Visita domiciliar.....	146
Figura 36: Café no Carrinho de Mile.....	147
Figura 37: Construindo planejamento comercial.....	149
Figura 38: Visitando Espaços para Realização dos cursos.....	150
Figura 39: Colaboração no treinamento de capacitação em atendimento ao público.....	150
Figura 40: cartaz do treinamento oferecido para a equipe de trabalho de Angélica.....	151
Figura 41: Entrega de doações de cestas básicas de produtos de higiene cedidos pela Cruz Vermelha - Angélica e Rosa.....	152
Figura 42: Entrega de doações de cestas básicas de produtos de higiene cedidos pela Cruz Vermelha - Angélica e Rosa.....	152
Figura 43: Entrega de doações de cestas básicas de produtos de higiene cedidos pela Cruz Vermelha - Angélica e Rosa.....	153
Figura 44: Yulia produzindo cadernos artesanais.....	156
Figura 45: Yulia produzindo cadernos artesanais.....	157
Figura 46: Yulia produzindo cadernos artesanais.....	157
Figura 47: Yulia produzindo cadernos artesanais.....	158
Figura 48: Rosa e a autora.....	158
Figura 49: Espaço de Beleza da Shirley.....	159
Figura 50: Espaço de Beleza da Shirley.....	159
Figura 51: Angélica em curso de capacitação profissional: Coesão de equipe e atendimento ao público.....	160
Figura 52: Certificado de participação no Curso Coquetelaria Avançada, com Shirley e Nelysmar.....	160
Figura 53: Angélica - Curso de coquetelaria avançada.....	161
Figura 54: Workshop de patisserie.....	161
Figura 55: Curso de harmonização de bebidas com alimentos.....	162
Figura 56: Curso de harmonização de bebidas com alimentos.....	162
Figura 57: Preparo da massa de arepa.....	165
Figura 58: Arepa fritando.....	166
Figura 59: Arepa Pronta Recheada.....	166
Figura 60: Degustação de pratos típicos venezuelanos.....	167

Figura 61: Angélica fazendo a apresentação dos pratos.....	168
Figura 62: experimentado catalina e empanada.....	168
Figura 63: eu e Angélica no evento de aniversário da independência da Venezuela.....	169
Figura 64: Tomando café na banquinha de Mila.....	169
Figura 65: Prato apresentado por Angélica - Pabellón Criollo.....	172
Figura 66: prato apresentado por Shirley - empanada.....	172
Figura 67: Prato apresentado por Mila - Bollitos pelones	173
Figura 68: Prato apresentado por Rosa - Arroz Chino.....	173
Figura 69: Bebida Ponche crema - Eu e Nelysmar.....	174
Figura 70: Despedida das Colaboradoras Companheiras de Pesquisa.....	174
Quadro 1: Divisão Sexual do Trabalho por Yannoulas (2002).....	31
Quadro 2: mapeamento da formação profissional e atividade laboral.....	108

LISTA DE SIGLAS

AC - Análise de Conteúdo

ACNUR- Agência da ONU para Refugiados

ADRA - Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Humanos

CEP-UEA - Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado do Amazonas

CNH - Conselho Nacional de Direitos Humanos

CRNM- Carteira de Registro Nacional Migratório

COVID- 19: Coronavírus Disease (Doença do Corona Vírus, 2019).

CPF- Cadastro de Pessoas Físicas

OIM - Organização Internacional para as Migrações

UNFPA - Fundo de População das Nações Unidas

ONU - Organização das Nações Unidas

PITRIG - Posto de Interiorização e Triagem

UNHCR - United Nations High Commissioner for Refugees

RBV - República Bolivariana da Venezuela

RR - Roraima

SEMED - Secretaria Municipal de Educação

SEDUC - Secretaria de Estado de Educação

SISCONARE - Sistema do Comitê Nacional para Refugiados

SISMIGRA - Sistema de Registro Nacional Migratório

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1 ESTRELANDO: AS VENEZUELANAS	26
1.1 Como nascem as estrelas: Protagonismo em cena	27
1.2 <i>Prima-Donnas</i> da migração na cena Amazônica	43
1.3 Mulheres Venezuelanas na cidade de Manaus: Bastidores	51
1.4 Etnografia em Tempos de Pandemia: Construindo caminhos	56
1.4.1 Percurso Metodológico: Coleta, Análise de Dados e Participantes da Pesquisa	58
1.4.2 Início de uma jornada	61
2 ENCONTROS NO FOYER: COMPARTILHANDO VIVÊNCIAS	70
2.1 Yo me fue	79
2.2 Lo que yo no se es desistir	88
2.2.1 Empecé a buscar trabajo	89
2.3 Migrante, mulher e mãe	98
2.3.1 Para las mamas: No tiene culpo	100
2.3.2 Trabalho e Remessas: Uma conquista diária	109
3 DO ANONIMATO AO ESTRELATO	120
3.1 Migrante ou Refugiado: Odisseia do Processo de Regularização Migratória	120
3.2 Venezuelanas: Uma “escolha” desafiadora entre o refúgio e a residência?	128
3.2.1 Exclusão Digital e os Desafios Impostos às mulheres Migrantes	138
3.3 Redes Migratórias: Hermanas en colaboración	143
3.3.1 Tecendo Projetos de Vida: <i>Una mirada hacia lejos</i>	159
3.4 Histórias com Sabor	170
CONSIDERAÇÕES FINAIS	182
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	187

INTRODUÇÃO

Hoje eu conheci flores,
 flores de beleza singular.
 Flores que estavam acostumadas com seus jardins,
 Jardins que possuíam sons, aromas e um sabor familiar.
 E então,
 após uma longa e turbulenta noite de sono,
 elas despertaram em um novo e estranho jardim,
 E de repente,
 não sentem suas raízes tocarem o solo,
 estão perdidas, a liberdade lhes escapa,
 estão presas em um vaso,
 vaso de um jardim estrangeiro.
 Contudo, essas flores ainda carregam sementes de sonhos,
 Sementes de esperança e força.
 E não se esquivam de voltar a florescer,
 Não se omitem da luta
 conseguem ultrapassar as barreiras do vaso,
 e, enfim, libertas,
 Iniciam uma longa trajetória de descobertas e conquistas
 nesse novo jardim misterioso.
 (MARIA INAH, 2018)¹

Esse poema nasceu da minha inquietude ao entrar em contato, pela primeira vez, com a realidade de mulheres migrantes venezuelanas: fui acometida por um sentimento de angústia, impotência e, em simultâneo, admiração e inspiração. Como se levasse um soco no estômago, fui perdendo o ar e, no meio desse desconforto, encontrei uma maneira de tomar fôlego. Esse misto de sentimentos e emoções fez-me refletir sobre como essas mulheres, que deixaram sua pátria, suas casas e tiveram que se despedir dos seus filhos, ainda seguem lutando. Apesar de toda dor e desafios que emergem do contexto migratório, elas seguem impulsionadas pelos sonhos, pelas expectativas e pela necessidade de conquistar um novo capítulo para suas histórias.

Além do sentimento de impotência e desconforto, por perceber a dimensão da complexidade e os desafios que permeiam a vida dessas mulheres, questionei-me como poderia contribuir para a construção de uma nova perspectiva acerca do protagonismo dessas mulheres em sua realidade migratória, pois, corriqueiramente, as mulheres migrantes são

¹ Esse poema foi escrito após a minha primeira visita a um abrigo para migrantes e refugiados venezuelanos. A visita ocorreu no mês de novembro de 2018. A escrita foi a forma que encontrei de expressar o impacto causado decorrente dessa experiência, coloquei para fora todas as minhas inquietações e indagações. Os questionamentos, sentimentos, emoções continuaram a fluir e modificar-se à medida que eu ia me aproximando da realidade daquelas pessoas. Atualmente os sentimentos continuam mudando assim como as emoções, mas existe uma grande diferença da pesquisadora de 2018 para a pesquisadora de 2020. Não me vejo mais fora da cena, agora sinto-me como parte dela.

representadas como um grande problema social para a sociedade de acolhida.

Diante dessa catarse de sentimentos e emoções, foi na Universidade que encontrei o caminho para vivenciar a pesquisa e aprender sobre as minhas indagações, transformando-as nesse percurso rumo à compreensão científica e humana da dinâmica migratória que me proponho a desvelar.

O presente estudo é resultado de um trabalho árduo, desenvolvido durante o período de, aproximadamente, dois anos, construído com o intuito de homenagear e valorizar as mulheres migrantes e refugiadas. Mulheres que, ao longo da sua trajetória no Brasil, oferecem-nos um grande legado, por intermédio de aprendizados construídos no decurso da convivência e do compartilhamento de histórias de vida.

Considerando essa trajetória migrante, Walter Magnolo (2008) nos convoca a romper com o pensamento eurocêntrico colonial, fundamentado em raízes patriarcais, a partir da construção de uma nova episteme do conhecimento, pois, durante cinco séculos, a história tomou por base o pensamento imperial do Ocidente. Desse modo, criaram-se identidades a partir da raça, desconsiderando as humanidades envolvidas. Como ilustração dessas identidades, negros e indígenas foram estigmatizados e deslegitimados em suas culturas, religiões, línguas, economias, dinâmicas políticas e subjetividades.

Diante desse panorama, Magnolo apresenta o movimento de desobediência epistêmica, o qual seria a ruptura com o pensamento colonial, segundo um paradigma descolonial, que não se reduz apenas à questão geográfica, mas também à geopolítica, já que coloca em evidência todos esses aspectos citados, lançando um olhar crítico, que vai além da geografia. “Consequentemente, a opção descolonial significa, entre outras coisas, aprender a desaprender [...], já que nossos (um vasto número de pessoas ao redor do planeta) cérebros tinham sido programados pela razão imperial/colonial” (2008, p. 290). O movimento de desvinculação, a partir da episteme descolonial, não significa desprezar ou desconsiderar o que já foi institucionalizado “por todo o planeta”. O que o autor almeja é legitimar novas formas de pensar e construir conhecimento.

Esta pesquisa foi desenvolvida de acordo com o pensamento descolonial proposto por Magnolo, situando o objeto de pesquisa na feminização das migrações, considerando as peculiaridades que fazem parte desse movimento. Partindo do paradigma descolonial, tomei como hipótese de pesquisa identificar e desvelar o protagonismo apresentado por mulheres venezuelanas diante dos desafios migratórios na cidade de Manaus, tendo, como fio condutor, a perspectiva de gênero.

Dessa forma, pensando não apenas na produção científica, o trabalho em questão foi elaborado para suscitar reflexões acerca da importância de promover a visibilidade das mulheres migrantes, sob uma ótica que vai além das vulnerabilidades, trazendo à tona os protagonismos que emergem no contexto migratório das mulheres venezuelanas que chegam ao Brasil.

Perante a realidade das migrações Sul-Sul as autoras Herminia Torralbo, Dhayana Carolina Matos e Maria Nohemi Martínez constroem uma coletânea intitulada *Migracion con ojos de Mujer: Una Mirada Interseccional* (2019), a qual teve como objetivo dar visibilidade e problematizar diversos movimentos migratórios de mulheres no cenário Sul-Sul a partir do encontro entre “*ojos de mujeres*”. O encontro com “olhos de mulheres”, além de apresentar as vivências de mulheres que migram, convida-nos a refletir também sobre as experiências das mulheres que investigam essas migrantes.

A partir desses aspectos, este trabalho apresenta o cotidiano de um grupo de mulheres venezuelanas na cidade de Manaus, descrevendo as redes de apoio construídas por elas, abordando suas expectativas acerca dos projetos de vida e trabalhando a categoria protagonismo, mediante a realidade vivenciada e compartilhada comigo por cada uma delas. Rompendo, assim, com paradigmas antigos que colocam sempre a mulher em um lugar de passividade e invisibilidade em relação ao contexto migratório.

No ano de 2017, Manaus recebeu uma quantidade significativa de venezuelanos(as) que imigraram devido ao colapso econômico e político que acometeu o país (RYLO, 2018). A chegada dos(as) primeiros(as) venezuelanos(as) marcou uma forte presença feminina. Em diferentes pontos da cidade, a população local podia observar mulheres da etnia Warao carregando seus filhos e pedindo esmolas. Essas foram as primeiras imagens, dentre as mais impactantes, da migração venezuelana na cidade.

Assim como recebeu as mulheres indígenas, a cidade passou a receber também mulheres não indígenas, que chegaram e ainda chegam com as suas famílias, parentes, amigos(as) ou sozinhas. Mulheres de diferentes faixas etárias e classes sociais, advindas de regiões distintas da Venezuela. É importante salientar que a imprensa e as mídias locais, corriqueiramente, retratavam as migrantes venezuelanas a partir da visão do problema social. O desconforto gerado para a população local, inicialmente, correspondia à mudança das paisagens da cidade, pois, à medida que a quantidade de venezuelanos residindo na cidade aumentava, os espaços públicos tomavam um novo contorno, desenho e recorte. A presença dos venezuelanos e das venezuelanas era cada vez mais forte nos diferentes bairros da cidade

de Manaus. E, da janela dos carros ou dos ônibus, as pessoas eram obrigadas a saírem de suas bolhas e entrarem em contato com a dura realidade daquelas pessoas.

Lembro-me bem que, nesse período, comecei a formular alguns questionamentos com foco no julgamento proferido pela comunidade local em relação aos migrantes e, principalmente, os direcionados à mulher venezuelana. No início do processo migratório venezuelano, uma manchete, que circulou nos jornais da cidade, trazia como pauta a luta de uma jovem migrante venezuelana, a qual chamou atenção dos transeuntes de um terminal rodoviário de Manaus (KATH, 2017), pois era descrita como dona de uma beleza espetacular, e as pessoas afirmavam que estavam estupefatas por encontrá-la ali, vendendo picolés. A produção do jornal recebeu telefonemas e e-mails com diversas propostas de trabalho. Fiquei refletindo sobre essa situação e perguntei por que as mulheres com crianças que pediam nos sinais e as mulheres que estavam acampadas na rodoviária não causaram o mesmo tipo de sensibilização e mobilização na população local. Pelo contrário, a imagem da mulher em situação de vulnerabilidade é o tipo de realidade com a qual a sociedade de acolhida não quer entrar em contato.

Diante de tais contingências, é notável como as interseccionalidades influenciam, de maneira veemente, a construção imagética da figura da mulher migrante. As crenças do senso comum – outrora, acadêmico – foram construídas sobre bases extremamente preconceituosas e injustas em relação à aceitação e à compreensão sobre a possibilidade de caracterizar a mulher migrante como protagonista, tanto do processo migratório quanto das suas ações na sociedade de acolhida. Embora elas, na maioria das vezes, façam parte de uma esfera de vulnerabilidade, ainda assim é possível observar seus protagonismos, e é importante dar visibilidade às ações apresentadas por essas mulheres diante de contextos migratórios.

Esse tipo de reflexão fez-me percorrer um longo e difícil caminho até definir o *corpus* da pesquisa. E, reconstruindo esse trajeto, percebo como o tema do meu estudo foi se desenhando para mim. No ano de 2019, iniciei o mestrado no PPGICH - UEA² e meu projeto, inicialmente, tinha como objetivo identificar as estratégias de sobrevivência desenvolvidas por mulheres venezuelanas na cidade de Manaus. Para desenvolver o meu objetivo geral, realizei diversas visitas técnicas, estive em instituições e abrigos que atendiam mulheres e homens refugiados(as) e migrantes. Além de tais espaços, estive também no centro da cidade, onde existe um grande número de refugiados e migrantes de diferentes nacionalidades desenvolvendo suas atividades laborais, principalmente, no ramo de vendas. Nesse período,

² Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade do Estado do Amazonas

conheci uma jovem venezuelana que me chamou atenção pela postura proativa e, especialmente, pela felicidade que carregava no olhar. Sempre que conversávamos, já que visitei o seu ambiente de trabalho algumas vezes, pude observar que, apesar da rotina dura e dos desafios, ela desenvolvia estratégias para deixar essa realidade mais leve.

Durante o período de 5 meses (10/09/2019 a 25/02/2020), trabalhei em um Centro de Apoio para Refugiados e Migrantes localizado na cidade de Manaus. Atuei nesse espaço como psicóloga, realizando atendimentos individuais e grupais. A maioria dos meus atendimentos foi ofertada a mulheres. Assim, pude conhecer e observar histórias de mulheres que foram submetidas a condições adversas e viviam em situação de extrema vulnerabilidade, mas, ainda assim, adotavam uma postura de liderança, esperança e resiliência³ perante as dificuldades. Essa experiência foi um divisor de águas para minha pesquisa, pois comecei a vivenciar, de maneira mais profunda, os desafios que permeiam a vida das venezuelanas no Brasil.

Durante a minha permanência no Centro de Apoio, entrei em contato com alguns dos principais desafios impostos pela sociedade de acolhida aos migrantes, dentre os quais podemos ressaltar a burocracia para emissão de documentos brasileiros, a ausência de informação sobre os direitos dos migrantes, a dificuldade de acesso às redes de saúde e de educação pública e a falta de condições financeiras para suprir as necessidades básicas de sobrevivência. Sofri a angústia de não conseguir apoiar as diversas pessoas que me pediam ajuda. Foram dias intensos, difíceis, mas repletos de aprendizagem. A partir dessas vivências, ficou claro, para mim, a importância e a relevância das mulheres, com as quais muito aprendi e em quem me inspirei, diante dessas agruras. Então, ao findar o período de trabalho, finalmente defini o meu recorte de pesquisa e pude constatar que é necessário, urgente e importante desenvolver estudos sobre o protagonismo das mulheres venezuelanas na cidade de Manaus.

Atualmente, a temática da migração ocupa um lugar de destaque na pauta de diferentes lideranças governamentais, tanto nacionais quanto internacionais. As mídias sociais e os veículos de comunicação mundiais também se ocupam de explicitar e debater essa temática, que ocasiona consequências a nível mundial, trazendo à tona alguns aspectos importantes sobre as condições de vida que culminam no processo de migração de diferentes grupos ao redor do mundo. Abordam também questões sobre as políticas migratórias, cada

³ Entende-se por resiliência a capacidade que os indivíduos têm de atravessarem períodos de extrema dificuldade e ainda assim desenvolverem estratégias de superação e crescimento pessoal (CYRULNIK, 2009).

vez mais rígidas, adotadas pelos países de destino migratório e como tanto os migrantes quanto os refugiados são afetados por essas medidas⁴.

As dinâmicas e demandas da mobilidade humana vêm ganhando espaços de evidência também no cinema, na televisão (entretenimento) e na literatura. As plataformas de *streaming*⁵, como Netflix e Amazon Prime, carregam nos seus catálogos obras cinematográficas que apresentam histórias de migrantes e refugiados⁶ em diferentes situações sociais e em distintas partes do mundo. Cabe ressaltar que, atualmente, existe um espaço importante para a publicação de obras literárias que discutem o protagonismo da mulher migrante⁷.

É nesse cenário que a mulher vem ocupando um lugar de evidência em relação às migrações internacionais, assumindo o papel de protagonista tanto na tomada de decisão sobre a opção de imigrar quanto no lugar que ocupa na sociedade de acolhida. Esse movimento

⁴ O governo Trump adotou uma política de tolerância zero em relação aos migrantes, homens, mulheres ou crianças que entrem de forma irregular nos Estados Unidos da América. E como medida punitiva para dissuadir novas tentativas de adentrar o território americano, o governo Trump decidiu separar os pais dos filhos no momento que são pegos tentando ultrapassar a fronteira. Trump espera que com essas medidas outras pessoas desistam de entrar ilegalmente nos Estados Unidos (A COMOVENTE..., 2018).

⁵ A esse respeito, ver: McCONNELL, 2020; OLIVEIRA, 2020.

⁶ “Quando os fluxos migratórios ocorrem de maneira voluntária significam autonomia individual, escolhas, estratégias de vida e efetivação da liberdade de locomoção. Desse modo são respeitadas e seu gerenciamento precisa equilibrar os interesses dos Estados e indivíduos. Em contrapartida quando as migrações são forçadas decorrentes de crises humanitárias e políticas, onde ocorrem violações dos direitos humanos, os migrantes não possuem direito de escolha, são levados pelas circunstâncias e migram em busca de proteção, amparo e uma melhor qualidade de vida (JUBILUT, et al., 2018, p. 11)”.

⁷ No site da Pares Cáritas Rio de Janeiro (2018), é possível encontrar diversas indicações de obras literárias que abordam a temática da migração e do refúgio, inclusive para o público infanto-juvenil. O site indicou a leitura de 50 Obras que abordam diversos aspectos sobre a temática da migração. As indicações foram divididas em três grupos- Lançamentos de 2018, Livros para Adultos e Livros Infanto-Juvenis. Como a lista de livros é extensa, trago alguns títulos que constam nessa lista que foram escritos por mulheres ou que apresentam histórias de mulheres migrantes: *A Menina que Abraça o Vento* | Fernanda Paraguassu e Suryara Bernardi/Editora Voo, *O Diário de Myriam* | Myriam Rawick/Editora DarkSide, *Querido Mundo: A história de guerra de uma menina síria e sua busca pela paz* | Bana Alabed/BestSeller, *Dois meninos de Kakuma* | Maria Ange Bordas/Editora Pulo do Gato, *Malala e seu Lápis Mágico* | Malala Yousafzai/Editora Companhia das Letrinhas, *Americanah* | Chimamanda/Companhia das Letras, *Precisamos de novos nomes* | Noviolet Bulawayo/Biblioteca azul, *Eu sou Malala* | Malala Yousafzai/Companhia das Letras, *Baratas* | Scholastique Mukasonga/Editora Nós, *Lua de mel em Kobane* | Patrícia Campos Mello/Companhia das Letras, *Infel* | Ayaan Hirsi Ali/Companhia das Letras, *O Pomar das Almas Perdidas* | Nadifa Mohamed/Tordesilhas, *À sombra da figueira* | Vaddey Ratner/Geração Editorial, *Pequena Abelha* | Chris Cleave/Intrínseca, *A cicatriz de David* | Susan Abulhawa/Record, *Alek Wek: a refugiada africana que virou top model internacional* | Alek Wek/Panda Books, *Uma esperança mais forte que o mar* | Melissa Fleming/Rocco, *Persépolis* | Marjane Satrapi/Quadrinhos na Cia, *Migrando* | Mariana Chiesa/Editora 34, *Um balão no deserto* | Gabrielle Vincent/Editora 34, *Malala, a menina que queria ir para escola* | Adriana Carranca/Editora Companhia das Letrinhas, *A esperança é uma menina que vende frutas* | Amrita Das/Editora Companhia das Letrinhas, *O lenço branco* | Antonella Toffolo e Viorel Boldis/Editora Pequena Zahar, *Eloísa e os bichos* | Jairo Buitrago/Editora Pulo do Gato, *Um outro país para Azzi* | Sarah Garland/Editora Pulo do Gato e *Nenhum peixe aonde ir* | Marie Francine Hébert/Editora SM” (PÁRES CÁRITAS, 2018). É importante observar que a maioria dos títulos foram escritos por mulheres, dentre eles alguns são relatos autobiográficos, é uma constatação importante poder constatar o espaço conquistados pelas autoras mulheres e migrantes na literatura internacional, são relatos de mulheres que ultrapassam barreiras e rompem com a invisibilidade.

pode ser observado a partir das tentativas de inserção no mercado de trabalho formal ou informal, nas relações sociais, e, principalmente, no novo status/papel social que assume perante a família.

Mulheres, em diversas partes do mundo, estão abdicando de suas casas, separando-se de suas famílias, trocando a terra natal por um novo destino e, dolorosamente, algumas precisam também despedir-se dos filhos. As condições do trajeto, em muitos casos, são desafiadoras e perigosas, mais ainda quando as pessoas que o percorrem são mulheres (BERTOLDO, 2018). De acordo com Bertoldo (2018), as migrantes são duplamente vulneráveis, primeiro, por serem migrantes e, segundo, por serem mulheres. Assim, elas são constantemente postas à prova, principalmente diante da realidade do contexto migratório no qual se compreende e se sente o peso das lembranças e do fato de ser mulher.

Entender a complexidade dos movimentos migratórios é constatar uma gama de situações pelas quais a migrante é obrigada a passar, sendo exposta a situações de vulnerabilidade e, constantemente, sofrendo a dor de ter os seus direitos violados. Nesse sentido, lançar um olhar sobre o gênero a partir da ótica da migração de mulheres, torna-se um elemento condicionante para realizar uma análise mais profunda desse processo.

Maria José Magliano (2007), afirma que o expressivo aumento do quantitativo de mulheres presentes nos grandes movimentos migratórios internacionais evidencia a realidade de muitas migrantes e refugiadas que historicamente foram invisibilizadas. Ainda conforme Magliano (2007), os deslocamentos migratórios são caracterizados pelas relações de gêneros em que tais relações emergem como contingências que definem e estabelecem os processos migratórios. É notável a presença de relações desiguais de poder em contextos migratórios nos quais as mulheres, em certas situações, não podem exercer o seu lugar de fala e não contam com o amparo de redes de proteção. Vale ressaltar que, a partir do crescimento da quantidade de mulheres presentes nas dinâmicas migratórias, tornou-se possível desenvolver análises que vão além das vulnerabilidades, desvelando protagonismos e novas aprendizagens que, apesar de todas vicissitudes presentes nesse cenário, assumem um espaço de destaque (JARDIM, 2017).

Para refletir e realizar uma análise sobre essa temática a partir do cenário da Amazônia Brasileira, é necessário construir um olhar sobre os elementos que emergem das interseccionalidades pertencentes ao campo em questão. Aragon (2011) ressalta a importância de compreender a reconfiguração dos processos contemporâneos de mobilidade humana.

Perante esse contexto, a Amazônia emerge como destino migratório e também como local de passagem pelo qual se deslocam grupos de refugiados e migrantes que se dirigem para outras regiões do país, ou se destinam para outros países (OLIVEIRA; PINTO, 2011). É nesse panorama que abordo a questão da migração venezuelana, a qual se apresentou como movimento migratório bastante relevante, tanto pela complexidade quanto pelo quantitativo de migrantes que adentraram na Amazônia Brasileira.

Segundo relatório apresentado pela Organização Internacional para Migrações - OIM (2020), entre janeiro de 2017 e novembro de 2019, 545.753 mil venezuelanos(as) entraram no Brasil, enquanto outros(as) 310.792 mil deixaram o país, então, em território brasileiro, permaneceram 234.961 mil pessoas venezuelanas. Diante de tal perspectiva, no decorrer do presente estudo, faremos a contextualização desse cenário a partir da realidade e do olhar de um grupo de mulheres venezuelanas que atualmente residem na cidade de Manaus.

No decorrer do Capítulo 1, inicio a contextualização sobre a atual migração venezuelana para a Amazônia com o foco na chegada das mulheres à cidade de Manaus no Estado do Amazonas. Principio uma discussão sobre a presença das venezuelanas, que apareceu com bastante força nesse campo. Ainda nesse capítulo, apresento o processo de construção das categorias de análise, da metodologia escolhida para o desenvolvimento da pesquisa e do trabalho de campo. Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, e em razão de toda complexidade já apresentada no que concerne à temática desenvolvida ao longo do trabalho, optei por realizar um estudo etnográfico. Entretanto, desde o processo de submissão ao Comitê de ética em Pesquisa da UEA, passando pela aprovação, até chegar a ocasião da minha entrada em campo, transitei por momentos que variavam entre a frustração e angústia, tendo em vista as novas configurações, ditadas pelo COVID- 19⁸, para realizar pesquisas na área de Ciências Humanas em tempos de pandemia.

Diante das dificuldades, foi necessário desenvolver estratégias, contando com a colaboração das participantes da pesquisa, para que, finalmente, se tornasse possível fazer o trabalho de campo acontecer. Fui inspirada pelo exemplo das participantes que construíram diferentes iniciativas para seguirem realizando suas atividades laborais e de solidariedade⁹, mesmo vivenciando o contexto de pandemia.

⁸ As informações sobre o contexto da covid- 19 estão organizadas no site da Organização Pan-Americana de Saúde.

⁹ Durante a pandemia, algumas mulheres participantes desta pesquisa atuaram em grupo com o objetivo de arrecadar alimentos para migrantes e refugiados venezuelanos que estivessem na condição de extrema vulnerabilidade. No Capítulo 2, farei uma análise mais completa dessa iniciativa.

Em relação ao Capítulo 2, apresento, nele, as razões pelas quais essas mulheres foram obrigadas a migrar, abordando informações sobre o processo de “escolha” e trajetória migratória, além da descrição do cotidiano das participantes da pesquisa, explicitando os desafios enfrentados e os meios utilizados para lidar com essas questões.

Já no Capítulo 3, dei ênfase à potência das redes de apoio construídas pelas mulheres venezuelanas, tomando como partida o processo de construção dessas redes, os mecanismos para realizar as ações e o público que é beneficiado em virtude dessa organização. Também descrevo os resultados decorrentes do vínculo de colaboração estabelecido entre a pesquisadora e as participantes da pesquisa mediante as vivências realizadas durante o campo. E, então, abordo os projetos de vida que essas mulheres desejam concretizar no futuro.

É importante destacar que, para nomear os capítulos e conferir títulos aos tópicos desse estudo, faço uma analogia à linguagem utilizada pelo teatro, considerado que o protagonismo das mulheres migrantes é o foco da pesquisa, e o termo protagonismo surgiu no contexto do teatro. Nesse trabalho, apresento as mulheres que saíram da coxia e assumiram o papel principal como protagonistas no palco da vida.

1 ESTRELANDO: AS VENEZUELANAS

A proposta deste capítulo é apresentar um percurso teórico sobre o conceito da feminização das migrações internacionais, tomando, como ponto de partida, a discussão teórica sobre o processo de invisibilização da mulher migrante e a ruptura desse processo histórico, além de apontar um novo olhar para as mulheres que migram. A discussão será pautada a partir da perspectiva de gênero, apresentando abordagens que explicam como essas questões determinam as dinâmicas migratórias.

Nessa lógica, o enfoque foi na categoria Protagonismo Feminino, pertinente ao campo da migração e do refúgio. Também foi realizada uma contextualização da temática, no que tange à realidade da Amazônia Brasileira, além de serem apresentados os sujeitos da pesquisa e a metodologia.

Enquanto pesquisadora, faço parte de um Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas e, por tal razão, tive a oportunidade de ter aulas com professores das distintas áreas das humanidades. Essa experiência corroborou, de maneira significativa, o processo de planejamento e execução da pesquisa em questão. Então, partindo desse contexto, não pude deixar de ser impactada pelo breve relacionamento que tive com o mundo do teatro, partindo da perspectiva acadêmica e pessoal, enquanto público e espectadora.

As aulas do mestrado ocorriam no prédio da Escola Superior de Artes e Turismo (ESAT/ UEA). Nessa unidade da UEA, funcionam os cursos das graduações em Dança, Música, Teatro e Turismo. A esfera do prédio é preenchida por um público interdisciplinar, e a arte perpassa a maioria dos ambientes. Era uma tarefa difícil entrar na universidade sem dar uma olhadinha nos cartazes que informavam sobre espetáculos, apresentações, cursos e ensaios abertos. Fiquei encantada com a atmosfera desses bastidores. O andar referente ao curso de Teatro, antes de entrar em reforma (06/2019), podia ser considerado um local que exalava arte, as paredes eram decoradas por desenhos, expressões artísticas e sentimentos dos estudantes que deixavam suas marcas naquele espaço.

Algumas salas de aula também eram diferentes, o espaço físico era propício para nos fazer sentir como se estivéssemos dentro de um teatro, com palco, iluminação, cortinas e coxia. A primeira vez que entrei numa sala como essa, não pude deixar de sentir todas as emoções que um espetáculo teatral costuma despertar em mim. E, foi a partir dessas vivências, conversando com os estudantes do curso e com os professores, que comecei a

entender a dimensão e importância que uma obra teatral tem. As peças de teatro contam histórias fictícias ou baseadas em fatos reais. Entretanto, esses enredos, além de contar o fato ocorrido, dão ênfase aos sentimentos e às emoções que emergem da relação construída entre os personagens, os quais nos contam a história a partir dos seus olhares e suas percepções. Em algumas delas, existem aqueles personagens que nos emocionam, inspiram e prendem a nossa atenção. Esses personagens, geralmente, são os protagonistas, os personagens principais, e eles despertam em nós uma curiosidade muito grande, queremos conhecê-los de perto e saber toda sua história.

Então, diante dessa perspectiva, utilizarei a licença poética do teatro para nomear os meus capítulos e tópicos, fazendo uma analogia à linguagem do teatro. É importante destacar que minha intenção não é romantizar as questões que serão trabalhadas ao longo do trabalho, mas utilizar de maneira metafórica algumas expressões teatrais.

1.1 Como nascem as estrelas: Protagonismo em cena

Os estudos sobre a mobilidade humana vêm conquistando espaço de destaque no meio acadêmico, no cinema, na televisão, na literatura¹⁰ e nos meios de comunicação nacionais e internacionais. A partir do advento da globalização, os movimentos migratórios também foram ganhando maiores proporções e tornando-se cada vez mais visíveis e indesejados. A questão econômica, considerada como contingência latente no processo de globalização mundial, também é fator que está estritamente relacionada às migrações internacionais, sendo considerada uma das principais razões que incentivam as pessoas a saírem dos seus países de origem (RAMOS, 2013).

À medida que os meios de transporte tornaram-se mais acessíveis, proporcionando maior e melhor capacidade de locomoção, deram a impressão de um fácil acesso às fronteiras

¹⁰ As obras literárias foram de extrema importância para mim durante o processo de construção desta pesquisa. Atualmente existem mulheres migrantes e refugiadas que escrevem livros contendo histórias bastante relevantes sobre a realidade migratória. O que mais me marcou nessas leituras foi a visibilidade que essas autoras conferiram às mulheres principalmente em relação ao seu protagonismo. E dentre as leituras que mais me marcaram e que exerce grande influência sobre a minha escrita, está o livro *Cidadã de Segunda Classe* da autora Nigeriana Buchi Emecheta. Por meio da personagem Adah, a autora faz um relato autobiográfico e nos mostra como foi protagonista da sua própria história, mesmo vivendo numa sociedade marcada pelo machismo extremo. Durante o desenrolar da história desde a infância até a fase adulta da personagem, percebemos que apesar dela fazer parte de uma realidade de vulnerabilidade, Adah construiu estratégias criativas para burlar as correntes do preconceito e do machismo e enfim realizar os seus sonhos. Mediante a narrativa da autora podemos perceber que as mulheres migrantes e refugiadas estão para além das vulnerabilidades e esse tipo de obra é importante para discutirmos a representatividade desse público perante a sociedade que as invisibiliza e as retrata a partir de um paradigma excludente.

físicas (aquelas que delimitam territórios). De maneira diacrônica, testemunhamos também a construção de tecnologias de controle¹¹ cada vez mais excludentes e desumanas.

O processo da globalização ocasionou mudanças tanto na economia quanto nas estruturas sociais e culturais. Percebe-se que economia, mercado de trabalho e relações laborais são os setores que mais se modificaram com seu crescimento. Sobre esses aspectos, Souza (2013), aponta que a globalização exerce forte influência na formação e na manutenção dos movimentos migratórios. Esse processo é também responsável por estabelecer classificações sobre os migrantes de maneira geral, influenciando diretamente nas políticas adotadas pelos países de destino migratório. Portanto, é necessário analisar as mudanças decorrentes dessas configurações a partir da globalização em relação às migrações internacionais, logo:

As características distintivas apresentadas pelos fluxos internacionais de migrantes na globalização em relação a outros períodos são, fundamentalmente, a reorientação dos destinos principais dos migrantes, o aumento do número de países seja de origem, recepção ou trânsito (ou as três condições simultaneamente), que participam desses fluxos, e o caráter mais fluido das Migrações, onde o estabelecimento definitivo dos migrantes perdeu terreno para movimentos crescentes sazonais. (SOUZA, 2013, p. 10).

Em razão da globalização, os atuais movimentos migratórios internacionais são permeados por questões complexas, sendo responsáveis por gerarem mudanças nas sociedades que fazem parte desse processo, ou seja, os impactos dessas circulações migratórias são observados tanto na sociedade de emigração quanto de migração. A partir dessa dinâmica, podemos observar diferentes percepções eles, haja vista que são muitos os grupos sociais impactados por essa nova realidade (SOUZA, 2013).

É fato que os processos migratórios fazem parte da história da humanidade e são marcadas pela complexidade de tais deslocamentos. São diversas as razões que culminam na decisão de migrar, sendo importante destacar a interseccionalidade presente nessa trajetória da escolha, ou ausência dela, sobre imigrar. Vale salientar que, quando nos referimos às categorias de classificações migratórias, sendo elas de migrantes, refugiados, exilados ou apátridas, estamos lidando com distintas questões sociais e econômicas.

¹¹ [...] os dispositivos de segurança incluem táticas para prever e calcular reações e custos. É sobre tais técnicas de classificar, colocar sob controle e instigar uma vigilância capaz de prever comportamentos[...] O mundo das normatizações, e não mais dos burocratas, dariam “corpo” ao Estado, não o ajudariam a conceber a sua formação, mas permitiriam examinar as novas formas de controle sobre os corpos (e punições) [...]ao referir as tecnologias de controle e de governamentalidade, me reporto às formas de identificação que primeiramente se situam em um controle de circulação de pessoas, ao encenar um controle territorial de fronteiras, mas também em sua capacidade de reinventar suas formas de controle por intermédio da identificação individual (JARDIM, 2017, p. 50-53).

Diante desse emaranhado de questões, faz-se necessário distinguir os processos migratórios provenientes de migrações forçadas e voluntárias. Segundo Jubilut (*et.al*, 2018), no primeiro quesito, são classificados como resultado de uma escolha de vida, ou seja, fruto de um projeto migratório. Em contrapartida, as migrações denominadas forçadas são o resultado de crises humanitárias, conflitos armados, colapsos econômicos, ou seja, são um conjunto de contingências que põe em risco a vida e a dignidade humana¹².

No cenário mundial, a realidade dos migrantes é frequentemente retratada em manchetes de jornais que destacam longas e perigosas jornadas, nas quais os migrantes e refugiados são expostos a condições adversas na tentativa de chegar ao destino migratório. É importante frisar a relevância de tais furos jornalísticos, pois, em diversas situações, funcionam como denúncias, dando visibilidade a violências e violações de direitos pelos quais os migrantes e/ou refugiados são acometidos constantemente.

Entretanto, essa imagem do migrante ou refugiado como ser humano vulnerável que é divulgada ao redor do mundo corrobora, em alguns casos, a crença enraizada na sociedade mundial, ao longo dos séculos, de que eles são portadores de más notícias e promotores das mazelas sociais (BAUMAN, 2017).

Zygmunt Bauman, em sua obra *Estranhos a nossa Porta* (2017), faz uma importante reflexão sobre os mecanismos de exclusão desenvolvidos no país de destino sobre a justificativa de “proteção” e “segurança” nacional. Alerta que a sociedade receptora pode ser extremamente preconceituosa em relação às dinâmicas migratórias, criando paradigmas e crenças negativas sobre a figura do migrante.

Roberto Marinucci (2007), afirma que, perante essa temática multifacetada que toca em temas tabus e plenos de demandas históricas e contemporâneas, vale o questionamento sobre o lugar das mulheres e das crianças nesses contextos de mobilidade humana, pois elas foram invisibilizadas dos relatos históricos dos grandes processos migratórios dos séculos passados. Cabia às mulheres e às crianças apenas o papel de acompanhar o chefe da família, o patriarca, o homem, cuja figura era representada como o desbravador, o conquistador que sai em busca de uma nova vida para sua família.

Marinucci (2007), afirma que, nas décadas passadas, os estudos sobre migrações apontavam as mulheres como meras acompanhantes dos maridos, que elas apenas migravam com o objetivo de reunificação familiar, cabendo ao homem o poder de decisão de escolha

¹² É importante frisar que nesse capítulo apenas cito a complexidade presente no campo da migração. Faremos uma discussão maior sobre essa questão no capítulo 2, quando abordarei os processos pelos quais as mulheres venezuelanas precisam passar para conseguir a regularização migratória.

sobre o projeto migratório e sobre a decisão de permanecer no destino migratório. Diante dessa questão, observa-se que, assim como os homens migravam, as mulheres também estavam presentes nesse processo, porém não eram abordadas nos estudos ou eram retratadas de maneira secundária (MAGLIANO, 2009).

Além do processo histórico sobre a inserção das mulheres nos estudos de movimentos migratórios internacionais, é também importante considerar a construção de uma compreensão dos deslocamentos migratórios à luz das questões de gênero. Isso implica identificar e compreender os aspectos que estão imbricados no contexto migratório de mulheres: desde a decisão de migrar, passando pelas estratégias para integrar-se à sociedade receptora, até a decisão de permanecer ou não no destino migratório.

Marinucci (2007) descreve que a expressão “feminização das migrações” passou a ser utilizada para fazer referência às transformações relacionadas aos estudos sobre mulheres migrantes que ocorreram nas últimas décadas. Ainda de acordo com a autora, salienta-se:

A feminização das migrações é, também, um sinal do clamor de milhões de mulheres que, no deslocamento geográfico, buscam maior autonomia e libertação de realidades que as sufocam. Muitas delas aceitam enfrentar sérios riscos para poder realizar seus sonhos. Infere-se que este potencial de transformação, expresso no clamor, na coragem e nas escolhas dessas mulheres, seja uma fecunda semente para a construção de um mundo mais humano. (MARINUCI, 2007, p. 13).

Conforme Marinucci (2007), entende-se que a feminização desse processo ultrapassa a questão da inclusão das mulheres nas pesquisas sobre migrações nacionais ou internacionais, é também o reconhecimento dos esforços das mulheres migrantes para realizarem seus sonhos por meio do projeto migratório. Nesse ponto, é necessário compreender o significado de projeto migratório como processo de escolha que leva em consideração as expectativas em relação à migração e os meios pelos quais esse sujeito efetiva esse projeto. Sobre esse contexto, Pereira (2019) define que:

O projeto migratório abarca o planejamento da trajetória do indivíduo levando em consideração seus objetivos, anseios e estratégias. Contudo, este projeto não é fixo, pelo contrário, ele é dinâmico e sofre formulações e reformulações constantes. (PEREIRA, 2019, p. 67).

É necessário analisar o Projeto Migratório e a demanda sobre a “escolha/decisão” por migrar com ressalvas. Essas contingências devem ser problematizadas, pois, como já foi citado anteriormente, a chegada e o crescimento da globalização causaram diversos impactos

na população mundial, intensificando a pobreza, a exclusão social e, principalmente, causando expulsões¹³ de diferentes populações dos seus países de origem.

Desse modo, faz-se necessário olhar para essas escolhas e decisões, considerando que, em algumas situações, como exemplo da atual migração venezuelana, migrar é a única opção. Então, nesse caso, quando fazemos referência à agência das mulheres migrantes diante dessas circunstâncias, devemos situar em qual realidade se dá essa “escolha”. Apesar do papel relevante delas nesses deslocamentos, no sentido de dar visibilidade à presença dessas mulheres, não podemos reduzir as dinâmicas migratórias a uma simples questão de opção.

Portanto, é fato que atualmente é possível observar uma nova construção epistemológica (episteme descolonial) no que se refere às pesquisas sobre a feminização das migrações, ampliando o olhar de estudioso(a)s e interessado(a)s nessa temática e tornando possível o acesso e a visibilidade sobre realidades e vivências de mulheres migrantes que antes seriam impossíveis de acessar (RODRIGUES, *et al.* 2009), pois os movimentos migratórios eram representados e descritos apenas por meio da imagem do homem¹⁴ que se aventurava em busca de trabalho em terra estrangeira (FERNANDES, 2015).

Foi apenas nas décadas de 60 e 70, do Século XX, que as mulheres migrantes começaram a aparecer nos registros sobre deslocamentos migratórios internacionais (SIMON, 1992). É importante observar que esses dados se restringiam apenas a montantes quantitativos, não existiam pesquisas qualitativas para apresentar dados sobre quem eram as mulheres migrantes, o motivo da migração ou a importância da presença feminina nesses processos. Atualmente, em contrapartida a essa escassez de informações, podemos observar um novo paradigma conceitual que apresenta a mulher como figura central. Para ilustrar esse aspecto, Magliano (2009) aponta que:

¹³ O conceito de expulsões será discutido no segundo capítulo, pois é uma temática de grande relevância e merece maior destaque e que nos leva à compreensão de que, na maioria dos grandes movimentos migratórios, não está posta outra opção ao migrante, em contrapartida à migração.

¹⁴ “O Museu de Ellis Island pode ser considerado um ponto de partida para começarmos a perceber como homens e mulheres migrantes foram representados no processo migratório para os Estados Unidos e, de modo mais geral, como as mulheres são representadas nas migrações internacionais. As várias fotos que reconstróem a passagem de milhões de migrantes pelo serviço de migração nos Estados Unidos evidenciam quais eram as expectativas do Serviço de Migração sobre os migrantes. Nas fotos que se encontram no Museu e que representam a chegada dos homens, há uma legenda com a seguinte pergunta: “Você tem trabalho? ”. Já nas fotos em que aparecem mulheres e crianças, consta na legenda explicativa a pergunta: “Você é casada? ”. Essas imagens revelam diferentes expectativas e representações em relação aos migrantes que também são recorrentes nas teorias sobre migrações internacionais. Enquanto os homens são representados como aqueles que vinham em busca de trabalho, as mulheres não foram inicialmente representadas como trabalhadores migrantes, e sim como aquelas que acompanhavam maridos e filhos. Dessa forma, nunca eram percebidas como sujeitos no processo migratório” (ASSIS, 2007, p.746).

A migração de mulheres tem sido um fenômeno presente em todas as épocas da história, ainda que tradicionalmente invisibilizadas até os meados e final do século XX, quando as contribuições das pesquisas a partir do enfoque no gênero e o fenômeno da “feminização das migrações” questionaram aquela invisibilidade. Na atualidade o aumento real da intervenção feminina nos movimentos populacionais e a abertura conceitual da figura da mulher migrante no âmbito das ciências sociais permitiram recuperar a esse sujeito do anonimato e redefini-lo como um ator central dos movimentos migratórios. (MAGLIANO, 2009, p. 349, tradução nossa).

A partir dessa abordagem apresentada por Magliano (2009), podemos observar como o processo de feminização das migrações proporcionou mudanças epistemológicas na análise da mobilidade humana a partir das relações de gênero, tornando possível colocar em evidência as desigualdades presentes nessas relações e questionando o anonimato em que ficavam as mulheres. Em relação a esse aspecto, Oliveira (2016) chama atenção para a compreensão, a partir de uma abordagem qualitativa, das implicações desse processo de feminização. Desse modo, a autora afirma que:

Do ponto de vista qualitativo, a feminização da migração indica que a mulher passou a ganhar maior evidência nas dinâmicas migratórias. Isso não significa que antes elas não migravam, e sim que passaram a ser contabilizadas e mensuradas pelos indicadores das migrações enquanto dinâmica específica. (OLIVEIRA, 2016, p. 148).

A visibilidade e a inclusão das mulheres nas análises e nas pesquisas sobre contextos migratórios internacionais são frutos dos movimentos feministas¹⁵ que emergiram nos Estados Unidos da América e em outras partes do mundo. Esses movimentos impulsionaram e desenvolveram uma nova ótica sobre o papel das mulheres na sociedade e nas circulações migratórias das quais elas faziam parte. Nesse contexto, também se passa a utilizar a categoria de análise “gênero” a fim de problematizar todos os elementos e interseccionalidades pertinentes a esse tema (KOMINSK, 2004).

Segundo Landry (2012), outro fato importante para realizar análise acerca dos estudos que abordavam a temática das migrações internacionais promovidos antes da década de 1980, é que esses eram construídos, quase sempre, a partir do olhar dos países considerados desenvolvidos (do continente europeu e dos Estados Unidos). Dessa maneira, eram apresentados padrões representativos do sujeito migrante, classificando-o por ser do sexo masculino e de ordem econômica. E, nesse cenário, era conferida à mulher um padrão

¹⁵ “Feminista: uma pessoa que acredita na igualdade social, política e econômica entre os sexos” (ADICHIE, 2015, p. 260).

associativo classificado como simples migrante, participante do processo com o único intuito de reunificação familiar.

Todavia, conforme Landry (2012), para explicar a exclusão teórica das mulheres, é necessário enfatizar que foram estabelecidas diferenças entre os papéis do homem e da mulher migrante a partir das dicotomias tradicionais de produção e reprodução do masculino e do feminino. O sujeito migrante masculino era figura representativa do trabalho e da economia, o que conferia a ele o status de sujeito produtivo. Nesse aspecto, toda a questão migratória e a relevância estava centrada nesse sujeito masculino. Sobre essa afirmação, Landry (2012) destaca que:

Se pode considerar então que as mulheres migrantes nos estudos migratórios anteriores aos anos 80, foram invisibilizadas e silenciadas por sua condição feminina e simbolizadas como não “produtivas economicamente”. Então, nos anos 80 quando se produz certa transição no que se refere a percepção de sexo e gênero sobre o migrante. Assim mesmo e como contraposição a postura androcentrica anterior a estes anos, se iniciou paulatinamente um novo marco conceitual dentro da teoria migratória internacional, o que impulsionou uma certa mudança na representatividade que permitiu a mulher entrar no âmbito acadêmico como um novo sujeito incorporando a análise de gênero para os fenômenos migratórios (LANDRY, 2012, p. 100, tradução nossa).

Diante das informações apresentadas por Landry (2012), podemos explicitar como a academia, os grandes teóricos e a ciência eram fundamentadas sobre normas e teorias estritamente patriarcais¹⁶ e androcentristas¹⁷. A partir dos progressos alcançados por movimentos sociais, ressaltando, mais uma vez, a atuação dos movimentos feministas, as pesquisas acadêmicas, em geral, tomaram um novo rumo, e, como consequência, a mulher migrante passa a ter nome, identidade, história e, principalmente, visibilidade (KOMINSK, 2004).

Um marco histórico e teórico importante em relação ao processo de visibilidade das mulheres migrantes foi o lançamento de um artigo no ano de 1984, denominado “*Birds of passage are also Women*”¹⁸, de Mirjana Morokvasic (OLIVEIRA, 2016). Esse estudo deu

¹⁶ “Forma de organização política, econômica, religiosa, social, baseada na ideia de autoridade e liderança do homem, no qual se dá o predomínio dos homens sobre as mulheres; do marido sobre as esposas, do pai sobre a mãe, dos velhos sobre os jovens e da linhagem paterna sobre a materna. O patriarcado surgiu da tomada de poder histórico por parte dos homens que se apropriaram da sexualidade e reprodução das mulheres e seus produtos: os filhos, criando ao mesmo tempo uma ordem simbólica por meio dos mitos e da religião que o perpetuam como única estrutura possível” (REGUANT, 2001, p. 20).

¹⁷ “O mundo se define em masculino e ao homem é atribuída a representação da humanidade. Isto é o androcentrismo: considerar o homem como medida de todas as coisas” (GARCIA, 2015, p. 96).

¹⁸ “Os pássaros de passagem também são mulheres” (Mirjana Morokvasic, 1984).

visibilidade às mulheres, contribuindo para o avanço das construções epistemológicas que incorporassem as mulheres migrantes a partir de suas interseccionalidades¹⁹.

A distinção entre os gêneros vem ganhando, cada vez mais, lugar na classificação dos tipos de migrações internacionais. Essa modalidade de referência é decorrente de um extenso processo de definição da migração feminina a partir da problematização do tema e de rupturas teóricas e epistemológicas importantes. Assim, a mulher deixa de ser percebida desde uma ótica associacional, que a considerava como passiva, aquela que acompanhava o marido e que apenas seguia sua trajetória migratória, ou aquela que ficava aguardando o retorno do conjugue e até mesmo dos filhos (PIZARRO, 2007).

Vale ressaltar a importância de incorporar as demandas de gênero aos estudos sobre contextos migratórios, tendo em vista que, ao considerar essa categoria, podemos desvelar processos de dominação, ocultamento e desamparo em relação às mulheres migrantes. De acordo com Oliveira (2016):

A negligência em relação à variável “gênero” nos estudos migratórios evidencia a relação de dominação reproduzida também nas formulações teóricas. Ao ignorar a contribuição das mulheres nos fluxos migratórios, os Estados Nacionais também descuram desse fato em suas intervenções e políticas públicas específicas. Por outro lado, a variável gênero oferece uma importante contribuição para as análises do novo perfil do migrante contemporâneo nas suas mais variadas situações. Ou seja, as relações de gênero podem definir novas representações nos contextos migratórios que vão muito além das cifras contábeis e das estatísticas (OLIVEIRA, 2016, p. 152).

Dessa maneira, Oliveira (2016) demonstra como gênero e migração são categorias de análise que podem resultar em diferentes desdobramentos, tendo em vista o universo de demandas e as questões que a referida abordagem pode suscitar. O Gênero é uma categoria não binária²⁰, designada para indicar comportamento, cultura e papel social de um

¹⁹ Ao longo do trabalho utilizo por diversas vezes a palavra interseccionalidade, entretanto considero que nesse ponto, incorporando a questão de gênero se torne essencial apresentar algumas informações sobre esse termo e sobre o que ele simboliza. Reservo também este espaço para contextualizar a referência que iriei utilizar, o livro que tomo como aporte teórico para tratar dessa questão se chama “Interseccionalidades” e faz parte da coleção “Feminismos Plurais”. [...] A interseccionalidade permite às feministas criticidade política a fim de compreenderem a fluidez das identidades subalternas impostas a preconceitos, subordinações de gênero, de classe e raça e às opressões estruturantes da matriz colonial moderna da qual saem (AKOTIRENE, 2019, p. 25).

²⁰ “Se o gênero são os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, não se pode dizer que ele decorra, de um sexo dessa ou daquela maneira. Levada ao seu limite lógico, a distinção sexo/gênero sugere uma descontinuidade radical entre corpos sexuados e gêneros culturalmente construídos. Supondo por um momento a estabilidade do sexo binário, não decorre daí que a construção de “homens” se aplique exclusivamente a corpos masculinos, ou que o termo “mulheres” interprete somente corpos femininos. Além disso, mesmo que os sexos pareçam não problematicamente binários em sua morfologia e constituição (ao que será questionado), não há razão para supor que os gêneros também devam permanecer em de dois”. (BUTLER, 2003, p. 24). Vale destacar que existem distintas correntes feministas que discutem acerca da definição do conceito de gênero. São inúmeras

determinado sujeito perante a sociedade (BUTLER, 2003). Tal designação é construída socialmente e independente de questões biológicas relacionadas ao sexo.

Em relação às pesquisas sobre migrações de mulheres, faz-se necessário e é condicionante discutir as questões referentes ao gênero, pois esse será o ponto de partida para compreender as razões que levam as mulheres a migrar, o processo de entrada no mercado de trabalho da sociedade de acolhida, a escolha por permanecer em outro país, as relações estabelecidas por essas mulheres, a integração e os aprendizados construídos a partir desse processo.

É importante mencionar que a abordagem da perspectiva de gênero, em relação ao contexto migratório de mulheres, permite identificar e observar como a migração é percebida e vivenciada de maneira distinta por homens e mulheres. Fernandes (2015) alerta:

Cabe ressaltar que o embasamento de uma perspectiva de gênero como mediadora nos estudos migratórios salvaguarda as especificidades da migração feminina, isto é, leva em conta o fato de que a migração é vivenciada de forma diferente por homens e mulheres. Isto quer dizer conduzir uma análise atenta às diferenças materiais e culturais da migração da mulher, investigando suas relações no mercado de trabalho, seu papel como guardiã da comunidade por meio da preservação de tradições, suas facilidades e dificuldades no processo de integração. (FERNANDES, 2015, p. 102).

Devemos levar em consideração que as questões relacionadas ao gênero perpassam, de maneira transversal, a vida das mulheres migrantes, desde as motivações sobre a decisão de migrar até os desafios encontrados na sociedade de acolhida. Desse modo, é importante destacar que mulheres em contextos migratórios apresentam vulnerabilidades específicas relacionadas ao gênero (ROSA, *et al.*, 2019). Essas vulnerabilidades correspondem à violência e à discriminação baseada em gênero (ROSA, *et al.*, 2019).

No caso das violências, durante o trajeto migratório, mulheres e crianças ficam suscetíveis a violações sexuais, pois, corriqueiramente, o sexo forçado é utilizado como moeda de troca, tanto para conseguir atravessar fronteiras quanto como forma de pagamento para acessar transportes marítimos ou terrestres.

A ausência de documentação regular e o medo da deportação por parte das migrantes aumentam a incidência e a impunidade em relação a esses crimes (ROSA, *et al.*, 2019). Já em relação aos mecanismos de discriminação, é no mercado de trabalho que essa

definições para a palavra gênero, entretanto o objetivo deste trabalho não é defender um conceito específico de um teórico (a) ou abordar a diversidade de significado que provem destas discussões. Portanto quando abordo as temáticas que necessitem da utilização do significado da palavra gênero tomarei como referência a definição proposta pela filósofa Judith Butler.

demanda torna-se mais explícita, pois as mulheres são exploradas e desqualificadas enquanto mão de obra, primeiro, por serem mulheres e, segundo, por serem migrantes. Segundo Miranda e Neves (2011), as demandas são intensificadas para aquelas mulheres que são mãe “solo”, pois se tornam duplamente vulneráveis e apresentam mais dificuldade em relação à inserção no mercado laboral.

Essas mulheres, principalmente as recém-chegadas, não possuem redes de apoio ou serviços disponíveis em que possam deixar seus filhos para trabalharem (MIRANDA, 2011). Logo, a tarefa de conseguir um emprego torna-se uma missão quase impossível. A diferença e os desafios entre as mulheres e os homens, assim como em outros contextos, são latentes, e, em se tratando da realidade de mulheres migrantes, essa demanda se faz mais perversa. Dessa maneira, Valencia (2016) ressalta que:

A situação de inequidade, desigualdade social, econômica e política que vivem as mulheres é um feito evidente na história da humanidade. Ainda que afirmar tal coisa não deixa de ser pura obviedade, sendo uma questão rigorosamente investigada, analisada e reconhecida a nível, internacional, regional, nacional e local, que se expressa permanentemente na violação dos seus direitos humanos e na aceitação sociocultural da violência contra as mulheres, além das desvantagens em relação a disfrutar dos benefícios do desenvolvimento [...] é uma situação que perdura até a época atual. (VALENCIA, 2016, p. 10 – tradução nossa).

Valencia (2016) ainda destaca que a disparidade entre os gêneros, além ser uma questão histórica, permanece nos dias atuais e segue presente também em diferentes esferas sociais, emergindo desde o contexto familiar até as relações laborais. O peso dessas questões sobre as mulheres aparece nesse cenário a partir de diferentes aspectos, sendo eles a feminização da pobreza e da força de trabalho. Assim, é notável como a feminização da migração está entrelaçada com o movimento da globalização das migrações.

Conforme Landry (2012), considerando a mobilidade das mulheres a partir da globalização, observa-se como a questão da qualificação do trabalho exercido por elas está vinculado a esse processo. É nesse contexto que a definição de “mulher” aparece como sinônimo de um ser inferior, posta em uma posição de desvantagem em relação ao tipo de atividade laboral exercida.

Partindo dessa problemática, adentremos em mais uma questão relevante em relação às estruturas de relações de poder que atravessam, de maneira transversal, as dinâmicas laborais de mulheres migrantes. Segundo Yanoulas (2002), a expressão “divisão sexual do trabalho” é classificada como uma categoria responsável por designar atividades que são referentes aos homens e às mulheres.

Assim, é importante observar como o campo do trabalho é um ambiente propenso a promover mecanismos de exclusão e desvalorização da mão de obra da mulher. As relações de poder, provenientes da estrutura hierárquica, na qual o homem é melhor remunerado que a mulher, são frutos dessa classificação dicotômica que emerge da divisão sexual do trabalho. Vale ressaltar que essa categoria surgiu de um ideal naturalista que distinguia homens e mulheres de acordo com o seu sexo biológico (HIRATA; KERGOAT, 2007).

Para ilustrar essa questão, utilizamos uma tabela²¹ adaptada com informações do “Dossiê: Políticas públicas e relações de gênero no mercado de trabalho”, escrito pela autora Silvia Cristina Yannoulas (2002).

Segundo Yannoulas (2012), na sociedade capitalista contemporânea, as mulheres exercem atividades laborais específicas, em razão de características culturalmente construídas que determinam o tipo de trabalho que é destinado ao público feminino.

Quadro 1: Divisão Sexual do Trabalho por Yannoulas (2002).

Segmentação ou segregação dos mercados de trabalho baseada em gênero	Divisão sexual vertical do trabalho	Pirâmide ocupacional baseada em gênero	Mercados de Trabalho recrutam mulheres de maneira seletiva
“A segmentação reporta-se à concentração de oportunidades de trabalho para as mulheres em setores de atividade específicos e num número reduzido de ocupações dentro da estrutura produtiva.”	“As mulheres como grupo estão em desvantagem em relação aos homens, em termos de salários, ascensão funcional (cargos) e condições de trabalho (em função de ser o homem, o responsável pelo sustento familiar). Diversas pesquisas mostraram que as mulheres devem apresentar sempre um requisito a mais que seus colegas homens, para ocupar o mesmo posto de trabalho.”	“Diretamente vinculado à dita divisão sexual vertical do trabalho, indica que as mulheres contam com menos possibilidades de promoção a cargos mais altos que os homens.”	“Diferentemente do que ocorre com os homens. Existe uma forte preferência para as mais jovens, mais escolarizadas, as que não têm um companheiro (solteiras, divorciadas, viúvas).”

Fonte: Yannoulas SC. Dossiê: Políticas Públicas e relações de gênero no mercado de trabalho. Brasília: CFEMEA; FIG/ CIDA; 2002, p. 16-17.

²¹ Os dados da tabela são citações diretas extraídas do texto: Yannoulas SC. Dossiê: Políticas Públicas e relações de gênero no mercado de trabalho. Brasília: CFEMEA; FIG/ CIDA; 2002, p. 16-17

Diante dessa situação, observa-se como a distribuição diferencial de cargos no mercado de trabalho apresenta-se de maneira desigual para homens e mulheres. Decorrente desse cenário, os dados sobre divisão sexual no trabalho, apresentados no Quadro 1, ilustram como a segmentação culmina na “concentração de oportunidades de trabalho para as mulheres em setores de atividades específicos em um número reduzidos de ocupações dentro da estrutura produtiva” (YANNOULAS, 2002, p. 15).

Dessa maneira, percebe-se que as estruturas sociais machistas ainda exercem grande influência no sentido de direcionar e dizer o tipo de emprego que a mulher “pode” ter e de classificar os lugares pelos quais as mulheres “podem” transitar. A reprodução desse tipo de violência pode ser observada quando a mulher migrante é submetida a subempregos, muitas vezes em condições desumanas. Diante disso, são classificadas como mão de obra desqualificada ou mão de obra qualificada mais barata. Ainda que tenham a capacitação profissional, por estarem na condição de mulher migrante, a sua mão de obra é desvalorizada²².

Diante do percurso teórico que fizemos até aqui, aproveito o espaço para pensar essa realidade de silenciamento das mulheres migrantes a partir do questionamento da escritora Indiana Gayatri Spivak (2010), a qual postula: “Pode o subalterno falar?”. A pergunta que também intitulou sua obra de maior destaque no meio acadêmico, objetiva suscitar uma reflexão acerca do olhar intelectual etnocêntrico no período pós-colonial direcionado aos sujeitos.

A crítica de Spivak (2010) consistia em confrontar a maneira como esses intelectuais se dirigiam e representavam a figura do sujeito dominado do Terceiro Mundo. Partindo de uma ótica etnocentrista, os subalternos são aqueles cuja mão de obra é desqualificada, não possuindo representação social e política. São aqueles sujeitos oprimidos, invisibilizados e que estão sob a égide dos interesses eurocentristas hegemônicos. Esses sujeitos correspondem às minorias desfavorecidas socialmente. Nesse cenário, Spivak (2010) alerta-nos para o lugar da mulher diante dessa estrutura excludente e discriminatória, “[...] Se, no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade” (SPIVAK, 2010, p. 67).

²² Tratarei desses aspectos no Capítulo 2, mas fiz uma breve observação nessa parte do texto, pois já estou em campo e fiz um levantamento de dados referentes aos desafios de inserção no mercado de trabalho. Essas questões foram questões latentes que emergiram por meio do contato com as participantes da pesquisa.

Diante dessa questão, Spivak (2010) argumenta que, se o homem subalterno não pode falar, a mulher subalterna é duplamente silenciada, e, se for subalterna, mulher e negra, a não possibilidade de exercer lugar de fala é triplamente intensificado.

Partindo dessa premissa do “não lugar” de fala, faz-se necessário problematizar os silêncios que fizeram parte da realidade das mulheres em contextos migratórios durante as últimas décadas (PORTO, 2016). Dessa maneira, cabe o questionamento: Pode a mulher migrante falar? Sobre esse aspecto, podemos nos questionar por quais razões o protagonismo presente no processo migratório de mulheres não é legitimado e visibilizado. Assim, observa-se a necessidade de compreender como foi construída a “categoria protagonismo” que aparece na contramão do processo histórico de silenciamento. Vale salientar que a abordagem da categoria protagonismo, não é uma tentativa de romantizar as dinâmicas migratórias de mulheres, mas apresentar um olhar que vai além das vulnerabilidades, sob uma ótica que não sujeite, enquadre ou simplesmente classifique a mulher migrante.

A expressão protagonista²³ é um termo que surgiu no teatro e é utilizado para designar e denominar o personagem principal de uma obra (PAVIS, 2007). Tal palavra tem poder e, ao mesmo tempo, poesia, pois é carregada de significados simbólicos, tendo em vista que o protagonista é aquele que se destaca, que dá vida ao contexto, para quem as atenções são voltadas e, por meio de quem, podemos compreender toda a essência da história que está sendo ou que já foi contada. Esse termo é corriqueiramente utilizado por autores(as) de obras literárias e teatrais, assim como por teóricos(as), estudiosos(as) e cientistas.

O protagonismo aparece como característica referente a um comportamento ou a respeito da maneira como se percebe a mulher, sendo categoria de análise para as ciências sociais. Em razão desse aspecto, a categoria protagonismo feminino faz referência ao olhar sobre a mulher e a partir da dela, construído mediante um paradigma em que a mulher é um sujeito ativo, dona das suas escolhas, com opinião própria, voz ativa/lugar de fala²⁴. Ela é responsável pela construção da sua identidade e luta para que os seus direitos sejam legitimados, efetivados e respeitados perante a sociedade (CRUZ, 2018).

²³ “Para os antigos Gregos, protagonista era o ator que fazia o papel principal[...] atualmente, costuma-se referir aos protagonistas como personagens principais de uma peça, os que estão no centro da ação e dos conflitos” (PAVIS, 2007, p. 310).

²⁴ “O falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas a poder existir. Pensamos lugar de fala como refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequente da hierarquia social” (RIBEIRO, 2019, p. 528)

Apesar de se constituírem abordagens distintas, o protagonismo feminino pode também ser relacionado com o empoderamento feminino²⁵, pois tanto o empoderamento²⁶ quanto o protagonismo podem ser tratados como interseções que fazem parte do referencial teórico e conceitual que descrevem uma nova construção e fomentam a ideia de que as mulheres (assim como os homens) têm o direito de possuir um lugar na sociedade, fundamentado na equidade de gêneros. Dessa maneira, quebram tradições e determinações que, há muitas décadas, colocavam a mulher numa postura subalterna e/ou ocultavam sua existência.

O empoderamento feminino consiste exatamente na tomada de consciência de mulheres que rompem com os grilhões do machismo²⁷ e do patriarcado, compreendendo e contactando suas potencialidades e, por intermédio desse movimento, encorpando a ideia de que podem ter o poder de escolha sobre sua própria existência.

As migrações internacionais atuais têm, como ponto em comum, a presença, cada vez maior, de mulheres, e esse fato é um retrato da sociedade contemporânea na qual podemos observar o quantitativo crescente de mulheres que são responsáveis por prover o sustento de toda família, sem contar com apoio financeiro de familiares ou de ex-companheiros (DUTRA, 2013). Ainda, conforme Dutra (2013), essas mulheres são obrigadas ou optam por migrar para dar continuidade à luta diária de oferecer melhor qualidade de vida para a família e, em alguns casos (quantidade significativa), migram por questão de sobrevivência.

Sousa (2007) discorre sobre a necessidade de dar visibilidade aos protagonismos das mulheres migrantes que, por diferentes razões, decidem migrar, mas salienta que a saída dessas mulheres do seu país de origem pode configurar também uma busca pela equidade de gêneros. Segundo a autora:

²⁵“ As noções atuais de poder têm se desenvolvido em sociedades hierárquicas de dominação masculina, com base em valores discriminatórios, destrutivos e opressores. Nesse ponto, o empoderamento das mulheres, numa perspectiva mais ampla, pode transpor o âmbito doméstico e se consolidar em esferas públicas, na medida em que a participação delas é ativa em movimentos, conscientização na sociedade, atuação nas instâncias governamentais e também com a criação de organizações da sociedade civil (associações). É preciso compreender que o processo de empoderamento das mulheres tem que desenvolver uma nova concepção de poder, que assume formas de democracia e poder compartilhado, favorecendo a construção de novos mecanismos de responsabilidade coletiva, da tomada de decisões e de responsabilidades” (CRUZ, 2018, p. 107).

²⁶ “A mulher migrante, de modo geral, passa por um processo de empoderamento, ganha autonomia, prova a si mesma que é capaz de usar seu “transnational social capital” e de impor novas condições para os relacionamentos com marido, filhos e família” (FERNANDES, 2015, p. 103).

²⁷ “O machismo é um discurso da desigualdade. Consiste na discriminação baseada na crença de que os homens são superiores às mulheres” (GARCIA, 2015, p. 147).

[...] do ponto de vista social, também, há necessidades de mudanças na percepção coletiva do papel protagonista muitas vezes desempenhado pelas mulheres no processo migratório. De fato, só recentemente tem se dado visibilidade para o processo migratório feminino. O imaginário social costuma ser de que a migração feminina se dá em função da masculina. No entanto, isso nem sempre ocorre, e muitas mulheres têm um papel protagonista de escolher imigrar para países mais igualitários em termos de gênero. (SOUSA, 2007, p. 402).

Desse modo, o protagonismo feminino em contextos migratórios é tema que vem sendo abordado e estudado sob diferentes perspectivas (MIRANDA, 2011). A presença feminina vem ganhando destaque tanto nas pesquisas acadêmicas quanto em obras jornalísticas e literárias (PAIEWONSKY, 2007). Cabe frisar que, seguindo na contramão da história, as mulheres migrantes e refugiadas, atualmente, estão sendo descritas, retratadas e analisadas a partir de um “novo” olhar, saindo do estigma de fragilidade e dependência e surgindo como protagonistas do processo migratório. Esse movimento demonstra uma mudança de paradigma em relação ao processo de escolha de mulheres sobre imigrar e se estabelecer em outro país (ESCUDERO, 2016).

Conforme Souza (2018), as mulheres migrantes, enquanto provedoras da família, rompem com mais um paradigma referente a funções e responsabilidades que eram atribuídas apenas aos homens. Desse modo, o autor destaca como as mulheres assumem um papel importante tanto em relação à economia familiar, quanto à do país de origem, assim:

No que se refere ao espaço produtivo, a mulher migrante-refugiada, já na sociedade de acolhimento, e vivenciando o processo da reterritorialização, contribui de maneira significativa com a economia familiar. Em muitos casos, ainda contribuem com a economia do país de origem, por meio de remessas, pois em muitas situações, não há a possibilidade de se trazer todos os membros da família. Contribuem, ainda, de maneira significativa com a economia do país de acolhimento, ao ocuparem postos de trabalho ou atuarem como empreendedoras. (SOUZA, 2018, p. 8).

A presença das mulheres migrantes contribui de maneira efetiva para o desenvolvimento econômico, pois elas assumem a responsabilidade de enviar montantes financeiros para aqueles que ficaram no país de origem, os filhos ou outros familiares. Esse movimento financeiro realizado por migrantes é classificado como a economia das remessas e consiste na circulação de dinheiro, tendo, como ponto de partida, o destino migratório e indo para sociedade de emigração.

Segundo Martes e Soares (2006), essas remessas são de extrema importância para as famílias dos migrantes, pois, mediante essas contribuições financeiras, é possível o

aumento do poder aquisitivo, gerando um investimento na economia local²⁸. De acordo com o estudo realizados por Martes e Sores (2006), no ano de 2004, migrantes brasileiros que viviam nos Estados Unidos e Japão enviaram para o Brasil cerca de US\$ 5,6 bilhões em remessas financeiras. Os recursos foram distribuídos em diferentes estados brasileiros. Entretanto, os autores deram ênfase aos impactos das remessas no município de Governador Valadares (Minas Gerais), que, durante o período, era considerado o município no qual a população mais emigrava em relação aos outros estados do Brasil.

Martes e Soares (2006) demonstram que as remessas enviadas para o Brasil tinham diferentes objetivos, tais como: complementação da renda familiar e negócios ou investimentos financeiros. Em relação à contribuição das remessas financeiras para o crescimento da economia de Governador Valadares, durante o período de 1985 até 1991, os autores apontam para um crescimento significativo no setor imobiliário. Esses investimentos ocorreram por intermédio da compra, reforma ou construção de imóveis. Sobre o perfil do público que fazia parte da pesquisa, foram entrevistados 176 brasileiros(as), 64% sexo masculino e 36% do sexo feminino. Apesar de o público masculino aparecer em maior quantidade, podemos observar que a mulher teve participação relevante e ativa, contribuindo também para o desenvolvimento econômico do país de origem.

É necessário salientar que o meu objetivo não é “vender” uma imagem completamente positiva²⁹ em relação à economia das remessas ou ao contexto migratório de mulheres. A proposta é dar visibilidade às questões importantes desse processo que apontam a mulher como protagonista da condição migratória. Pensando sobre esse paradigma, podemos observar como as vivências e contribuições dessas mulheres, muitas vezes, permanecem no ocultamento, e também como os estudos científicos, em determinados ocasiões, oferecem visibilidade apenas para as vulnerabilidades ou para as demandas sociais. Diante dessa

²⁸ No capítulo 2 farei uma abordagem mais profundamente esta questão.

²⁹ Vitorino (2012), nos apresenta uma outra faceta referente às remessas financeiras, tomando como corpos da sua análise a migração de mulheres salvadorenhas para os Estados Unidos. Diante dessa perspectiva a autora destaca que no caso de El Salvador as remessas não podem ser consideradas como medidas que contribuem para o desenvolvimento econômico do país. Nesse país, as remessas aparecem como recursos para tentar suprir a pobreza e deficiência econômica do país. Nesse contexto as mulheres aparecem em posição de desvantagem, pois o país é notadamente patriarcal, no qual os homens ainda são considerados como principais provedores da família. Diante desse aspecto a autora também salienta que as oportunidades de inserção a educação, saúde e mercado de trabalho também se apresenta em situação de disparidade em relação as mulheres. Portanto os recursos provenientes das remessas, não funcionam como investimento financeiro e sim como aposentadorias, salários ou seguro desemprego para os familiares dos migrantes. Ainda nesse contexto a mulher Salvadorenha também entra em desvantagem, pois a remuneração recebida no país de migração e a oportunidade de trabalho é inferior em relação aos homens, o que significa que as remessas enviadas por essas mulheres têm um valor menor. Vitorino (2012), nos mostra que nem sempre as remessas são alternativas de crescimento econômico, no caso de El Salvador as remessas funcionam como manutenção de um sistema econômico que depende da emigração da sua população para obter recursos financeiros.

reflexão, cabe destacar a contribuição de Santos referente à sua obra *Sociologia das Ausências* (2002), que nos leva a compreender como as Ciências Sociais, durante um período, se encarregou de dar visibilidade apenas à realidade dramática dos migrantes: “O objetivo da sociologia das ausências é transformar objetos impossíveis em possíveis e com base neles transformar as ausências em presenças” (SANTOS, 2002, p. 10). Parafraseando Santos (2002), seguimos com o propósito de tornar visível as presenças das mulheres migrantes.

1.2 *Prima-Donnas* da migração na cena Amazônica³⁰

O cenário migratório brasileiro, assim como em outras regiões do mundo, é complexo e multifacetado. Em distintos momentos históricos do país, é possível observar como as dinâmicas migratórias reconfiguraram-se ao longo dos anos. Tais movimentos de mobilidade humana acompanharam o desenvolvimento e crescimento econômico, social e cultural do País.

Por diferentes razões, o Brasil foi escolhido como destino migratório por grupos de migrantes de diferentes nacionalidades. Entretanto, vale salientar que os movimentos migratórios internos também se mostraram de extrema relevância, tanto para o desenvolvimento social econômico e cultural do país quanto para modificar as dinâmicas laborais.

Diante desse panorama, fica claro que, “na formação do território brasileiro, os movimentos migratórios internacionais e internos desempenharam um papel central” (SOARES *et al.*, 2015, p. 191). Logo, podemos identificar mudanças importantes referentes à dinâmica desses deslocamentos, tanto internos quanto internacionais. A seguir, situaremos brevemente dois momentos importantes para a compreensão da temática das migrações internacionais no Brasil.

No final do século XIX, o Brasil passou por um processo de escassez de mão de obra e, por essa razão, nessa fase, houve grande incentivo para a recepção de migrantes europeus. Por sua vez, a Europa sofria com o excesso de mão de obra o que ocasionava falta de emprego. Em contrapartida, o Brasil tinha disponibilidade de emprego e necessitava de mão de obra (SOARES *et al.* 2015).

³⁰ Prima- Donna é uma palavra de origem italiana para denominar as atrizes protagonistas das grandes óperas, aquelas mulheres que eram consideradas como divas (PORTAL VÁ AO TEATRO, 2018). Utilizo o termo “*Prima- Donnas*” para nomear o segundo tópico do Capítulo 1, essa nomenclatura foi utilizada para fazer uma analogia a partir do termo do teatro considerando as migrantes venezuelanas como as “*Primas- Donnas*” da cena Amazônica

Segundo Soares *et al.* (2015), já na metade da década de 1970, iniciou-se uma fase de crise econômica no Brasil que perdurou até as décadas de 1980 e 1990. Desse modo, na década de 1980, inicia-se o processo de reconfiguração do contexto migratório no Brasil, tanto em relação às migrações internacionais quanto às nacionais. As décadas de 1980 e 1990 foram marcadas pelo início do processo significativo de emigração de Brasileiros, ao passo que, na década de 1990, também se iniciaram as migrações de retorno por parte dos migrantes internos. Cabe ressaltar que os nordestinos estão entre as circulações migratórias que mais se destacaram em relação aos migrantes internos que se dirigiam do Nordeste para as regiões Sudeste e Norte, fugindo da seca e da ausência de trabalho.

Figueredo e Zanelato (2017) apontam que, no ano 2000, o Brasil passa por mais uma mudança de panorama referentes às migrações internacionais. Acompanhando as mudanças mundiais ocasionadas pelo avanço da globalização, o Brasil sai do período de estagnação econômica das décadas de 80 e 90 e assume um novo patamar em relação à economia. De acordo com Figueredo e Zanelato (2017), a estabilidade política e o crescimento econômico fizeram o país ganhar visibilidade internacional, sendo considerado como um destino migratório atrativo principalmente para os países da América do Sul. Dessa maneira, os autores destacam:

[...] aumento do número de migrantes no Brasil é resultado do crescimento no desenvolvimento socioeconômico verificado no país, que o elevou a um papel de destaque no cenário internacional. O Brasil, ao longo de sua história, constituiu-se em um país de migração, desde sua colonização até meados do século XX, sofrendo uma inversão nesse processo a partir da década de 1980, num movimento de saída de brasileiros para outros países, especialmente para os Estados Unidos, em decorrência da crise que assolou o país após o denominado milagre econômico brasileiro da década de 1970, movimento que não somente cessou, mas também motivou o retorno de grande parte dos emigrantes com a estabilidade da economia do Brasil, verificada a partir do final do século passado. Nesse cenário verificado nos últimos anos, de passagem de país de emigração para país de migração[...]. (FIGUEREDO; ZANELATO, 2017, p. 12)

A partir dessa perspectiva nacional, a Região Norte assume um lugar de proeminência em relação às novas configurações das dinâmicas migratórias internacionais no país. A Amazônia é uma região que se destaca pela sua diversidade social, natural e cultural. Suas riquezas naturais (biodiversidade) são mundialmente conhecidas, tanto pela extensão geográfica do seu território quanto pela importância do seu ecossistema. Nesse contexto, podemos observar diferentes modos de vida e configurações sociais. A população regional é composta por diferentes grupos sociais e étnicos que fazem parte de uma gama de

comunidades distintas. Dentre os grupos presentes nessa composição, podemos destacar ribeirinhos, quilombolas, indígenas e migrantes nacionais e internacionais. Em razão desse contexto, Witkoski (2009) nos apresenta uma reflexão acerca da complexidade que faz parte do processo de transformação da Amazônia ao longo dos anos:

A Amazônia como um complexo de terra, floresta e água existe indiscutivelmente há muito tempo. Ela é cronologicamente muito mais velha do que a recente experiência do homem. Nesse sentido, e somente nesse sentido a natureza precede o homem. Entretanto, [...] sem a presença do homem, é natureza inconsciente de si mesma, ou seja, é natureza carente de perspectiva teleológica e, como tal não existe. A Amazônia tal como hoje existe, é resultado de alguns milhares de ano de evolução geológica e biológica. Sua complexidade, integração e diversidade não produtos gratuitos da evolução, mas aspectos centrais de sua evolução. (WITKOSKI, 2009, p. 21).

Dessa maneira, é importante compreender como, ao longo do tempo, o espaço físico territorial da Amazônia³¹ reconfigurou-se atendendo às demandas provenientes da colonização, do capitalismo, da industrialização e, num período mais recente, acompanhando, de maneira diacrônica, os movimentos da globalização. Junto com essas transformações, aliam-se as mudanças da população e das configurações sociais. Nessa gama complexa de transformações sociais e ambientais, nota-se a importância de compreender como se configuram as dinâmicas migratórias nacionais e internacionais.

No final do século XX e início do século XXI, o panorama migratório na Região Norte do país passa por mudanças significativas, dando início a uma nova modalidade migratória, dessa vez com circulações migratórias provenientes da América Latina e do Caribe (ARAGÓN, 2011). Perante esse contexto, a Amazônia emerge como um espaço propício em relação ao destino migratório e também como local de passagem por onde se

³¹ “Ao nomear ‘A Amazônia’ como uma unidade, isto é, região em que confluem o bioma da floresta e a enorme bacia do Rio Amazonas, que comporta também uma realidade social e um modo de vida particular vinculados ao rio e à floresta se busca poder falar de toda a região e suas questões em conjunto, porém acaba por homogeneizar uma enorme quantidade de faces da Amazônia como território e as diferentes realidades que a conformam. Nesse sentido, consideramos a Amazônia como um poliedro, onde cada face se apresenta de forma diferenciada, e onde cada ponto de observação leva a vê-la com ênfase em alguma questão, que termina por tangenciar as demais apenas pela aresta, a modo de exemplo: a Amazônia da biodiversidade, a Amazônia da questão indígena, a Amazônia urbana, etc. No caso brasileiro, a Amazônia Legal e o conjunto dos municípios pertencentes a nove estados da federação, o que corresponde a 49,29% do território brasileiro. Dentro das faces da realidade amazônica se encontra sua face de fronteira: a Amazônia Legal compreende quase dois terços dos 17 mil quilômetros de fronteiras terrestres do Brasil. Particularmente, o estado de Roraima tem aproximadamente 12% das fronteiras internacionais do país, com a Venezuela e a Guiana e a maioria está dentro de terras indígenas demarcadas. Então, retomando esse poliedro de temáticas que é a Amazônia, onde a questão fronteira parecia estar em segundo plano, ou pelo menos alvo de abordagens mais tímidas e mais localizadas, acontecem situações como a migração permite visibilizar a questão fronteira” (ALVES, 2018, p. 152).

deslocam grupos de refugiados e migrantes que se dirigem para diversas regiões do país, ou se destinam para outros países (OLIVEIRA; PINTO, 2011).

Segundo Sidney da Silva (2011), devemos manter-nos atentos para a análise dos processos migratórios atuais, seguindo uma estratégia de superar as concepções teóricas que outrora orientavam os estudos, tomando como principal justificativa os ciclos econômicos para explicar os deslocamentos migratórios. Dessa maneira, a migração não era classificada como um processo social e estava vinculada ao processo de expansão econômica, ou seja, a permanência dos migrantes no destino migratório estava condicionada à duração dessa ascensão. Contudo, a Amazônia, por intermédio de seu histórico de processos migratórios, apresenta uma realidade contrária, pois, ainda com a crise econômica e declínio da borracha, os migrantes permaneceram principalmente nas cidades de Manaus e Belém (SILVA, 2011).

Silva (2011) alerta-nos para não incorremos no erro de tentar explicar as migrações recentes no contexto amazônico a partir das mesmas razões que culminaram nos movimentos migratórios para a região durante o crescimento econômico após a implementação da Zona Franca de Manaus no ano de 1967. Nesse período, o Polo Industrial de Manaus atraiu a atenção dos migrantes, principalmente os internos, que acreditavam que a cidade de Manaus dispunha de um mercado de trabalho muito promissor, sendo possível assimilar mão de obra (maior interesse para atuar na linha de montagem). Entretanto, atualmente, a realidade é que, com o passar do tempo, a indústria passou a absorver uma quantidade cada vez menos mão de obra, e as exigências para os cargos demandam maiores qualificações.

Aldair Andrade (2014), em sua tese de doutoramento, demonstra como o Polo Industrial de Manaus atraiu migrante (homens e mulheres) de todos os municípios do Estado do Amazonas. Migrar da Zona Rural para Zona Urbana com o intuito de trabalhar na indústria foi apontado pelo autor como projeto migratório dessas pessoas. Para realizar seu estudo, o autor entrevistou 93 pessoas, sendo 65 homens e 25 mulheres com idades entre 18 a 59 anos. A partir do grupo estudado, Andrade (2014) revela transformações em relação às exigências para assumir os postos de trabalho. Diante dessa transição, observa-se uma promoção do nível de escolaridade dos migrantes. No ano de 1970, prevalece o ensino fundamental, em 1980, pequena prevalência do ensino médio; nas décadas de 1990 e 2000, permanece a prevalência do ensino médio, nos anos 2.000, os trabalhadores passam a ter ensino superior completo (ANDRADE, 2014). Esses dados deixam explícito como o nível de formação educacional e qualificação profissional atualmente são quesitos determinantes para conquista de emprego,

transformando a tarefa de conseguir trabalho formal em missão cada vez mais desafiadora, tanto para a população local quanto para migrantes nacionais e internacionais.

Conforme Silva (2011), podemos perceber que, apesar das dificuldades e crises econômicas que acometeram o Brasil nos últimos anos, junto com o aumento de exigências para adentrar no mercado de trabalho, o país não deixou de atrair migrantes internacionais, principalmente os latinos, que elegeram a região Norte como local de destino. É o caso dos migrantes Bolivianos, Peruanos, Colombianos, Venezuelanos e Guianeses, incluindo deslocamentos migratórios provenientes do Caribe, como a migração Haitiana (SILVA, 2011). As circulações migratórias citadas foram motivadas e fruto de contingências distintas que influenciaram cada um deles de maneira peculiar.

Portanto, o processo de escolha da Amazônia como destino migratório perpassa questões sociais, econômicas, culturais, pessoais e familiares. Talvez a crise econômica no país de origem, a proximidade e a facilidade para transitar pelas fronteiras brasileiras também possam ter colaborado. No entanto, é impossível compreender tais movimentos a partir de uma visão reducionista, tomando como referência apenas o setor econômico. Abdelmalek Sayad (1998) alerta que:

[...] a migração é em primeiro lugar, um deslocamento de pessoas no espaço, e antes de mais nada no espaço físico; nisto, encontra-se relacionada, prioritariamente, com as ciências que buscam compreender a população e o espaço, ou seja, grosso modo, a demografia e a geografia, e principalmente porque esta, ao tratar da ocupação dos territórios e da distribuição da população, inclina-se a anexar aquela - não é por nada que a demografia é uma questão, em parte dos geógrafos e, em parte, dos historiadores. Mas o espaço dos deslocamentos não é apenas um espaço físico, ele é também um espaço qualificado em muitos sentidos, socialmente, economicamente, politicamente, culturalmente [...]. (SAYAD, 1998, p. 15).

Sayad (1998) trata os processos migratórios a partir da formulação teórica considerada como “fato social total³²”. Nesse aspecto, o autor postula que é necessário lançar um olhar para além de um único objeto de análise. A migração deve ser compreendida como um movimento que engloba a sociedade como um todo, levando em consideração o seu processo histórico, identificando as estruturas sociais vigentes, analisando os seus mecanismos e conhecendo a origem desses movimentos. Dessa forma, observa-se a necessidade de compreender como a mulher emerge diante dessa conjuntura.

³² “ Fato social total”, é verdade; falar da migração é falar da sociedade como um todo, falar dela em sua dimensão diacrônica, ou seja, numa perspectiva histórica (história demográfica e história política da formação da população francesa), e também em sua extensão sincrônica, ou seja, do ponto de vista das estruturas presentes da sociedade e de seu funcionamento; mas como a condição de não tomarmos deliberadamente o partido de mutilar esse objeto de uma de suas partes integrantes, a parte relativa a emigração (SAYAD, 1998, p. 16).

A Amazônia se apresenta como um cenário plural, composto por uma sociodiversidade que engloba indivíduo, natureza e espécie. Assim, para compreender e conhecer essa região é necessário tomar, como ponto de partida, as relações de gênero, considerando como foco de análise as demandas de poder que estão presentes nessas relações (TORRES, 2011). Sobre essa discussão, Torres (2011) comenta sobre o processo de invisibilização ao qual as mulheres da Amazônia foram submetidas, tanto nas últimas décadas quanto na contemporaneidade. Torres assevera que:

Pensar na Amazônia brasileira de hoje ou de ontem implica buscar suas referências nos liames das relações de poder que se materializaram em um tipo de mandonismo diametralmente cruel para com as mulheres. Não estamos nos referindo só às estruturas de Estado, mas especialmente às relações sociais carregadas de preconceito étnico que vem a se somar à condição de gênero nessa região [...]O ocultamento das mulheres nesse espaço regionalizado mobiliza fatores como tempo, lugar ou região, classe e etnia. Elas sequer foram mencionadas nas políticas de emprego e renda ao longo dos processos históricos, a não ser em tempos mais recentes no âmbito do Projeto da Zona Franca. E lembre-se, que o grande capital escolheu estrategicamente a cidade de Manaus como sede da Zona Franca como uma questão de gênero, em face da condição étnica e da suposta despolitização das mulheres. (TORRES, 2011, p. 4-5).

Diante de tal realidade, podemos ressaltar como as questões referentes às relações de poder baseadas na perspectiva de gênero impactam as mulheres migrantes que fazem parte do contexto da Amazônia. Sobre esse aspecto, podemos tomar como referência o processo histórico de silenciamento das mulheres migrantes. Segundo Valdirene Porto (2016), a *Belle Époque* manauara (final do século XIX e início do século XX) foi um período de desenvolvimento econômico (ascensão da borracha), urbano e tecnológico bastante importante, tanto para cidade de Manaus quanto para Região Norte. Essa época também foi marcada pela chegada de migrantes europeus na cidade de Manaus.

Porto (2016) utiliza a referência à *Belle Époque* para dar visibilidade à presença e à importância das mulheres migrantes nesse período. Segundo a autora, as mulheres chegavam acompanhadas de seus maridos e não tinham o direito de possuir um passaporte próprio. A mulher era registrada em nome do marido por meio da utilização de um passaporte coletivo que, segundo a autora, foi um grande símbolo de silenciamento das mulheres nessa época, tendo em vista que o passaporte coletivo significava que a mulher não tinha autonomia e nem era incentivada a ser protagonista do processo migratório (PORTO, 2016).

É importante retomar esse momento histórico sobre as mulheres migrantes para compreender que, atualmente, apesar de vivermos em uma sociedade completamente

diferente, na qual as mulheres, cada vez mais, conquistam a equidade entre gêneros, podemos perceber como elas, em algumas esferas, ainda são submetidas a relações de desvantagem em relação aos homens.

A partir dos anos 1990, o panorama migratório da Região Norte assume uma nova perspectiva. Nesse período, a Amazônia Brasileira começa a receber uma quantidade maior de migrantes provenientes dos países vizinhos. A esse respeito, exemplificamos, a partir de Oliveira e Pinto (2011), a vinda para o Brasil de migrantes peruanas em 1990, e *desplazadas* colombianas em 2007. No caso das colombianas, a vinda tinha como objetivo fugir do domínio e violência das Forças Revolucionárias Colombianas (FARCS); já as peruanas, fugiam da crise econômica e da desigualdade social presente no país. Apesar de serem deslocamentos migratórios distintos, que ocorreram por razões diversas, Oliveira e Pinto (2011) demonstram como as mulheres e as crianças eram o público mais vulnerável nas dinâmicas migratórias das quais faziam parte. Nesse contexto, os autores problematizam a irregularidade de documentação de migrantes peruanas e *desplazadas* colombianas como um dos desafios enfrentados por essas mulheres, tendo em vista que essa condição as deixa suscetíveis a sofrerem violência sexual, exploração sexual e laboral.

O Brasil possui, na Região Norte, extensa fronteira com outros países (Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana Suriname e Guiana Francesa). Essa informação é de extrema relevância no que tange à compreensão das dinâmicas e relações sócio culturais estabelecidas nesses espaços. A categoria fronteira carrega consigo uma infinidade de significados e simbologias:

[...]fronteira como “lugar” onde se processam saídas e chegadas, encontros e desencontros, numa dinâmica de conflito permanente. Ou ainda o “lugar de passagem” marcado pelos confrontos da ordem estrutural, cultural, social, política e econômica dos países fronteiriços. (OLIVEIRA; PINTO, 2011, p. 143).

Ainda conforme Oliveira e Pinto (2011), na década de 90, podemos observar um aumento no quantitativo de mulheres migrantes peruanas e colombianas. As peruanas que atravessavam a fronteira e adentravam o país tinham o intuito de realizar uma reunificação familiar, no caso se reunir com o marido que já havia entrado no país anteriormente. Porém, existem registros de mulheres peruanas que atravessaram as fronteiras sozinhas em busca de uma emancipação por trabalho ou por estudo. Segundo (OLIVEIRA; PINTO, 2011), ainda no país de origem essas mulheres foram submetidas a violências decorrentes da questão de

gênero. Violências que emergiam do seio familiar, abusos sexuais externos. Nesse caso, a migração aparece como uma tentativa de se livrar dessas violências.

Em relação à Colômbia, em 2006, aumentou o contingente de mulheres impulsionadas à migração, em razão de viverem em zonas de conflito dominadas pelas FARC (OLIVEIRA; PINTO, 2011). A situação das colombianas na Amazônia pode ser considerada como extremamente crítica, são inúmeros relatos de violências e abusos, inclusive levando em considerações as interseccionalidades desse público, observamos uma maior intensidade e ocorrência de violências direcionados a um público específico. Assim,

[...] o estigma da condição de desplazadas reduz os grupos humanos à completa miséria e exclusão social, o que para as mulheres é ainda mais recalcado, principalmente se não estiver na companhia de seus maridos, o que é o caso de grande parte delas [...]. (OLIVEIRA; PINTO, 2011, p. 153).

Ainda conforme Oliveira e Pinto (2011), a dificuldade para emissão de documentos brasileiros e a regularização do status migratório acentuaram a situação de vulnerabilidade, tanto das migrantes peruanas quanto das colombianas. Apesar dos movimentos terem ocorrido em épocas distintas, pudemos observar a ausência de políticas públicas para tratar dessas questões nos dois períodos.

Pensando em todos esses elementos, podemos observar que, no Brasil, ainda não existem políticas públicas ou ações por parte do Estado direcionadas ao acolhimento e à proteção dessas mulheres. O que ocorre é uma invisibilização e exploração da mão de obra, são mulheres que já possuem um histórico de situação de vulnerabilidade. As agências de resposta humanitária³³, instituições religiosas e organizações da sociedade civil no contexto da Amazônia são as maiores responsáveis por empreender ações de amparo e abrigo, tentando dar conta da ausência de iniciativas do poder público (SARMENTO; RODRIGUES, 2018).

A migração Haitiana para o Brasil, e para a região amazônica, também faz parte desse histórico de ausência de políticas de amparo do governo, tanto relacionadas à emissão de documentos (processo que era repleto de burocracias) quanto em relação às políticas de

³³ [...] entidades religiosas locais e outras organizações da sociedade civil, grupos da Universidade e organizações não-governamentais (nacionais e internacionais), além das Agências das Nações Unidas (ACNUR, OIM, UNFPA, UNICEF). Essas entidades e seus representantes têm atuado no sentido de somar forças no processo de acolhimento aos migrantes, resgatando-lhes a dignidade e valorizando-os enquanto sujeitos, uma vez que a maior parte se encontra em estado de extrema vulnerabilidade social agravada pela situação de irregularidade migratória (SARMENTO; RODRIGUES, 2018, p. 243). Além das agências de resposta humanitária da ONU No segundo capítulo encontraremos informações sobre a atuação no contexto da migração venezuelana para cidade de Manaus das Instituições Religiosas (Cáritas, Jesuítas, Pastoral do Migrante e Agência Adventista para Desenvolvimento e Recurso Humanos- ADRA).

assistência à saúde, à educação e à moradia (SILVA, 2017). O *boom* da migração Haitiana ocorreu no ano de 2010, entretanto, ainda no ano 2019, continuavam a chegar haitianos, dentre eles famílias, mulheres e crianças. E, apesar de toda complexidade que envolveu e ainda envolve essa migração, o governo do estado não dispunha, até então, de nenhum plano ou iniciativa de amparo específico para esse público, principalmente direcionado às mulheres.

É possível observar, a partir dessa retrospectiva histórica e de levantamentos bibliográficos iniciais realizados para esta pesquisa, que, apesar da questão migratória fazer parte da constituição histórica do Estado Amazonas e do Brasil como um todo, percebe-se que as instituições governamentais ainda não apresentam um tipo de resposta efetiva a longo prazo para demandas migratórias, como veremos nos próximos capítulos.

1.3 Mulheres Venezuelanas na cidade de Manaus: Bastidores

No ano de 2017, o Brasil passa a receber a migração expressiva de homens, mulheres e crianças venezuelanas. Vindos de diferentes regiões da Venezuela, os migrantes adentravam o território brasileiro principalmente pela região norte do país. As cidades de Pacaraima e Boa Vista, ambos municípios do Estado de Roraima foram as primeiras cidades a sentirem os impactos decorrentes dessa dinâmica migratória (SEVERIANO, 2018).

Em relação a esse contexto, podemos observar uma lentidão por parte do governo brasileiro em formular políticas e ações de assistência que atendessem as demandas provenientes desse contexto (ARAÚJO, 2018). Eram pessoas sozinhas, famílias inteiras, grupos de conhecidos, mães solos com crianças, mulheres grávidas, ou seja, o público era bastante heterogêneo e chegando às cidades brasileiras iam ocupando diferentes espaços públicos permanecendo um longo período em situação de rua (KNAPP, 2018).

A complexidade e heterogeneidade das migrações venezuelanas denotam os desafios teórico-metodológicos para análises das migrações no Sul global e para a implementação de políticas migratórias e de acolhimento. No caso brasileiro, há a reconfiguração de espaços migratórios na fronteira norte, em particular no estado de Roraima, e fora dela, expressando especificidades no contexto local. (BAENINGER, 2018, p. 9).

Observa-se que a situação de Roraima merece uma atenção especial, por se tratar de uma região que possui aproximadamente 12% das fronteiras internacionais do país. Nesse caso, o estado faz fronteira com a Venezuela e com a Guiana, porém, um detalhe importante dessa realidade, é que a maior parte dessas fronteiras está localizada em áreas indígenas (ALVES, 2018). Portanto, as relações entre território e fronteira ultrapassam a simples

questão da demarcação física de um espaço, abarca questões sociais, políticas, culturais e étnicas.

Dessa forma Alves (2018), comenta que a cidade de Pacaraima (RR) faz fronteira com a cidade de Santa Elena de Uairen (República Bolivariana – RBV), a proximidade entre as fronteiras torna o Brasil depois da Colômbia um dos destinos escolhidos entre os venezuelanos. Em razão da dificuldade econômica milhares de Venezuelanos escolhem essa rota para entrar no Brasil, pois é possível adentrar a fronteira com a utilização de veículos, transportes coletivos ou após uma longa e extenuante caminhada é a pé. Entretanto, cabe ressaltar que, apesar da aparente “facilidade” para atravessar a fronteira, quando chegam ao destino o migrante se depara com uma série de problemas e percebe que a sociedade de acolhida não estava preparada para receber e para lidar com a presença dessas pessoas (ALVES, 2018).

A realidade dos venezuelanos no Brasil é desafiadora, desde o início dessa circulação migratório 2017, até o momento atual (2020), podemos notar como muitas coisas mudaram. Por se tratar de um processo que ainda está acontecendo, as configurações são fluidas e mudam constantemente. Nesse ponto, um dos aspectos que chamaram atenção, ainda no ano de 2018, e precisa ser retomado, refere-se ao processo de xenofobia observado em cidades do Estado de Roraima (SARMENTO; RODRIGUES, 2018). Como já mencionando anteriormente, por ser um local mais próximo da Venezuela, uma quantidade significativa de pessoas se aglomeram nas cidades de Pacaraima e Boa Vista. Em Pacaraima, criou-se um assentamento de venezuelanos, onde os mesmos residiam até que fosse possível ir a um abrigo ou conseguir trabalho para pagar aluguel.

A população considerava os venezuelanos como intrusos que estavam invadindo a cidade e estavam ali para roubar os empregos e benefícios sociais. Esse tipo de sentimento xenofóbico geralmente está presente nas sociedades de acolhida (SARMENTO; RODRIGUES, 2018). São inúmeros os fatores que corroboram que esse tipo de preconceito se perpetue. Nesse sentido, Bauman (2017) discorre sobre o mecanismo discriminatório nas sociedades de migração a partir da análise sobre a crise migratória que acometeu a Europa recentemente.

Tomando como referência Bauman (2017), podemos refletir sobre essa questão, partindo dos fatores que envolvem esses mecanismos discriminatórios. A grande presença de migrantes e refugiados pode despertar diferentes tipos de sentimentos provenientes da sociedade local. Um estranhamento inicial, um desconforto por pensarem que essas pessoas

são mensageiras de más notícias, como se carregassem com ela mazelas e o pior vieram sem serem convidadas.

Quando um país recebe um grande movimento migratório, a preocupação inicial dos governantes – e também de grande parte da população – refere-se à fronteira territorial. Prontamente, as autoridades buscam adotar medidas que impeçam a chegada dos migrantes ou que dificultem a entrada dos mesmos no seu território. Segundo Bauman (2017), quando um país está na eminência de receber, ou quando a população local toma consciência da chegada de um quantitativo significativo de migrantes, podem emergir, por parte dessa população, sentimentos como o pânico e a rejeição, pois, ao entrar em contato com a dura realidade dos migrantes, as pessoas desenvolvem crenças relativas à migração como sinônimo de incômodo e potencializadora de problemas socioeconômicos já existentes. Assim, Bauman (2017) alerta:

Eles nos tornam conscientes e nos lembram daquilo que preferiríamos nos esquecer ou, melhor ainda, fazer de conta que não existe: forças globais, distantes, ocasionalmente mencionadas, mas em geral despercebidas intangíveis, obscuras, misteriosas e difíceis de imaginar, poderosas o suficiente para interferir também em nossas vidas, enquanto desconsideram e ignoram nossas próprias preferências. As “vítimas colaterais” dessas forças tendem a ser percebidas, por uma lógica viciada, com suas tropas de vanguarda, que agora estabelecem guarnições em nosso meio. Esses nômades [...] nos lembram, de modo irritante, exasperante e aterrador [...] Vulnerabilidade de nossa própria posição e a endêmica fragilidade de bem-estar arduamente conquistado (BAUMAN, 2017, p. 21).

A sociedade cria crenças e dissemina regras sociais que influenciam comportamentos e ditam normas, sendo responsável também por fomentar esse tipo de conduta preconceituosa (BAUMAN, 2012). Condutas que podem chegar ao extremo, como o ataque sofrido pelos venezuelanos no Estado de Roraima em 2018. Na ocasião, brasileiros atearam fogo no assentamento de venezuelanos e os mesmos foram expulsos. No momento, tinham mulheres, crianças e idosos que foram obrigados a retroceder, atravessando a fronteira de volta para o lado venezuelanos (QUEIMAM, 2018).

Assim como as cidades de Boa Vista e Pacaraima, Manaus também enfrentou dificuldades para atender as demandas da migração venezuelana que começaram a surgir na cidade no ano de 2017. São inúmeros os desafios, por se tratar de um processo heterogêneo, pleno de interseccionalidades, com uma série de dificuldades que perpassam as áreas da saúde, economia, educação, trabalho e moradia. Nesse panorama, em 2017 o governo Temer decretou estado de emergência motivado pela situação dos migrantes que se aglomeravam nas cidades de Boa Vista, Pacaraima e Manaus.

Naquele ano, parte dos venezuelanos que chegou a Manaus era indígena, da Etnia Warao³⁴, e não conseguiu abrigo, ficando em situação de rua. Eles alojaram-se próximo à rodoviária, até que foi criado para eles um espaço no bairro do Coroado. Entretanto, o local ainda não estava devidamente adequado para recebê-los (KNAPP, 2018).

Ainda no ano de 2017, após análise sobre as condições dos migrantes no Estado de Roraima e do Amazonas, o Conselho Nacional de Direitos Humanos-CNH emitiu o Relatório das Violações dos Direitos dos Venezuelanos no Brasil, denunciando as condições de extrema vulnerabilidade e abandono no qual se encontravam. Como resultado desse relatório foi exigido que se criassem ações de saúde, assistência social e abrigo. Na época, o governo do estado do Amazonas disponibilizou uma antiga escola para alojar os migrantes venezuelanos. Nesse documento, constavam exigências solicitando adequação do espaço e dos serviços oferecidos a essas pessoas seguindo as recomendações contidas no documento. No ato I do documento citado, consta a seguinte instrução:

I – Promover medidas necessárias à prevenção, repressão, sanção e reparação de condutas e situações contrárias aos direitos humanos, sobremaneira os previstos em tratados e atos internacionais ratificados pelo Brasil, e apurar as respectivas responsabilidades. (CNH, 2017, p. 3).

A partir das recomendações desse documento, foram realizadas adequações para atender a necessidades prescritas pelo relatório. Tais ações foram concretizadas pela prefeitura de Manaus juntamente com a Agência da ONU para Refugiados – ACNUR, a fim de receber os migrantes venezuelanos inscritos no processo de interiorização. Essa medida foi adotada pelo governo federal, a fim de diminuir a concentração de migrantes em Pacaraima e distribuir para outras regiões do país (GODINHO, 2018). A partir desse movimento, a cidade de Manaus recebeu 200 migrantes no Abrigo para Refugiados Venezuelanos do Coroado. Foi nessa época, diante desse contexto, que realizei a minha primeira visita a um abrigo para

³⁴ É importante destacar que é necessário realizar pesquisas e ações para dar visibilidade ao contexto migratório das mulheres waraos, bem como desvelar os protagonismos dessas mulheres que também estão presentes nesse cenário. Portanto ressalto que o trabalho em questão foi desenvolvido em pleno período de pandemia, logo o acesso a esse público específico tornou-se impossível no momento da realização dos trabalhos de campo. As mulheres Waraos que residem na cidade de Manaus vivem em regime de abrigamento e só era permitido a entrada de profissionais da saúde como medida de prevenção a COVID. Logo em razão do avanço do tempo, prazos de entregas e demais dificuldades impostas pela pandemia, as mulheres Waraos não fizeram parte dessa pesquisa, mas afirmo outra vez que é de extrema urgência e importância que se desenvolvam estudos que apresentem as narrativas dessas mulheres a respeito das suas vivências na cidade de Manaus. Assim como as mulheres Waraos, também é necessário construir espaços de visibilidade nas pesquisas migratórias referentes a Manaus que abordem as narrativas das Mulheres Trans que também fazem parte do cenário migratório da cidade e que em diferentes setores da sociedade são invisibilizadas e estigmatizadas.

migrantes e refugiados. Nesse momento, se tornou clara a presença relevante das mulheres venezuelanas nesse cenário.

Segundo relatório apresentado pela Organização Internacional para Migrações-OIM (2020), entre janeiro de 2017 e novembro de 2019, 545.753 mil venezuelanos(as) entraram no Brasil, já 310.792 mil deixaram o país, então em território Brasileiro permaneceram 234.961 mil pessoas. Para dar conta das demandas migratórias proveniente desse processo, em 2018, o Governo Federal inaugurou em Roraima a Operação Acolhida, que tinha como objetivo trabalhar a partir de três eixos: ordenamento da fronteira, acolhimento e interiorização³⁵. A partir do processo de interiorização, a cidade de Manaus passou a receber uma quantidade maior de migrantes.

A chegada dos primeiros venezuelanos(as) à cidade foi marcada por uma forte presença feminina. Em diferentes pontos de Manaus, a população local podia observar mulheres da etnia warao carregando seus filhos e pedindo esmolas, essas foram as primeiras imagens da migração venezuelana na cidade (SEVERIANO, 2018). Além das mulheres indígenas, a cidade também passou a receber mulheres não indígenas, que chegaram e ainda chegam com as suas famílias, parentes, amigos(as) ou sozinhas (GODINHO, 2018). Mulheres de diferentes faixas etária, classes sociais diversas e advindas de regiões distintas da Venezuela. As cifras indicativas da quantidade de venezuelanos que chegaram à cidade aumentaram significativamente, até o ano vigente (2020), assim como os desafios e os tipos de resposta humanitária que se deram por meio de ações de assistência e acolhida direcionadas a esse público.

Muitas coisas mudaram, os dados, até o momento, foram as cenas iniciais desse processo que é fluido e se modifica com frequência. Pertinente à realidade das mulheres migrantes na cidade de Manaus, atualmente, existem dificuldades novas e antigas que ainda

³⁵ “Uma grande força-tarefa humanitária executada e coordenada pelo Governo Federal com o apoio de agências da ONU e de mais de 100 entidades da sociedade civil, a Operação oferece assistência emergencial aos refugiados e migrantes venezuelanos que entram no Brasil pela fronteira com Roraima. Desde o início da crise migratória, estima-se que mais de 264 mil venezuelanos entraram e permaneceram no Brasil. A Operação Acolhida está organizada em três eixos: 1) ordenamento da fronteira – documentação, vacinação e operação controle do Exército Brasileiro; 2) acolhimento – oferta de abrigo, alimentação e atenção à saúde; e 3) interiorização – deslocamento voluntário de venezuelanos de RR para outras Unidades da Federação, com objetivo de inclusão socioeconômica. Em 2019, a Operação Acolhida teve continuidade, organizando a chegada, garantindo atenção à saúde e fortalecendo a interiorização de milhares de venezuelanos que chegam pela fronteira. Mais de 4 mil militares participaram da missão desde seu início. Ao entrar no País, o venezuelano dirige-se ao Posto de Recepção e Identificação (PRI). Enquanto aguarda atendimento, recebe água, lanche e pode utilizar banheiros. O posto controla e organiza o fluxo migratório, realizando a expedição de documentos e oferecendo auxílio médico aos venezuelanos em sua chegada. Em seguida, são encaminhados para um dos 13 abrigos e para o processo de interiorização” (OPERAÇÃO, 2019). Vale destacar que apenas em novembro de 2019 a cidade de Manaus pode contar com um posto da Operação acolhida.

não foram trabalhadas da melhor maneira, no que tange à questão dos desafios impostos a esse público que foram citados anteriormente. Nesse sentido, nos próximos capítulos, discutiremos a realidade das mulheres colaboradoras da pesquisa diante de tal cenário, a partir da perspectiva da visibilidade ao importante papel que elas desempenham nesse campo, lidando com os desafios que se apresentam no cotidiano e desvelando protagonismos.

1.4 Etnografia em Tempos de Pandemia: Construindo caminhos

A presente pesquisa busca compreender o protagonismo feminino no processo migratório de Venezuelanos para o Amazonas. Dessa maneira, configura-se como uma pesquisa de natureza qualitativa. De acordo com Minayo (2008) a pesquisa qualitativa atua com a natureza dos significados, anseios, crenças, valores, causas e atitudes, o que compreende um lugar mais intenso das relações, dos processos que não são passíveis de fragmentação por meio da operacionalização de variáveis. Em relação aos conteúdos obtidos por intermédio da pesquisa, Minayo (2008) considera que eles não são visíveis, para acessá-los, precisam ser expostos e interpretados pelos próprios sujeitos da pesquisa. Dessa forma, demonstrando que, na pesquisa qualitativa, todos (participantes da pesquisa e pesquisadores) são responsáveis pela produção de conhecimento.

Sobre o tipo da pesquisa, trata-se de uma pesquisa etnográfica, o que implica realizar uma análise partindo de uma perspectiva holística e dialética da cultura dos sujeitos da pesquisa. Incluindo os atores sociais, por meio de uma participação ativa e dinâmica no processo da pesquisa, buscando revelar as relações e interações significativas tornando possível empreender uma reflexão sobre as ações dos sujeitos pesquisados (MATTOS, 2011).

Desse modo, para atingir os objetivos dessa pesquisa, a etnografia foi escolhida como metodologia. Pois, segundo Mattos (2011, p. 51), por intermédio da etnografia, partindo de um olhar holístico, pode-se observar “os modos como grupos sociais ou pessoas conduzem suas vidas com o objetivo de revelar o cotidiano”.

A etnografia é uma metodologia de pesquisa que permite ao pesquisador construir e inserir-se no campo partindo do princípio da presença. Nesse sentido, a etnografia é construída a partir do campo e do contexto, compreendendo a magnitude desses elementos, da relação com esse espaço e com os sujeitos que fazem parte dele. Para realizar esse processo de troca, pois a etnografia é um movimento de troca, de saberes, de afeto e de vivências, é

necessário compreender que o pesquisador estabelece uma relação recíproca mediante a colaboração mútua entre sujeito e pesquisador (OLIVEIRA, 1996).

Etnografar é implicar-se no processo de tal modo que os encontros e as vivências no campo fluem sob o olhar atento do pesquisador, e nada escapa do contato da ponta da caneta com o papel. O caderno de campo é também um elemento imprescindível nesse lugar, ali serão registradas informações que emergem dessa troca e por ser um espaço fluido de transições constantes, o fiel amigo do pesquisador, o caderno deve estar sempre apostado para absorver essas preciosas informações.

Por meio da etnografia, o pesquisador recebe a licença para adentrar os espaços mais íntimos dos sujeitos. Mediante encontros, os relatos de vida vão sendo narrados, as vivências cotidianas desveladas e compreendidas. Nesse ritmo recíproco e diacrônico, a pesquisa vai acontecendo (OLIVEIRA, 1996). É importante ressaltar que, para se fazer presente de maneira efetiva e de fato imergir no campo de forma a perceber, identificar, compreender e analisar as estruturas sociais, o desenrolar dos papéis sociais, a cultura e funcionamento do campo estudado, é importante alinhar com as competências e as habilidades do pesquisador. Nesse sentido, Oliveira (1996) destaca:

[...] o "Olhar, o Ouvir e o Escrever" podem ser questionados em si mesmos, embora num primeiro momento possam nos parecer tão familiares e, por isso, tão triviais, a ponto de nos sentirmos dispensados de problematizá-los; todavia, num segundo momento - marcado por nossa inserção nas ciências sociais -, essas "faculdades" ou, melhor dizendo, esses "atos cognitivos" delas decorrentes, assumem um sentido todo particular, de natureza epistêmica, uma vez que é com tais atos que logramos construir o nosso saber[...] enquanto no Olhar e no Ouvir "disciplinados" - a saber, disciplinados pela disciplina - se realiza nossa "percepção", será no Escrever que o nosso "pensamento" se exercitará da forma mais cabal, como produtor de um discurso que seja tão criativo quanto próprio das ciências voltadas à construção da teoria social. (OLIVEIRA, 1996, p. 15).

O autor nos chama a atenção para necessidade de desenvolvermos o nosso olhar, a partir de uma perspectiva epistemológica, pensando no construto teórico e na abordagem disciplinar que estamos utilizando como direção quando nos dirigimos ao campo. Trabalhar o olhar e o ouvir são premissas que requerem o exercício do pesquisador de compreender que o olhar é essencial para identificar e reconhecer as estruturas históricas do campo, partindo de uma disciplina para acessar conteúdos e informações, visualizar detalhes que não são possíveis de serem acessados por olhos e ouvidas ingênuas.

O ouvir do pesquisador deve estar apto para compreender os signos e a linguagem que são utilizadas no campo, tornando-o capaz de compreender as mensagens e conteúdos que

estão sendo expressos. Como observador participante, é também ator central desse processo e, por essa razão, deve conhecer e compreender o campo, para que nada passe despercebido do seu “olhar” e “ouvir” atentos (OLIVEIRA, 1996).

Ainda conforme Oliveira (1996), para que o pesquisador consiga de fato “lançar um olhar etnográfico” ao objeto estudado, o mesmo deve compreender a importância de concatenar essas três estratégias (olhar, ouvir e escrever). Dessa maneira, levando inquietudes, questões para o campo, para que, assim, encontre respostas para os seus questionamentos, entre em contato com novas informações e tenha insights. E após olhar e ouvir, o pesquisador seja capaz de escrever tudo que foi vivenciado e observado, passando pelo processo de finalização do trabalho, chegando ao produto final que corresponde à construção do conhecimento. Weber ressalta que, a partir desse processo, torna-se possível conferir cientificidade sobre o fazer etnográfico, dessa forma:

Uma parte expressiva do ofício do etnógrafo reside na construção do diário de campo. Esse é um instrumento que o pesquisador se dedica a produzir dia após dia ao longo de toda a experiência etnográfica. É uma técnica que tem por base o exercício da observação direta dos comportamentos culturais de um grupo social, método que se caracteriza por uma investigação singular[...] (WEBER, 2009, p. 157).

Vislumbrando a importância do caderno de campo aliado às três estratégias (olhar, ouvir e escrever), podemos constatar que o caderno de campo é uma ferramenta também responsável por fazer a pesquisa fluir. A escrita é uma tarefa essencial da pesquisa etnográfica. Nesse espaço, o pesquisador esboça toda a sua análise, os sentimentos e as impressões sobre um campo. É como se estivesse costurando uma colcha de retalhos, na qual cada pedaço é insubstituível e necessário. Dessa forma, também pode se considerar a importância das informações contidas nele. No trabalho final, cada pedaço de retalho será essencial para montar o quebra cabeça pesquisa. Poderia afirmar que o caderno de campo é uma extensão do corpo do pesquisador.

Portanto, por compreender a função e necessidade do caderno de campo, ele também foi escolhido como ferramenta para o desenvolvimento do trabalho em questão. E, como a etnografia é um fazer diário, abordaremos como o fazer etnográfico foi se desenvolvendo ao longo dessa pesquisa.

1.4.1 Percurso Metodológico: Coleta, Análise de Dados e Participantes da Pesquisa

Os dados da presente pesquisa foram coletados, primeiramente, por intermédio do levantamento bibliográfico sobre o tema, seguindo para a observação do cotidiano das mulheres venezuelanas participantes da pesquisa. Com minha entrada no campo, comecei a realizar o levantamento dos dados, por meio dos relatos de vida dessas mulheres. Os referidos dados estão sendo coletados a partir de entrevistas semiestruturadas, observação participante do cotidiano e registro no caderno de campo.

Também utilizamos a fotografia, partindo da perspectiva de que a imagem, para pesquisa etnográfica, tem uma contribuição importante, sendo possível acessar conteúdos e símbolos que são capturados por meio de fotografia e que, muitas vezes, não são identificados apenas por intermédio do discurso. A imagem vai além do congelamento de um instante, segundo Oliveira et al (2019): “a fotografia e a filmagem funcionam como fontes de informação que possibilitam diferentes olhares sobre a realidade social” (OLIVEIRA, et al. 2019, p. 60). A partir dessa perspectiva, a imagem será utilizada como recurso etnográfico para descrever o cotidiano das mulheres venezuelanas e os conteúdos provenientes desse campo.

Desde 2018, estabeleci contato com Carol, migrante venezuelana que faz parte de uma rede de mulheres venezuelanas que realizam ações solidárias. Durante o ano de 2019, pude vivenciar situações cotidianas dessa migrante em questão, mediante visitas ao seu local de trabalho, no qual pude observar algumas demandas pertinentes ao contexto em que está inserida. Essa experiência também contribuiu para construção do meu objeto de pesquisa. Em razão dessas contingências, o ponto de partida dessa pesquisa deu-se por meio da relação estabelecida com essa migrante, a qual possibilitou o acesso a sua rede de contatos.

A partir das observações que realizei, pude identificar como a participante em questão contava com o apoio e também apoiava outras mulheres, tanto em relação à inserção no mercado de trabalho quanto à obtenção de itens básicos de sobrevivência. Por meio dessa aproximação com Carol, iniciei a minha pesquisa de campo.

Após aprovação do CEP, dei seguimento, cumprindo o meu planejamento para iniciar a entrada em campo. Dessa forma, após receber o resultado do CEP, combinei com Carol para nos encontrarmos com o intuito de lhe fazer o convite formal para participar da pesquisa. Após a anuência, iniciei o processo de observação do cotidiano dela e das outras participantes para compreender como se constitui a dinâmica das redes de apoio construídas por essas mulheres. Dessa forma, a pesquisa começou a partir da indicação dela. Por intermédio de Carol, consegui acessar essa rede de mulheres, utilizando o método bola de

neve (VINUTO, 2014): as entrevistas estão ocorrendo seguindo as indicações das participantes, em que cada mulher será convidada a indicar outra mulher do seu convívio social para ser entrevistada também.

Vale ressaltar que a rede, aqui descrita, não é organizada formalmente e não está vinculada a instituições (públicas ou privadas) ou qualquer tipo de agremiação, nem subordinada hierarquicamente a outras redes ou indivíduos. Quando utilizo o termo “redes”, faço referência a estratégias de apoio construídas a partir da relação estabelecidas entre mulheres venezuelanas, as quais são desenvolvidas a partir das vivências cotidianas por intermédio de vínculos construídos ou de acordo com a necessidade dessas mulheres e do contexto ao qual pertencem. Por tais razões observa-se que essas redes são fluidas, acompanhando dinamicamente as questões que são postas em suas vidas cotidianas.

Os dados da pesquisa serão analisados mediante técnica de análise do conteúdo (AC), pois tal procedimento possibilita de maneira sistemática, a descrição das mensagens e das atitudes relacionadas ao contexto da enunciação, além de englobar as inferências a respeito dos dados coletados (OLIVEIRA, 2008). A metodologia AC foi escolhida por contemplar as questões que podem emergir proveniente de uma pesquisa qualitativa (BARDIN, 2011). No que tange às entrevistas, a amostragem vem sendo feita em bola de neve, seguindo o ciclo de indicação das participantes da pesquisa.

Durante a pandemia, por conta da necessidade de distanciamento físico, o contato com as participantes da pesquisa pôde ser feito mediado pela tecnologia, sendo utilizadas ferramentas, como whatsapp, skype ou zoom, para realizar as entrevistas, seguindo todos os critérios de sigilo e ética em pesquisa, cabendo ao pesquisador a responsabilidade de proporcionar todas as ferramentas necessárias para o pleno andamento das entrevistas.

No período previsto para a realização das entrevistas, caso a necessidade de isolamento social fosse diminuída, ou não mais necessária (conforme as orientações das autoridades sanitárias), as mesmas poderiam ser feitas presencialmente. Para tanto, seriam sempre buscados local e horário tranquilos, sem a presença de outras pessoas, de acordo com a preferência das participantes.

As mulheres convidadas para participar da pesquisa deverão assinar o TCLE (em espanhol), esse é um critério obrigatório para realização das entrevistas. Não farão parte das entrevistas mulheres sob o efeito de álcool ou entorpecentes, com algum tipo de doença neurológica que possa prejudicar as competências cognitivas ou as que apresentem algum outro tipo de enfermidade que possa comprometer o andamento das entrevistas.

1.4.2 Início de uma jornada

A mágica do campo:
O campo nos leva a lugares incríveis,
percorremos um longo trajeto da compreensão,
empatia e troca de saberes.
No campo, aprendemos com o outro
e deixamos também um pouco de nós.
Nós jamais seremos os mesmos
depois de imergir no campo,
pois ali é um espaço de preenchimento,
de afeto, de troca e desafios.
O campo te desafia, mas também te acolhe.
É no campo que se faz o pesquisador.
(Maria Inah, julho de 2020)

Estamos vivendo um dos períodos mais difíceis da história da humanidade. Com certeza, o ano de 2020 fará parte dos livros de história e da memória de muitas pessoas ao redor do mundo. Então, utilizarei esse espaço para apresentar como estou realizando a pesquisa diante desse contexto tão desafiador e incerto. Graças à minha orientadora e às mulheres participantes desta pesquisa, foi possível, pensar e desenvolver estratégias para que se tornasse viável dar seguimento ao trabalho. Confesso que, no início, quando os jornais começaram a noticiar que o COVID-19 estava se aproximando do Brasil, fiquei de fato extremamente preocupada e angustiada por tudo que poderia acontecer quando ela aqui chegasse.

Temi pela minha família, pelos meus amigos e não parava de pensar como as mulheres participantes da pesquisa ficariam diante dessa pandemia, visto que as mesmas já tinham que lidar com problemas suficientes decorrentes de um contexto de vulnerabilidade. Com o passar dos dias e a confirmação da chegada do vírus, senti como se estivesse sendo empurrada para um abismo. Os resultados dessa pandemia são alarmantes, pois a comunidade científica mundial ainda não consegue conter o avanço e muito menos impedir as mortes ocasionadas pelo vírus. A pandemia originou-se na China, mas especificamente na cidade de Wuhan, porém esse vírus demonstrou ter um grande poder para ultrapassar fronteiras, pondo à prova governos imponentes. Desacreditados, líderes de países europeus não levaram em consideração o poder de ataque do seu mais novo rival, não se prepararam e o resultado disso foi o auto índice de mortalidade, a falta de assistência à saúde efetiva para pacientes contaminados e a dificuldade extrema em lidar com o tão temido isolamento social. Nesse

contexto, o mundo sofre grandes mudanças: as economias se desestabilizam, o desemprego cresce e as pessoas temem pela sua saúde.

O sensacionalismo dos veículos de comunicação fragmenta-nos, uma parte da população acredita que estamos diante de um golpe, acreditam que não existe pandemia e não conseguem lidar com as evidências científicas. Em contrapartida, outra parcela da população alimenta o pavor e desenvolve ansiedade extrema, então, para dar conta desses sentimentos, se empenham na tarefa de transformar suas casas em verdadeiros bunkers. Mediante o caos do COVID-19, enquanto pesquisadora do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar de Ciências Humanas (PPGICH-UEA), percebi a minha pesquisa dar um giro de 180° e, automaticamente, fui levada a refletir sobre dois grandes aspectos, como ficam os migrantes e refugiados nas sociedades de acolhida perante tamanha desordem mundial, uma vez que já possuem desafios cotidianos suficientes para solucionar? E as mulheres refugiadas e migrantes, como estão lidando com tal situação? Já que esse público específico de mulheres, além de lidar com as demandas da realidade migratória, também se ocupam das questões referentes ao gênero. Essas são perguntas que me atormentaram durante os últimos meses, já que entrei em quarentena no dia 02 de março de 2020 e saí no dia 28 de maio de 2020.

Diante dessa realidade, constatei que minha pesquisa assume um caráter ainda mais relevante, tendo em vista todas as questões e as demandas de gênero que estão enraizadas na situação migratória das venezuelanas, e como tais contingências podem impactar a vida dessas mulheres e de seus familiares. Faz-se necessário dar continuidade a essa pesquisa, ajustando o meu projeto à realidade do país e atendendo a todas as medidas previstas pelo Ministério da saúde do Brasil para o isolamento social. Sim, o coronavírus também ultrapassou as nossas fronteiras e ele também invadiu a minha pesquisa e, de agora em diante, fará parte dela até o final. Após a notícia da suspensão das atividades da Universidade, fui acometida por medo, questionei-me como daria continuidade à minha pesquisa a partir do método etnográfico de entrada em campo. Uma frustração tomou conta de mim, entretanto, exatamente dois dias depois do fechamento das universidades públicas e do início do meu isolamento, tive uma notícia extremamente relevante. Diante das incertezas, ausência de informações e principalmente desespero por parte da população manauara, as mulheres venezuelanas ultrapassaram as fronteiras do caos e surgiram mais uma vez demonstrando o grande potencial que permeia a rede de apoio entre elas.

No início da Pandemia, na cidade de Manaus, enquanto eu passava pelas angústias já citadas, Carol entrou em contato comigo e me falou de uma amiga, a Angélica, a qual, junto

a ela e a outras pessoas, estava recolhendo doações de alimentos para organizar uma doação. A princípio, Carol recolhia os alimentos na casa dos doadores. Angélica fazia listas com o nome das famílias que necessitavam das doações, e então elas se encarregavam da distribuição do que tinha sido arrecadado. Cabe ressaltar que elas tiveram essa iniciativa antes de se falar em auxílio emergencial, saindo na frente, até mesmo, da resposta das agências humanitárias e intuições religiosas. Diante da mobilização e coragem dessas mulheres perante toda desordem política, econômica, de saúde e social pela qual estávamos passando, comecei a alimentar um sentimento de esperança e de necessidade de dar continuidade a minha pesquisa.

Em contato com a minha orientadora, que me sugeriu que começasse a escrever no meu caderno de campo, não hesitei, e, à medida que ia anotando os acontecimentos, fui pensando em estratégias para adequar minha entrada em campo à realidade daquele momento.

Depois de um trabalho árduo de ajustes no projeto de pesquisa, consegui submeter ao CEP e, então, em maio de 2020, tive a autorização para realizar a pesquisa. A princípio, pensei em fazer contato e realizar o campo dispondo de recursos tecnológicos, mas a realidade bateu à minha porta e mostrou-me que as pessoas não tinham como se comunicar comigo. Algumas participantes não possuíam celular, outras possuíam, mas não tinham acesso à internet. As que possuíam o pacote de internet tinham que utilizá-lo para realização de cursos online, ou para que os filhos pudessem assistir às aulas da escola. Como eu estava contribuindo com Carol e Angélica, indicando doadores e juntando alguns alimentos também para doar, começamos a conversar via Whatsapp e falei que gostaria que participassem da pesquisa. Elas prontamente aceitaram e, antes mesmo de nos encontrarmos pessoalmente, elas já me indicaram amigas para participar também.

Então, no dia 28 de maio de 2020, deu-se o início da minha entrada em campo. Confesso que, no dia, o meu coração disparou, pois estava em quarentena absoluta há dois meses e meio, a ideia de ir à rua era amedrontadora, mas eu sabia que era necessário e, por se tratar de uma pesquisa etnográfica, eu tinha que acompanhar as participantes de perto. É importante salientar que, para ir ao campo e para voltar, eram realizados verdadeiros rituais de higienização. Os cabelos deviam ser presos. Na bolsa, o mínimo de objetos possíveis para evitar contaminação. Máscara, luva e álcool em gel a 70% não podiam faltar. O celular, enrolado em papel filme. Caderno de campo e TCLE. Tudo pronto, vamos ao campo.

Figura 2: EPI e Caderno de campo



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Devidamente preparada, segui para o ponto de encontro, a Praça São Sebastião no Centro da Cidade. Nesse dia, fui de Uber, e, durante o período que esperei o transporte, minha mão estava gelada, várias coisas passavam pela minha cabeça. Primeiro o medo, ao mesmo tempo sentia felicidade, pois o campo foi a etapa da pesquisa que eu mais esperei.

Chegando no Centro, Angélica avistou-me e chamou-me, tomei um susto e fiquei feliz por ouvi-la chamar meu nome, pois ela havia me reconhecido, mesmo eu estando de máscara. Anteriormente, quando estava agendando o encontro via whatsapp mandei uma foto com a máscara para que, pessoalmente, ela me reconhecesse, já que o nosso contato até então era virtual.

Após as saudações iniciais, começamos a conversar sentadas no banco da praça e confesso que, antes de me encontrar com Angélica e Carol (que chegou momentos depois ao nosso encontro), a paisagem da praça, a visão que tive quando desci do carro foi triste. A Praça de São Sebastião é palco de muitos acontecimentos importantes da cidade, outrora ponto de encontro de casais e de diferentes pessoas que se agradavam da atmosfera poética de lá, lugar privilegiado que divide espaço com o Teatro Amazonas. Então, para mim, visualizar a praça completamente vazia e sem vida causou um aperto muito grande no coração.

Figura 3: Vista do Teatro Amazonas desde a Praça de São Sebastião.



Fonte: Acervo pessoal da autora

Figura 4: Largo de São Sebastião.



Fonte: Acervo pessoal da autora

Retomando o encontro com Carol e Angélica, passado o desconforto inicial, falei um pouco sobre a pesquisa e expliquei as razões para sua realização. Lemos o TCLE³⁶ juntas e marcamos nossos próximos encontros. E, partir desse dia, elas foram me indicando pessoas, e sempre que eu perguntava sobre o melhor lugar para a realização do nosso encontro, elas

³⁶ Termo de Consentimento Livre Esclarecido.

escolhiam essa praça. À medida que os encontros foram acontecendo, pude perceber como aquele espaço era simbólico para elas, que construíram um sentimento de pertencimento a partir daquele lugar e, cada vez que ia ao Largo de São Sebastião, tornava-se mais visível a presença delas e as dinâmicas de trabalho e relacionamentos que ocorriam ali.

Desde essa primeira experiência, quase todas as semanas, de duas a três vezes por semana, eu fui ao Largo, pois lá já era o nosso ponto de encontro estabelecido, o nosso lugar. E assim foi ao longo dos seis meses seguintes. Além do Largo, eu pude estar com as participantes em suas casas e em outros espaços, meu contato com elas permanecendo de duas a três vezes por semana. Os encontros variavam de 1 (uma) hora de duração até uma tarde inteira. Eles não seguiam um padrão, pois a duração desses momentos era ditada pela conversa e pelo desenrolar dos acontecimentos.

Figura 5: Visita ao ponto de venda de Nelimar.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Figura 6: Encontro com Daniela.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Figura 7: Encontro com Rosa.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Os encontros aconteceram por, aproximadamente, 6 meses. Além do Largo, também estive em outros lugares com as participantes, por meio dos quais pude vivenciar diferentes situações na companhia delas. Como fruto desses encontros, foram entrevistadas

dez mulheres, na faixa etária de 25 a 53 anos. No decorrer de minha abordagem inicial, pude observar que, desse grupo, apenas uma mulher era casada, quatro eram separadas, uma possuía união estável e duas eram solteiras. Dentre elas, duas são solicitantes de refúgio e as demais são residentes temporárias. Essas últimas fizeram transição de solicitação de refúgio para residência temporária. Elas são provenientes de diferentes partes da Venezuela, de cidades que podem ser identificadas no quadro a seguir:

Figura 8: Cidades de origem das colaboradoras.



Fonte: Autoria própria.

Apesar da diferença de idade, região ou estado civil, essas mulheres têm em comum a responsabilidade de prover ou apoiar financeiramente a família. Ao tornarem-se migrantes, o peso dessa responsabilidade foi multiplicado. A distância física roubou-lhes parte de sua alegria, mas a força e vontade/necessidade de conquistar uma vida melhor, fez com que essas mulheres seguissem lutando de maneira corajosa e dolorosa para conquistar seus sonhos. Longe de romantizar a sobrecarga de trabalho e responsabilidade que recai sobre elas, afirmo que as colaboradoras me deram verdadeiras lições de força e resiliência e tais atitudes merecem visibilidade e problematização.

No decorrer do 2º e do 3º capítulos, as colaboradoras, companheiras de pesquisa, serão apresentadas, mediante descrição de situações pontuais que fazem parte do cotidiano de cada uma, seguindo a ordem de temática trabalhada. A narrativa das participantes foi entrelaçada às discussões teóricas. Para preservar suas identidades, foram atribuídos nomes

fictícios para cada uma delas e demais pessoas que tenham aparecido a partir dos relatos apresentados por elas.

2 ENCONTROS NO FOYER: COMPARTILHANDO VIVÊNCIAS

“Um verdadeiro encontro
provoca uma influência recíproca.
Dois mundos íntimos interagem,
e um modifica o outro”.
(CYRULNIK, 2013, p. 2405)

Segundo Boris Cyrulnik (2013), encontramos-nos³⁷ com alguém quando a presença dessa pessoa nos afeta e nos toca profundamente, gerando mudanças nas nossas vidas. Dessa maneira, compreende-se como um processo que ocorre quando há acolhimento, vivências e compartilhamento de saberes. O encontro é construído mediante a relação com o outro, e podemos observá-lo a partir do momento que damos abertura para que alguém faça parte da nossa vida, uma relação recíproca do eu³⁸ com os outros.

Também podemos pensar o encontro como uma conexão estabelecida entre duas ou mais pessoas, que são atraídas, por diversas razões, tais quais os sentimentos em comum de empatia, reciprocidade, colaboração e coletividade, que funcionam como um elo que promove essa conexão.

O caminho traçado foi constituído de muitos *encontros*³⁹, entre mim e as mulheres venezuelanas. Pude me conectar com elas e entrar em contato com diversas situações, conteúdos e desafios que emergiram das vivências compartilhadas. Herminia Torralbo (2019) nos chama atenção a respeito da tomada de consciência sobre a nossa posição, enquanto pesquisadoras mulheres, no sentido de compreendermos o processo migratório a partir dos

³⁷ Cyrulnik aborda a temática do encontro, salientando que só podemos considerar encontro quando somos impactados a partir dessa conexão. Dessa forma, o autor destaca: “Cada encontro nos modifica, mas não encontramos ao acaso. Eu não encontrei o pedreiro que me dizia que só moças e maricas estudam, cruzei com ele, só isso. Ele me surpreendeu, mas não convenceu. Não foi um encontro, pois ele não me desviou do meu caminho. Ele não deixou uma marca em mim, salvo a de uma frase surpreendente que caracterizava seu grupo de adolescentes” (CYRULNIK, 2013, p. 2393). Mediante a fala de Cyrulnik, podemos compreender que, para existir o encontro, deve existir um elemento que me conecte ao outro, algo que prenda a nossa atenção.

³⁸ Carla Sirlene Gomes (2009) nos apresenta, por meio de sua Dissertação de Mestrado, uma análise sobre o pensamento do filósofo Emmanuel Lévinas, à luz dos acontecimentos do século XX. A autora enfatiza a tentativa do filósofo em confrontar a ontologia, que, segundo Lévinas, era inapropriada ao reduzir o outro a ele mesmo. Dessa maneira, Lévinas desenvolve, na filosofia, um pensamento que visava romper com o egoísmo, instigando uma perspectiva contrária ao reducionismo, do eu pelo eu. Logo, Gomes (2009) salienta que: “Lévinas tem como base de todo o seu pensamento filosófico a relação com o *outro* – âmago de toda vinculação humana. As relações do ser humano são complexas, ou seja, a relação do *Eu* não é consigo mesmo, nem entre *Eu* e o *outro* apenas, mas entre diversos seres humanos, numa existência plural. Ele propõe a ética da alteridade que, basicamente, consiste em se abrir para o *outro*, em especial para que o *outro* me apresenta de diferente, de desigual, que merece ser respeitado exatamente como se encontra, sem indiferença, descaso, repulsa ou exclusão pelas suas particularidades” (GOMES, 2009, p. 40). Nesse sentido, quando me refiro ao encontro como o outro, levo em consideração a ótica da Alteridade apontada por Levinás, na qual nos encontramos com o outro quando estamos abertos a acolher a diversidade, pois ela é o nosso ponto de conexão.

³⁹ Utilizarei “*encontro*” em itálico sempre que me referir à conexão estabelecida entre pessoas.

ojos de mujeres, isso significa lançar um olhar sobre as demandas de gênero e todos os processos de desigualdades que estão vinculados a essa questão, tomando como referência as narrativas das mulheres migrantes. Dessa maneira, a autora salienta:

Ojos de mujer, son los ojos de quienes migran, pero también son los ojos de quienes investigan. Analizar la situación de las mujeres migrantes siendo mujer, implica un proceso de toma de conciencia de que todas estamos atravesadas por ejes de desigualdad, demandando de nosotras la constante problematización respecto de cómo investigamos, qué relaciones construimos con quienes investigamos y, en definitiva, cómo producimos conocimiento situado (TORRALBO, 2019, p. 217).

Assim como Torralbo, a autora Marcela Lagarde (1996) lança um olhar crítico sobre as questões de gênero e promove a problematização acerca da expressão “perspectiva de gênero”. Segundo Lagarde, tal expressão é utilizada para reconhecer a diversidade existente entre os gêneros, a qual, se não reconhecida, pode produzir a dominação e a opressão de gênero a partir da relação homem e mulher, impossibilitando a construção de uma humanidade diversa e democrática. Para que haja uma humanidade diversa e democrática, é necessário que homens e mulheres sejam reconhecidos a partir de suas diversidades.

Ainda de acordo com Lagarde, a chamada “perspectiva de gênero” é fruto da concepção feminista de mundo e de vida. Tal conceito se estrutura tomando como referência ética e direciona a uma filosofia pós-humanista por meio da crítica realizada a concepção androcêntrica da humanidade que excluiu a metade do gênero humano: as mulheres.

Contudo, mesmo existindo um mundo patriarcal, as mulheres sempre existiram, logo o humanismo nos chama a atenção. A perspectiva de gênero tem como uma de suas propostas levar à construção subjetiva e social, a partir da reconfiguração da história, da sociedade, da cultura e da política, a partir das mulheres e com as mulheres. Analisar essa questão partindo de um olhar antropológico da cultura é necessário, e, nesse sentido, temos que considerar cada cultura e sociedade e suas cosmovisões sobre os gêneros, o que significa que cada grupo e indivíduo possuem uma concepção peculiar sobre gênero, fundamentada em sua própria cultura:

Su fuerza radica en que es parte de su visión del mundo, de su historia y sus tradiciones nacionales, populares, comunitarias, generacionales y familiares. Forma parte de concepciones sobre la nación y del nacionalismo; cada etnia tiene su particular cosmovisión de género y la incorpora además a la identidad cultural y a la etnicidad, de la misma manera que sucede en otras configuraciones culturales. Por eso, además de contener ideas, prejuicios, valores, interpretaciones, normas, deberes y prohibiciones sobre la vida de las mujeres y los hombres, la cosmovisión de género propia, particular, es

marcadamente etnocentrista. Cada quien aprende a identificarse con la cosmovisión de género de su mundo y hasta hay quienes creen que la suya es universal. Como es evidente, la cosmovisión de género es desde luego parte estructurante y contenido de la autoidentidad de cada uno. (LAGARDE, 1996, p. 02).

A autora salienta que é importante identificar a existência das diversas cosmovisões de gênero que fazem parte de cada sociedade, comunidade e pessoas. Dessa forma, ela ressalta que também é possível que, durante a vida, as pessoas modifiquem as suas cosmovisões de gênero, acompanhando as mudanças culturais da sociedade que transformam valores e normas. Sobre a cosmovisão acadêmica:

En la academia, en los movimientos y organizaciones feministas, y ahora en los ámbitos de las políticas públicas, se ha desarrollado una visión crítica, explicativa, y alternativa a lo que acontece en el orden de géneros, se conoce como perspectiva de género a esta visión científica, analítica y política creada desde el feminismo. Ya es aceptado que cuando se usa el concepto perspectiva de género se hace referencia a la concepción académica, ilustrada y científica, que sintetiza la teoría y la filosofía liberadora, creadas por las mujeres y forma parte de la cultura feminista. (LAGARDE, 1996, p. 02).

Então, Lagarde afirma que a perspectiva de gênero nos possibilita analisar e compreender o conjunto de elementos que conceituam as mulheres e os homens de forma específica, assim como as suas semelhanças e diferenças. A perspectiva de gênero verifica as possibilidades vitais, a vida das mulheres e dos homens, apontando suas expectativas, oportunidades, complexidade e suas diversas relações sociais que permeiam ambos os gêneros. Além disso, dos conflitos institucionais e cotidianos, emergem o cenário e a maneira como os homens e as mulheres reagem diante desses obstáculos da vida que influenciam na realização de seus propósitos, dessa maneira:

La visión de género feminista permite establecer correlaciones entre las posibilidades de vida de mujeres y hombres y los tipos de sociedad, las épocas históricas, la diversidad cultural y los modelos de desarrollo en que viven. Por su historicidad, es utilizable para analizar también sus procesos originarios en sociedades desaparecidas y contemporáneas de culturas diferentes: es posible analizar las condiciones de género de las mujeres y los hombres de etnias, religiones, costumbres y tradiciones diversas. Es decir, la perspectiva de género feminista no se limita a universos occidentales y urbanos. Basada como está en una teoría compleja es útil en el análisis de cualquier sociedad organizada en torno a géneros. (LAGARDE, 1996, p. 03).

Tomando como referência o pensamento de Torralbo e Lagarde, incorporando a visão de gênero feminista e considerando toda a diversidade presente nesse processo, como está indicado na fala acima de Lagarde, no presente capítulo, farei a descrição dos frutos da

conexão entre *ojos de mujeres*, construída entre mim e as colaboradoras que me acolheram e permitiram que eu fizesse parte dos seus cotidianos.

Figura 9: Encontros no Foyer.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Figura 10: Compartindo la merenda.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

A Praça de São Sebastião, como já mencionado no capítulo anterior, foi o espaço escolhido por grande parte das colaboradoras como lugar de referência para realizar inúmeras atividades, como vendas de produtos, comemorações, ponto de encontros e local para despachar remessas financeiras. Também foi ali minha porta de entrada para ter acesso ao cotidiano dessas mulheres.

Considero a praça como “o *foyer* do Teatro Amazonas”, aquela antessala do teatro na qual o público aguarda antes de entrar no local onde será apresentado o espetáculo. Atribuí essa nomenclatura à praça já que as colaboradoras se referiam a ela como “Praça do Teatro”. E, no início do meu trabalho de campo, me sentia como alguém que espera para conhecer, de maneira mais próxima e profunda, o enredo, a história das protagonistas do espetáculo, sentia-me uma pessoa que estava no *foyer*.

O meu trabalho de campo se desenvolveu durante, aproximadamente, 6 meses. Ainda no primeiro mês, em maio de 2020, saí do *foyer* para fazer parte do enredo, junto às mulheres, as quais me conduziram por um caminho de colaboração, despertando em mim o sentimento de pertencimento. Nessa época, ocorreu um episódio que foi crucial para que me sentisse dessa forma, relacionado ao meu primeiro encontro com Angélica. Nesse dia, fui com um tipo específico de máscara de proteção, o que chamou a atenção dela. Sua reação ao ver a máscara foi de curiosidade aguçada, como a de um cientista que acabou de descobrir algo novo, ou de uma criança que acabou de ganhar um brinquedo e mal consegue esperar para abrir a embalagem, ansiosa pelo momento de brincar. Logo, de maneira ágil e com muita destreza, Angélica me fez uma série de perguntas sobre a máscara (onde comprei, quanto custou, se o produto era vendido em quantidade e se eu tinha o contato do fornecedor). Visualizava ali uma oportunidade de negócio.

Nesse momento, percebi que seria um momento importante para colaborar com ela, e, prontamente, respondi às suas perguntas. Quando nos despedimos, fui embora com a promessa de fazer a mediação entre ela e o fornecedor. Após uma semana, isso foi feito, a fornecedora era uma vizinha, e fiz uma articulação para que ela fornecesse a Angélica as máscaras por um preço mais em conta, já que ela compraria no atacado. Em razão da proximidade da minha casa com o ateliê da costureira, também fiquei responsável por levar as máscaras encomendadas.

Figura 11: Angélica vendendo máquina de cartão e divulgando as máscaras.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

No dia agendado, levei-as, e, ao receber o produto, Angélica pediu para conversar comigo. Ela estava com um olhar triste e um pouco desanimado. Quando começou a narrar o que havia acontecido, dei-me conta dos motivos da tristeza em seu olhar. Naquele mesmo dia, ela havia sido demitida do restaurante em que trabalhava e disse-me estar preocupada que isso afetasse o emprego do filho, pois ele também trabalhava no mesmo lugar que ela: “Maria pone en su cuaderno, apunta ahí: El migrante no puede quedar parado, siempre tiene que encontrar una manera, por eso sigo haciendo mis cosas, vendo mis productos y sigo buscando cosas que hacer.” (ANGÉLICA, maio, 2020). A partir daquele momento, daquela troca, pude perceber que, além da relação de colaboração, estávamos construindo um vínculo de confiança, ela havia me dado permissão para conhecer a sua vida de perto.

Figura 12: Fotos para divulgação das máscaras.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Passei a tarde com Angélica, e, observando a sua movimentação, notei que, entre telefonemas e conversas com conhecidos, vendia seus produtos, ali, na praça do teatro. Com o passar da tarde, fui convocada para apoiá-la com as vendas, então, ela pediu que eu fizesse um vídeo enquanto ela se apresentava e fazia propaganda dos seus produtos. No vídeo, Angélica, passou a seguinte mensagem:

Buenas tardes, mi nombre es Angélica, ya muchos me conocen, soy una emprendedora, una joven venezolana emprendedora y esa pandemia como a ustedes, también me afectó a mi yo trabajaba en un sitio fijo de partido emitida, mas no es culpa de mi patrona porque ella se fue a la quiebra y bueno, empecé las otras alternativas y esas alternativas fueron las grandes. Ahorita estoy trabajando con estos tapabocas higiénico con clase sofisticada. También estoy vendiendo los puntos de venta. Por lo general entrego aquí en el Teatro Amazonas, que es un sitio seguro, limpio. Entonces ya saben que estoy a la orden, para ahorita estoy trabajando con estos dos productos que son mis tapabocas higiénico, con compras adjudicados en mi punto de venta de la línea Mercado Pago. Por ejemplo este mi amigo J. que terminó a buscar una maquinilla de estas va trabajar con su máquina aquí en sacandome tapabocas y entonces los que me quieran apoyar gente ya ofrecíamos.

La mayoría me conoce y saben que soy una persona seria y responsable y estoy a la orden. El que quiera adquirir cualquiera de mis productos es este a la orden la maquinilla. Tengo una promoción que se llama Kobi 19 y las máscaras también. Tengo una promoción ahorita están en 20 reales, ya vienen con su visera o completamente acrílico y erizada esterilizada y las máquinas son súper fáciles y rápidas de trabajar cualquier cosa. Dejo mi número de contacto es mi nombre es Angélica para aclararles cualquier duda, gracias. (ANGÉLICA, maio, 2020).

Pude observar, a partir desse vídeo improvisado, decidido na hora, o potencial de Angélica para desenvolver iniciativas criativas para divulgar seu trabalho e fiquei interessada em conhecê-la ainda mais de perto. Após esse acontecimento, me senti livre e segura para fazer parte do cotidiano dela e das outras mulheres, as quais também estiveram junto comigo no desenvolvimento desse trabalho.

O contato via WhatsApp e os encontros presenciais foram se tornando mais frequentes. Por meio desse movimento, fui conhecendo as mulheres que faziam parte do seu círculo de amigas e companheiras das atividades solidárias que a mesma coordenava. Angélica contribuiu de maneira efetiva para que eu conseguisse convidar e entrevistar outras mulheres. Quando estávamos na rua e, por acaso encontrávamos alguma amiga ou conhecida, ela falava sobre a minha pesquisa, dos objetivos e da importância da participação de mais mulheres para contribuir com o trabalho.

Assim como Angélica, construí relações de colaboração e vínculo de confiança com outras mulheres migrantes. Com algumas, o vínculo foi mais estreito e, com outras, mais distante, não pela falta de reciprocidade ou de *encontro*, mas em virtude de circunstâncias impostas pela pandemia da COVID-19 e outras mais peculiares, provenientes da realidade de cada uma.

Para fazer a apresentação inicial dessas mulheres, utilizo uma crônica⁴⁰ que foi escrita em a narrativa ficcional, mas inspirada em situações reais e em relatos que tive a oportunidade de escutar mediante as vivências em campo. Dessa maneira, podemos observar o seguinte panorama:

No puedo parar: La rutina de una migrante mientras el tiempo corre

Enquanto caminhava pelo centro da cidade de Manaus, o suor escorria pelo meu rosto, o calor me deixava irritada, tinha pressa, na verdade a pressa de sempre. Minha vida é correr, não posso me atrasar, pois já estou muito atrasada, o tempo corre, ainda não tenho emprego, o tempo corre, não tenho dinheiro, o tempo corre, preciso pagar o aluguel.

O tique-taque do relógio está aqui sempre comigo, ouço-o, principalmente, quando se aproxima o final do mês. Não gosto nem de pensar, me dá um nó no estômago, qual desculpa darei para o locatário, já utilizei todas. Até que sou criativa, porém não sei mais o que dizer, será que vou arranjar um bico ou conseguirei algum tipo de auxílio? Bem, já cansei de ir naquele lugar pedir dinheiro, sei que eles dizem que é uma instituição para ajudar migrantes, mas já estou cansada de pedir.

Sobre pedir, a primeira vez que fui para a rua pedir, doeu, me machucou por dentro, não conseguia olhar nos olhos das pessoas que estavam naquele carro. Eu fiquei, ali, parada na calçada, sentindo como se uma mão espremesse meu coração, ao mesmo tempo em que algo apunhalava meu estômago, meu sangue corria bem depressa, como se, por dentro, meu corpo estivesse em ebulição. Aquela sensação foi tão forte que precisei me sentar e, sem pedir licença, as lágrimas começaram a brotar, diante daquele semáforo, daquelas pessoas e diante de mim mesma. Até pensar nesse dia dói. Infelizmente, tive que me acostumar a pedir. Bem, voltando ao martírio do final do mês, diferente de quando cheguei, que não conhecia nada e nem sabia de nada, atualmente, encontrei alguns caminhos para obter meu sustento, mas, como o relógio está sempre contra mim, quando se aproxima o final do mês, o dinheiro vai encolhendo.

Já vendi café de madrugada na feira da banana. Sim, de madrugada, pois, quando cheguei, o sol daqui queimava muito a minha pele, e tenho um problema de pele. Confesso que tinha medo no início, mas encontrei outras pessoas do mesmo país que eu, elas estavam lá na feira. Quando me encontrava com elas, não precisávamos de palavras, bastava um olhar, e aquele olhar para mim significava: “Eu sei que você convive com a dor de

⁴⁰ Essa crônica foi escrita nos primeiros três meses de trabalho de campo. Durante esse período já havia participado de diversas situações na companhia das colaboradoras, entretanto, algumas vivências e conteúdos que emergiram do campo me sensibilizaram de forma intensa. O caderno de campo também me serviu como um lugar de desabafo, no qual, por intermédio da escrita, pude expressar todos os sentimentos e emoções que me marcaram.

estar longe de casa e da família, você engole as lágrimas porque não tem quem as seque e quando chega em casa, só quer dormir, porque acordada a realidade é dura demais, mas vamos seguir em frente, ainda existe esperança!”.

Vocês me desculpem, não me apresentei, me chamo Carmem, tenho 35 anos e 3 filhos. Sou de outro país, estrangeira, como dizem. Essa palavra não me soa muito bem, gosto de pensar que sou cidadã do mundo e que sou capaz de ultrapassar fronteiras.

Outro dia, conheci uma mulher, ela se chama Marinah, me disse que fazia uma pesquisa sobre mulheres venezuelanas, no início fiquei desconfiada, o que teria de interessante na minha vida para compartilhar com aquela mulher? Entretanto, com o passar dos dias, realmente pude perceber que ela estava verdadeiramente interessada, ela é um pouco engraçada, está sempre com um caderno e uma caneta, e se esforça para falar o meu idioma. Quando penso nesse encontro, sinto vontade de sorrir. À medida que íamos nos encontrando e ela ia tomando nota naquele caderninho, pude perceber como a minha a história é difícil, mas também me mostrou como sou uma mulher forte e capaz de construir muitas coisas, ainda que surjam muitos desafios no meu caminho.

Marinah, a moça do caderninho, me acompanha com frequência e diz que comigo aprende muito, que bom, porque migrantes, como eu, sentem a necessidade de poder mostrar quem de fato somos, para além dos estigmas e preconceitos, não viemos roubar o trabalho de ninguém, viemos por necessidade e estamos ansiosos por compartilhar nossas vivências, nossos conhecimentos e nossas histórias. É triste chegar em um lugar e saber que não tem ninguém ali conhecido para te receber.

Agora devo parar de conversar, já descansei, tenho que voltar para a loja que trabalho. No próximo encontro, como diz Marinah, abordarei novos temas, fiquem atentos, gosto de conversar. Quem sabe um dia vocês me encontrarão ali pelo centro, na praça do teatro. Fique atento. Não somos invisíveis, vocês é que não querem nos ver. (CADERNO DE CAMPO, set., 2020)

A crônica acima pode ser considerada como uma breve sinopse da descrição que farei em seguida sobre o cotidiano das mulheres migrantes que caminharam comigo ao longo dos seis meses de pesquisa. Logo, considere dar visibilidade às adversidades e às atitudes⁴¹ desenvolvidas por elas para manejar esses obstáculos.

⁴¹ A atitude é objeto dentre outras áreas da Psicologia Social amplamente discutido, devido a sua relevância para a compreensão de determinadas situações sociais, e como os sujeitos reagem diante delas. Noêmia Barbosa, et al. (2013), citando Allport (1954), descreve o conceito de atitude da seguinte maneira: “A atitude é um estado neurológico e mental de alerta, organizada por meio da experiência e capaz de exercer uma influência mentora ou dinâmica sobre a resposta da pessoa a todos os objetos e situações a que está relacionada, produtora de tensão e considerada socialmente significativa no meio em que o indivíduo está inserido” (BARBOSA, et al. 2013, p. 947-948). Quando pensamos em atitude, devemos considerar o contexto e as situações sociais nas quais os sujeitos estão envolvidos. Nesse sentido, compreender as atitudes das mulheres migrantes perante a realidade migratória nos leva a uma compreensão mais profunda, tanto do contexto quanto das iniciativas desenvolvidas por elas para lidar com as dificuldades presentes nos seus cotidianos. Ainda conforme Barbosa, et al. (2013): “[...]as atitudes não nascem de um vazio social, mas constituem uma construção individual do sujeito, porém de caráter aprendido e fortemente influenciada por crenças, valores, sentimentos e experiências socialmente partilhadas [...]” (p. 948). Vale ressaltar que o intuito não é fazer uma análise psicológica da situação, mas destacar que, diante da fluidez das dinâmicas e configurações sociais que fazem parte da realidade do grupo estudado, é necessário dar visibilidade às atitudes apresentadas perante os obstáculos, a fim de compreendermos de forma crítica o cotidiano dessas mulheres, para além da descrição.

2.1 Yo me fue

Daniela é uma jovem venezuelana de 32 anos, natural de Maturin – Estado de Monaga, que conheci em 2019. Trabalhávamos na mesma instituição. Na ocasião da construção do roteiro de entrevistas que foi utilizado neste trabalho, ela foi consultada por mim, já que sempre me ajudava com traduções do Português para o Espanhol durante o tempo em que trabalhamos juntas. Daniela me perguntou sobre a pesquisa e se interessou em participar também. Após alguns dias da nossa conversa, ela foi convidada a fazer parte do trabalho. Isso ocorreu, formalmente, em maio, quando ela recebeu o termo TCLE, e partimos para o encontro, o que muito me alegrou. Pois já conhecia algumas demandas do seu contexto migratório.

Na praça do teatro, em um dia ensolarado, encontramos-nos. Infelizmente, sem o abraço costumeiro, por conta da situação de distanciamento social. Sentamos no banco da praça e estabelecemos contato, falando sobre a situação que a pandemia estava impondo ao país, principalmente, em como ela influenciava a realidade do migrante. Daniela precisava enviar dinheiro para a família na Venezuela e a situação pandêmica estava dificultando isso.

A partir de então, ela começou a descrever sua condição, confessando sua insegurança que resvalou na religião, pois acabou se questionando: “Deus esqueceu de mim?”. Ela organizava o rancho (ou cesta básica) a fim de enviar para a família, o que ficou mais difícil por conta da pandemia. O momento pedia um abraço, pois a emoção tomou conta de nós, mas o distanciamento não permitia. Dei meu apoio como pude, compreendendo sua situação.

Após uma pausa para água, ela continuou sua narrativa, disse que era de uma cidade do interior. Contou como era a cidade, que não sentira muito a crise⁴² por lá,

⁴² Zygmunt Bauman e Carlo Bordoni (2016) apresentam uma perspectiva atual sobre o conceito de crise como ele vem sendo utilizado. De acordo com os autores, a palavra é utilizada, principalmente, para justificar problemas no setor econômico. Esse movimento tira a responsabilidade dos indivíduos e vincula os desastres, especialmente os econômicos, a uma entidade a abstrata (a crise). Eles justificam que o termo passou por uma mudança de significado a partir das décadas de 60 e 70, quando perde o seu significado original e adota uma simbologia apenas econômica. Ainda conforme os autores, nas décadas citadas, as palavras eram empregadas com o intuito de indicar uma conjuntura, que correspondia a um período de mudanças difíceis, porém imprescindíveis, com o intuito de conquistar uma nova etapa de abundância. Segundo eles: “[...] a crise atual é diferente. Os países afetados pela crise estão endividados demais e não têm vigor, talvez nem sequer os instrumentos, para investir. Tudo o que podem fazer são cortes aleatórios, os quais têm o efeito de exacerbar a recessão, em vez de mitigar seu impacto sobre os cidadãos” (BAUMAN; BORDONI, 2016, p. 11). Dessa maneira, os autores fazem um comparativo com a utilização passada da palavra “crise”, no qual a crise era considerada como uma transição positiva, uma reconfiguração após momentos de desafios, observada de maneira mais ampla, não apenas segundo a perspectiva econômica, utilizada inclusive para denominar outras áreas (crise familiar, adolescência, matrimonial). A crise no seu sentido literal aparece como marco de mudanças

inicialmente, por conta do compartilhamento de produtos entre os vizinhos, os quais tinham plantações. Ela, graduada em biologia, professora do ensino fundamental, percebeu, aos poucos, a dificuldade crescente, como a falta de alimentos e produtos de higiene.

O que mais a incomodou, no entanto, foi a ausência de oportunidade de crescimento profissional e a submissão a um regime político que obrigava professores a participar e difundir a ideologia política vigente, o que afetava a relação entre professor e aluno. Daniela me apresentou um panorama inicial da situação da Venezuela e das razões que a levaram a migrar. Percebi que ela tinha ficado muito sensibilizada com o que compartilhado comigo. Decidi que precisava continuar os relatos. Após caminhar um pouco pelo centro, nos despedimos no ponto de ônibus e agendamos outro encontro em sua casa.

Aproximadamente, depois de 15 dias, encontramos-nos outra vez. Por conta do distanciamento e das demandas de trabalho de Daniela, tivemos dificuldade de conciliar as agendas. Ela trabalha como estagiária de auxiliar administrativo de uma Instituição da Sociedade Civil e, nos finais de semana, em uma pizzaria, ajudando na cozinha e na limpeza. Dessa vez, o nosso encontro foi na sua residência, um apartamento de dois quartos, sala, banheiro e cozinha, o qual ela dividia com uma brasileira.

Figura 13: Entrevista com Daniela.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Quando cheguei à área externa do condomínio, ela já me aguardava. Recebeu-me de maneira calorosa, demonstrando satisfação com a minha presença. Perguntei como tinha

que culminam com a melhoria de determinadas situações, logo: “Há pouco tempo, a noção de ‘crise’ vinculou-se essencialmente ao setor econômico para indicar uma condição complexa e contraditória, que não pode ser definida como ‘inflação’, ‘estagnação’, ‘nem recessão’, mas na qual uma série de causas combina numa mixórdia de questões conflitantes. Na realidade, essa crise é caracterizada pela combinação simultânea de uma aposta econômica no âmbito internacional (as causas) e as medidas tomadas para lidar com isso (os efeitos). Ambas impactam o cidadão de maneira diferente, interagindo e contribuindo para a complexidade de um mal-estar social [...]. A percepção disseminada é que a cura é pior que a doença, pois é mais imediata e notável na pele das pessoas” (BAUMAN; BORDONI, 2016, p. 11). Dessa maneira, segundo o relato de Daniela, observamos como a crise instaurada na Venezuela foi sentida na pele dos seus cidadãos.

sido sua semana. Coincidentemente, a instituição em que ela trabalhava já havia retomado o trabalho presencial, e ela se sentia satisfeita de voltar a trabalhar ajudando os migrantes que chegam a Manaus.

Os migrantes que não têm ainda os documentos são auxiliados por ela para solicitar o protocolo de refúgio ou a residência⁴³. Como ela mencionou a chegada dos migrantes, aproveitei para perguntar sobre seu processo migratório e sua chegada a Manaus. Logo, Daniela fez a seguinte narrativa sobre a sua vinda ao Brasil em julho de 2018:

Bueno, este fue un proceso muy largo, en el sentido de que lo pensé bastante y más de un año pensando en inmigra mientras ha ocurrido el proceso de sacar mi pasaporte, porque sacar el pasaporte en Venezuela se volvió una osadía. No se consigue tan fácil sacar el pasaporte, ya sea por motivos políticos o por la misma razón de que hay mucha emigración. Entonces yo para detener ese flujo tan masivo de emigrantes, entonces yo retienen el pasaporte y muchas veces también porque ellos quieren retener a los profesionales en el país para que esto no tengan que migra.

Entonces, en todo ese tiempo yo tuve, valga la redundancia, tiempo de pensar y el día que quise irme del país fue. O sea que el día que dije me voy fue cuando estaba en el liceo y yo estaba dando clase. Y ahí yo comencé a observar cosas que comenzaron a imponernos, como por ejemplo ya yo era profesora fija en el Ministerio Educación. Aún así, yo tenía que ir a las marchas del gobierno y yo nunca fui. Sinceramente nunca fui, porque yo siempre en esa parte fui un poco rebelde.

Una de las profesoras revenden en el liceo, que yo decía que por yo voy a ir para marchas y yo no soy política y yo no estudié para hacer política, porque si yo hubiese querido ser política no hubiese estudiado educación, si no me hubiese metido a la política, hubiese estudiado. Ese tipo de carrera y eso era una cosa que no me llamaba la atención y que tampoco el gobierno a mí me llamaba la atención como yo, haciéndole ese tipo de asistiendo ese tipo de evento.

Entonces ahí comencé a tener un poco de problemas con la directora e inclusive con mi hermana, porque mi hermana no es que sea de parte del gobierno, sino que mi hermana era una mujer nerviosa y yo no quería que no me ocurriera nada ni que me fueran a botar de la institución.

Entonces ahí comencé a ver que había muchas cosas que ya estaban imponiendo cosa como obligar a una vota por el gobierno porque sí y amenazas, así como que iba a ser destituida de la institución y cosas así, que no iba a conseguir más nada con el gobierno, cosas así y ese tipo de cosa a mí no me gustaba y otras cosas que la enseñanza en la cuestión del currículo educativo no me gustó porque muchas de las cosas que se enseñaban eran cosas referente a situaciones políticas que no tenían nada que ver con lo que yo vi en el pasado, como cuando pasé por esa etapa.

Entonces yo no me sentía bien conmigo misma, yo no sentía que estaba haciendo las cosas bien porque estaba transmitiendo un tipo de conocimiento que era totalmente falso, que yo no me sentía totalmente sincera al transmitir eso. Entonces yo dije: Yo no puedo seguir mintiendo, yo no puedo seguir así. Y este sí me afectaba la situación económica porque ya estaba viendo

⁴³ Ainda neste capítulo discutiremos sobre a demanda de documentação, pois é uma demanda que merece um destaque, principalmente no caso das migrantes venezuelanas.

mucha inflación, el salario no me alcanzaba. Yo vivo con mi mamá, vivía con mi mamá y dos de mis hermanos que son menores que yo. Entonces mi mamá en mi casa, la única que trabajaba era yo y el salario no me alcanzaba, solamente para comer.

Entonces yo necesitaba, por ejemplo, este también satisfacer mis necesidades más básica y no podía porque era comer o era comprarme ropa para, para asistir a clase o era comprarme mi artículos personales, ya sea de aseo personal, eran cosas así. Entonces reanudaba, ya estaba demasiado. Entonces fueron cosas que yo no podía seguir tolerando. Y otra cosa es que como cualquier ser humano, como cualquier mujer que yo estaba, yo tenía ese sueño, o tengo ese sueño de tener a mi familia, de tener a mis hijos. Entonces yo si seguía en Venezuela no podía brindarle esa calidad de vida que yo no tuve, pero que tenía sueños de que mis hijos tuvieran esa calidad de vida. (DANIELA, jul., 2018).

A partir do relato de Daniela, podemos perceber que a migração não foi uma escolha dentre muitas possibilidades, mas a única alternativa que lhe foi imposta, proveniente de um cenário político⁴⁴ e social, pelo qual ela sentiu-se obrigada a tomar medidas extremas, como emigrar.

⁴⁴ A Venezuela padece de uma crise político-econômica que atinge uma quantidade significativa da população. Em decorrência do falecimento de Hugo Chávez, em 5 de março de 2013, o país passou por importantes baixas referentes ao seu desenvolvimento. A situação se torna cada vez mais grave devido à desvalorização internacional do preço dos barris de petróleo, que corresponde à mais importante riqueza venezuelana. Uma das mais alarmantes implicações provenientes do déficit da economia é a insuficiência de elementos imprescindíveis à sobrevivência, como alimentos, artigos de higiene pessoal e até medicamentos (ZHAFIRO, 2016). Conforme Fernanda Zhafiro (2016), o governo de Hugo Chávez era considerado de esquerda e batalhava contra os setores conservadores da sociedade venezuelana. Ele quis implantar o regime comunista no seu país, o que deu início a expressivas modificações na estrutura social, abarcando as esferas políticas, econômicas e sociais, dessa forma desestruturou a burguesia que vigorava durante o referente período. Mediante tais medidas, Chávez pretendia estabelecer uma democracia onde o povo pudesse ter voz ativa. Utilizando do seu carisma, Hugo Chávez conquistou a simpatia de grande parte da população, seus discursos sempre colocavam as necessidades do povo em destaque. Além de difundir prática assistencialista, ele era considerado o porta voz das massas. Ainda em 2009, antes do seu falecimento, se inicia a crise petrolífera, que corresponde ao produto fundamental da economia venezuelana. Em 2013, após o falecimento de Chávez, assume a presidência Nicolas Maduro, seguindo a mesma linha do seu antecessor. Maduro pretendia também ser um líder assim como Chávez, considerado o representante da grande população de venezuelanos. Entretanto, antes de completar um ano de governo, Maduro se deparou com a situação desastrosa que assolava o seu país, a inflação aumentou em proporções gigantescas, a economia principiou um movimento decrescente, faltavam itens básicos nas prateleiras e a moeda era cada vez mais desvalorizada (ZHAFIRO, 2016). Os problemas no governo de Maduro não pararam por aí, cada vez mais a inflação crescia, a moeda desvalorizava e o povo ficava desassistido, porém foi em 2015 que o país entrou num grande colapso, iniciando assim o ciclo de migração dos venezuelanos. O ano de 2015 foi um ano de grandes dificuldades para Venezuela. O país continuou submergindo em uma difícil crise econômica – a mais importante da era do chavismo e uma das mais profundas que atravessou em sua história. Segundo as cifras oficiais mais recentes emitidas pelo Banco Central da Venezuela, 2015 fechou com uma inflação anual de 180,9%, e seu Produto Interno Bruto experimentou uma queda de aproximadamente 5,7% (URRIBARRÍ, 2015, p. 366, tradução nossa). Diante de todo esse cenário de crise, o governo Maduro aparece como um importante agravante que culmina com a queda da Venezuela. A oposição ao governo vigente não consegue se impor de forma efetiva e, em consequência, o país segue sendo governado por um regime autoritário. Esse regime vem sendo consolidado desde o governo Chávez e está a cada vez mais acentuado (URRIBARRÍ, 2015). O governo Maduro desenvolveu uma estratégia de hegemonia das comunicações que obrigou aos veículos de comunicação a emitir transmissões forçadas, criaram-se também novos centros de comunicações dirigidos pelo governo, mudando em permanente os meios privados independentes e os meios públicos para atender ao interesse do presidente (CAÑIZÁLEZ, 2016). Essas sanções do governo atingiram também a imprensa escrita, levando à criação de inúmeros jornais oficiais do governo de larga distribuição.

A chegada da modernidade acarretou mudanças significativas sobre as estruturas sociais vigentes, em especial em relação às dinâmicas migratórias. Dessa forma, é necessário pensar e compreender a ideia de expulsão e produção de indivíduos excedentes, frutos dos avanços globais presentes na modernidade.

Bauman (2007) discorre sobre as mudanças provenientes da modernidade e, sobre esse aspecto, ele nos apresenta uma mudança de fase, da sólida para líquida. Sobre essa transição, ele afirma:

[...]para uma condição em que as organizações sociais (estruturas que limitam as escolhas individuais, instituições que asseguram a repetição de rotinas, padrões de comportamento aceitável) não podem mais manter sua forma por muito tempo (nem se espera que o façam), pois se decompõem e se dissolvem mais rápido que o tempo que leva para moldá-las e, uma vez reorganizadas, para que se estabeleçam. É pouco provável que essas formas, quer já presentes quer apenas vislumbradas, tenham tempo suficiente para se estabelecer[...]. (BAUMAN, 2007, p. 07).

De acordo com Bauman (2016), as movimentações migratórias em massa não são um processo recente, mas sempre estiveram presentes na sociedade desde o princípio da modernidade. Nesse sentido, o autor aponta que uma característica do modo de vida moderno é a fabricação de “pessoas redundantes”, “localmente inúteis”, “excessivas” ou “não empregáveis” (BAUMAN, 2017, p. 09).

Logo, esses seres humanos considerados excessivos⁴⁵ são expulsos dos seus países de origem, seja por motivos de ordem econômica seja por situações de violência.

Assim como os meios de comunicação, o Poder Judicial e o Tribunal Supremo foram progressivamente submetidos ao governo. Vale salientar que o Supremo Tribunal de Justiça, nos últimos anos, está sendo utilizados como mecanismos de controle, atuando por meio de processos judiciais visando os interesses da presidência (CORRALES, 2015). A população venezuelana estava entregue ao regime do então presidente Maduro, além de enfrentarem a escassez de alimentos, filas diárias para conseguir produtos de higiene, medicações e assistência médica, as pessoas pareciam aterrorizadas com medo de sofrerem algum tipo de represália por demonstrarem oposição ao governo Maduro. O Serviço Bolivariano de Inteligência Nacional (SEBIN) é o órgão do governo responsável por prender os supostos opositores do governo, acusado de julgamentos parciais, desaparecerem com presos políticos e criarem provas falsas para provar crimes inexistentes, mais uma vez demonstrando o poder da ditadura no país (CASTRO, 2018). Diante dessas informações, observa-se o quanto a população venezuelana vem sofrendo em diversos aspectos, resultado disso é o grande movimento migratório que acomete o país, tendo como ápice o ano de 2015. A circulação migratória cresceu efetivamente e, como já discutimos no capítulo anterior, o Brasil foi um dentre os destinos escolhidos por essas pessoas na tentativa de terem uma melhor qualidade de vida.

⁴⁵ Sobre os motivos que impulsionam essas migrações em massa, Bauman relata: O fluxo de refugiados impulsionados pelo regime de violência arbitrária a abandonar suas casas e propriedades consideradas preciosas, de pessoas buscando abrigo dos campos de matança, acrescentou-se ao fluxo constante dos chamados “migrantes econômicos”, estimulados pelo desejo demasiadamente humano de sair do solo estéril para um lugar onde a grama é verde: de terras empobrecidas, sem perspectiva alguma, para lugares de sonho, ricos em oportunidades. Sobre essa corrente contínua de pessoas que buscam a chance de um padrão de vida decente (uma corrente que flui incessantemente desde o início da humanidade, apenas acelerada pela moderna indústria de pessoas redundantes e vidas desperdiçadas [...]). (BAUMAN, 2017, p. 12)

Bauman (2017) alerta que tanto os refugiados quanto os migrantes econômicos são expulsos, ambos expelidos pelo crescimento global que acentua as desigualdades sociais (entre países ricos e países pobres) e cria mecanismos para que essa diferença se estabeleça. Portanto, a tendência é que as migrações em massa aumentem.

Diante dessa perspectiva, podemos constatar que a migração das mulheres venezuelanas corresponde à categoria das migrações forçadas, as quais são consideradas complexas e decorrem de circunstâncias diversas. Sobre esse aspecto, os migrantes advindos de migrações forçadas são classificados como refugiados:

[...] as pessoas as quais tiveram ou têm de deixar seu país de origem ou de residência habitual em razão de bem-fundado temor de perseguição em função de sua raça, religião, nacionalidade, opinião política ou de pertencimento a um grupo social [...] [sofrem] grave e generalizada violação de direitos humanos [...] são deslocados ambientais, muitas vezes apresentados como refugiados ambientais [...] pessoas as quais tiveram de se deslocar em função de situações relativas a seus direitos econômicos, sociais ou culturais [...]. (JUBILUT, *et al.*, 2010, p. 282).

Esses critérios que caracterizam os sujeitos enquanto refugiados ou não, foram estabelecidos por meio da convenção de 1951⁴⁶ realizada, pela ONU e, em 1967, também foram definidos os direitos à proteção para os refugiados (JUBILUT, *et al.*, 2010).

Nesse sentido, Saskia Sassen (2016) considera que, atualmente, a economia política global é responsável por impulsionar um movimento preocupante de expulsões. Para a autora, a globalização ocasiona consequências graves, incluindo a expulsão de pessoas. As expulsões podem ser internas, por exemplo, em um mesmo país, ou externas, de um país para o outro. A autora destaca o aumento das expulsões dos países do eixo sul:

Uma maneira de trazer uma perspectiva global a essas condições extremas de expulsão social em países ricos é considerar as principais tendências internacionais dos deslocamentos em países pobres nos últimos anos. As taxas de desemprego, emigração, pobreza e suicídios são variáveis úteis nos países do norte global. Os deslocamentos por causa de guerras, as doenças e a fome talvez sejam variáveis mais úteis no sul global. (SASSEN, 2016, p. 64).

⁴⁶ Em 1950, foi criado o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, órgão vinculado à ONU, que tem como objetivo proteger pessoas que se deslocam através de fronteiras. Desse modo, no ano de 1951, foi realizada uma convenção que estabeleceu o Estatuto dos Refugiados. A partir dessa convenção foram desenvolvidas diretrizes para proteção internacional de refugiados. Essas diretrizes serviam para embasar as ações da ACNUR e definir sob quais circunstâncias se caracteriza o refúgio. Seguindo essas diretrizes, um primeiro manual (Manual de Procedimentos e Critérios para a Determinação da Condição de Refugiado) foi lançado em setembro de 1979.

De acordo com a fala de Sassen, existem diversas variáveis que determinam essas expulsões. Assim, entendemos que as expulsões favorecem a disparidade entre países ricos e pobres. Sassen dialoga com Bauman (2007) nesse aspecto, pois o caso das expulsões funciona como uma forma de manter e aumentar as disparidades, e, como resultado, acompanhamos atualmente, um quantitativo, cada vez maior, de pessoas deslocadas e expulsas. Nesse sentido, a expulsão está contida, diretamente, na fala das participantes, e a fala de Daniela nos mostra como questões a níveis globais atingem diretamente os cidadãos:

Daniela: Yo que no pretendo ser rica pero pretendo vivir en uno, quiero vivir en una, en una situación económica más o menos estable, donde mis hijos no tengan, que está pasando hambre o pasando tú te puedes necesidad, ya sea por falta de badas en un hospital o que se ahora en enfermar y no hubiera medicamentos para atenderlo. Otro tipo de situación o simplemente. La educación. Una educación falsa, una educación donde simplemente está siguiendo un patrón que el gobierno quiere que tú siquiera, y esos fueron los motivos principales por lo que migré. Y ahí comencé a planificar. Era muy difícil comprar dólares para emigrar de Venezuela. Prácticamente tienes que tener dólares, porque si no el transporte todo lo, lo, lo cobran en dólares.

Entonces, ya después que tu sales de la frontera de Venezuela, tú tienes que tener dólares para poderlo cambiar a la moneda en el país donde vas a entrar. Entonces era muy difícil adquirir dólares, porque en dólares Venezuela es muy alto. Si tienes un salario de 500 real, un dólar te valía 250 reales. Ir a comer o a comprar doblamiento. Cuánto podrías comprar de los dólares en un mes aproximadamente como 5 o 10 dólares.

Entonces ahí comencé a hacer planes y gracias a Dios yo tenía una hermana por parte de papá que tenía mucho tiempo que no la veía y ella se veía migrado y ella ahí me atendió la mamá, fue que pude salir del país gracias a Dios.

Entrevistadora: ¿En Venezuela alguien te ayudó con dinero o tú sola que ahorraste todo el dinero para venir?

Daniela: No, yo comencé a ahorrar y yo pedí un crédito por el banco y aproveché ese crédito. Compré unos dólares y mi mamá me había dado unas joyas y yo aproveché y me salí. Pero otro tipo de ayuda si no recibí yo, porque fui planificando y ya le había comentado por lo menos a mi familia, a mi mamá, a mi hermana.

Entrevistadora: ¿Cómo hiciste para comprar los dólares?

No, los dólares lo compré, no fue muy barato exactamente, pero yo creo que fue un primo que tiene un plata así, porque en Venezuela hay muchas personas que tomaron eso como negocio de vender dólares.

Entonces fue así que yo le comenté a un primo y él me dijo que estaba vendiendo y al menos consiguió. Él tenía un conocido y me consiguió. Y de ahí me vine para Brasil. (DANIELA, jul., 2018).

Ela demonstrou, em diversos momentos, que a chegada ao Brasil não foi fácil. Quando desembarcou na rodoviária, em Pacaraima, presenciou um momento de intolerância e violência por parte dos brasileiros que, na data (agosto de 2018) de sua chegada, faziam uma manifestação contra a presença dos venezuelanos na cidade, Daniela relatou:

Es así, cuando yo llegué en la frontera en Pacaraima había un problema con los venezolanos, más yo no sabía. Y cuando yo llegué allá, ese día que iba a cruzar, que iba a sellar mi entrada y había una manifestación, entonces los brasileros, querían golpear a los venezolanos que estaban llegando, desconociendo del problema la mayoría. Y bueno, salimos corriendo todos y la mayoría dejó sus cosas.

Entre esas cosas quedaron. Yo dejé mi maleta y de un bolso que cargaba y mi bolso se lo robaron. Después no lo conseguí. Conseguí mi maleta porque se la ve una señora que la traía y se la quité mi bolso me lo robaron y le perdí mi, mi, mi autobús.

El siguiente día no pudo llegar, entonces me fui en la noche salí de Pacaraima. Fue en la noche, salí, fue en la noche. Y fue porque los militares tuvieron prioridad conmigo porque como yo había perdido el autobús y tenía después otro autobús que agarrar en Boavista, pues ellos me trasladaron hasta Boa Vista de Pacaraima. En Boa Vista y en Pacaraima en cuando Boavista, cuando yo llegué y era de madrugada y como yo no conocía a nadie y broma, entonces ellos iban para para un refugio, llevar unas personas y yo hablé con los militar y les conté todo, ellos me entendieron, me dijeron que pasara la noche en el refugio. Me dirigí a un refugio en Boa Vista. Creo que el refugio más grande que está ahí cerca del terminal de la Rodoviaria y pasé la noche. El otro día siguiente me fui para el terminal. Pasé todo el día en el terminal hasta que logré llegar a Manaus. Esa fue la historia triste. (DANIELA, jul., 2018).

A xenofobia faz parte do cotidiano de muitos migrantes, incluindo, de maneira mais intensa, as mulheres. Segundo Bauman (2016), esse tipo de discriminação pode ser observado proveniente da população local do destino migratório. A chegada de um grande contingente de migrantes obriga os moradores a lidarem com a realidade dessas pessoas de forma direta, tornando-as parte da realidade da localidade que os recebeu. Como exemplo, podemos citar a praça de Pacaraima, a qual comporta uma quantidade significativa de migrantes acampados, os quais vivenciam comportamentos de intolerância:

Esses nômades – não por escolha, mas por veredicto de um destino cruel – nos lembram, de modo irritante, exasperante e aterrador, a (incurável?) vulnerabilidade de nossa própria posição e a endêmica fragilidade de nosso bem-estar arduamente conquistado [...]. É um hábito humano – muito humano – culpar e punir os mensageiros pelo conteúdo odioso da mensagem da qual são portadores – nesse caso, das inegmáticas, assustadoras e corretamente abominadas forças globais. (BAUMAN, 2016, p. 21).

Em consonância com a fala de Bauman (2016), Daniela nos apresenta diversas situações nas quais podemos identificar os vestígios de intolerância e xenofobia. Já em nosso primeiro encontro, ela havia mencionado parte de sua história, dizendo, inclusive, que, no momento de sua chegada, havia ficado muito assustada, pois ocorreram situações inesperadas, diferente do que ouvira falar sobre o Brasil. Chamou sua atenção, também, a conversa de duas

outras venezuelanas que pensavam em desistir de vir ao Brasil e ir para a Argentina. Isso por conta da situação assustadora de serem impedidas de cruzar a fronteira daqui apenas por sua nacionalidade, já que o migrante, costumeiramente, é considerado como causador de problemas, na saúde, na economia, no trabalho, na segurança, entre outros.

O que ocorre, na verdade, é que a chegada dessas pessoas traz à tona problemas já existentes na sociedade local, conforme explicou Bauman (2016). Ainda sobre esse aspecto, Antônio Oliveira, em seu artigo, faz uma crítica às estratégias de mensuração e categorização da migração venezuelana para o Estado de Roraima. O autor assevera:

[...] desde que o fenômeno passou a ganhar expressão, nos meados de 2016, autoridades estaduais e municipais adotaram, como estratégia, amplificar os volumes da migração, *pari passu* à disseminação de que se estava frente a uma ameaça à estabilidade econômica e social, particularmente, em Boa Vista [...]. A impressão que se tem é a de que os números são reificados de modo a criar imagem negativa dos processos migratórios em curso, com duas finalidades principais: conseguir mais recursos junto ao governo federal e dar satisfação política aos eleitores, já contaminados com a propaganda contrária à migração venezuelana, o que vem contribuindo de forma decisiva para a estigmatização dos migrantes venezuelanos, seja em Pacaraima, seja em Boa Vista. (OLIVEIRA, 2019, p. 234-235).

Oliveira (2019), assim como Bauman (2016), nos faz um alerta sobre a postura do Estado perante a presença expressiva de migrantes. Segundo ele, o Estado justifica as dificuldades em lidar com demandas a nível social, econômico e de saúde, vinculando a ineficiência de suas ações à chegada dos migrantes venezuelanos, apontando-os, equivocadamente, como os causadores de todos os problemas⁴⁷.

Diante dessa perspectiva, retomamos as falas de Oliveira e Pinto (2011) que já nos alertavam para a situação das mulheres migrantes, as quais, fazendo parte de movimentos migratórios, são extremamente vulneráveis. Podemos tomar a narrativa de Daniela como exemplo, ela chegou ao Brasil sozinha e, no dia da sua chegada, percebeu o quanto a sua jornada como migrante e mulher seria difícil.

A realidade das mulheres migrantes é cheia de adversidades, e não pretendo apresentar todas elas, tarefa deveras audaciosa, mas pretendo trazer aquelas mais visíveis durante a minha vivência com elas.

⁴⁷ O comportamento xenofóbico de políticos perante a presença de migrantes venezuelanos é uma questão grave e que esteve presente no último pleito (outubro de 2019) por parte dos candidatos prefeitura de Boa Vista. Os candidatos em questão utilizavam como propaganda e estratégia de campanha adotar medidas mais severas e restritivas em relação aos migrantes, incitando a intolerância por parte da população local (DELFIN, 2020).

2.2 Lo que yo no se es desistir

No tópico anterior Daniela nos apresentou um panorama da crise humanitária que se instaurou na Venezuela. Assim com ela, as demais colaboradoras não puderam escolher outra alternativa a não ser a migração, dessa maneira, foram expulsas do convívio com a família e do seu país de origem.

Vale ressaltar que escrever os obstáculos enfrentados por essas mulheres não é tarefa fácil, pois a dinâmica migratória apresentada por elas é fluida e se reconfigura de forma constante.

Diariamente, a condição de migrante lembra a essas mulheres que nada será fácil, tudo será uma conquista realizada com muito esforço e, na maioria das vezes, um esforço solitário, como comprova Daniela:

Esos problemas de, por ejemplo, conseguir empleo, estabilizarse rápido porque las personas comentaban. Por ejemplo, si vete. Por qué la situación tan chévere, “no sé qué”. Entonces yo he conversado con muchos inmigrantes que están en Perú, que están en Colombia, que están en Argentina y no se lo has hecho fácil.

No fueron los primeros migrantes, fue como el segundo lote que se fue y ahí ellos no se le ha hecho fácil también. No les fue fácil así conseguir. Pero a mis expectativas, o sea, yo imaginé que todo iba a ser fácil. Y cuando tú llegas al país, tú te das cuenta de que la realidad es otra.

Es esa Venezuela que donde tú viviste anteriormente la inflación, anteriormente a todo ese caos que está atravesando Venezuela ahora, sea la misma economía, en el sentido que hay personas pobres y sentida, de personas ricas, de zonas medias, hay explotación ahí, desempleo, inseguridad.

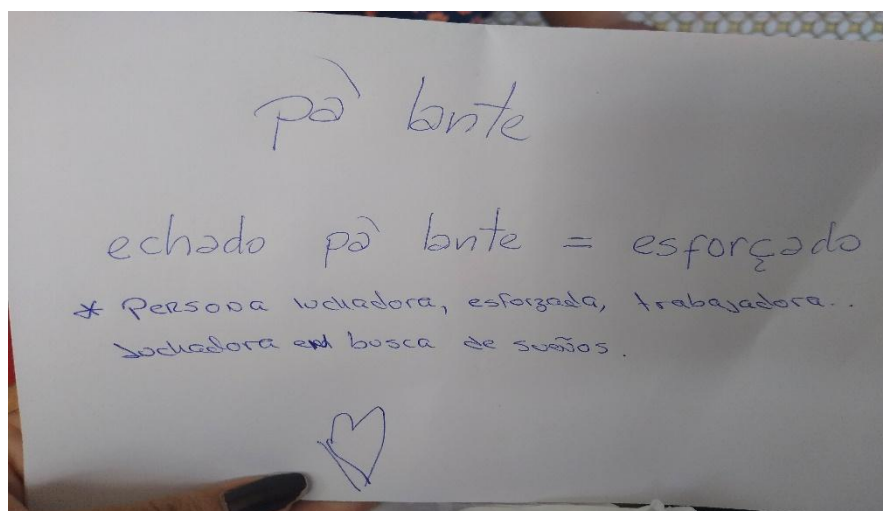
Entonces esas cosas yo pensé que no las iba a ver y entonces fueron cosas que me enviaron cuando yo era crianza, que me recordaron cuando yo era niño. Entonces tú te quedas así como que uau! Bueno, no, no queda de otra, sino qué **echá pa'lante**.

Porque no te vas a a devolver de nuevo con tu sueño en tu mochila, sino que tienes que comenzar desde cero, prácticamente como todo migrante. (DANIELA, jul., 2018).

A expressão *echá pa'lante* faz parte do vocabulário das mulheres venezuelanas e é frequentemente utilizada. Certo dia, em visita a uma delas, questionei sobre o significado dessa expressão, já que a ouvia sempre. Então, Yulia me explicou que significava “esforço diante da adversidade”, seguir lutando, ainda que a situação estivesse difícil.

Após isso, pedi que ela escrevesse aquele significado para que nunca me esquecesse, e ela atendeu ao meu pedido:

Figura 14: Bilhete.



Fonte: Acervo pessoal da autora

Pude observar que o *echar pa' lante* também era usado como uma palavra de consolo entre elas ou até mesmo uma reflexão individual na qual elas diziam para si mesmas que as coisas iriam ficar bem, mas que era preciso continuar tentando. E, de fato, pude acompanhar de perto como essas mulheres são *hechadas pa'lantes*.

Assim como Daniela e Yulia, a interlocutora Maria me mostrou como ela precisou *hechar pa'lante* em situações diversas. Conheci Maria também na antiga instituição onde trabalhei, e convidei-a a participar da pesquisa, mas sua rotina de trabalho extenuante, de 7 às 22 horas, de segunda a sábado, não facilitava.

A quantidade de horas trabalhadas de Maria me chamou atenção, pois, assim como ela, outra migrante já havia falado da dificuldade de encontrar trabalho, e quando o encontravam, não era uma jornada justa nem em boas condições.

2.2.1 Empecé a buscar trabajo

De acordo com Sayad (1998), o migrante é considerado, pela sociedade local, apenas uma força de trabalho. Dessa maneira, fica suscetível à exploração no mercado de trabalho, à má remuneração e às jornadas extenuantes. Em consonância com o pensamento de Bauman (2016), esses sujeitos indesejáveis, pela sua condição de migrantes, servem como engrenagens para o capitalismo, mão de obra barata, qualificada, que gera lucros:

[...]siente que este Estado es muy, muy clasista. Sabe, es muy clasista. Hay muchas personas que contratan a un migrante y lo tratan como si fuese su

esclavo. Ya son 12, 14 horas de trabajo que tiene y en esas 12, 14 horas de trabajo que tiene, solamente una hora toma para sentarse, comer y más nada. Estás en un trabajo, estás en un empleo, porque ya pasé por esa parte también. Y no te sientas si no descansas. Y pienso yo que nosotros venimos a trabajar, a ganarnos dinero. No es fácil porque yo sé que no es fácil, pero no somos animales. No somos animales y de verdad que he visto mucha gente que está siendo tratada como animal solamente por ser inmigrante, solamente por ser venezolano.

Entonces te piden hacer una diaria, te ofrecen algo y cuando vas a recibir el dinero te dan otra cosa y te dicen eso es mucho dinero en tu país, como si nosotros viviésemos en Venezuela. Nosotros vivimos en Brasil y aquí todo es costoso. Aquí el gas es costoso. Aquí pagar alquiler, luz, agua, el transporte y costoso. Entonces esa esa área que debería ser mucho mejor y pienso que también es una cosa de conciencia y de educación en cada persona, porque de verdad que hay muchos venezolanos que están siendo explotados, que para ustedes sería explorado. No sé si eso sería, están, están siendo, están siendo muy explotados. De verdad que queda, que da dolor, que da pena.

Y es triste porque yo digo si soy yo, yo, yo y querer como quien dice pesame las rodillas en la calle de aguantar, porque una persona que viene de Venezuela, que nunca estaba acostumbrada a ese tipo de cosas y llegar aquí o pensar que si vas a hacer un trabajo vas a trabajar 14 horas, pero no te van a pagar como que si estás trabajando 14 horas pero no trabajas 14 horas y te vamos a que si estuviese trabajando dos o tres horas y todavía te dicen que es mucho lo que te dan y lo que he pasado.

Y a los tres días de verdad que recibí una mejor propuesta y decidirme por esa mejor propuesta y fui a trabajar a esa casa. La señora era una persona muy cómo te digo? Bastante agradable, bastante accesible, sólo que eso tenía quien trabajar. Yo estaba ahí desde las 7 de la mañana, desde las 6 de la mañana hasta las 6 de la tarde, y solamente me sentaba a la hora del almuerzo. Por eso te digo. Entonces el área que ya tenía que atender era el área y la cocina. Pero si no había nada que en la cocina tenía que ir a limpiar, tenía que tenía que ir a lavar, tenía que ayudar a la otra chica como hacía ese tipo de trabajo.

[...] en condiciones de trabajo, cuando exactamente eran 1500, pero no había que parar hasta que llegaba a mi casa con el súper hinchado. [...] llegaba a la casa y era a tirarme en mi hamaca, porque desde que llegué aquí no mata a tirarme en la hamaca y a dormir, a descansar, porque los pies no me daban para nada. Y ya cuando llegó esa otra propuesta, antes de que la señora me asignara la cartera, entonces yo decidí optar por esta propuesta si ella me estuviese tirando una cartera con todos mis beneficios y todo lo demás. Entonces decía son 1500, pero esos 1500 son porque tú sabes las horas extras. No sé qué decir que vas a tener que llegar antes o te vas a tener que ir después para no pagar. Todo eso lo cubren esos 1500. Se me pagaba 1200, el básico, más los otros 300, que eran los que cubría las horas, las horas extras y en la que trabaja ahora (ROSANA, ago., 2020).

Por meio das falas, tanto de Maria quanto de Rosana, ficou visível como, em relação ao contexto laboral, os migrantes não têm os seus direitos efetivados. Em razão da intensa jornada de trabalho, o contato inicial com Maria foi feito, principalmente, por telefone e WhatsApp.

Com o passar do tempo, conseguimos marcar um dia em sua casa, na qual residiam dez pessoas além dela. Maria ajudava migrantes recém-chegados ao país, acolhendoo-os em sua casa, do mesmo modo que tinha sido acolhida ao chegar a Manaus, e eles passavam uma temporada dividindo o teto com sua família.

Ao entrar em sua casa, fui recebida calorosamente. Com muito entusiasmo, ela me mostrou sua produção de bolo de pote, que fazia a fim de complementar a renda, oferecendome para experimentar o produto.

Maria mostrou-me, feliz, que seu produto tinha muito sabor e que ela já estava complementando o sabor com uma bela decoração. Toda a família estava envolvida na produção, ela cozinhava os bolos, e sua família os vendia aos finais de tarde. Com o lucro, já tinham até conseguido fazer um banner para divulgar e oferecer os bolos de pote.

Figura 15: Casa de Maria e propaganda do bolo no pote.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Figura 16: Bolo no pote feito por Maria.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Entretanto, até conquistar o trabalho e trazer a família para o Brasil, Maria passou por muitas dificuldades. Também fruto de uma migração forçada, ela me contou sua dura trajetória como mulher migrante.

Maria, 35 anos, mãe sola, também vinda de Maturin, chegou a Manaus sozinha em 05 de maio de 2019, com o filho mais novo, deixando na Venezuela seus outros dois filhos, a mãe idosa e o irmão mais novo, o qual trabalhava com comunicação. As dificuldades obrigaram Maria a migrar, segundo ela: “Y no quería depender ya de otras personas porque todos estábamos mal en Venezuela” (MARIA, setembro, 2020). Então, planejou ir para a cidade de Manaus, pois havia um contato de alguém conhecido para apoiá-la. Veio na companhia de uma senhora que ia buscar a filha na Venezuela e levar ao Brasil. Pensou em ir primeiro com o bebê de dois anos e depois mandar buscar os outros filhos e a mãe.

Sua jornada ao Brasil foi traumática. No caminho, ela teve que se desfazer de alguns de seus pertences, pagando uma espécie de “pedágio” aos militares Venezuelanos. Dessa forma, ao chegar ao Brasil, ela não tinha mais dinheiro suficiente para se deslocar até Manaus.

Figura 17: Entrevista com Maria.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Chegando em Pacaraima, passou pelo posto da Operação Acolhida, conseguindo permissão para passar de 60 a 90 dias no Brasil. Com pouco dinheiro, foi, inicialmente, em um refúgio com o filho, indicado por outras pessoas. Era um local religioso, no qual as freiras davam comida. Lá, ela pegava água em uma garrafa e fazia sua higiene e a do seu bebê na pia do banheiro da rodoviária, na qual ela passava o dia, dependendo da doação de estranhos. As noites eram passadas acampadas na praça. Sem dinheiro, ouviu falar que o PITRIG custeava viagens a Manaus, seu destino original. Inscreveu-se e conseguiu as passagens, encaminhando-se para lá:

Cuando llegué aquí, llega prácticamente sin nada. Con la esperanza de conseguir un buen trabajo para poder mantenerse uno. Aquí vienen las personas que no tienen en Venezuela ponerlo. En mi caso ya había dejado a mi mamá, mis hijos, mis dois vivo allá en Venezuela. Yo sabía que ya estaban pasando como molesto. Ya prácticamente yo era la que más o menos conseguía y mi mamá ya tenía. Era que ella con eso compraba. No tenía trabajo, no tenía trabajo y estaba preocupada porque tenía que enviar dinero. Entonces colabora aquí. Tenía que también colabora, colaborar para Venezuela. Empecé a buscar trabajo. Fue muy, muy difícil buscar trabajo.[...] Fue muy, muy, muy difícil.. Ya tenía un mes. Solo repartí currículos, sólo. Entonces, bueno, varias personas no hablaban de que de que se iban para los semáforos, se iban para un supermercado. Bueno, yo también por esa por opción, veía peligro, cuando me tocó. Por qué no fui a pedir para un semáforo y? Y fue porque yo no estaba acostumbrada. Uno le pide a la gente, uno trabaja y se ganan su dinero. (MARIA, set., 2020).

Nesse momento do relato, Maria ficou bastante emocionada. Falou que já fazia um mês que estava em Manaus e não conseguia dinheiro para enviar à família na Venezuela. Como não conseguia trabalhar, foi pedir dinheiro em um semáforo da cidade com o filho pequeno no colo, mesmo sabendo que poderia ser perigoso:

Más cuando me tocó ahí en el semáforo que yo fui y me paré ahí no podía pedirle a las personas. Él nos hizo llorar, llorar, llorar, llorar. No podía. [...], un señor que estaba vendiendo agua, también venezolano y hace más frío, se acercó y me dijo No llores. Es duro, pero uno no se va a regresar por su país otra vez por las manos porque tiene que seguir adelante. El Señor me dio ánimo para seguir. Entonces, en el primer día yo me regresé a la casa y dije que no podía. Que yo no podía pedir en la calle como si fuera un mendigo. No me gustaba cuando bueno, al otro día, una señora me pidió para hacer un banana de plátano frito, regresae al semáforo a vender banana. Ese día no me fue tampoco tan bien. Duré como tres días vendiendo bananas. (MARIA, set., 2020).

Por algum tempo, Maria seguiu no semáforo vendendo outros produtos, ainda levando o filho, pois a senhora que ajudava a cuidar da criança não poderia mais fazê-lo. Porém, o sol era cruel, e a mudança de clima e o contato com a fumaça dos carros acabou gerando uma infecção respiratória em seu filho.

Ainda assim, ela teve que voltar mais três vezes a pedir ajuda no semáforo, conseguindo fraldas e rancho, porém também tinha que enfrentar o julgamento de algumas pessoas, por levar o filho pequeno para a rua. Entretanto, quando ia sozinha, ela quase não conseguia levar dinheiro para casa. Chegou a pensar que era uma mãe ruim. Decidiu que, em vez do semáforo, iria pedir ajuda em um supermercado, no qual recebeu roupas, sapatos e outros itens. Foi então que recebeu a indicação de uma instituição de apoio a migrantes, e se dirigiu para lá.

Um dia, voltando para casa, recebeu um convite para entrar em uma igreja, onde conheceu uma moça que a ajudou bastante. A partir desse contato, e com a ajuda dessa moça e de outros brasileiros, conseguiu um emprego em uma padaria. Mesmo assim, sempre pensava na mãe e nos filhos que ficaram na Venezuela, sempre preocupada em juntar dinheiro para enviar a eles, para que viessem ao Brasil também. Enfim, começou a remeter o dinheiro para a família.

Ao falar sobre isso, Maria se lembrou da sua vinda a Manaus e falou sobre a dificuldade da retirada dos documentos. A pessoa que a atendeu fez a solicitação de residência para ela, porém, para os filhos, entregou um protocolo de refúgio. Sem informações, ela não entendia porque conseguira solicitar a residência enquanto os filhos só tinham o protocolo de

refúgio. Até o dia da entrevista, que ocorreu em setembro de 2020, ela ainda tentava resolver essa situação para que toda a sua família pudesse solicitar a residência como ela.

A questão dos documentos lhe gerava certo desconforto porque, com a ausência deles, ela não conseguia matricular os filhos na escola no início do ano. Só conseguiu fazer isso em outubro de 2019 depois de muita dificuldade pela ausência de documentos

A demanda em relação à documentação migratória esteve presente nas falas de todas as participantes desta pesquisa. Os empecilhos foram diversos, mas cada uma apresentou um tipo de problema específico referentes à questão do status migratório.

Também, durante as minhas idas a campo, mediante conversas informais, outras migrantes afirmaram ter dificuldades de compreender a diferença entre refúgio e residência. Uma das consequências dessa confusão provém da recusa dos estabelecimentos em assinar as carteiras de trabalho por não considerar o protocolo de refúgio como documentos.

Criou-se, então, o mito, entre os membros do grupo entrevistado, que, para ter um trabalho com carteira assinada, era necessário solicitar a residência. Já que, dessa forma, receberiam a Carteira de Registro Nacional Migratório-CRNM. Este consiste em um cartão com foto⁴⁸, o qual continha os dados dos migrantes (nome, filiação, CPF e nacionalidade), e era mais bem aceito pelas empresas.

Daniela também relatou dificuldades em relação à regularização migratória. Ela também não sabia se tinha que fazer a mudança de solicitação de refúgio para residência, pois precisava conseguir trabalho de carteira assinada, mas temia que, em caso de doença da mãe, ficasse impedida de ir encontrá-la na Venezuela, por conta de toda a burocracia do processo. Terminou optando pela residência, por conta da maior facilidade de trânsito entre países com esse documento.

⁴⁸ É importante observar que no protocolo de refúgio consta um QRCode que pode ser acessado por qualquer celular android para fins de atestado da sua fidedignidade, ainda assim o documento é estigmatizado, como se não houvesse validação.

Figura 18: Protocolo de Refúgio.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
 Protocolo de Solicitação de Refúgio
 XXXXX.XXXXXX/XXXX-XX

Nome
 xxxxxxxxxxxxxxxx

Hipótese Legal
 Lei nº 9.474/97

Data Nascimento
 xx/xx/xxxx

Sexo
 xxxxxxxx

(FOTO 3x4)

Pais Nascimento
 XXXXXXXX

Filiação
 XXXXX XXXX
 XXXX XXXX

Tipo do Pedido
 SOLICITAÇÃO DE REFÚGIO - Aguardando Análise


Validade
 XX/XX/XXXX

Dobre aqui

Local
 BRASILIA - DF

Protocolo de Refúgio
 XXX.XXXXXX/XXXX-XX

Documento assinado eletronicamente por Xxxx Xxxx
 Xxx, em XX/XX/XXXX, às xx:xx:xx, conforme horário
 oficial de Brasília.

 A autenticidade deste documento pode ser
 conferida no site www.conare.gov.br,
 informando o código verificador xxxxx-
 xxx-xxx-xxx-xxxxxxxxxxxx

Fonte: Integração Local.

Figura 19: CRNM.



Fonte: BRASIL, 2020.

Retomando as falas do primeiro capítulo de Oliveira e Pinto (2011), quando os autores , afirmam que a ausência de documentação é uma das razões que intensifica a situação de vulnerabilidade das mulheres migrantes, pode identificar como essa questão gerou insegurança e transtornos para as participantes. No caso de Maria, a dificuldade e a ausência de informação sobre a documentação⁴⁹ dela e dos filhos, o *status* migratório entre residência e refúgio, estava causando empecilhos, pois atrasou o processo de matrícula das crianças. Havia

⁴⁹ A questão dos documentos brasileiros e do *status* migratório é uma demanda complexa que gera diferentes consequências e está presente de forma frequente na fala das colaboradoras. Desse modo, faremos uma discussão mais profunda no capítulo seguinte, incluindo a importância das redes migratórias nesse processo.

também a preocupação de não saber as implicações que a mudança de situação de residência para refúgio poderia acarretar.

2.3 Migrante, mulher e mãe

A migração de mulheres tem características específicas que as deixam mais vulneráveis e dificultam o seu processo de entrada no mercado de trabalho. Além dessa demanda em relação ao trabalho, essas mães se deparam com outros obstáculos no que se refere aos cuidados com seus filhos. As recém-chegadas, principalmente, porque ainda não têm informações sobre escolas e creches, e não têm uma rede de apoio, ou com quem deixar os seus filhos durante o expediente, o que torna quase impossível a tarefa de arranjar trabalho.

Shyrley, mãe solo de 38 anos, moradora de Maturin, veio ao Brasil pela primeira vez no ano de 2015 em um passeio com a família. Chegando aqui, ela ficou encantada com a cidade de Manaus e a facilidade de encontrar produtos variados em supermercados, o que despertou nela a esperança de tentar viver aqui, pensando que seria mais fácil conseguir emprego.

Yo elegí venir, fue porque no nos convidaron a ese tiempo, nosotros vinimos y lógicamente por lo cerca, porque para yo ir al país que yo quería ir, yo tenía que agarrar avión y se, y yo tenía muchas opciones, pero que eran ómnibus. Yo podía dar lo mejor de mí aquí. [...] menos costos y más cerca, más cerca, porque si yo pensaba si no me va bien, no me va bien en Brasil. Yo regresé y pero las expectativas que yo tenía fueron mucho mejores, mucho mejores de lo que yo imaginaba. Sufrí mucho. Sé cómo imagina, pero siempre batallé. Siempre trabajé, no busqué la cosa fácil. No pedí, no pedí nada, [...] Si es así, ahí voy. Yo creo que todo en la vida hay que padecerlo. Tiene un precio, hay que pagarlo, tienes que pagarlo, porque si no, no tienes esa sensibilidad humana. Si tú me lo gano, yo no voy a valorizar como cuando yo lo lucho, que fue una de las cosas que reforzã, porque siempre lo he tenido y lo he sabido, porque me lo inculcaron, porque mi familia siempre fue así. Lo que estoy viviendo ahora es el resultado de todo lo que hicieron, que mi abuela, mi abuela, que me quedaba viva, que ya falleció ayer. Ella siempre fue una mujer así. Acogedora ya llegabas tú y veía que tenía necesidad y desde ahí puedes dormir, no es nada fácil de entender. Sí, igual mi familia por parte de mamá fueron personas muy, muy buena gente, no eran así de que es niño y pertenencia, yo te voy a ayudar, a dar comida y a transmitir conocimientos, siempre fueron abiertos por esa parte. Yo doy gracias a Dios de que Dios me dio esa familia porque conozco familias que no son así, pero ellos fueron así. (SHIRLEY, ago., 2020).

Na Venezuela, ela atuava na área da beleza, como cabeleleira, designer de unhas e maquiadora. Tinha um filho de, aproximadamente, um ano, o que tornou cada vez mais difícil

trabalhar e sustentar a família. Ainda em 2015, sua irmã veio morar em Manaus e, depois de um tempo, convidou Shyrley para que viesse também. No mesmo ano, ela deixou a Venezuela em direção ao Brasil.

A viagem de Shyrley não foi fácil, ela só teve dinheiro suficiente para chegar a Pacaraima, onde ficou na rodoviária. Não tinha dinheiro nem para comprar um lanche, dependendo de doações. Nesse mesmo dia, viu um casal na lanchonete, e, apesar da vergonha, pediu a eles uma carona. O casal, depois de deliberar entre si, aceitou leva-la até Manaus, que também era o seu destino. Ofereceram-lhe comida, o que ela recusou por vergonha, apesar de ter sentido muita vontade de aceitar, conforme salientou em relato. Durante o caminho, ela somente aceitou um *galeto* (biscoito) para seu filho que também tinha fome.

Chegando a Manaus, foi viver em um hotel, inicialmente, já que a irmã dividia um apartamento com uma amiga, mas era muito caro se manter ali. Mesmo tendo conseguido um trabalho e deixando o filho com a irmã, Shyrley relatou que era muito complicado pagar uma moradia:

Los principales desafío era un techo donde morar, intento mejor darle estabilidad, una estabilidad que toda madre busca. Quieres que tus hijos tengan por lo menos dónde vivir. Donde ellos se sientan bien, los bellos desarrollarse. Ese fue uno de los mayores desafíos.

Por causa de eso sufrí mucho y en un momento que no podía sustentar mejor ni sustentar casi a mi hijo, porque yo pagaba hotel. Y recuerda que un hotel es una diaria, nadie había eran en aquel tiempo 30 reales. (SHIRLEY, ago., 2020).

Alguns conhecidos lhe indicaram que fosse trabalhar em um restaurante, como auxiliar de cozinha. Porém, quando chegou ao local indicado, era, na verdade, uma casa de prostituição, o que a chocou. Passou um tempo trabalhando lá, mas ver as cenas das mulheres seminuas recebendo os clientes deixou-a abalada, tanto que ela decidiu pedir demissão, passando a viver com a irmã em um bairro da zona norte de Manaus.

Comienzo, pagamos alquiler, luego con comida, transporte, porque tenía que pagar la cuota mientras trabajaba, porque inteirava con mi hermana porque ella es deficiente. (SHIRLEY, ago., 2020).

Quando saiu desse trabalho, Shyrley desenvolveu distintas atividades laborais, quaisquer que permitissem ser realizadas na companhia de seu filho, pois sua irmã também começou a trabalhar e já não podia ficar com a criança.

[...]Aquí también vendí café, vendí tortas, bolo porque no daba para hacer eso, porque mi hermana estaba trabajando, como un mes trabajando en una

tienda y yo tenía que quedarme con mínimo, hacer algo y salir. (SHIRLEY, ago., 2020).

Podemos perceber como a falta de espaços públicos, como escolas e creches, torna a rotina da mãe migrante extremamente desafiadora. Sobre esse aspecto, de acordo com a Lei Migratória nº 13445/2017⁵⁰, todos os migrantes que residirem em solo nacional têm os mesmos direitos que os brasileiros, exceto quanto ao voto. Dessa maneira, as crianças migrantes têm o direito de acesso às escolas e às creches oferecidas pelo Estado. Porém, a ausência de informações e a dificuldade com o idioma são circunstâncias que as desamparam.

Em relato, Shyrley disse que, após ter passado esse período levando o filho para o trabalho consigo, ela teve que colocá-lo em uma creche particular, o que apertava ainda mais o seu orçamento. Cabe ressaltar que entrevistei Shyrley em agosto de 2020. No momento da entrevista, seu filho estava prestes a completar 6 anos de idade, e ainda não havia conseguido matricular-se em uma escola, pois, quando Shyrley finalmente conseguiu uma vaga em uma creche pública, ele teve dificuldade de adaptação por causa do idioma. A criança regrediu a comportamentos que não condiziam com sua faixa etária. Dessa forma, ela também se sentiu insegura para que ele frequentasse a escola.

Shyrley pediu-me ajuda para aconselhar sobre essa situação, por conhecer minha formação de psicóloga. Passei-lhe, então, o endereço de uma instituição que ajuda migrantes em circunstância semelhante à dela, para que recebesse o apoio adequado para lidar com essa situação do filho.

Sobre esse pedido de ajuda, todas as participantes apresentam situações difíceis e precisavam de ajuda, pedindo-me auxílio, senão para elas, para alguém da família. Eu sempre fazia essa mediação. Pude observar, então, que essas mulheres precisam lidar com questões sociais, financeiras e emocionais, muitas vezes, sozinhas.

2.3.1 Para las mamás: No tiene culpa

Sobre a demanda das mães migrantes com crianças, em relação à educação, é importante ressaltar que elas devem ter acesso à educação, não só para ter um espaço onde

⁵⁰ Segunda a características da nova lei de migração nº 13445/2017: “ao migrante é garantida, assim como aos nacionais, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, assegurando-lhe também os direitos e liberdades civis, sociais, culturais e econômicos (art. 4º, caput e inciso I)” (LOPES, 2018). A nova lei surgiu para atender à grande demanda proveniente da migração venezuelana, dessa forma, buscando garantir a proteção dos direitos dos migrantes. Anteriormente, era denominado de Estatuto do Estrangeiro, nome pejorativo, e, nesse documento, constavam leis e normas referentes ao que os migrantes podiam ou não fazer no país. Não se pensava na proteção desse público, mas na proteção nacional.

ficar durante o período de trabalho da mãe, mas para terem contato e interação com outras crianças.

De acordo com a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que consta no Portal do Ministério da Educação (MEC), entende-se por educação:

Art. 1º. A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. §1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições culturais. §2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social (MEC, 1996, p. 01).

Podemos notar que a educação é um processo, constituído de muitos atores sociais, que independe de um sistema fechado, mas provém das relações estabelecidas entre pessoas, da troca de saberes, do contato com o mundo, com a qual se aprende e se constrói saberes sobre conteúdos diversos. A essa construção e troca de saberes denominamos educação, e ela pode ser mediada por ensino formal (educação fundamental, ensino médio e ensino superior).

Tradicionalmente, as crianças iniciam sua vida escolar a partir dos três anos de idade, salientando que essa faixa etária pode variar, levando em consideração que os contextos são diversos. Nesse sentido, podemos notar que, apesar da entrada no sistema formal de ensino ser cada vez mais precoce, a educação não acontece apenas na escola.

A educação também existe onde não há a escola e, por toda parte, podem haver redes e estruturas sociais de transferência de saber de uma geração a outra, em locais onde ainda não foi sequer criado o embrião de algum modelo de ensino formal e centralizado, porque a educação aprende com o homem a continuar o trabalho da vida (BRANDÃO, 1981, p. 06). Diante dessa perspectiva, deve-se analisar como ocorre esse processo educacional, tendo em vista que o mesmo depende de uma série de elementos.

A escola é constituída por diferentes atores sociais, todos de extrema importância, e cada um contribuindo com suas peculiaridades. Juntos, enriquecem esse campo de ensino e aprendizagem mediante a diversidade que apresentam. Os alunos, a família dos alunos, a equipe pedagógica e os funcionários em geral (“tias” da cantina, porteiros, trabalhadores de serviços gerais) compõe o elenco de uma escola. Essas pessoas chegam plenos de histórias de vida, expectativas, medos e anseios, cada um traz dentro de si um aspecto importante que é condicionante para a dinâmica do funcionamento da escola.

É nesse universo que surgem importantes demandas. Se cada escola tem os seus alunos e a sua história específica, também pertence a um lugar único e diverge em alguns aspectos de outras escolas, apesar de todos os esforços empreendidos por educadores e da grande evolução no que tange à Educação Brasileira.

O MEC, todavia, não está preparado para coordenar essas diferenças e efetivar as leis que corroboram e contemplam as questões da diversidade cultural que emerge do campo educacional, ou seja que surgem do contexto escolar. Diante dessa questão, por meio da fala das participantes, a dificuldade de acesso à rede pública de ensino na cidade de Manaus, demonstra o quanto a rede pública de ensino da cidade apresenta dificuldades para lidar com essas demandas pertinentes à educação de crianças e adolescentes migrantes. As colaboradoras que possuem filhos relataram uma série de obstáculos que tiveram que enfrentar para matricular seus filhos na rede pública de ensino.

As barreiras impostas ao migrante durante a busca por escolas e efetivação da matrícula, impedem que seus filhos crianças e adolescentes percam uma fase tão importante para o desenvolvimento humano que é a vivência escolar. Além de ser uma questão de necessidade para esse público, pois eles precisam aprender o português para facilitar a interação com os brasileiros, conseguir trabalho e a entrada dos seus filhos na escola acelera esse processo.

Sobre esse aspecto, outro dado interessante, é que Yulia, também mãe migrante, relatou que sua filha de 7 anos de idade interagiu com outras crianças, na escola, e, com isso, começou a ensinar português aos pais a partir do que aprendia lá. Ou seja, a entrada dos filhos na escola serviu também para que a família se adaptasse mais rápido à cidade de Manaus. Entretanto, ela também relatou que essa entrada não foi fácil.

Nosotros decíamos de niño que difícil inscribir un niño para que estudie. Yo digo será porque somos extranjeros? Era la manera de pensar bien. (YULIA, jul., 2020).

Yulia relata que também não tinha informações e, inicialmente, não sabia se existiam espaços que pudessem ajudá-la com essa questão da matrícula dos filhos, foi então que um vizinho se ofereceu para ajudá-los.

Un vecino nos puede ayudar “porque ustedes son buenas personas. Ya tengo varios meses conociendo y observo mucho su trabajo como son. Voy a ayudar para que integren a la niña”. Ella comenzó a estudiar. Para nosotros fue un desafío porque teníamos miedo. La reacción de ella por no conocer el idioma, por no saber comunicarse. Ella decía que en principio que no quería ir porque ella no sabía cómo hablar. No sabía cómo, cómo comunicarse. Los

coleguillas decían que ella hablaba inglés. Entonces decía “no es inglés, es español” y era un poco *engrasados*. Pero ella fue adaptándose. Ella fue haciéndose entender. (YULIA, jul., 2020).

Durante essa fala de Yulia, questioneei-a sobre como ela se sentia quando a filha tinha receio de ir para escola:

Pesquisadora: Y tú en ese momento? Cómo te sentiste cuando ella hablaba eso para usted?

Yulia: Al principio me sentía mal [...]Hicimos bien en salir así con los niños?Hicimos bien? Un impacto muy fuerte para ellos, pero después ella, ella misma me miraba, me decía “mami, tranquila, tranquila, que yo voy a aprender y te voy a enseñar”. Es más, ella decía “yo les voy a enseñar a mis amigos a hablar español” y mi esposo le decía “Hija, tú tienes que hablar portugués”. “Primero, no, papá, yo le voy a enseñar a ellos a hablar español para que ellos se puedan comunicar conmigo”, eran las palabras que ella siempre no decía. Ella fue una de las niñas que sobresalió en la escuela. Todas las actividades que haciendo Carol era una de las primeras. Participó en muchos eventos de muchas horas en la escuela. Ella fue reconocida en la escuela. No le dieron un diploma, un certificado no, pero se lo dijeron de palabra. (YULIA, JULHO, 2020).

Com a entrada da filha mais velha na escola, Yulia e o marido alternavam os turnos de saídas de casa para que sempre houvesse alguém com a criança. Ela, então, começou a fazer cursos de capacitação profissional nos horários em que a filha estava na escola.

Después que yo hice mis cursos, que aprendí a hacer algo así, yo comencé a intentar vender lo que yo estaba haciendo porque yo necesitaba ayudar. Yo decía que mi esposo no podía llevar toda esa carga y que no nos daba. (YULIA , jul., 2020).

Angélica foi mais uma das colaboradoras com a qual eu construí um vínculo muito forte. Até o presente momento, seguimos em contato diário, mas, ao contrário das outras, ela não teve um desfecho satisfatório na questão familiar, pois precisou enviar a filha de volta para Venezuela por não ter com quem deixá-la.

Angélica começou a trabalhar em um restaurante no centro da cidade, próximo à praça de São Sebastião. Sua filha, com 10 anos de idade, por dificuldades de idioma, não conseguiu frequentar a escola. Durante o período de trabalho de Angélica, a filha ficava na praça, com uma amiga ambulante. Foi o que a fez decidir reenviar a filha para Venezuela. Essa ação causou-lhe sofrimento, pois a fronteira foi fechada por conta da covid e ela não podia trazer a filha de volta durante esse período (até o fechamento da entrevista, ela esperava

a reabertura da fronteira para buscar a filha). Sobre o período em que sua filha esteve em Manaus, Angélica relata:

Con respecto al problema, yo llegue aquí con Joan con Ana, pero con Joan todo se me hizo más fácil porque mi familia me iba a ayudar para que estudiara en el liceo. Pero por ejemplo, en el caso de Ana, Ana llegó aquí en agosto y nos dijeron que el año escolar empezaba en febrero. Cuando la quise inscribir dijeron que no había inscripciones porque ya había empezado el año escolar. Luego, cuando los venezolanos llegan aquí y les solicitan todos los documentos, no pueden ser ingresados a la escuela sin el CPF, sin residencia, sin el refugio. Aparte de eso, los retrocede. Un año, por ejemplo, es un niño venezolano en Venezuela estaba en sexto. Aquí lo ponen a cursar quinto.

Aparte de eso, este todo es por el sistema [...]Es un sistema bastante engorroso. Tienen que buscar el agendamiento por las páginas, ponen unos 10 puntos específicos, piden cantidad de datos casi imposible para un venezolano que no entienda bien el portugués. Aparte de eso, este es un proceso bastante engorroso. La página nunca abre y cuando abre, abre con dificultad. Te da una cierta cantidad de devagar. Y bueno, como te mencioné, uno no escoge, elige donde quiere que estudie el hijo, sino que uno coloca la dirección y ellos ven para donde te van a mandar. La mayoría de las veces ofrecen para los niños de los venezolanos la opción de la opción de ir al empezar como oyentes, pues empezar a ir sin nada de inscripción, sin nada de cada astro, solamente escucharlo audio, solamente ir a escuchar a las personas que hablan y eso, pero sin ningún compromiso.

Después que tienen un tiempo y se adaptan es que logran inscribirse en la casa de crianza que son los mini niños pequeños. Es más difícil la situación porque eso es por concurso y tienen prioridad a los niños brasileiros. Es muy difícil que un venezolano con un cupo ahí lo 3V de una muchacha que durmió 6 veces esperando que tomar una seña para ella, habló con la directora, con la maestra y en realidad nunca tuvo el cupo para el hijo. (ANGÉLICA, jul., 2020).

Por meio da narrativa de Angélica, é possível mapear questões que envolvem as dificuldades de acesso à escola, além da ausência de informações, como a dificuldade em regularizar a documentação dos filhos e o tipo de mecanismos para realizar a matrícula.

No caso da cidade de Manaus, todo o processo é realizado de maneira informatizada mediante o site de matrículas. O site é disponibilizado pelo governo do estado e são muitas etapas para preencher, além da dificuldade com o idioma, o sistema exige documentos como carteira de identidade e certidão de nascimento, porém esse tipo de documentação é brasileira, o migrante não as tem. Logo, ele não consegue fazer a matrícula pelo site. Então, deve se encaminhar às secretarias (SEDUC e SEMED), para que consigam fazer a reserva da vaga na escola. A matrícula, de fato, ocorre na escola onde o migrante reservou a vaga.

Entretanto, esse processo não é simples, pois as colaboradoras não possuem trabalhos regidos pelas normas da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), elas prestam serviços e são remuneradas pelo dia de trabalho. Faltar ao trabalho para ir em busca de informações sobre a matrícula diminui a sua renda ao final do mês. O dinheiro de transporte também é um empecilho, pois, em algum momento, essa quantia vai fazer falta, seja para pagar o aluguel ou para comprar comida.

Além dessas questões, existem as dificuldades em fazer a matrícula na série equivalente ao ano escolar que a criança ou adolescente cursou na Venezuela. De acordo com as colaboradoras, muitas vezes, os documentos que traziam da Venezuela não eram aceitos, ou elas não tiveram condições de trazer qualquer tipo de comprovação em relação à série que os seus filhos haviam cursado. Como essa foi uma demanda bastante recorrente, a prefeitura de Manaus inaugurou uma sala de transição (SALA, 2019), para que as crianças pudessem estudar independente da série que cursaram anteriormente.

Esse tipo de situação ocasiona consequências difíceis para as mulheres migrantes, pois algumas delas são obrigadas a levarem seus filhos de volta para a Venezuela ou adiar a vinda deles para Manaus. A questão do acesso à educação por parte dos migrantes é uma demanda complexa, os pontos abordados aqui fazem parte de um universo de questões, entretanto é uma circunstância que afeta a família como um todo. Principalmente as mães que, no caso de separação, precisam conviver com a dor da distância dos filhos.

O contexto da pandemia tornou as circunstâncias, que já eram difíceis, mais intensas. Os filhos dos migrantes que finalmente conseguiram vagas nas escolas, diante da realidade da pandemia, tiveram que lidar com mais um obstáculo: as aulas remotas, pois não possuíam computador e nem internet. As mães, muitas vezes, possuíam apenas um celular, e tinham que dividi-lo com os filhos, no qual o acesso às aulas, frequentemente, não funcionava, por oscilações na rede ou por falta de crédito nos celulares pré-pagos. Logo, a pandemia tornou a vida das migrantes mais desafiadora em relação à educação dos filhos.

Rosa, migrante venezuelana de 38 anos, vinda de Puerto Ordaz, chegou inicialmente à cidade de Manaus em 2017. É mãe de 3 filhos, um maior de idade e 2 adolescentes (14 e 17 anos), ela viu a oportunidade de vir ao Brasil como oportunidade de dar uma vida melhor aos filhos, além da chance de se desvencilhar de um casamento que já não era satisfatório. Durante sua estadia, de aproximadamente um ano, em Manaus, ela conheceu um novo companheiro, o qual era peruano, e decidiu migrar para o Peru.

Ali permaneceu por mais um ano, mas relatou não ter se adaptado à cultura do país e à forma como os locais tratavam os migrantes. Foi quando ela decidiu voltar para Venezuela, através da selva peruana, chegou à cidade de Tabatinga e dali se dirigiu ao seu país de origem. Asmática, Rosa teve uma crise durante a viagem, tendo que ficar na Venezuela até sua recuperação. Quando migrou novamente ao Brasil, veio com seus dois filhos mais novos, já que o mais velho viera antes para Manaus com sua companheira e trabalhava como mecânico. Assim como Yulia, Rosa também teve dificuldade para que seus filhos acessassem a rede pública de ensino. Perguntei-lhe se ela teve dificuldades para matricular seus filhos, ao que ela respondeu:

Yo fui, conversé con el director del colegio. Al principio me puso algunas trabas para yo [...] Seguí insistiendo y logré conseguirla, conseguir las salas para los niños. él me dijo No te cómo son extranjeros. Les puedo abrir las bagas. Entonces, así no haya bagaje de colegio. Tengo la obligación de abrirles vaga porque es el colegio más cercano al domicilio. Le abrió las vagas a los niños y empezaron a estudiar. Solo que ahorita, con la cuestión de la pandemia, nosotros no tenemos internet en casa, verdad? Y a veces ellos no logran conectarse para ver a las aulas. A veces no. El internet se cae, se cae mucho. Por lo menos yo trato con el chico del internet, de la operadora. Me da trato de ver las clases y aprovecharla al máximo posible. Sin embargo, no logro verla completa y lo mismo le está pasando a ella, por lo menos el más pequeño[...]. (ROSA, ago., 2020).

Enquanto Rosa relatou os entraves para matricular os filhos na escola, também situou a realidade daquele momento em virtude da pandemia. As aulas foram remanejadas e estavam sendo exibidas de maneira remota. Tanto ela quanto a filha estavam tendo dificuldade de acesso, apenas o filho mais novo estava conseguindo assistir às aulas. Ao relatar esse obstáculo, ela retomou o processo de adaptação dos filhos, quando as aulas ainda ocorriam de maneira presencial:

Ellos creo que se adaptaron rápido, ellos se adaptaron rápido al colegio, como yo siempre les digo así hacia ustedes, no entienden nada de lo que el profesor está diciendo usted copie, copie todo lo que el profesor coloque en el pizarrón, usted copia todo. Usted hace todas las actividades que tenga que hacer y ahí después de ahí, después vemos y empezamos a buscar la información, empezamos a investigar, averiguar y así hacemos. Y así fue que los dos aprobaron su su año escolar.

Pesquisadora: ¿y tú acompañaba ellos en casa enseñando las cosas?

[...] lo que yo no podía, por lo menos en el área de lengua portuguesa, Allí me ayudaban los hermanos de la Iglesia. Ahorita que no tengo la ayuda de los hermanos [...] (ROSA, ago., 2020).

Nesse momento da conversa, Rosa falou como o isolamento tornou tudo mais difícil. Ela precisou se mudar do bairro, onde tinha a ajuda dos “irmãos da igreja” - como ela

chamava os membros da igreja que frequentava que também eram seus vizinhos. Quando ela tinha dificuldade com a língua portuguesa e precisava ajudar os filhos nas tarefas escolares, ela pedia ajuda aos moradores próximos. Mas, naquele momento, com as aulas remotas e a internet instável, a família estava com dificuldades de dar conta dessa nova dinâmica escolar. Esse obstáculo fez Rosa pensar e comparar as oportunidades de acesso à universidade em seu país de origem e no Brasil, o qual, segundo ela, é um país excludente nesse sentido:

[...]piensa que es un proceso que ponen muchas trabas para que las personas eletranjero más que todo, hasta el mismo brasilero, porque algo que es tan que debería ser tan accesible a las personas como es la educación, por lo menos es lo que nosotros hemos visto ayer. Lo que nosotros hemos visto. Venezuela en Venezuela. La educación es gratis, la medicina es gratis. Pero si tienes que demostrar que en verdad tú quieres, tienes la vocación y en verdad que estudiar que en verdad merece el cupo en la universidad. Y haces tus pruebas, sale seleccionado y comienzas a estudiar. Lo único que tienes que hacer es comprar el material, que era tan costoso de estudiar. Derecho también, también es gratis administración y en las mejores universidades y reconocidas a nivel mundial como es la Universidad Central de Venezuela. Como acá es diferente, es diferente. Allá en Venezuela es muy diferente. El proceso para entrar a la universidad es más tranquilo, es mucho más antiguo, es mucho más tranquilo. Allá, para poder tú entrar a una universidad, tú cuando estás ya en el cuarto quinto año de bachillerato y medio, te hacen una prueba de aptitud académica y ahí tú optas por las diferentes universidades y carreras donde tú quisieras estudiar. Entonces, dependiendo el promedio que tú en ese examen, el que te salte puedes salir dos, tres, cuatro universidades. Ya después de ahí tu buscas cuál es la opción que más te corresponde de la que más da contigo (ROSA, ago., 2020).

Rosa nos apresenta dois panoramas distintos, mas que perpassam a questão da educação. No caso de seus filhos, as barreiras para acessar os ensinos fundamental e médio, e, sem seu caso, a sua experiência como estudante na Venezuela. Lá, ela acreditava que teria acesso ao ensino superior, enquanto que, no Brasil, pelos obstáculos observados, ela entendia esse objetivo como muito distante de sua realidade. Podemos observar como o sistema educacional brasileiro ainda não dá conta de acolher os filhos dos migrantes e os próprios migrantes, no caso daqueles que queiram acessar a universidade pública ou mesmo continuar o ensino básico.

Logo, diante dessas circunstâncias, em 2019, o governo de Manaus, em parceria com a UNICEF, colocou um plano de inserção em prática de migrantes e refugiados venezuelanos, a fim de inseri-los na política pública municipal. A proposta dessa iniciativa foi promover o direito das crianças e adolescentes venezuelanos nas seguintes áreas: acompanhamento nutricional, promoção da saúde, inserção no ensino regular, proteção, enfrentamento e resposta a diferentes formas de violência (UNICEF, 2020). As ações tiveram

início com as famílias que estavam nos abrigos públicos presentes na cidade (Parque das Flores, Alfredo Nascimento, Centro e Coroado), também foram contempladas famílias venezuelanas que não estavam abrigadas.

A UNICEF também contou com a parceria de ACNUR, OIM, UNFPA, Prefeitura de Manaus, Ministério Público da Cidade, Secretaria Estadual de Educação, ADRA e Instituto Humana. A UNICEF também tem realizado ações com o intuito de estruturar um plano de educação escolar para etnia indígena Warao, e também, devemos destacar algo de extrema importância, que é o esforço em garantir a matrícula de crianças e adolescentes venezuelanos em qualquer período do ano letivo (UNICEF, 2020). A exclusão escolar dos filhos de migrantes e refugiados não é um problema apenas do Estado do Amazonas, mas uma realidade que atinge os migrantes nos diversos estados brasileiros. Então, na tentativa de atender esta necessidade em 13 de novembro de 2020, foi publicada a Resolução nº1, que visa assegurar a partir dos princípios da legislação educacional do Brasil a efetivação dos direitos à diversidade e a proteção de crianças e adolescentes no que se refere à dignidade humana:

As escolas devem organizar procedimentos para o acolhimento dos estudantes migrantes, com base nas seguintes diretrizes:

- I - não discriminação;
- II - prevenção ao bullying, racismo e xenofobia;
- III - não segregação entre alunos brasileiros e não-brasileiros, mediante a formação de classes comuns;
- IV - capacitação de professores e funcionários sobre práticas de inclusão de alunos não-brasileiros;
- V - prática de atividades que valorizem a cultura dos alunos não-brasileiros;
- e
- VI - oferta de ensino de português como língua de acolhimento, visando a inserção social àqueles que detiverem pouco ou nenhum conhecimento da língua portuguesa. (UNICEF, 2020).

A resolução entrou em vigor em 1º de dezembro de 2020, foi uma conquista importante para a população migrantes, principalmente para os venezuelanos que vivem na cidade de Manaus que apresentaram grandes dificuldades para acessar o ensino remoto, como foi no caso da família de Yulia que, ao matricular o seu filho mais novo na rede municipal de ensino, teve que adquirir um aparelho de televisão para que ele e a irmã mais velha pudessem acompanhar as aulas:

Inscribimos a José [...]Conseguíó por lo menos algunas semanas de clase y él nunca fue a clases después de la pandemia no fue a clase. Todas las clases las hice por la televisión. Tuvimos que comprar un televisor para que ellos pudieran ver clases. No teníamos entonces si estamos pagando. Pero fue una.

Fue una bendición? Pues porque primero es un medio de distracción para ellos, así que vivimos encerrados todo el tiempo y para que ellos puedan estudiar. (YULIA, ago., 2020).

No caso de Yulia, ela estava trabalhando, mesmo durante a pandemia, pois ela era contratada de uma agência humanitária internacional, e seu marido conseguiu o auxílio emergencial, então conseguiram adquirir o aparelho. Mas nem todas as famílias conseguiram, é difícil mensurar quantas crianças migrantes perderam o acesso às aulas remotas, por não terem aparelhos para acessá-las e ainda permanecem nessa situação de exclusão.

2.3.2 Trabalho e Remessas: Uma conquista diária

Falar sobre trabalho e migração é quase um pleonasmo já que, em sua maioria, os migrantes saem de sua terra natal em busca de trabalho, fonte de renda, logo é necessário destacar que, ao contrário do que muitos governantes afirmam, o migrante não espera de maneira passiva por auxílios ou benefícios financeiros, na verdade, o que observamos é um esforço tremendo e desenvolvimento de estratégias por parte dos diversos grupos de migrantes ao redor do mundo na tentativa de se inserir no mercado de trabalho. Nesse sentido, cabe ressaltar que falar sobre a categoria “trabalho”, segundo a perspectiva de gênero, consiste em verificar o quanto ainda nos deparamos com discrepâncias existentes entre homens e mulheres migrantes em relação a esse mundo (oportunidade, remuneração).

Diante desse contexto, vale ressaltar o papel e os obstáculos apresentados pelas colaboradoras venezuelanas de acordo com esse cenário. Não foi aleatória a escolha do subtópico trabalho vir logo em seguida à discussão sobre a educação e, conseqüentemente, formação profissional.

A maioria das colaboradoras desta pesquisa são mães, nesse sentido, deve-se considerar que conseguir trabalho torna-se mais difícil, apesar de elas terem qualificação profissional, tanto graduação quanto formação de nível técnico. O mercado de trabalho não estava de portas abertas a essas mulheres. Elas relataram que a validação de seus certificados profissionais foi um verdadeiro obstáculo, já que o processo envolve altos custos. Além disso, durante o trajeto de saída da Venezuela, algumas delas sofreram ameaças e cobranças de suborno por parte dos militares venezuelanos. Então, por medo de perder suas certificações profissionais, não trouxeram seus diplomas para o Brasil, como podemos observar na narrativa de Yulia quando iniciou sua jornada em busca de emprego:

[...]Intenté buscar información, solo que yo no traje mi diploma porque yo tenía miedo, porque cuando nosotros salimos de Venezuela en ese tiempo había muchos rumores de que el que tuviese documentos así se los iban a romper en la frontera, se los iban a quitar la misma guardia venezolana. Entonces a mí me dio miedo. Entonces yo le digo a mi esposo No, para qué voy a llevar eso? Para qué te vas a llevar tus documentos así? Si no los van a quitar, entonces para nosotros volver a sacar una copia certificada de eso era. Y esta comida es estafen. Si está guardado en mi casa porque nosotros tenemos casa todavía en Venezuela no vendimos la casa. Entonces, Eitan, una de nuestras cosas están nuestros documentos. (YULIA, jul., 2020).

A dificuldade com o idioma foi outra barreira encontrada, chegavam a participar de seleções, mas, apesar de entenderem bem o Português, por não saberem se expressar, não ficavam com a vaga de empregos (comércio e restaurantes). Aliada a essas questões, a dificuldade de matricular os seus filhos limitava as possibilidades de trabalho dessas mulheres por não terem com quem deixá-los. Diante dessa realidade, pude observar como a distinção de cargos e de remuneração fica evidenciada nesse contexto.

Perante essa dura realidade, as colaboradoras mostraram-se frustradas, pois, quando chegaram aqui, precisaram realizar outras atividades laborais, diferentes das que realizavam na Venezuela. Nesse primeiro momento, para conseguir custear as despesas básicas e enviar dinheiro para seu país de origem, elas precisaram trabalhar naquilo que era possível e não no que gostariam.

Figura 20: Visita ao local de trabalho de Mila e Joana.



Fonte: Arquivo Pessoal da Autora.

Figura 21: Espaço de Beleza da Shirley.



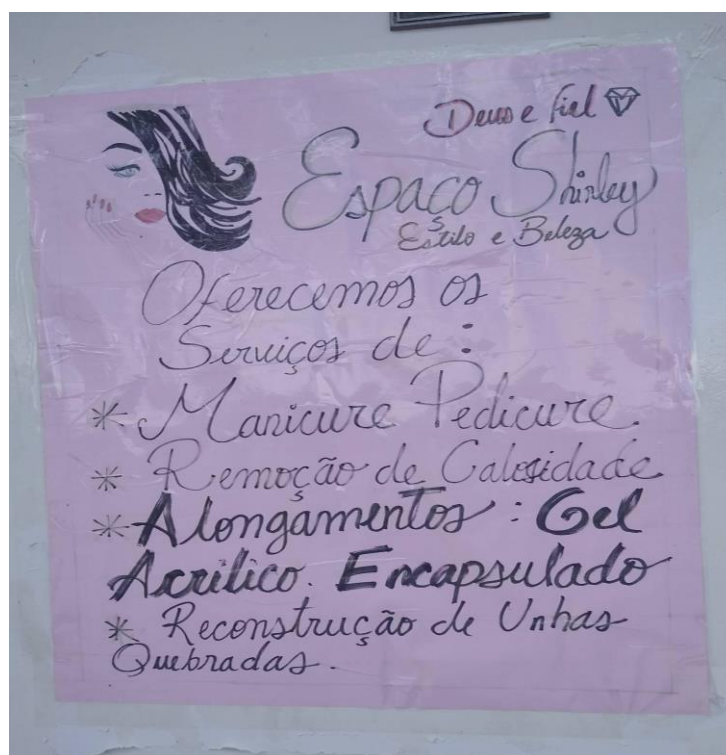
Fonte: Arquivo Pessoal da Autora.

Figura 22: Espaço de Beleza da Shirley.



Fonte: Arquivo de Pessoal da Autora.

Figura 23: Espaço de Beleza da Shirley.



Fonte: Arquivo Pessoal da Autora.

Figura 24: Espaço de Beleza da Shirley.



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Figura 25: Produção Artesanal de Yulia.



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Figura 26: Visita ao Trabalho (SPA de Beleza) de Rosa.



Fonte: Arquivo pessoal da autora

No quadro a seguir, fiz um mapeamento da formação profissional e atividade laboral exercida pelas colaboradoras na Venezuela, as atividades laborais atuais e os cursos de capacitação profissional realizados no Brasil:

Quadro 2: mapeamento da formação profissional e atividade laboral.

NOME	ATIVIDADE LABORAL/ EDUCACIONAL EXERCIDA NA VENEZUELA	ATIVIDADE LABORAL/ EDUCACIONAL EXERCIDA NO BRASIL	CURSOS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL REALIZADOS NO BRASIL
Carol	Trabalhava com vendas e fazia faculdade de Educação Esportiva;	Atua no comércio, como autônoma: - Venda de doces e salgados; - Venda de Harina de Maiz venezuelana; - Venda de acessórios para celular;	- Curso de português básico;
Daniela	Graduada em Biologia, trabalhava dando aulas na educação infantil;	Exerce duas atividades laborais distintas: - Trabalha em uma pizzaria montando as pizzas e ajudando com a limpeza do local (regime de diária); - Trabalha como estagiária de Auxiliar administrativo em uma instituição de resposta humanitária (possui contrato com prazo determinado como voluntária);	- Curso de português básico; - Curso de auxiliar administrativo;

Angélica	Graduada em Farmácia, exercia um cargo público na sua área de formação;	<ul style="list-style-type: none"> - Trabalha como autônoma na área do turismo exercendo a função de guia de turismo; - Trabalha com vendas de maquinas de cartão e máscaras de proteção; - Desenvolve cursos na área de gastronomia, sua especialidade é bartender, oferecendo curso de preparação de coquetéis; 	<ul style="list-style-type: none"> - Bartender e gastrônoma; - Microempreendedora; - Empreendedorismo em tempos de pandemia; - Guia de Turismo;
Yulia	Licenciada em Gerência de Recursos Humanos. - Trabalhava na secretária de uma escola.	<ul style="list-style-type: none"> - Trabalha como voluntária em agência humanitária e também como artesã. Confecciona cadernos e blocos a partir de materiais reciclados. Também confecciona bijuterias; 	<ul style="list-style-type: none"> - Curso de Português Básico; - Cursos de artesanato: fuxico; bijuteria; produção de papel reciclado.
Shirley	- Cabelereira, design de unha e maquiadora;	<ul style="list-style-type: none"> - Auxiliar de cozinha; - cabelereira, design de unha e maquiadora; 	- Curso de coquetelaria básica e avançada;
Rosa	- Massoterapia e estética;	<ul style="list-style-type: none"> - Diarista; - Massoterapia e estética. 	<ul style="list-style-type: none"> - Clínica médica; - Formação e certificação no curso de propósito e sentido da vida; - Hotelaria e turismo.
Nelysmar	- Advogada;	- Venda de salgados e bebidas na praça;	<ul style="list-style-type: none"> - Coquetelaria básica; - Harmonização de bebidas e alimentos.
Mila	<ul style="list-style-type: none"> - Formação em auxiliar de Farmácia, trabalhou durante 10 anos em Farmácia. - Vendia salgado (arepa e tequinhos). 	<ul style="list-style-type: none"> - Empregada Doméstica; - Venda de café na feira; - Venda de salgados e bebidas na praça. 	Não se aplica.

Joana	- Formação em auxiliar e técnica em enfermagem; - Trabalhou em hospitais.	- Cuidadora de idosos; - Venda de pipoca na praça;	Não se aplica.
Maria	- Bachiller (ensino médio completo) - Confeitaria; - Cuidadora de Idosos;	- Vendas de brigadeiro e pirulito na rua; - Atua como confeitadeira em uma padaria;	Não se aplica.

Fonte: Autoria própria.

Por meio dos dados disponibilizados na tabela, podemos verificar as reconfigurações e os ajustes em relação à atividade laboral exercida por cada uma. Poucas, com o passar do tempo, conseguiram trabalhar nas suas ocupações de origem, as demais tiveram que aprender um novo ofício. Perante essa realidade, no que se refere às condições de trabalho e remuneração, pude constatar que todas as colaboradoras, em dado momento, foram mal remuneradas e trabalharam em regime de exploração e más condições, como afirma Rosa:

Qué siente que este Estado es muy, muy clasista. Sabe, es muy clasista. Hay muchas personas que contratan a un migrante y lo tratan como si fuese su esclavo. Ya son 12, 14 horas de trabajo que tiene y en esas 12, 14 horas de trabajo que tiene, solamente una hora toma para sentarse, comer y más nada. Estás en un trabajo, estás en un empleo, porque ya pasé por esa parte también. Y no te sientas si no descansas. Y pienso yo que nosotros venimos a trabajar, a ganarnos dinero. No es fácil porque yo sé que no es fácil, pero no somos animales. No somos animales y de verdad que he visto mucha gente que está siendo tratada como animal solamente por ser inmigrante, solamente por ser venezolano[...] Entonces te piden hacer una diaria, te ofrecen algo y cuando vas a recibir el dinero te dan otra cosa y te dicen eso es mucho dinero en tu país, como si nosotros viviéramos en Venezuela. Nosotros vivimos en Brasil y aquí todo es costoso. Aquí el gas es costoso. Aquí pagar alquiler, luz, agua, el transporte es costoso. Entonces esa esa área que debería ser mucho mejor y pienso que también es una cosa de conciencia y de educación en cada persona, porque de verdad que hay muchos venezolanos que están siendo explotados, que para ustedes sería explorado. No sé si eso sería, están, están siendo, están siendo muy explotados (ROSA, jul., 2020).

Rosa não é a única a sentir-se discriminada por ser migrante, Maria também me apresentou um desabafo sobre se sentir explorada por ser migrante e, principalmente, por estar em situação de necessidade e ter que se submeter a longas jornadas de trabalho. No caso de

Maria, que trabalha 12 horas por dia e não recebe de acordo com a função que exerce, ela é a única das colaboradoras a possuir carteira de trabalho assinada, porém, na carteira dela, consta uma atividade em que o soldo é mais baixo, ou seja, ela trabalha mais, pois realiza o trabalho de uma confeitadeira profissional, é responsável pela produção e coordena os demais membros da equipe, contudo recebe como auxiliar de confeitaria.

A longa jornada de trabalho não causa somente impactos físicos, mas gera consequências diretas na dinâmica familiar. Maria não consegue acompanhar seus 3 filhos à escola, fica impedida também de acompanhar os trabalhos escolares em casa, já que mora longe do trabalho e precisa sair cedo e voltar tarde. Os únicos dias que tem para estar com a família são os domingos e uma segunda-feira do mês. Vale salientar que só foi possível trabalhar sob esse regime quando Maria conseguiu trazer a mãe para ajudar no cuidado com os filhos, se não fosse isso, ela ficaria impedida de aceitar esse emprego.

Outro fato preocupante está relacionado ao assédio sexual direcionado a essas mulheres. Sabemos que esse tipo de crime faz parte da realidade de muitas brasileiras, e, segundo Daniela, os homens, no Brasil, acreditam que podem se aproveitar das mulheres migrantes, pois, como elas estão passando por necessidade, é como se não tivessem o mesmo valor que as mulheres brasileiras. Em um dos nossos encontros, Daniela me contou sobre um fato que ocorreu quando ela conseguiu o seu primeiro trabalho. Ela fazia comida e limpeza da casa de um senhor que tinha problemas de saúde e vivia sozinho. Segundo ela, um certo dia, ele lhe ofereceu dinheiro para que ela lhe permitisse tocá-la. Ela respondeu, de maneira enfática, que não aceitaria aquilo. O senhor assustou-se e prometeu que jamais repetiria a proposta. Questionei se, após o ocorrido, ela pediu demissão, e ela me respondeu que não, pois não poderia, em nenhuma hipótese, deixar de enviar a contribuição financeira para a família que ficou na Venezuela.

O envio de remessas financeiras é uma questão bastante relevante no que se refere à dinâmica laboral dessas mulheres. O compromisso de enviar dinheiro para família é algo que lhes tira o sono e contribui para que elas sigam trabalhando em regime de exploração e em más condições. A preocupação com as remessas financeiras e também sobre as péssimas condições de trabalho são demandas que atingem diferentes grupos de mulheres migrantes de diferentes nacionalidades. É visível como a desigualdade de gênero se faz presente nessas relações, baseadas no poder, no machismo e na xenofobia.

Sobre essas questões, Delia Dutra (2013) realizou uma pesquisa com 107 mulheres de distintas partes do mundo que se deslocaram para diferentes destinos migratórios.

A autora realizou um trabalho de pesquisa a fim de verificar a demanda da segregação laboral sobre a perspectiva das trabalhadoras migrantes. Fizeram parte, desse estudo, paraguaias que migraram para o Brasil, brasileiras que migraram para os Estados Unidos e haitianas que migraram para a República Dominicana.

O relato das colaboradoras venezuelanas se encontram com os resultados apresentados por Dutra, nos quais constam a dificuldades, a exploração, a segregação no ambiente de trabalho e a influência das remessas financeiras sobre a decisão de permanecer ou não no trabalho, ainda que seja sobre contingências injustas e exploradoras. Conforme a autora: “As mulheres migrantes são os principais agentes ativos no envio de remessas aos seus países de origem, acompanhando a crescente tendência de aumento do número das famílias monoparentais [...]. (DUTRA, 2013, p. 180).

A fala de Dutra (2013) vai em direção às narrativas apresentadas pelas mulheres venezuelanas: apenas uma das dez entrevistadas conta com o apoio do marido para dividir as despesas, as demais são responsáveis, não só pelos filhos, mas pelos pais e/ou parentes. Desse modo, Dutra também aponta as consequências dessa realidade:

[...] O entrecruzamento das condições de classe, gênero e etnia condena o coletivo de mulheres migrantes trabalhadoras a uma situação de vulnerabilidade social acentuada pela concentração delas no mercado de trabalho informal e, conseqüentemente, pelo acesso desigual a recursos materiais e à documentação que lhes permita desempenhar seus trabalhos em situação regular. (DUTRA, 2013, p. 181).

A dificuldade com a documentação, que também é um problema das mulheres venezuelanas entrevistadas, mostrou-se um desafio em certas situações de oportunidade em conseguir melhores empregos. Nesse sentido, ampliando os desafios de inserção no mercado de trabalho e dificultando, cada vez mais, o envio de remessas para à família, somado às diversas dificuldades apresentadas nesse cenário, a pandemia impactou de forma alarmante os recursos financeiros dessas mulheres. Segundo Rosa, a quantidade dinheiro que ela mandava para a família na Venezuela caiu pela metade:

Ahorita no estoy enviando lo mismo que enviaba más o más[...]Para poder comer bien tienen que ser aproximadamente cien dólares, que son 500 reales. Pero ahorita no se le pueden enviar 100 dólares. Ahorita estamos enviando 250.

Pesquisadora: Como haces para hacer el envío?

Bueno, aquí hay personas que te reciben. Te reciben el dinero y ellos tienen cuentas. Allá en Venezuela tienen empresas[...] Entonces ese proceso ya pega un poco de dinero. Si yo envío 200 reales para allá, básicamente llega al precio que está al cambio [...] Eso depende del cambio (ROSA, jul., 2020).

O dinheiro enviado às famílias impacta, diretamente, tanto na economia do país de destino, quando no de origem. As mulheres venezuelanas aquecem a economia na cidade de Manaus, oferecem mão de obra barata e qualificada, além de gerar renda para o comércio local, porque elas também são consumidoras. No caso de Angélica, por exemplo, ela trabalha com cursos de qualificação profissional para profissionais migrantes venezuelanos, logo, gera emprego e renda.

As famílias que recebem o dinheiro na Venezuela aumentam o seu poder de compra, fazendo o capital girar. Por conta da desvalorização da moeda do país, em algumas ocasiões, de acordo com relato das participantes, fica difícil sacar dinheiro (bolívares) nos bancos.

Nesse sentido, devido à demanda, na cidade de Manaus, existem migrantes que fazem esse tipo de envio de remessas, recebendo-as em suas contas e repassando o valor ao familiar na Venezuela, após descontar o valor dos juros e do serviço. Segundo as participantes, apesar das sanções econômicas impostas pelo governo dos Estados Unidos à Venezuela, as remessas dos migrantes fazem a economia funcionar, o dinheiro chega no país também por intermédio deles. O que podemos constatar é que existe um conjunto de questões (educação, trabalho, documentação e renda) que estão relacionadas e dificultam, cada vez mais, a situação das mulheres migrantes.

3 DO ANONIMATO AO ESTRELATO

O trajeto percorrido para chegarmos ao presente capítulo nos levou por caminhos históricos, vivências, tanto na parte teórica quanto na experiência em campo, e tornou possível observar quão desafiadora e complexa é a realidade das mulheres migrantes. Dessa maneira, este capítulo tem como proposta vislumbrar a potencialidade das redes migratórias constituídas por mulheres. A agência das migrantes venezuelanas frente à adversidade do contexto migratório.

Então, para adentrar essa temática, faremos uma discussão sobre a dificuldade referente à regularização migratória, que pode ser considerado como um verdadeiro dilema para as mulheres venezuelanas: o ato de escolher entre a residência temporária ou tornar-se solicitante de refúgio. É intenção, também, problematizar as barreiras tecnológicas que fazem parte desses procedimentos e como as redes migratórias são importantes nesse processo, demonstrando o protagonismo dessas mulheres diante das situações. Por fim, descrever o jogo de cena entre a pesquisadora e as participantes, a partir da relação construída durante a pesquisa, além de demonstrar como elas continuam sonhando e com o pensamento firme de construir uma vida melhor, mediante o relato dos seus projetos de vida.

3.1 Migrante ou Refugiado: Odisseia do Processo de Regularização Migratória

Status migratório (residente temporário, solicitante de refúgio ou refugiado) para as migrantes venezuelanas foi um tema constante que permeou as conversas durante os nossos encontros. Como as participantes chegaram em diferentes momentos (2017-2019), cada uma teve uma vivência diferente em relação ao processo de regularização migratória (solicitação de refúgio ou residência). Uma questão que pude perceber em relação às circulações migratórias é a liquidez das dinâmicas, e, em relação à emissão dos documentos migratórios no Amazonas, também foi um processo que se reconfigurou ao longo dos anos. Por mais que as instituições da sociedade civil e públicas (federal, estadual e municipal) tentassem viabilizar a emissão dessa documentação e dinamizar os trâmites para a realização desses processos, as tecnologias de controle, revestidas de burocracias, contribuíram para que eles sejam considerados processos complicados e lentos:

Registrar saídas e entradas de pessoas de um país, localizar seu lugar de residência e dotar sujeitos com documentos e registros que o singularizam consistem na face mais visível da governamentalidade de pessoas. É algo

que faz parte de nossas rotinas mais cotidianas e que banalizamos como “da ordem das coisas”, encarando como procedimentos necessários para operacionalizar uma vida complexa ou identificando o ônus de estar de acordo com suas lógicas e constantes atualizações. (JARDIM, 2017, p. 50).

Jardim nos chama a atenção para analisar criticamente as burocracias e as exigências de diversos tipos de documentações exigidas pelo governo brasileiro para que o migrante consiga a residência, o visto temporário ou solicitar o refúgio. De acordo com a autora, tais mecanismos não dão conta da complexidade dos diversos movimentos migratórios (haitianos, venezuelanos e outros) que circulam em território nacional. Para Jardim, a necessidade de categorizar e identificar pessoas nada mais é que um sistema de controle que pretende monitorar esses sujeitos. Para tal fim, são utilizadas diferentes tecnologias de governamentalidade⁵¹.

Sobre esse aspecto é importante revisitar algumas informações no que se refere à efetivação da Lei Migratória nº 13.445/2017. Para compreender como foi pensada e aprovada no Senado, é necessário analisar como a questão migratória era pensada no Brasil antes dessa mudança. Vamos começar entendendo o nome da lei, anteriormente chamada Estatuto⁵² do Estrangeiro, criada em 1980, durante o Regime Militar. Esse documento era um conjunto de leis e normas que pensava em garantir a segurança nacional e dar informações aos estrangeiros (pois era assim que os migrantes eram tratados). Não existiam políticas de acolhimento e de inclusão ou que garantissem os direitos de proteção ao migrante. O próprio nome do estatuto é excluyente, ao considerar-se a palavra estrangeiro:

Na língua francesa, l'étranger é, por excelência, a forma assumida da diferença e do estranhamento com relação ao outro. Isso porque, o estrangeiro (étranger) é estranho (étrange). Atrás dessa idéia está toda a carga semântica do convívio do europeu com o não-europeu, do civilizado com o não-civilizado, construções que ocuparam o acervo de categorias da modernidade em formação, de uma modernidade que haverá de conviver

⁵¹ “A governamentalidade, portanto, seria algo que permeia as ações de estado, sem, contudo, ser uma definição direta ou um acesso indireto ao ‘estado’. O que podemos conhecer são técnicas e lógicas manejadas e debatidas intensamente como ‘necessárias’ por distintos agentes, não exclusivamente o que compõem o aparato administrativo estatal, e que, em torno dos equipamentos do estado ou por meio dele, identificamos áreas específicas a intensificar formas de leitura da sociedade, preenchem de sentidos aquilo que compreendem como ‘urgências’, ‘imperfeições’ de seus instrumentos de precisão.” (JARDIM, 2017, p. 52). Para a autora, é importante compreender os mecanismos dessas tecnologias da governamentalidade, pois, por meio delas, podemos tomar conhecimento das diversas formas de “legibilidade” da população como um todo e as maneiras de declaração das zonas de “urgência”, ou seja, a tensão direcionada a distintos segmentos, muitas vezes, não são direcionados para o “problema migratório”. Ainda segundo Jardim: “[...] as tecnologias da governamentalidade não são artefatos, são práticas que impõem dinâmicas e negociações sobre práticas entendidas como confiáveis, justas, e podem alcançar abrangência, tornando-se um regimento”. (JARDIM, 2017, p. 55-56)

⁵² De acordo com o dicionário Priberam, o termo estatuto significa: “Regulamento ou lei orgânica que rege um Estado, alguma corporação, sociedade, associação, estabelecimento, etc.”. (ESTATUTO, 2021)

com o estrangeiro como a face do que é exótico e impressionante. Nesse sentido, o olhar europeu aprofunda e acentua a diferença, para constituir no outro a categorização daquilo que é inominável do ponto de vista da cultura que avalia. O outro aparece, nesse sentido, seja no vocabulário, seja na vida, como a manifestação daquilo que não se enquadra e que, exatamente por isso, não cabe. (BITTAR, 2008, p. 110).

Segundo o trecho acima, Eduardo Bittar nos chama atenção para a necessidade de compreendermos o significado semântico da palavra estrangeiro e toda a relação de poder e de exclusão contida nessa palavra. Conforme o autor, o estrangeiro era uma palavra utilizada, principalmente, no Período Colonial, o qual o europeu utilizava para estabelecer os que estavam dentro dos padrões eurocêntricos e os que não faziam parte desses critérios, por exemplo, sujeitos oriundos de outros países, de culturas diferentes, dentre outros. Porém, essas diferenças não eram vistas como diversidade, mas sim como algo fora dos padrões eurocentrista. O autor nos apresenta uma análise crítica do termo estrangeiro e da forma como ele foi utilizado ao longo dos anos, como instrumento de exclusão e categorização de determinados grupos sociais. Dessa forma, ele levanta o seguinte questionamento:

Será que a convivência, ou seja, a vivência-com-o-outro, não pede incentivos à superação da ideia de que um único horizonte cultural somente é possível onde exista uma antropologia auto-centrada? Se o homem é a medida de todas as coisas, como para Protágoras, as coisas não podem ser medidas a partir da medida de único homem. Pode-se, ainda, acrescentar: nem de um único líder, nem de um único partido, nem de um único povo, nem de uma única cultura. (BITTAR, 2008, p. 111).

Essa reflexão do autor nos leva a pensar como o estatuto do migrante era obsoleto e não dava conta da complexidade das dinâmicas migratórias atuais. Como vimos no primeiro capítulo, o panorama migratório brasileiro teve fortes modificações, principalmente, no Norte do país, que, desde a década de 90, passa a ser um frequente destino migratório para países vizinhos (Peru, Bolívia, Colômbia e, atualmente, Venezuela). Vale destacar que a chegada dos haitianos⁵³, no ano de 2010, ao Brasil foi um acontecimento crucial para que o Estatuto do

⁵³ Sobre o visto humanitário concedido para haitianos, a portaria interministerial nº 12 de 20 de dezembro de 2019 define:

Art. 1º A presente Portaria dispõe sobre a concessão de visto temporário e de autorização de residência para fins de acolhida humanitária para cidadãos haitianos e apátridas residentes na República do Haiti, para aplicação do § 3º do art. 14, e a alínea "c" do inciso I do art. 30 da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, e do § 1º do art. 36 e § 1º do art. 145 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017.

Ainda conforme essa portaria, podemos observar a quantidade de documentos exigidos para solicitação desse visto:

Art. 3º Para solicitar o visto temporário, previsto nessa Portaria, o requerente deverá apresentar à Autoridade Consular:

I - documento de viagem válido;

Migrante fosse modificado, tendo em vista que surgiram várias demandas, principalmente concernentes à regularização migratória (visto, permissão temporária, residência temporária ou refúgio), sobre as quais o Governo Brasileiro não tinha leis ou emendas constitucionais que assegurassem o direito dos migrantes perante essas questões (FERNANDES; FARIA, 2017).

É nesse cenário que a pesquisadora Denise Jardim (2017) nos lança uma pergunta que é também título de seu livro: *Migrantes ou Refugiados? Tecnologias de controle e as fronteiras*. A autora que, desde o final do ano de 1990, desenvolve estudos e acompanha migrantes de diferentes nacionalidades, faz uma análise de diferentes circulações migratórias e observou a morosidade e a ineficácia do Governo Brasileiro frente aos processos de solicitação de refúgio e residência. Já nos anos de 2014-2015, a autora acompanhou um grupo de haitianas e realizou uma pesquisa na cidade de Caxias do Sul. Essa experiência foi de extrema importância para o trabalho desenvolvido por Jardim, que descreve como o sistema e as etapas obrigatórias submetidas ao migrante para que consiga dar início aos processos citados anteriormente. Segundo a autora, pode-se considerar como tecnologias de controle as burocracias e os instrumentos de precisão (formulários que buscam categorizar e mapear um determinado grupo) utilizados que funcionam como mecanismos para quantificar e caracterizar esses migrantes. A maior preocupação é manter um controle sobre a quantidade de pessoas que entram e saem do país, e transitam entre os estados. Denise afirma que apesar da transição entre o Estatuto do Migrante até a chegada da Lei Migratória de 2017, ainda

II - certificado internacional de imunização, quando assim exigido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa;

III - formulário de solicitação de visto preenchido;

IV - comprovante de meio de transporte de entrada no território brasileiro; e

V - atestado de antecedentes criminais expedido pela República do Haiti ou, a critério da autoridade consular, documento equivalente emitido por autoridade competente daquele país.

Sobre o requerimento de autorização de residência, a presente portaria, no artigo 6:

Art. 6º O requerimento de autorização de residência deverá ser formalizado com os seguintes documentos:

I - passaporte ou documento oficial de identidade, expedidos pela República do Haiti, ainda que a data de validade esteja expirada;

II - duas fotos 3x4;

III - certidão de nascimento ou de casamento ou certidão consular, desde que não conste a filiação nos documentos mencionados no inciso I;

IV - declaração, sob as penas da lei, de ausência de antecedentes criminais no Brasil e no exterior, nos últimos cinco anos anteriores à data de requerimento de autorização de residência; e

Além da extensa documentação exigida é notável com os procedimentos burocráticos tornam o processo mais lento e difícil, como podemos constatar a seguir:

§ 1º Apresentados os documentos mencionados no caput, proceder-se-á ao registro e à emissão da Carteira de Registro Nacional Migratório - CRNM.

§ 2º Na hipótese de necessidade de retificação ou de complementação dos documentos apresentados, a Polícia Federal notificará o migrante para fazê-lo no prazo de trinta dias.

§ 3º Decorrido o prazo, sem que o migrante se manifeste ou caso a documentação esteja incompleta, o processo de avaliação de seu requerimento será extinto, sem prejuízo da utilização, em novo processo, dos documentos que foram apresentados e ainda permaneçam válidos.

existem muitas questões a serem aprimoradas no quesito do status migratório e emissão da residência provisória, solicitação de refúgio e reconhecimento do status de refugiado.

A Lei Migratória nº 13.445/2017, após negociação entre os diferentes poderes e sob pressão de órgãos da sociedade civil, ativistas e representantes dos direitos humanos, percorreu uma longa trajetória até ser efetivada (JARDIM, 2017). Segundo os autores Fernandes e Farias (2017), no ano de 2019, foi criado o Projeto de Lei n.5.655/2009, fruto de consulta pública realizada pelo Ministério da Justiça e enviada pelo Executivo ao Congresso Nacional, entretanto, não obteve sucesso em diferentes setores da casa. Já em 2013, o Ministério da Justiça desenvolveu uma comissão de especialistas constituída por onze pessoas que tinham como intuito apresentar um novo projeto de lei sobre a migração internacional. Conforme os autores, o resultado dessa ação foi uma proposição final, a qual foi levada ao Congresso Nacional como PL 2.516/2015 (apenas em 06 de dezembro de 2016 esse projeto de lei foi aprovado pela Câmara dos Deputados e direcionado ao Senado Federal).

Nesse mesmo período, por meio do Senado, outra proposta de lei, PLS n. 288/2013, do então senador Aluísio Nunes, foi aceita em 2015 e enviada para análise na Câmara de Deputados. Dessa maneira, foi anexada à PL 2.516/2015, que, no vigente período, estava sendo discutida (FERNANDES; FARIA, 2017). Nesse meio tempo, outras ações foram criadas com o intuito de facilitar a gestão da migração. Assim, os autores destacam:

[...] o Decreto n. 8.757, de maio de 2016, que introduz importantes alterações ao Decreto n. 88.715 de 1981, como a possibilidade de transformação de alguns vistos sem a necessidade de sair do país para obtenção dessa autorização. A iniciativa trouxe avanços que buscaram aproximar a legislação atual às propostas em discussão no Congresso. (FERNANDES; FARIA, 2017, p. 148).

Ainda de acordo com os autores, finalmente, em maio de 2017, foi sancionada a nova lei migratória⁵⁴ (Lei n. 13.445/2017), a qual estabelece os direitos e deveres do migrante e do visitante no Brasil. Também rege a entrada e permanência de migrantes e define normas

⁵⁴ É importante frisar que, no que se refere à migração internacional no Brasil, na esfera do Governo Federal, existem três órgãos distintos, dentre os quais tem responsabilidades, o Ministério do Trabalho, o Ministério da Segurança Pública e o Ministério das Relações Exteriores (MRE). O Ministério do Trabalho e Emprego tem por responsabilidade autorizar a expedição de vistos para trabalhadores estrangeiros, como a concessão de autorização de permanência em território nacional para aqueles que solicitam o aumento do período ou alteração do status migratório. Já o Ministério da Justiça é encarregado pelo registro dos estrangeiros por intermédio da Polícia Federal, sua ação é realizada nos locais de entrada (fronteiras, portos e aeroportos), além de aplicar penalidades previstas em lei. A Polícia Federal tem sido responsável, e ponto central, pela gestão dos movimentos migratórios. Cabe a ela emitir as autorizações de residência não laborais, como solicitação de visto de reunião familiar para residentes do Mercosul, dentre outros. E, sobre o Ministério das Relações Exteriores, fica a cargo desse órgão a concessão de vistos a estrangeiros nas repartições, além de ser também o órgão responsável por assistir e dar suporte aos brasileiros que residem no exterior (FERNANDES; FARIA, 2017).

de proteção ao brasileiro no exterior. Entretanto, cabe ressaltar que a sanção do então presidente em exercício(no ano de 2017) deu-se com o veto a diferentes partes do texto, como o artigo 118 que se referia à anistia para migrantes que estão em situação irregular ou em processo de regularização de sua condição. Logo:

Apesar dos vetos, a nova Lei de Migração, que substituirá o Estatuto do Estrangeiro, é considerada um avanço, principalmente ao se analisar a conjuntura mundial em que muitos países têm endurecido suas regras contra os migrantes. Dentre as principais alterações introduzidas, estão o tratamento do migrante a partir de uma perspectiva humanitária, como indicado no artigo 3º, e não mais como ameaça à soberania nacional, a institucionalização da política de vistos humanitários e a instituição do repúdio à xenofobia e ao racismo. (FERNANDES; FARIA, 2017, p. 148).

Dessa maneira, é notável como a política migratória brasileira, inicialmente, buscou preencher lacunas presentes no Estatuto do Estrangeiro, ainda de 1980. Então, foram desenvolvidas estratégias para dar conta das situações emergenciais que tentavam não ferir a legislação existente e, dentre as possibilidades, em certas ocasiões, de maneira precária, atender às necessidades dos migrantes. Foi nesse processo que se criou o visto humanitário para migrantes haitianos, em seguida para sírios e venezuelanos. Essas medidas podem ser consideradas o desenvolvimento de uma política não explícita que visa adequar a resposta de situações emergenciais com a inclusão de modificações na legislação que tem o objetivo de reconhecer os direitos dos migrantes (FERNANDES; FARIA, 2017, p. 148).

Diante desse cenário, podemos observar como foi necessário criar soluções emergenciais para dar conta da grande demanda proveniente da migração venezuelana. Nesse aspecto, podemos destacar o paradoxo existente entre a escolha⁵⁵ e os trâmites existentes no processo tanto de solicitação quanto de efetivação do status migratório.

Como vimos no primeiro capítulo, a criação da Operação Acolhida⁵⁶ teve como principal intuito coordenar a entrada dos migrantes em território nacional. Assim, essa

⁵⁵ Para os migrantes na verdade observamos que não se trata de um processo de escolha, mas do que é possível para ele em determinado momento, pois para solicitar a residência exige-se uma série de documentos e comprovações que muitas vezes impossibilitam o migrante optar por esse processo.

⁵⁶ Essa operação trabalha de acordo com três pilares: recepção, assistência humanitária e estratégia de interiorização. A recepção se encarrega de identificar, registrar e regularizar o migrante, além de oferecer assistência sanitária e imunização. Logo, após passar por esse processo, os venezuelanos são munidos de documentação e passam a ter acesso aos serviços públicos no Brasil, como identificação civil, número de segurança e autorização de trabalho. A assistência humanitária se apresenta principalmente por intermédio da disponibilidade de abrigos e outros estabelecimentos públicos que oferecem refeição, saneamento, assistência social e saúde. Já no caso da interiorização, consiste em um tipo de mobilidade voluntária que busca deslocar os migrantes para outras cidades no país, tanto com o intuito de reunificação familiar quanto no de reinserção laboral. (JUSTIÇA.GOV). Durante a realização dessa pesquisa, pude analisar de forma crítica a questão da interiorização que, de acordo com a operação acolhida, é uma medida necessária para diminuir a concentração de

iniciativa, dentre outras ações, teve um papel central no que se refere à identificação, ao registro⁵⁷, à regularização migratória, ou ao processamento de pedidos de asilo. Todavia, de acordo com essa perspectiva, podemos levantar questionamentos importantes acerca da questão migratória dos venezuelanos que também foi, e ainda é, um processo complexo e que gera ambiguidade e falta de clareza no que se refere as informações disponibilizadas para o migrante sobre a qual tipo de processo para regularização migratória ele tem direito e a possibilidade de se submeter a ele, já que, no ano de 2017, de acordo com a normativa nº 126 do Conselho Nacional (CNIg) e portaria interministerial nº 09, foi autorizada a concessão de residências temporárias para migrantes venezuelanos, e, em 2018, o reconhecimento da condição de refugiado pelo Comitê Nacional para Refugiados (CONARE). (MARTINO; MOREIRA, 2020).

Segundo os autores, tais processos são distintos⁵⁸, tanto pelo embasamento jurídico quanto pelo prático, considerando que a residência temporária é fundamentada na Lei

migrantes nas regiões fronteiriças e dar melhores condições de vida em outros locais. Porém, pude notar, que não resta ao migrante outra opção a não ser participar desse processo, o que lhes causa certa angústia e preocupação, pois, dependendo do lugar para onde seja enviado, ele se afasta fisicamente de seus familiares e da Venezuela, dificultando seu retorno para sua terra natal, ou mesmo dificultando a tentativa de trazer os familiares para o Brasil. Ou seja, quanto mais distante o local para onde ele vá, mais difícil se torna a reunificação familiar.

⁵⁷ No Posto de Identificação e Triagem, é emitida a Carteira de Registro Nacional Migratório (CRNM). Sobre este documento existe uma cartilha lançada pela ONU em parceria com o governo brasileiro, nesse documento constam informações direcionadas ao migrante sobre as ações e documentações necessárias para regularização migratória. Sobre o CNRM a cartilha informa:

“ É o documento de identificação dos migrantes registrados no Brasil, inclusive aqueles que solicitaram residência e tiveram a autorização concedida e aqueles que solicitaram refúgio e tiveram seu pedido reconhecido. A CNRM é válida em todo território nacional. Nessa carteira constará o número único do registro nacional migratório, que é o número de registro alfanumérico resultante da identificação de cada migrante por meio das suas informações pessoais e impressões digitais. Já para os solicitantes de refúgio no mesmo documento constam as seguintes informações: o protocolo é um documento emitido pela Polícia Federal para o solicitante de refúgio e seu grupo familiar que se encontra no Brasil. Com a emissão do protocolo, a Polícia Federal proverá gratuitamente o documento provisório de registro nacional migratório - DPRNM, que constituirá, para todos os fins o documento de identificação do solicitante de refúgio até a decisão final do processo no CONARE. (OIM, 2019, p. 22 - tradução nossa).

⁵⁸ A seguir podemos observar a quão criteriosa e exigente é a Lei Migratória para aqueles que desejam obter o visto humanitário e residência temporária. Para fins de acolhida humanitária, a Lei nº 13.445 de 24 de maio de 2017, em Subseção IV, do Visto Temporário, afirma:

Art. 14. O visto temporário poderá ser concedido ao migrante que venha ao Brasil com o intuito de estabelecer residência por tempo determinado e que se enquadre em pelo menos uma das seguintes hipóteses:

I - o visto temporário tenha como finalidade:

[...] c) acolhida humanitária[...]

Nessa mesma subseção, observamos os critérios para obtenção do visto temporário:

§ 3º O visto temporário para acolhida humanitária poderá ser concedido ao apátrida ou ao nacional de qualquer país em situação de grave ou iminente instabilidade institucional, de conflito armado, de calamidade de grande proporção, de desastre ambiental ou de grave violação de direitos humanos ou de direito internacional humanitário, ou em outras hipóteses, na forma de regulamento.

Para autorização de residência, a seção IV da mesma lei assevera:

Seção IV

Da Autorização de Residência

de Migração nº 13.445/17, já a questão do refúgio é fundamentada na Lei de Refúgio nº 9.474/97. Além do fundamento jurídico, os efeitos práticos ocasionam diferentes desdobramentos para os migrantes envolvidos nesses processos. Cabe destacar que, além das definições jurídicas e institucionais, a definição e, principalmente, o entendimento sobre o que é ser migrante e refugiado perpassa questões subjetivas que levaram às mulheres migrantes a questionamentos de ordem emocional, social e familiar.

Existe um estigma acerca do refúgio por parte da sociedade receptora que desconhece o que de fato significa esse *status* e as implicações conferidas ao sujeito que é reconhecido ou solicitante de refúgio. Sobre esse aspecto, as interlocutoras relataram que,

Art. 30. A residência poderá ser autorizada, mediante registro, ao migrante, ao residente fronteiriço ou ao visitante que se enquadre em uma das seguintes hipóteses:

- a) pesquisa, ensino ou extensão acadêmica;
- b) tratamento de saúde;
- c) acolhida humanitária;
- d) estudo;
- e) trabalho;
- f) férias-trabalho;
- g) prática de atividade religiosa ou serviço voluntário;
- h) realização de investimento ou de atividade com relevância econômica, social, científica, tecnológica ou cultural;
- i) reunião familiar;

II - a pessoa:

- a) seja beneficiária de tratado em matéria de residência e livre circulação;
 - b) seja detentora de oferta de trabalho;
 - c) já tenha possuído a nacionalidade brasileira e não deseje ou não reúna os requisitos para readquiri-la;
 - [...]
 - e) *seja beneficiária de refúgio, de asilo ou de proteção ao apátrida*;
 - f) seja menor nacional de outro país ou apátrida, desacompanhado ou abandonado, que se encontre nas fronteiras brasileiras ou em território nacional;
 - g) tenha sido vítima de tráfico de pessoas, de trabalho escravo ou de violação de direito agravada por sua condição migratória;
 - h) esteja em liberdade provisória ou em cumprimento de pena no Brasil[...]. (BRASIL, 2017 - grifos nossos).
- Achei necessário grifar esse tópico que informa sobre a possibilidade de transição entre refúgio para residência que é algo que se tornou comum entre as migrantes venezuelanas que participaram dessa pesquisa.

No caso do Refúgio, a Lei de Refúgio nº 9.474/97 afirma:

Art. 1º Será reconhecido como refugiado todo indivíduo que:

- I - devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;
- II - não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior;
- III - devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país [...].

SEÇÃO II

Da Extensão

Art. 2º Os efeitos da condição dos refugiados serão extensivos ao cônjuge, aos ascendentes e descendentes, assim como aos demais membros do grupo familiar que do refugiado dependerem economicamente, desde que se encontrem em território nacional[...].

TÍTULO III

Do Conare

Art. 11. Fica criado o Comitê Nacional para os Refugiados - CONARE, órgão de deliberação coletiva, no âmbito do Ministério da Justiça [...].

apesar da residência ser um *status* provisório e que exige uma série de comprovações para obtê-la, é mais viável para que as mesmas sejam aceitas no mercado de trabalho. Logo, é possível identificar que não se trata apenas de uma questão jurídica ou institucional, mas de vidas que tomam rumos diferentes de acordo com o processo de regularização migratória ao qual são submetidas. Utilizo o termo *submeter*, pois é visível como não se trata de um processo de escolha e sim do que é disponibilizado para o migrante.

3.2 Venezuelanas: Uma “escolha” desafiadora entre o refúgio e a residência?

Quando iniciei meu projeto de pesquisa e tracei os meus objetivos específicos, uma demanda que me gerou inquietação foi justamente o paradoxo existente entre a questão do refúgio e a residência, coloquei esse questionamento como pergunta que fez parte do meu roteiro de entrevistas. Meu intuito era entender como se deu a “escolha” entre os distintos processos. Entretanto, durante as minhas incursões em campo, pude observar, dentre diversas razões, que não podemos considerar essa decisão como uma escolha.

Como já foi citado anteriormente, para solicitar a residência é exigido do migrante a apresentação de uma série de documentos comprobatórios que, muitas vezes, devidos às circunstâncias de saída da Venezuela, os migrantes, por medo de perdê-los ou por ter sido extraviado em outra ocasião (documento com prazo de validade expirada, dentre outros), ficam impossibilitadas de apresentar a documentação solicitada. Porém, essa não é uma demanda apenas da população venezuelana no Brasil. Jardim (2017, p. 57), nos chama atenção para as tecnologias de controles implícitas nessas exigências:

A imaginação administrativa burocrática se acerca de recursos de documentos escritos com formatos reconhecidos por seus operadores, validações, datas e exigências de atualizações tidas e vistas como necessárias e fiáveis para dar conta de uma fluidez e fragilidade de suas próprias formas de vigilância. A esfera administrativa exige de nacionais que aos menos teoricamente, já dominam os códigos da comprovação de sua localização, os mesmos elementos complexos para pessoas que não introjetaram a fixidez e suas comprovações como algo prioritário.

Diante dessa realidade, é notório como essas estruturas contribuem para que o migrante seja levado a se *submeter* a algo que vai contra sua vontade ou que não é de seu total conhecimento. Inclusive, um dado importante, surgido a partir das entrevistas, foi a quantidade de participantes que fizeram a mudança do processo de refúgio para residência.

Foram entrevistadas 10 mulheres e, desse grupo, 8 solicitaram a mudança. Duas permaneceram e uma transitou de residência para solicitante de refúgio.

Sobre esse aspecto, quando perguntei a Maria se as pessoas que fizeram o seu cadastro no SISMIGRA, em Boa Vista, a informaram sobre a diferença entre refúgio e residência, ela me respondeu: “Yo pregunto cuál es la diferencia y todos dicen que no hay ninguna diferencia, solo que en la residencia Yo puedo salir y entrar cuando. Sólo eso, que te hablas uno”. Nesse momento, voltei questioná-la sobre as informações passadas sobre a transição no processo de regularização migratória, dessa vez, em Manaus, quando fez o processo de mudança, ela relatou: “Tampoco me explicaron”. (MARIA, set., 2020).

Sobre isso, o relato de Maria chama a atenção para a complexidade da questão. Quando ela chegou em Boa Vista, fez o cadastro para solicitar a residência temporária, enquanto seu filho foi cadastrado como solicitante de refúgio, pois estava sem a certidão de nascimento. A princípio, ela achava que isso era normal, pois não conhecia o processo. Somente mais tarde, ao começar a buscar trabalho, ela entendeu a diferença entre os processos e as complicações que essa situação ocasionou em seu cotidiano. Então, quando ela conseguiu trazer a mãe e seus outros filhos ao Brasil, diante das informações já acumuladas, ela decidiu por transitar entre a residência para o refúgio assim como seus familiares recém-chegados fizeram, por orientação dela.

Em contrapartida, as outras participantes, por exigência do mercado de trabalho, foram compelidas a fazer o processo de transição. Outra questão que pesou foi a da dificuldade para viajar, por conta da necessidade de solicitar permissão da PF e o tempo limitado para se passar fora do Brasil. Sobre as dificuldades presentes nesse processo de regularização, Nelysmar, por meio de seu relato, toca em uma questão importante no que se refere à informação. Ela esteve a primeira vez no Brasil, em Boa Vista, em 2017, quando se submeteu ao processo de solicitação de refúgio.

Durante sua fala, ela deu ênfase a essa questão quando afirmou que, para os migrantes que chegaram ao Brasil entre os anos de 2019 e 2020, o processo de regularização migratória se tornou mais claro por conta dos migrantes que já estavam aqui há mais tempo. Ela fez uma queixa de que a irmã, quando chegou, não teve informações sobre isso e não tinha uma pessoa de referência para perguntar. Como, atualmente, já há muitos migrantes que passaram por esse processo na cidade de Manaus, as informações são propagadas mais

rapidamente e de maneira mais efetiva, pois a população migrante criou uma forma de manejar⁵⁹ as informações e as diferenças existentes entre os processos.

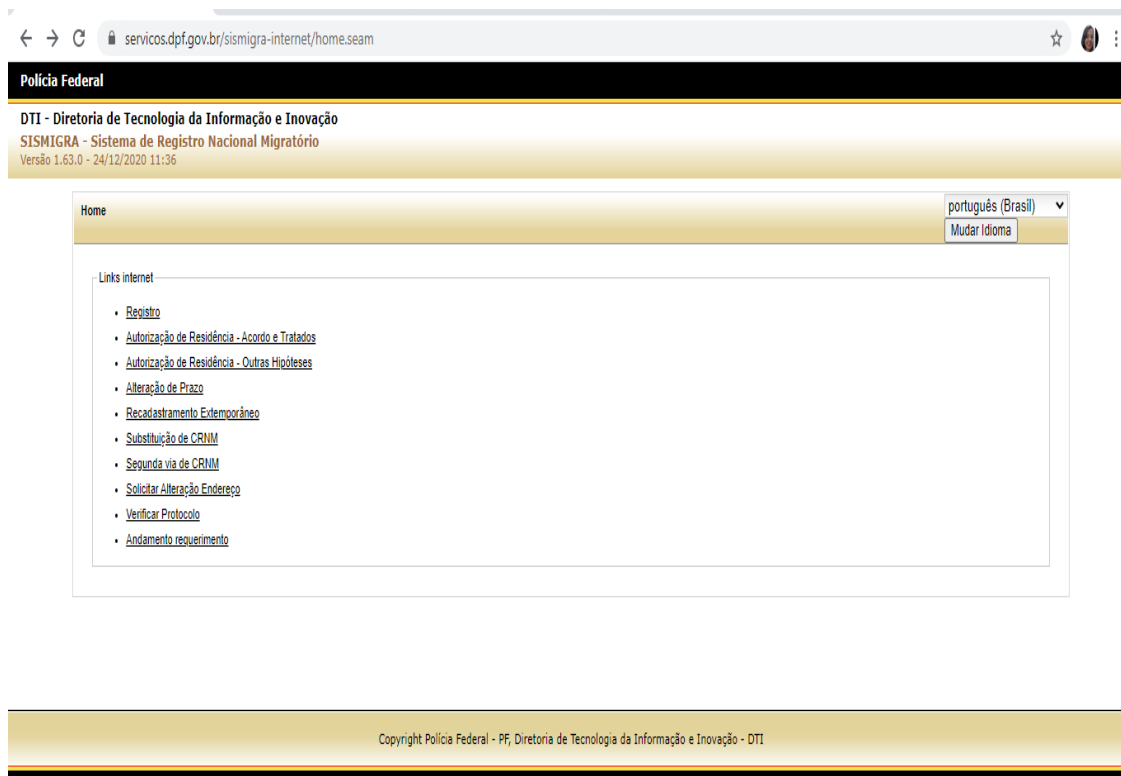
Ocorreram muitas mudanças em relação às ações voltadas no que se refere à emissão de documentação (processo de regularização migratória) para a população de venezuelanos tanto em Pacaraima quanto em Boa Vista e Manaus. Os postos de triagem da Operação Acolhida agilizaram esse processo, pois dividiram a demanda de trabalho que ficava a cargo apenas da Polícia Federal, nos postos da Operação os colaboradores podem acessar tanto o SISMIGRA (Sistema de Registro Nacional Migratório) quanto o SISCONARE (Sistema do Comitê Nacional para Refugiados) que são as plataformas responsáveis por tais processos.

Em Manaus, o Posto da Operação acolhida só foi inaugurado em 2019, logo, o período para conseguir a regularização migratório era mais lento, era necessário fazer um pré-agendamento e conseguir uma senha (“cita” – termo utilizado pelas interlocutoras venezuelanas) para dar início aos processos na Polícia Federal. As instituições da Sociedade Civil (Caritas, Pastoral do Migrante, CARE, dentre outras) faziam esse pré agendamento para que as pessoas pudessem se dirigir a Polícia Federal com os seus dados previamente cadastrados na plataforma. Diante desse cenário, pude perceber o quão difícil esses procedimentos podem ser para aqueles migrantes que não tinham informações disponíveis.

O site está disponível em diferentes idiomas, entretanto existem muitas etapas e perguntas que podem gerar dúvidas, principalmente no site do CONARE, além desses impasses as interlocutoras da pesquisa relataram que, inicialmente, não compreendiam as distinções e implicações dos processos citados, então durante o período que estive com elas, pude perceber como essas dificuldades impactaram diretamente o cotidiano dessas mulheres.

⁵⁹ Vale destacar que quando utilizo a palavra manejar é em relação ao um aprendizado muito importante, pois os migrantes conseguiram construir um funcionamento dos processos, a inserção dos dados na plataforma, como funciona o sistema, dentre outros. Os que chegaram há mais tempo estão ajudando os mais recentes. Ainda neste capítulo, falarei sobre o papel das redes migratórias na construção do aprendizado.

Figura 27: SISMIGRA.



Fonte: Polícia Federal.

Figura 28: SISMIGRA.

Fonte: Polícia Federal.

Figura 29: SISCONARE.

Dados Pessoais

*Nome(s) *Sobrenome(s)

Nome Social (se aplicável) - Conforme Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016

*Gênero *Data de Nascimento

*Estado Civil

Filiação

Filiação não declarada

* Filiação 1 * Gênero (Filiação 1)

Fonte: Ministério da Justiça.

Figura 30: SISCONARE.

Dados de Contato no Brasil

* Tipo do Endereço * Logradouro * Número

Complemento * Bairro * UF

* Cidade * CEP

Tipo do telefone **Telefone**

Tipo do telefone	Telefone	Ações
Nenhum telefone adicionado		

© Copyright 2018 Ministério da Justiça / Versão do sistema: 2.0.6

Fonte: Ministério da Justiça.

As figuras anteriores correspondem às etapas⁶⁰ iniciais de preenchimento cadastral tanto do SISMIGRA quanto do SISCONARE. Sobre essas etapas, Daniela, me explicou como funciona o processo de preenchimento da plataforma e procedimentos para solicitação de refúgio ou residência provisória e foi enfática ao dizer que ela teve dificuldades para decidir entre qual dos dois processos iria se submeter.

No segundo dia da entrevista, voltei a tocar no assunto da documentação (regularização migratória), pois me chamou a atenção o fato de Daniela ter demonstrado dificuldade em “escolher”. Ela me informou que não dispunha de informações concretas sobre essa questão, tanto a ONU, por meio da OIM e da ACNUR, quanto o PITRIG disponibilizam panfletos sobre os procedimentos de documentação, mas as informações são muito objetivas e não conseguem informar os migrantes sobre todos os trâmites. Daniela ouviu de outros migrantes que, para conseguir emprego e abrir conta em banco, era melhor ter a residência provisória, pois o protocolo de refúgio não era aceito por falta de informação, já que os responsáveis pela contratação não reconheciam o protocolo como uma documentação válida.

Não querer ficar sem visitar a sua mãe foi outro fator decisivo, pois ela soube que, sendo solicitante de refúgio, não poderia se deslocar para a Venezuela sem uma autorização do Governo para viajar⁶¹. Além de ter que ficar fora do país apenas por um curto e pré-estabelecido prazo. Como a viagem é custosa, ela não sabia se teria recursos financeiros para voltar ao Brasil dentro do prazo. Essas questões pesaram muito em seu processo de escolha. E, como ela pretende estudar e fazer outra faculdade no Brasil, achou melhor optar pela residência. Depois de momentos de angústia, nos quais pediu ajuda aos amigos para efetuar sua escolha, decidiu optar pela residência temporária.

⁶⁰ Como já foi mencionado, são muitas etapas para preencher em ambas plataformas, algumas vezes o sistema fica lento o que contribui para o aumento da fila e tempo de espera dos migrantes nos Postos responsáveis por realizara esse cadastramento, além da lentidão o sistema também fica fora de ar, chegando a ficar por horas inoperante atrasando ou causando o cancelamento do cadastramento no dia em questão.

⁶¹ No site do Ministério da Justiça e Segurança Pública Federal constam as informações referentes a autorização de viagens para solicitantes de refúgio:

[...] A comunicação de viagem é necessária aos solicitantes de refúgio que pretendem sair do território nacional durante o trâmite do procedimento de pedido de refúgio.

Já o pedido de autorização de viagem é obrigatório em casos de viagem ao país de origem, viagem para qualquer destino com duração maior a 12 meses e viagem com a utilização do passaporte do país de origem como documento de viagem para os refugiados já reconhecidos pelo Brasil.

A solicitação de autorização de viagem deve ser protocolada com antecedência mínima de 60 dias da data prevista para a viagem. O solicitante deve esperar a decisão do Conare para viajar nas situações descritas acima. Solicitantes de refúgio podem sair do Brasil uma única vez, por período não superior a 90 dias, sob pena de arquivamento do processo de reconhecimento da condição de refugiado. Já os refugiados reconhecidos, por força do disposto inciso IV do art. 39 da Lei nº 9.474/97, somente podem sair do país após autorização do Conare, sob pena de perda da condição de refugiado [...]. (BRASIL, 2018).

Diante desse contexto, Daniela também me explicou como funciona esse processo, pois ela trabalhava em uma instituição da sociedade civil que fazia o pré-agendamento tanto para a solicitação de residência temporária quanto para a solicitação de refúgio (emissão de CITA):

[...] para una persona e solicitar refugio, primeramente tiene que sentirse refugiada en el país donde él está solicitando el refugio. Porque tú sabes que la cuestión de las migraciones hay personas que salen de su país y no se consideran refugiado, porque la condición de refugiado es simplemente para aquellas personas que están huyendo por una situación. En el caso de Venezuela. Inestable. Por la cuestión político, social y económica del país que les imposibilita quedarse en Venezuela. Pues. Y otra otra cuestión podría ser por persecución. Ya sea política. Otro tipo de persecución o guerras. En el caso como el caso de Siria, está en la cuestión, que es una cuestión que entraría en la cuestión política. Por este. Entonces la persona tiene que solicitar el refugio porque e no, no puede quedarse en su país y necesita protección de un gobierno. En este caso, las que llegaron a Brasil solicitan refugio de Brasil. Entonces, para una persona ser considerada un refugiado, pues primeramente principal lleva a pasar por una serie de análisis para ahorita. Actualmente la Policía Federal está pidiendo primero un permiso de entrada. Yo no sé si ellos están haciendo eso por controlar la cuestión de la pandemia. Anteriormente ellos no necesitaban ningún tipo documento porque se supone que la persona viene saliendo por caso de emergencia entonces. Pero actualmente ellos están pidiendo no sé si es un control que ellos están haciendo para controlar el la cuestión de evitar un poco más que se extienda la cuestión de la pandemia y están solicitando un permiso, por lo menos un permiso de entrada a Brasil. Como te dije anteriormente, eso no era así. Este bueno, de ahí ellos pasan por una pré-requisito que esté una prácticamente una entrevista, una declaración que ellos hacen allí, le hacen una serie de preguntas como por ejemplo este. Toda la información y personal como nombre completo, este nombre de los padres, fecha, nacimiento y todo ese tipo de cosas. Le tiramos foto, le sacamos foto al al documento que él tenga, surge, tiene documento y otra serie de preguntas son 12 preguntas, pero en cada lado, en cada pregunta y más 10 pregunta aproximadamente. Entonces una entrevista un poco extensa que tarda aproximadamente unos 15 o 20 minutos, dependiendo con qué facilidad la persona nos dé la respuesta. Después de esa entrevista ya ellos tienen eso, quieren sistematizado y solamente ya la Policía Federal después tiene acceso a eso. Él y la Policía Federal, la persona y la Policía Federal tiene acceso a información y después ellos van a la la Policía Federal y ahí le hacen toma de huellas de fotos y certifican los datos que si tan correcto. Y aparte de eso, le imprimen luego el documento que certifique que tienen una solicitud de refugio. Cabe destacar que ellos simplemente no tienen esa solicitud más a ellos aún no han sido reconocidos como refugiados hasta que la Policia Federal nuevamente analiza su caso y determina si ellos fueron o no este no reconocido como refugiado. Entonces por eso es necesario que la persona dé la máxima información posible para así la Policía Federal y tener más más información y determinar si si en realidad ya precisa, no precisa refugios (DANIELA, out., 2020).

Daniela continuó a narrativa, explicando como funciona los trámites después a la efectuar la solicitud de refugio:

Bueno, una vez que la persona es reconocido como refugiado, ya ellos no van a utilizar el protocolo de refugio, un protocolo de refugio, aparte de tener sus datos personales como nombre, fecha, nacimiento y nombre de sus padres. Tiene un código llamado número de control, que el número es prácticamente lo que uno llamaría en el caso de los venezolanos, número de cédula. La cuestión que el número de cédula y nosotros venezolanos son ocho dígitos. En ese caso, ahí en. En el número de control están prácticamente varios dígitos aproximadamente, son como dieciocho dígitos, 18 o 20 dígitos, no recuerdo exactamente. Entonces la persona va a utilizar ese número de control prácticamente como un número de cédula aquí documento. Entonces este aparte de eso, infelizmente e como el brasileño o las empresas brasileña no tienen mucha información acerca de o el estatus. Como te digo, migratorio sobre todo la cuestión de refugiado me entiende mucho cerca de esos casos donde muchas veces ellos fueron rechazados por. Por simplemente tener ese papel. Por lo que la Policía Federal ha implementado otras medidas, como por ejemplo imprimir número de protocolo un poco más pequeño como especie de una cédula para que ellos puedan ser recibidos y contratados en una empresa. Y también, eh, esas personas que ya fueron reconocidas como refugiadas, que fue que los que pasaron por el análisis de la Policía Federal y del Policía Federal determinó que ya son reconocidas como refugiadas. Ellos ya no van a utilizar ese número de protocolos, sino que van a utilizar otro código llamado RNM, que es lo que se conoce como residencia. Aún así, ellos teniendo RNM. Estoy hablando ya de las personas que fueron reconocidas como refugiadas. Aún así, ellos teniendo RNM. Eso no significa que que ellos están elegidos por la por las mismas leyes de de una persona que no quiere refugio, sino que simplemente va directamente y saca residencia o que esté renunciando al refugio y saca residencia, sino que esas personas que fueron reconocidas ellos este igual sí, teniendo RNM siguen siendo sometidos bajo las leyes de una persona refugiada, como por ejemplo toda vez que ellos vayan a salir de Brasil, porque ellos tienen refugio aquí en de Brasil. Ellos tienen que solicitar un permiso por la Policía Federal e este documentando de que ellos van a salir del país y tienen que explicar el motivo porque de cuánto tiempo ellos tienen que pasar afuera y ahí la Policía Federal va a determinar cuánto tiempo le va a dar a esa persona para que ella pueda volver al país. Porque se supone que tú estás aquí refugiada y usted están resguardando entonces en el caso de una persona residiendo, eh? Te recuerdo que para una persona pedir residencia aquí en Brasil primeramente y principal tiene la Policía Federal precisa de la cédula de identidad de identidad venezolana original y en buen estado. Partida de nacimiento. Y para los niños. En el caso niños menores de 9 años de dicho año y partida de nacimiento. También para las personas que van a solicitar residencia o pasaporte. Este todas en buen estado y de esos ellos te coloca en una entrevista. Después tú vas a tu entrevista y allí ellos te van a llenar un formulario llamado Sis Migra. Allí te van a hacer una serie de preguntas igual con tus datos personales. En nombre de tus padres llego a Brasil y dirección. Que es unas preguntas más básicas que se hacen allí, después de eso, tú vas a llenar una serie de planillas. Lo que llama una planilla. Si tú vas a llenar eso y allí es prácticamente diciendo tu estado económico aquí en Brasil. No recuerdo exactamente el nombre, las planillas. Si quieres, después averigüé. Pero son 4 planillas, en realidad hay

una planilla anexa esa para los niños. Los niños cuyos padres solicitan residencia para ellos también es una cuestión de a un término de responsabilidad. Bueno, una vez. Todo eso requisitos, yo, igual que una persona cuando va a solicitar refugio, van a la institución, a la Policía Federal y a la Policía Federal, va a corroborar los datos de ellos. Y aparte de eso, retoman huellas las huellas, todas las huellas de los dedos y de la mano. Y toman foto y nada. Después le imprimen un certificado que como una constancia, un papel, una constancia y te aparece tu foto parecía el del protocolo refugio con tu RNM y ese constancia dure aproximadamente tres meses, que es lo más o menos válido que ellos le dan para que pueda llegar tu cédula cédula identidad, que el cartón de identificación, ese plastificado de material así de plástico que porque ellos son elaborados en Brasilia. Entonces ellos dan aproximadamente tres meses para que pueda llegar el cartón aquí después que llega el cartón. Tú tienes que actualmente se está haciendo todo por cita, porque por la cuestión de la pandemia, ellos tienen que solicitar nuevamente una cita para ir a buscar su cartón después de tres meses. Y es así de bueno con respecto a las. (DANIELA, out., 2020).

Como Daniela trabalhou nesse centro de pré-agendamento, ela relatou que uma das dificuldades era exatamente essa pergunta: se a pessoa se sentia refugiada ou não. Os migrantes não entendem os conceitos da legislação brasileira. Outra questão abordada é a sistematização do processo, pois tudo é feito digitalmente, o pré-agendamento, os cadastros, as senhas, as solicitações de refúgio e de residência. Daniela tinha a solicitação de refúgio, mas diante das dificuldades já relatadas, ela migrou para residência.

Todo esse processo é informatizado, o que é uma dificuldade para os migrantes, pois chegam aqui sem acesso à internet e sem telefone celular. Necessariamente, então, precisam de apoio de instituições para que consigam realizar esse processo de regularização migratória. Existem especificidades que se tornam obstáculos para os migrantes. Como se sabe, a Venezuela está com dificuldades em diversos setores, em algumas cidades falta até tinta para impressão, não existe uniformidade nos documentos de certidão de nascimento, algumas são digitalizadas, outras escritas à mão e, para solicitar residência, a legislação migratória, de acordo com a nova lei, conforme já citado no tópico anterior, exige alguns documentos. Em algumas ocasiões, as pessoas não conseguem trazer esses documentos, então, são forçadas a realizar a solicitação de refúgio, que não exige essa documentação. O grande impasse fica por conta de alguns migrantes não se sentirem refugiados e não desejarem essa documentação.

Sobre essas dificuldades, Angélica também demonstrou o quão desafiadora é essa demanda para as mulheres migrantes, pois, aquelas que têm filhos, precisam levá-los às instituições em busca desses cadastros, o que se arrasta por horas, além de serem locais cheios de muita gente, ou precisam encontrar quem fique com seus filhos. Também há a questão do

trabalho, pois elas são, em sua maioria, autônomas, e um dia perdido de trabalho diminui sua renda. São muitas as dificuldades, segundo Angélica:

soy inmigrante venezolana con 3 años en Brasil voy a contar un poco de mi historia para obtener la residencia. Ahora tengo residencia por 9 años, residencia indefinida, ya opte por ese beneficio. Explicar los pasos del papeleo de los inmigrantes venezolanos aquí en Brasil. Los venezolanos cuando salen de Venezuela tienen que pasar por la frontera Brasil, Venezuela. Esto está ubicado en el estado de Roraima, donde hay unas carpas provisionales del ACNUR y la Policía Federal, específicamente la operación acogida donde ellos están prestando este servicio. Por lo general hay también unos refugios que rodean estas carpas o estos campos donde están los militares de la frontera donde funciona la operación acogida, en donde están las carpas. Tienes que pasar en primer lugar por esas carpas para tu ingreso a Brasil. Ahí tienes la opción de solicitar refugio CPF, permiso de entrada o hasta residencia para sacar el refugio. En primer lugar, voy a explicar que necesitas cédula venezolana. Es el único documento que te piden donde pasas a ser refugiado, te da un código de refugiado o un código de protocolo que es el que vas a manejar cuando ingreses a Brasil. Con respecto a CPF, necesitas tener también la cédula de identidad y para la residencia, donde todo se complicó más, un poco más, porque aparte de que tienes que tener la cédula de identidad o el pasaporte, el cual no puede estar vencido, el mal estado, etcétera, etcétera. Tienes que tener partida de nacimiento, certificación de nacimiento emitida en Venezuela. Es un proceso bastante fuerte y difícil porque son muchos los inmigrantes que están tratando o antes de la pandemia, que intentaban entrar por esa frontera. He conocido casos de personas que han durado 4 días haciendo la cola. Hay personas que el amor y la operación acogida permiten que ellos se queden en los refugios de estos que mencioné debido a la cantidad de días que tienen que quedarse sacando los papeles, que por lo general las filas son bastante largas, es bastante incómodo. Aparte de eso, este no es muy rápido. El proceso, el sistema, la mayoría de las veces no hay sistema y los venezolanos tienen que seguir sin esos documentos, sacarlos en Boa Vista o la ciudad donde vayan, porque la mayoría de las veces no funciona el sistema este. O sea, cuestión que se dificulta después que pasan por esas carpas, el que no consigue sacar refugio, residencia ni CPF por los problemas que presenta el sistema, porque andan con niños. Las colas son largas. Hay personas que, como mencioné, duermen dos o tres días en esa fila a la interperie porque solamente aceptan en los refugios a niños y mujeres. Entonces la mayoría de los hombres venezolanos se quedan en la cola de conocidos adolescentes en la cola, guardando el puesto en la fila para cuando puedan sacar los documentos. Si tú no consigues sacar entrando a Brasil la residencia, el refugio, el CPF, tienes que optar por el permiso de entrada, que es un permiso que te dan y por lo general piden en nombre de la persona donde tú vas a llegar y la dirección de donde vas a llegar. Eso es en la frontera paraguayo-venezolana, Venezuela. En realidad es bastante engorroso porque sobre todo por el idioma, porque tienen pocas personas que hablan español, la mayoría son brasileños y muchas veces no entienden el idioma de los venezolanos, así como los venezolanos tampoco entienden el idioma de los brasileños porque son español y portugués. Entonces un venezolano que apenas está entrando a Brasil no tiene el dominio de decidir. (ANGÉLICA, out., 2020).

De acordo com a nova lei de migração (2017), o refugiado tem plenos direitos de acesso a todos os serviços públicos, mesmo com o processo em tramitação, bem como é protegido pelas leis trabalhistas, podendo ter sua carteira assinada como os residentes.

Porém, apesar dos avanços da nova lei de 2017, é notável, a partir da fala das interlocutoras, que confere um tratamento mais humanizado aos migrantes, o processo de regulamentação migratória ainda é extremamente burocrático, lento e, em certas instâncias, excludente, pois o migrante precisa ter informações e acesso ao sistema que, em diversas ocasiões, é uma realidade muito distante, principalmente, para os recém chegados, que sequer sabem como funcionam esses trâmites, salvo os casos daqueles que chegam e já conhecem pessoas que possam ajudá-los passando informações.

É importante também informar que, durante a pandemia, em Manaus, por diversas vezes, as instituições que ofertavam esse tipo de serviço ficavam fechadas, o que prejudicou o andamento das solicitações de refúgio e de residência, deixando alguns migrantes sem conseguirem fazer o precadastro nas plataformas. Por conta do isolamento social, o serviço ficou fechado e, quando abriu, a demanda aumentou.

Diante desse panorama, é importante observar a agência das mulheres frente a essa demanda e, como, mediante as redes de apoio entre migrantes, elas conseguem dar conta e ajudar outras mulheres a efetivarem o processo de regularização migratória.

3.2.1 Exclusão Digital e os Desafios Impostos às mulheres Migrantes

A inclusão digital é uma temática que vem sendo discutida atualmente, por ser um problema social que acomete muitos lares brasileiros. De acordo com Bernardo Sorj e Luís Guedes (2005), existem critérios específicos para caracterizar a inclusão digital de um país:

A inclusão digital é geralmente definida num país pela relação entre a porcentagem de pessoas com acesso a computador e/ou Internet no domicílio e o total da população. Para identificar as pessoas incluídas, o critério geralmente utilizado é o número de computadores por domicílio e/ou de computadores por domicílio com acesso à Internet. (2005, p. 105).

Nesse sentido, os autores afirmam também que esse tipo de metodologia foi criticado, pois existem países que possuem espaço de ações coletivo, classificados como telecentros ou cybercafés, logo o número de pessoas que acessam por computador vai ser maior que o número por domicílio. Assim, as famílias de classe média dispõe de mais de um computador por domicílio, enquanto, nas famílias pobres, a quantidade de lares com

computador é menor, quando dispõem, é, no máximo, de um por domicílio. O resultado dessa discrepância é o maior número de usuários por computador nas famílias pobres e menor nas famílias de classe média.

Nesse contexto, a quantidade de espaços coletivos de acesso à internet por região não é significativa, o Brasil não possui uma quantidade efetiva. Além disso, os autores identificaram que a exclusão digital faz parte também dos grupos pobres. Ocorre um processo de exclusão nesse grupo em relação ao gênero, à raça e aos grupos etários, além de haver também a exclusão entre comunidades distintas.

Outro aspecto importante apontado pelos autores como meio de mensurar a exclusão digital, refere-se à qualidade de acesso à internet, não adianta possuir o aparelho eletrônico e não ter um acesso à internet de qualidade. Essa é uma realidade ainda vigente no Norte do país, no estado do Amazonas, por exemplo, existem municípios que não possuem acesso à internet e outros que possuem, mas o acesso é irregular. Nesse cenário, podemos perceber como a exclusão digital pode impactar diretamente a vida dos migrantes venezuelanos que residem no Brasil.

A tecnologia⁶² faz parte da nossa realidade, praticamente todos os serviços públicos oferecidos ao cidadão Brasileiro são mediados por tecnologias. A biometria, recurso utilizado principalmente nas eleições para identificar o eleitor, é um grande exemplo da presença cada vez mais forte da tecnologia no nosso cotidiano.

Além da biometria a emissão de documentos e cadastro em plataforma de auxílio social perpassam também por plataformas digitais podemos citar os seguintes serviços: cartão do Sistema Único de Saúde-SUS, certidão de antecedentes criminais, carteira de trabalho, cadastro no Programa Bolsa Família e recentemente inclusão para solicitação de auxílio

⁶² Sobre o termo tecnologia utilizado nesse tópico, nos referimos aos processos e elementos que fazem parte das plataformas digitais e como elas vêm sendo inseridas nos serviços públicos direcionados à população migrante. Diante desse aspecto é importante situar o termo no que se refere à questão da exclusão digital:

“A exclusão digital no presente estudo diz respeito às consequências sociais, econômicas e culturais da distribuição desigual do acesso a computadores e Internet. Exclui-se, portanto, o acesso à telefonia. Embora pertença ao mesmo grupo de produtos de IC (Informática e Comunicação), até por compartilhar a mesma infraestrutura, sob uma perspectiva sociológica o telefone possui características bem diferentes dos demais: é parte da família de produtos “inclusivos para analfabetos” — que podem ser utilizados por pessoas tecnicamente sem nenhuma escolaridade —, enquanto os computadores e a Internet exigem um grau mínimo de instrução. *Se a futura convergência de tecnologias desenvolver o uso de telefones celulares para a transmissão e leitura de mensagens escritas, possivelmente teremos novas formas de desigualdade entre os usuários de telefones.*” (SORJ; GUEDES, 2005, p. 102).

É importante destacar que o texto utilizado é fruto de uma pesquisa feita em 2005, na época ainda não existiam e-books, aplicativos de whatsapp, dentre outros. A tecnologia mencionada ainda estava em processo de desenvolvimento no Brasil. O avanço desses recursos aumentou o nível de exclusão, pois nem todos os níveis sociais podem acessar esses avanços tecnológicos.

emergencial da Caixa Econômica Federal, são padrões de rotinas com as quais temos que aprender a lidar. Dependendo do público esses processos podem ser difíceis ou inalcançáveis, depende da região, classe social e contexto do qual o sujeito faz parte.

Nesse sentido podemos observar como as tecnologias digitais e a internet em certos aspectos podem ser consideradas como mecanismos excludentes. É pertinente ao cenário citado que irei situar a situação em que se encontram o grupo de mulheres pesquisado, para elas assim como para uma parcela significativa de brasileiros a informatização dos serviços públicos podem ser considerados como verdadeiros obstáculos que emergem de maneira frequente no dia-a-dia dessas mulheres.

Quando iniciei a minha investigação, jamais cogitei a possibilidade do tema “inclusão digital” atravessar o trabalho. Entretanto, ele veio com toda força quando me dei conta de que ele está presente em diversos aspectos no cotidiano das colaboradoras. Inclusive, no caso delas, chamaria de “exclusão digital”, já que em contingências específicas a sistematização de alguns serviços públicos se tornam verdadeiros empecilhos para esse público.

Voltando à questão da regularização Migratória, é necessário ter um endereço eletrônico (e-mail) para fazer o pré cadastro tanto no SISMIGRA quanto no SISCONARE. Logo, é crucial possuir uma conta no Gmail (algumas plataformas são específicas quanto a isso). Quando se cria a conta, o usuário precisa ter um celular com internet para poder operar o e-mail e confirmar a abertura da conta. Entretanto, durante as minhas observações em campo, pude perceber que essa era também uma dificuldade, não manejar bem o e-mail, ou não possuir conta Google, a perda de senha gerava um transtorno, impossibilitando a visualização das solicitações junto às tramitações na Polícia Federal.

Os obstáculos não pararam por aí, um dos principais objetivos das colaboradoras é conseguir trabalhar, para isso, ter os documentos brasileiros, como elas se referem, é importante, pois acreditam que, com a emissão da carteira de trabalho, torna-se mais fácil conseguir um trabalho formal. O primeiro passo é o cadastro nas plataformas, conforme já foi referido, porém existe um longo caminho até se chegar no recebimento da carteira de trabalho.

Após a inscrição, com o número único do registro nacional migratório, inicia-se o processo para inscrição no CPF e, só após a obtenção desse número, a migrante poderá solicitar a carteira de trabalho. Porém, em 2019, em Manaus, pararam de emitir a carteira de

trabalho física⁶³ e alguns empregadores não aceitavam a digital. Em relação esse documento bastante almejado, podemos observar como a questão da exclusão digital aparece de forma acentuada, considerando que umas parcelas significativas dos migrantes não têm aparelhos celulares. Aqueles que possuem, são modelos mais simples que não obtêm muitas funções e não comportam o aplicativo da carteira de trabalho.

O acesso à internet, para baixar o aplicativo, é outro empecilho que leva essas pessoas a ficarem dependentes das instituições de apoio para que eles possam utilizar o serviço de internet, além da questão do idioma, pois o site é em português. A rotina digital é uma realidade que está cada vez mais presente no cotidiano das mulheres migrantes. Com a chegada da pandemia, em consequência do isolamento social, as plataformas digitais se tornaram os principais meios de comunicação e prestação de serviços.

Anteriormente, eu já havia mencionado que, dentre as participantes, Angélica foi uma pessoa com a qual eu estabeleci um vínculo de confiança muito próximo. Pude participar de diversas situações sociais em sua companhia, e, é importante destacar, que Angélica tem um forte perfil de liderança com um papel importante na comunidade de venezuelanos em Manaus. Como ela chegou em 2017, logo no início da chegada dos venezuelanos na cidade, ela acompanhou todo o desenvolvimento de serviços públicos para migrantes na cidade.

Mediante situações que pude observar, a internet, as plataformas digitais e a informatização do serviço público foram demandas que, por diversas vezes, fizeram com que Angélica se sentisse impotente em algumas situações. Quando ela chegou à cidade, por exemplo, não existia a PITRIG, ela passou por muitas dificuldades para conseguir dar início ao processo de regularização migratória. Como já mencionado, para fazer o pré-cadastro no sistema da Polícia Federal, era preciso ter acesso à internet e o sistema ficava sobrecarregado. O agendamento, então, só era bem acessado de madrugada, quando diminuía o acesso. Assim, ela dependia da ajuda de conhecidos. Essa dificuldade também apareceu de maneira intensa quando ela iniciou sua jornada à procura de trabalho.

⁶³ De acordo com a Portaria 1065 de 23 de setembro de 2019, a qual dispõe sobre a emissão da carteira de trabalho e previdência social em meio eletrônico:

“Art. 1º Disciplinar a emissão da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS em meio eletrônico, denominada Carteira de Trabalho Digital.

Art. 2º Para fins do disposto no Decreto-Lei nº 5.452/1943, a Carteira de Trabalho Digital é equivalente à Carteira de Trabalho emitida em meio físico.

Parágrafo único. A Carteira de Trabalho Digital não se equipara aos documentos de identificação civis de que trata o art. 2º da Lei nº 12.037, de 1º de outubro de 2009.

Art. 3º A Carteira de Trabalho Digital está previamente emitida a todos os inscritos no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, sendo necessária sua habilitação [...].

Art. 4º Para a habilitação da Carteira de Trabalho Digital é necessária a criação de uma conta de acesso por meio da página eletrônica: acesso.gov.br”. (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2019 - grifo nosso).

Quando chega ao Brasil, uma das primeiras coisas aconselhadas ao migrante é a construção de um currículo, o que também depende de computador e acesso à internet. Essas circunstâncias causam dependência dessas tecnologias e, ao mesmo tempo, a exclusão, pois as participantes desse trabalho chegaram com pouco ou nenhum recurso financeiro e o acesso a esses recursos digitais tornaram-se verdadeiras ferramentas de exclusão.

Angélica, no início da pandemia, traçou diversas frentes para ajudar os venezuelanos que se encontravam em situação de vulnerabilidade, o que a fez aprender a manejar essas tecnologias, pois ela conseguiu fechar parcerias com instituições da sociedade civil e organizações, que a apoiaram com recursos financeiros para que ela comprasse cestas básicas, além de equipamentos eletrônicos. No momento da prestação de compras, ela pediu meu auxílio, pois a comprovação das compras teria que ser feita por intermédio de um formulário em português, mais uma barreira a enfrentar. Fizemos o preenchimento e a prestação de contas, então, em colaboração.

Essa situação mostra que, apesar da tentativa dos migrantes de conquistarem autonomia em empreenderem ações de amparo e assistência, eles acabam barrados na parte da sistematização do serviço de apoio. Como não possuem fácil acesso aos recursos citados, isso resulta na dependência das mesmas instituições que apoiam os movimentos de autonomia dos migrantes, ou seja, por mais que o migrante pense em desenvolver ações que visem diminuir a situação de vulnerabilidade da qual eles fazem parte, a questão digital é um limitador, pois perpassa todas as ações. Um problema real que pouco é falado nos estudos migratórios e que, praticamente, é ignorado pelas instituições da sociedade civil e agências internacionais que pensam em ações de amparo e proteção para esse público.

De acordo com essa perspectiva, a exclusão aparece também na ausência de informações, o que deixa o migrante de fora de muitos serviços de direito deles, por exemplo, o acesso à bolsa família. Em relato de Nelysmar⁶⁴, ficou claro que ela não tinha ciência que migrantes poderiam ter acesso ao programa bolsa família, não sabia a importância e nem para o que servia, mas fez o cadastro depois que os amigos a informaram sobre o programa e seu cadastro. Nelysmar foi enfática em dizer que o cadastro foi algo que ocorreu por acaso. Ela passava em frente à instituição e os amigos a informaram, mas, de forma alguma essa informação foi ofertada a ela no posto de acolhida.

Assim como Nelysmar, todas as participantes da pesquisa foram unânimes em afirmar que não receberam nenhum tipo de benefício financeiro quando chegaram a Manaus.

⁶⁴ Diálogo realizado no mês de junho de 2020.

Inclusive, todas são inscritas no programa bolsa família e, até o momento da entrevista, ainda não haviam recebido o benefício, somente começaram a receber o auxílio emergencial.

Foi possível constatar como a exclusão digital pode emergir de diferentes áreas, mas as contingências que mais me chamaram atenção nesse contexto foram em relação à regularização migratória, solicitação de documentos como CPF, antecedentes criminais, cadastro no programa bolsa família, solicitação do cartão do SUS e matrícula na rede pública de ensino.

Em diferentes proporções, cada situação, dentro de sua particularidade, pode prejudicar os migrantes envolvidos nesse processo. E a pandemia tornou essas circunstâncias cada vez mais difíceis. Gostaria de enfatizar o processo de regularização migratória que é o grande desafio imposto pela tecnologia ao chegar ao Brasil. Falando de Manaus, quando começou o isolamento social, o PITRIG e as instituições da sociedade civil suspenderam esses serviços, então, os migrantes recém-chegados ou os que estavam em processo de regularização de documentos não tiveram acesso a esses serviços.

No caso de Angélica, que ajuda outros migrantes a fazerem o cadastro nessas plataformas, isso causou muitos transtornos, pois a mesma, além das diversas atividades laborais que exerce, também passou a fazer o pré-agendamento dos migrantes nas plataformas, pois já mora há alguns anos em Manaus e já conhece o processo. Cobra um valor simbólico desses migrantes para complementar a renda. Com a paralisação das instituições, essa foi mais uma fonte de renda que ela deixou de receber.

Essa atuação de Angélica é um elemento importante para observarmos os aprendizados dos migrantes e como eles são importantes para divulgar informações, facilitar acesso aos serviços a que tem direito e auxiliar as rotinas (regularização migratória, solicitação de documentos – CPF, carteira de trabalho, cadastro, dentre outros) que são impostas aos migrantes.

3.3 Redes Migratórias: Hermanas en colaboración

Redes migratórias é uma temática que aparece com frequência nos estudos sobre mobilidade humana. Diversos teóricos se encarregam de discutir tanto sobre a influência exercida por essas redes, no sentido de direcionar circulações migratórias, o poder dessas redes em conectar os migrantes com pessoas que permaneceram no país de origem, além de observar como essas redes são desenvolvidas e mantidas.

Sobre esses aspectos, Silva (2009) cita dois autores que foram importantes para entender este conceito. O autor cita Douglas Massey (1998) e Charles Tilly (1978). O primeiro define redes migratórias como conexões interpessoais que vinculam migrantes tanto nos países de origem quanto de destino por intermédio de relações entre familiares, conhecidos e pessoas de mesma nacionalidade. Já o segundo autor afirma que não é o sujeito que emigra, mas toda uma rede. Segundo Silva, ambos trazem informações importantes para a compreensão do conceito de redes migratórias que, para ele, independente dos objetivos que cada rede possa apresentar, elas possuem um papel fundamental tanto na manutenção quanto na orientação dos deslocamentos migratórios (SILVA, 2017).

As colaboradoras do trabalho trouxeram um conteúdo importante no que se refere aos vínculos familiares e como esses vínculos são motivadores, imprescindíveis em relação ao processo de emigrar. As mulheres em questão apresentam uma característica peculiar e comum entre elas sobre as redes migratórias e como estas exerceram papel fundamental na escolha de Manaus como destino.

Parentes, amigos e conhecidos serviram como ponto de apoio tanto com ajuda financeira, quanto com oferta de moradia temporária na cidade de Manaus, além de serem referência de informações a respeito da regularização migratória na cidade. A migração venezuelana tem essa forte característica, cada uma das participantes fez parte de uma rede migratória, com alguém conhecido, ou mesmo familiares, que participou do processo de saída da Venezuela e chegada à cidade de Manaus.

Sobre as redes migratórias, Oswaldo Truzzi (2008) faz uma análise sobre os mecanismos e as definições desse termo e como ele foi desenvolvido, analisando diferentes autores e circulações migratórias:

De qualquer modo, o emprego dos termos cadeias e redes, em suas acepções mais restritas ou abrangentes, procura sublinhar a circunstância de que muitos decidiam emigrar após informarem-se previamente das oportunidades (e dificuldades) com migrantes anteriores, seja por carta, seja quando retornavam. Estes podiam prover tanto informações, no tocante às perspectivas de emprego e alojamento iniciais, como recursos, por meio de remessas monetárias, que pudessem financiar e assim viabilizar a viagem. Cabe, nesse sentido, sublinhar o papel ativo dos emigrados na sociedade de origem, de modo a influenciar o comportamento de novos migrantes potenciais, estimulando ou restando projetos, expectativas e investimentos futuros. (2008, p. 203).

É notável que, assim como aponta Truzzi (2018), as migrantes venezuelanas se articularam de diferentes maneiras para efetivarem sua trajetória migratória. As articulações

começaram ainda na Venezuela, no momento que elas pensavam quais iniciativas e recursos seriam usados para saírem da Venezuela para o Brasil. Esse processo envolve saber como angariar recursos financeiros, a troca de bolívares por dólar e, depois, por real (pois toda a tramitação é paga em dólar), a hospedagem após a chegada, a inserção no mercado de trabalho, já que algumas têm uma promessa de trabalho e outras vêm apenas com a esperança de buscar trabalho na cidade de Manaus. Cabe salientar que essas redes não são constituídas apenas por familiares, apesar de seu papel importante na constituição delas, outras pessoas fora desse âmbito também podem fazer parte.

No caso das interlocutoras, vizinhos e conhecidos ofereceram-lhes amparo importante no momento da chegada. Truzzi nos chama atenção também para a disseminação de informações, que pode ser compartilhada por meio intra ou extrafamiliar. A informação é elemento fundamental para o migrante, principalmente para os recém-chegados que estão em fase de adaptação e contato com uma nova realidade, idioma e cultura.

Nesse contexto, vale ressaltar o lugar das redes sociais na migração venezuelana, as plataformas, como whatsapp e facebook, são espaços para compartilhar informações sobre regularização migratória, empregos, vendas de produtos, informações sobre serviços públicos – acesso à saúde, escola – e meio de comunicação entre as colaboradoras que estão em Manaus e suas famílias que ficaram na Venezuela ou que também migraram para outros estados ou países.

Silva (2017) nos apresenta um panorama sobre a importância das redes de acolhimento no contexto da migração haitiana, principalmente, no início da circulação migratória para a cidade de Manaus. No referido período de 2010, o autor destaca a importância das redes migratórias construídas pelos migrantes haitianos que contribuíram em diversos aspectos, desde o financiamento da viagem de familiares ao compartilhamento de informações, passando pela inserção laboral e hospedagem.

O autor considera redes migratórias como “redes de ajuda mútua” e destaca como a colaboração entre os migrantes é importante para a manutenção da circulação migratória, a adaptação na sociedade receptora e a inserção no mercado de trabalho. Silva também chama a atenção para os tipos diferentes de redes e seus objetivos, exemplificando a inserção laboral, na qual a rede familiar não foi muito efetiva, sendo a rede extrafamiliar mais significativa no processo de inclusão desses migrantes haitianos em atividades laborais (mercado informal e formal).

A partir do panorama apresentado por Silva (2009), pude identificar a dinâmica e potência das redes migratórias construídas mediante a agência das colaboradoras venezuelanas. Como já mencionado em momento anterior, a interlocutora Angélica se destaca como figura fundamental para o grupo de mulheres do qual faz parte. Ela já está ciente de todos os serviços oferecidos na cidade de Manaus para os migrantes, pois por meio de sua experiência e de seu *status* na comunidade como pessoa de referência para difundir informações foi possível mapear a sua função em informar sobre os seguintes pontos:

- Matrícula na rede pública de ensino: por sua vivência, Angélica consegue informar tanto como funciona o pré-cadastramento nas plataformas digitais para matrícula de migrantes recém chegados, quanto consegue identificar as escolas que melhor atendem o público migrante, além de informar como o estudante pode ter acesso ao cartão de transporte público e a instituição que emite esse cartão;
- Moradia: Angélica articula entre conhecidos e parentes, para que migrantes possam dividir o aluguel, além de estar ciente dos abrigos públicos existentes na cidade e os critérios para conseguir uma vaga nesses abrigos;
- Instituições da sociedade civil (religiosas e agências internacionais): Angélica consegue informar horário de atendimento, serviços disponíveis em cada instituição e como o migrante deve fazer para conseguir ter acesso a essas instituições;
- Divulgação de vagas de trabalho: Angélica desenvolveu diferentes relações de amizade com brasileiros no restaurante em que trabalhou no centro da cidade, assim, conseguiu indicar profissionais venezuelanos para assumirem vagas no ramo da gastronomia (restaurantes e bares). Ela, inclusive, conquistou um espaço importante entre os donos de restaurantes, para contratação, efetiva e provisória, de migrantes venezuelanos;
- Qualificação profissional: Angélica identifica os espaços que mais dão oportunidades a migrantes. Quando uma recém-chegada entra em contato com ela, recebe informações sobre cursos de qualificações profissionais e sobre vagas de colocação profissional. Sobre isso, ela também indica locais onde são ofertados cursos de português, a qualificação mais importante para os migrantes, segundo ela;

- Saúde: Angélica conhece os principais postos de saúde que ficam nos arredores do centro, além de informar como o migrante deve se cadastrar no sistema único de saúde, os serviços específicos de cada hospital. Vale destacar que a rede pública de ensino pede um teste de fator RH aos migrantes, a ser entregue na escola junto ao cartão de vacina. Como já está ciente de todas essas rotinas, Angélica faz questão de informar às pessoas para que elas não tenham as mesmas dificuldades que ela teve. É, inclusive, comum entre os grupos migrantes a seguinte frase: “voy perguntar a Angélica”;
- Transporte Público: foi a partir da relação construída com Angélica que descobri como utilizar muitas linhas de transporte público em Manaus. Ela me informou sobre os diferentes terminais da cidade e as linhas disponíveis em cada um deles de acordo com o bairro.
- Pré-natal: Angélica ajuda mulheres que chegam grávidas, e também as que engravidam no país, indicando maternidades nas quais elas podem ter o pré-natal e o parto, além de indicar comunidades de migrantes e de conhecidos brasileiros a fim de conseguir doações para compor o enxoval dos bebês que estão para nascer;
- Transporte entre países: antes da pandemia, Angélica também informava horários, rota e valores de transportes para migrantes que queriam se deslocar da Venezuela para Manaus.
- Remessas financeiras: Angélica trabalha enviando remessas de dinheiro para Venezuela, ganhando um pequeno valor sobre as remessas realizadas por ela;
- Regularização migratória: dentre tantos obstáculos que Angélica enfrentou, a questão da regularização migratória causou-lhe muita ansiedade e preocupação, pois ela não tinha informações e teve dificuldade no início. Entretanto, atualmente, mediante um valor simbólico, ela dá início aos processos para os migrantes recém-chegados – ela faz os primeiros passos para a regularização migratória (preenchimento das plataformas SISMIGRA e SISCONARE/CITA para agendamento).

Assim como Angélica, as outras participantes também demonstraram o quanto exercem influência na manutenção dessas redes. Cada uma desempenha uma função específica e importante. Apesar de Angélica ter papel de destaque diante desse grupo, ela também conta com apoio de outras mulheres. Nesse sentido, chamo a atenção para a questão

das demandas emocionais, a migração deixa diversas cicatrizes, com as quais as mulheres devem lidar, e também com as novas, que surgem em decorrência da nova realidade. Retomando uma informação anteriores, todas as mulheres, ao saberem de minha profissão (psicóloga), perguntaram se eu poderia ajudar de alguma maneira.

Quando eu perguntei sobre a importância dessas redes para elas, obtive uma resposta unânime: compartilhar as dores e os sofrimentos, pensando as soluções de maneira coletiva fortalece essas mulheres e combate o sentimento de solidão que vez por outra se fez presente nas narrativas. Elas relataram também que as novas amigas construídas são como uma nova família e eu pude perceber como esse vínculo é forte. Nos aniversários elas fazem questão de comemorar com bolo, na praça, o dia do *cumpleaños* que nunca “passa em branco”.

Existe um sentimento de empatia entre elas por saber que cada uma sente saudade de um familiar, filho, marido, dentre outros, e a presença delas na comemoração de aniversários era também uma forma de acolhimento e de demonstrar que elas não estão sozinhas, elas têm umas às outras.

As imagens a seguir ilustram a cena que se tornou comum para mim. Todas as vezes em que estive na praça para me encontrar com alguma das interlocutoras, essa cena se repetia. Mulheres que passavam, indo ou voltando do trabalho, acabavam parando nesse banco, onde Nelysmar vendia café, para conversar sobre diversos assuntos, pois ali era um lugar de acolhimento, um lugar seguro.

Figura 31: Banquinha de café de Nelysmar.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Figura 32: Banquinha de café de Nelysmar.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

As conversas eram um suporte para que elas conseguissem lidar com os sofrimentos e a saudade da família. Inclusive, no contexto da pandemia, a potência e importância dessas redes migratórias se tornaram cada vez mais visíveis, o que se pode perceber pelos aprendizados desenvolvidos por Angélica. A sua importância para essa rede foi fundamental, já que a atuação dela, durante a pandemia, tornou-se essencial, pois ela utilizou os conhecimentos referentes aos serviços de apoio disponíveis à população migrante, aliados ao conhecimento de causa (vivência das vulnerabilidades e dificuldades das mulheres migrantes) e sua experiência, ao desenvolver ações de apoio que contribuíram com cerca de 200 migrantes venezuelanos, entre homens e mulheres, de forma direta e mais 100 pessoas, se contarmos os benefícios indiretos das informações que ela conseguia divulgar, sobre auxílio emergencial, regularização migratória e tudo que fosse necessário para atender as demandas do coletivo de migrantes com o qual ela tinha contato.

Assim como Angélica, Maria também teve um papel fundamental durante a pandemia. Como já relatado, ela veio inicialmente com seu filho bebê, mas, com o passar do tempo, conseguiu trazer sua mãe e seus outros filhos. Entretanto, quando estive com Maria para a entrevista, em sua casa viviam 12 pessoas. Retribuindo a ajuda que recebera quando

chegou, com hospedagem a duas outras famílias, inclusive uma gestante, que permaneceria ali até ter condições de morar sozinha com o bebê e o marido. Maria não só ofertou hospedagem como a alimentação, além de conseguir que a gestante fosse atendida pela rede pública de saúde e fizesse o pré-natal.

É notável a importância dos migrantes que já estão no Brasil em relação ao acolhimento aos recém-chegados. Com a ajuda deles, o processo migratório se torna um pouco menos desafiador, pois retomo aqui a questão de que as informações sobre os direitos dos migrantes são fundamentais para que eles consigam se proteger de situações de abuso e exploração, já que a ausência de informações sobre seus direitos deixa o migrante em situação de extrema vulnerabilidade, pois ele não sabe que a lei brasileira garante proteção e direitos.

Por mais que as efetivações desses direitos não sejam eficientes em algumas ocasiões (má remuneração no trabalho, exploração da mão-de-obra migrante, dentre outros), pude observar que as mulheres sentem-se mais seguras quando têm noção do funcionamento da cidade, dos serviços, do que está disponível para elas. Entender e aprender sobre esses mecanismos gera segurança e sentimento de pertencimento, pois, quando, nas narrativas, elas já trazem esse aprendizado construído, percebemos que elas já se sentem fazendo parte do contexto da cidade, diferente do momento da chegada, quando se sentem estranhas, como um peixe fora d'água.

Retomando a importância dessas redes em período de pandemia, tornou-se bastante visível a situação vulnerável que acomete muitas mulheres migrantes. Durante o período em que estive com Angélica, pude observar de perto uma situação que me causou preocupação e sentimento de impotência muito grande. Logo quando começou o isolamento social, e seu grupo de ajuda estava ativo, fui convidada para fazer uma visita domiciliar a uma mulher que tinha recentemente dado à luz. Esse termo, “visita domiciliar”, era utilizado quando era necessário fazer alguma visita a um beneficiário da instituição onde trabalhei. Resolvi utilizá-lo propositadamente para demonstrar como a ação de Angélica e Rosa pode ser caracterizada como uma visita domiciliar.

Angélica conversou comigo por whatsapp e pediu que a apoiasse na divulgação da necessidade de itens para recém-nascido, pedindo que eu compartilhasse para meus contatos. Foi quando ela me contou a história dessa jovem e eu pude conferir de perto sua situação no dia da visita. Luzia, uma jovem de, aproximadamente, 30 anos, estava na fase final da gestação quando a covid-19 chegou ao Brasil. Ela vendia água no centro da cidade quando conheceu Angélica e Rosa.

Luzia havia sido deixada recentemente por seu companheiro e não tinha dinheiro para cobrir seus gastos. Ela não tinha conseguido nenhum apoio financeiro e seguia vendendo água até o dia em que se sentiu mal e precisou ir ao hospital para dar à luz. Rosa a acompanhou, pois a mesma estava aqui sem familiares. Apenas lembrando que Rosa acabara de conhecer Luzia e, mesmo assim, acompanhou-a ao hospital e durante o parto. Porém, no dia seguinte, quando Rosa voltou ao Hospital para ter notícias, ela não obteve respostas, o que causou muita preocupação a ela, Angélica e mesma a mim. Voltou ao hospital muitas vezes, até descobrir que Luzia tinha sido isolada por covid-19, mas não tinha como avisar a Rosa por não ter celular.

Quando Rosa ficou sabendo de sua alta, ela e Angélica se organizaram para buscar Luzia no hospital, assim como as doações para o bebê. Levaram Luzia para uma casa, cedida por um casal de brasileiros, localizada acima do mercado deles, que permitiram que Rosa ficasse ali com o bebê, sem cobrar nada, até que ela pudesse trabalhar. Eles também a ajudavam com alimentação. Ficaram sabendo da situação de Luzia por meio do grupo de apoio. No dia da entrega, fui convidada para acompanhá-las. Durante a visita, constatei como a pandemia havia sido cruel com as mulheres, principalmente, as migrantes. Luzia era mais uma mulher mãe solo que foi abandonada pelo companheiro à própria sorte e, se não fosse a ajuda de outras mulheres talvez ela nem tivesse conseguido ver seu filho nascer. Além das doações, o acolhimento foi de extrema importância para Luzia. A felicidade estava estampada em seu rosto.

Figura 33: Visita domiciliar.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Figura 34: Visita domiciliar.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Figura 35: Visita domiciliar.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Mesmo sem nada a oferecer além do copo d'água, o olhar de gratidão foi suficiente, além do que posso dizer. Ela contou sobre seus dias no hospital e como se sentiu acolhida e segura por ter Angélica e Rosa ao seu lado. Elas carregavam o bebê como se fossem tias de sangue, com cuidados e recomendações para a nova mamãe. Os hospitais de

Manaus garantem o direito aos bebês de saírem já com certidões de nascimento, porém, com a pandemia, isso não estava acontecendo, o serviço estava suspenso, só era realizado com agendamento. Então, a criança saía da maternidade com certificado de nascido vivo e precisava agendar via whatsapp no cartório para obter a certidão, e quem se encarregou de acompanhar Luzia foi Rosa. Sai daquela visita com o coração apertado por querer ouvir mais Luzia, ser companhia para ajudar a diminuir seu sentimento de solidão, mas tive que ir embora, me questionando quantas Luzias estavam abandonadas à própria sorte durante a pandemia e como as demandas das mulheres são sempre intensifica. A covid-19 veio para trazer isso à tona de forma gritante.

Mila, migrante venezuelana proveniente de San Felix, também faz parte do grupo de amigas de Angélica. Veio para o Brasil a convite de um amigo. Inicialmente, trabalhou um período em uma fazenda em Boa Vista, trabalho análogo ao escravo, até conseguir juntar dinheiro e sair de lá, vindo a Manaus, onde conheceu Angélica e Rosa. Desde sua chegada, recebeu ajuda de Angélica, pois ela tem lupus, e o calor de Manaus gerava feridas em sua pele. Chegou a ser consultada por uma médica do SUS, mas as pomadas eram muito caras e ela parou de comprá-las, começando a trabalhar durante a noite para fugir do sol. Mila trabalhava vendendo café a noite na Feira da Banana, pois quando chegou o sol causou muitos danos a sua pele. Após alguns meses trabalhando, ela conseguiu trazer a filha, a qual não se adaptou ao Brasil e resolveu migrar para o Peru, deixando a mãe sozinha outra vez.

Figura 36: Café no Carrinho de Mile.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Com o dinheiro das vendas de café, ela conseguiu comprar um carrinho⁶⁵ de pipoca para trabalhar na praça São Sebastião. Quando ficou sozinha outra vez, a rede de apoio foi muito importante, pois, durante a pandemia, com a queda no movimento, ela teve ajuda de Angélica, que conseguiu cestas básicas para ela e, posteriormente, ajudou-a a obter o auxílio emergencial. Mila ainda tem a companhia de Angélica a cada mês em suas consultas de rotina ao médico.

No segundo semestre de 2020, a partir de agosto, quando as medidas de isolamento social foram sendo flexibilizadas e o comércio (bares e restaurantes) voltou a funcionar, Angélica começou a dar cursos profissionalizantes em sua área de atuação, que é coquetelaria. De agosto a dezembro, ela desenvolveu cursos de barman básico, intermediário e avançado.

Além de conseguir complementar sua renda, a proposta de Angélica era conquistar um espaço no mercado de trabalho para outros migrantes. Como ela já havia trabalhado em restaurantes e sua atuação era valorizada, ela conseguia indicar outras pessoas para esses cargos.

A partir daí, com formação pelo SENAC, ela iniciou esse movimento, pois objetivava oferecer qualificação profissional para outros migrantes. Fez divulgação em redes sociais, plataformas de vendas on-line e já tem relatos de venezuelanos que fizeram seus cursos e conseguiram arranjar trabalho em outros estados por conta desse aprendizado.

Inicialmente, ela tinha parceria com um professor brasileiro com quem dividia os lucros. Mas, depois, ela se sentiu mais segura, conseguiu mais alunos, inclusive brasileiros, e começou a ministrar seus cursos sozinha. Em seguida, conheceu um venezuelano com quem passou a trabalhar, criando uma consultoria de bares e restaurantes.

Seu primeiro trabalho, eu pude acompanhar de perto, era uma consultoria⁶⁶ para um grande restaurante em rede, pois ela me pediu que a acompanhasse no dia da primeira

⁶⁵ A presente imagem foi o registro de um dos encontros que tive com Mila e Karely. Como já mencionado, elas sempre me recepcionavam com café. Na imagem, podemos ver o carrinho de Mila, que contém água, suco, refrigerante no isopor, com copos descartáveis fora e a garrafa de café. E Karely, ao seu lado, possui um carrinho de pipoca. Quando comecei a conversar com elas, perguntei como faziam para transportar os carrinhos e para guardá-los, e o que faziam para utilizar o banheiro. Inicialmente, elas disseram que não tinham onde guardar o carrinho, tendo que levar e trazer todos os dias para suas casas. Nesse aspecto, a rede de apoio mútuo entre elas é importante, pois contam com ajuda para o transporte dos carrinhos. Mila conta com a ajuda dos companheiros de casa, já Karely conta com a ajuda do marido e do filho. Ao final das entrevistas, elas fizeram amizade com uma brasileira que tinha um espaço de estacionamento no centro, e permitiu que elas guardassem os carrinhos ali sem cobrar nada. Já sobre a utilização de banheiros, elas informaram que os banheiros disponíveis eram pagos e, muitas vezes, elas não possuem o valor para pagar. Não existe um lugar gratuito para utilizar para suas necessidades.

⁶⁶ A partir de meu contato com Angélica, outras redes de apoio foram construídas. Como eu tinha colaboradores que trabalhavam na Associação Escalabrine, que ajudavam migrantes, consegui que ela realizasse seus cursos de

reunião, devido à sua dificuldade de dominar bem o português. Esse momento foi crucial para mim, pois compreendi que além de pesquisadora, eu era parte dessa rede migratória também. Com o compartilhamento de informações, de serviços, e ajudando a fazer currículos. Angélica não tinha notebook e eu a ajudei a fazer as apresentações para suas entrevistas, construindo, assim, um vínculo forte de irmandade entre nós.

Figura 37: Construindo planejamento comercial.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

capacitação profissional em seus espaços. Apresentei a Angélica a coordenadora de projetos da instituição, o que rendeu novas parcerias, inclusive, a utilização dos espaços físicos do local sem custos. Além do espaço, mediante parcerias com colegas de mestrado - uma amiga empresária e outra advogada, montamos um treinamento para desenvolver profissionalmente a equipe da Angélica. A partir desse primeiro contato, outras parcerias surgiram.

Figura 38: Visitando Espaços para Realização dos cursos.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Figura 39: Colaboração no treinamento de capacitação em atendimento ao público.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Figura 40: cartaz do treinamento oferecido para a equipe de trabalho de Angélica.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Inerente à compreensão das redes migratórias, também me chamou a atenção a necessidade e relevância das redes sociais, tanto como mediadora de comunicação com familiares quanto para oferecer auxílio e orientação para os parentes e conhecidos venezuelanos que pretendem migrar para o Brasil. Por intermédio das redes sociais, são passadas informações sobre os meios de transporte, custos da viagem, além de proporcionar a articulação para obtenção de trabalho e hospedagem. A importância das redes sociais também foi apontada em outros estudos como mecanismo de grande influência nos processos de mobilidade humana:

O enfoque de redes sociais pode trazer uma contribuição importante para os estudos de migração, desde que procure analisar como os sujeitos inserem-se nas redes sociais. Assim, as relações de parentesco, de amizade e de origem comum implicariam relações diferenciadas que precisam ser localizadas. Discutir a natureza dessas relações é fundamental para compreender as suas implicações nas relações familiares e de gênero. (ASSIS; SIQUEIRA, 2009, p. 27).

Assim como aponta as autoras Assis e Siqueira (2009) as redes sociais se mostraram extremamente úteis no contexto das colaboradoras venezuelanas, na ausência de

celulares era por intermédio das redes sociais que elas conseguiam se comunicar com a família. Algumas instituições específicas da sociedade civil ofereciam o acesso à internet, apesar de ser por um curto período, era possível enviar e ter notícia dos familiares. Durante a pandemia as redes sociais, principalmente o whatsapp foram bastante necessárias durante a ação coordenada por Angélica, para arrecadar e distribuir doações.

Figura 41: Entrega de doações de cestas básicas de produtos de higiene cedidos pela Cruz Vermelha - Angélica e Rosa.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Figura 42: Entrega de doações de cestas básicas de produtos de higiene cedidos pela Cruz Vermelha - Angélica e Rosa.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Figura 43: Entrega de doações de cestas básicas de produtos de higiene cedidos pela Cruz Vermelha - Angélica e Rosa.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Sobre este aspecto, observei como as redes sociais podem diminuir a distância física e serem ponte tanto de notícias quanto de informações úteis aos migrantes, principalmente para as mulheres com filhos que precisam constantemente criar estratégias para encontrar pessoas que fiquem com os seus filhos para que elas possam trabalhar. É importante observar que apesar das redes sociais oferecerem um grande suporte nas questões da comunicação e articulação de ações entre migrantes, não são todos os sujeitos que migram que podem se beneficiar dessa tecnologia, pois o acesso à internet, por parte das participantes, demonstrou-se ineficiente.

Mediante as distintas vivências que tive com essas mulheres, pude perceber que as redes migratórias são importantes e necessárias, pois elas conseguem empoderar as mulheres migrantes, ajudando-as a construir autonomia. São extremamente eficazes para ajudar a compreender de maneira profunda as demandas apresentadas pelas mulheres. Essas redes são construídas para além das necessidades, pois possuem afeto, generosidade, por vezes, divergências de pensamentos, mas, na maioria das vezes, são estabelecidas por meio de raízes solidárias.

3.3.1 Tecendo Projetos de Vida: *Una mirada hacia lejos*

Enquanto psicóloga e pesquisadora não pude deixar de lançar um olhar profissional e, nesse sentido, pensar e falar sobre projeto de vida em contexto migratório tornou-se para mim uma tarefa desafiadora e necessária. Desse modo, tomarei como referência as autoras Daniela Furlani e Zulmira Bonfim, da Universidade Federal do Ceará,

que realizaram uma pesquisa sobre juventude e afetividade e a construção de projetos de vida por intermédio de mapas afetivos⁶⁷. Nessa análise, as autoras demonstram como a cultura de um grupo, suas relações sociais e afetivas construídas entre eles exercem grande influência na construção e manutenção de projetos de vida (escolhas, anseios, metas e desejos). As autoras desenvolveram esse conceito a partir de bases da psicologia social:

A Psicologia Social de base histórico-cultural concebe o homem como um indivíduo inserido em um contexto histórico que é dinâmico, processual e mediado por relações sociais. Tal enfoque pretende um direcionamento crítico e reflexivo, que vai contra os postulados positivistas que naturalizam os fenômenos humanos e sociais. (FURLANI; BONFIM, 2010, p. 50).

As autoras utilizaram, como base para a investigação, a afetividade (sentimentos e emoções), destacando o caráter social das emoções, pois, de acordo com elas, o homem é um ser histórico e cultural que, ao mesmo tempo, constrói e é fruto da história, sendo ele um sujeito social que a partir das suas relações sociais se desenvolve e promove frequentes intercâmbios com o contexto em que vive e com outros sujeitos. Nesse sentido, esses sujeitos possuem um referencial cultural e histórico que orienta seus modos de sentir, pensar, agir e ser. Partindo dessa proposta, Furlani e Bonfim definem projeto de vida da seguinte forma:

O projeto de vida é, a nosso ver, uma questão de fundamental importância na vida de qualquer ser humano que se posiciona de maneira crítica e coerente diante de si mesmo e do meio em que vive. (FURLANI; BONFIM, 2010 p. 56).

Tomando como referência o pensamento das autoras, pude observar como a influência cultural e afetiva permeou a construção de projetos de vida das colaboradoras. Entretanto, é importante frisar que falar de escolha em contextos migratórios exige cuidados, pois a realidade que se expôs a mim apresentou uma constante construção e desconstrução de sonhos. E, nesse sentido, cabe a seguinte reflexão, o migrante na sociedade receptora tem possibilidade de escolha? A princípio, de acordo com minhas vivências em campo, posso afirmar que, na maioria das vezes, o migrante não possui escolha. Ele constrói seus sonhos, pensa em projeto de vida a partir de contingências possíveis que são postas para ele.

De acordo com o grupo de mulheres estudado, o projeto de vida é um movimento constante, assim como a colcha de retalhos que vai sendo construída aos poucos e se moldando de acordo com as necessidades e retalhos disponíveis, a família e o vínculo de

⁶⁷ Esse instrumento metodológico busca acessar os sentimentos por intermédio de desenhos, metáforas e palavras, direcionando uma compreensão da relação da pessoa com o entorno físico. (FURLANI; BONFIM, 2010, p. 52).

amizade formados nos países de destino moldam esses projetos. Inicialmente, as colaboradoras saíram da Venezuela com algumas metas, porém, a partir da sua chegada a Manaus, de acordo com as dificuldades que foram surgindo, esses projetos foram remanejados, adiados ou antecipados.

Citarei dois exemplos, Daniela, graduada em biologia, tinha o sonho de poder exercer sua profissão no Brasil, entretanto, ao chegar a Manaus, ela se deu conta que o idioma diferente era uma grande barreira e que ela de imediato não iria conseguir trabalhar em sua área, então, ela reconfigurou seu projeto de vida e, atualmente, seu projeto é aprender a falar e escrever bem o idioma, conquistar um trabalho de carteira assinada para que ela possa fazer o processo de validação do diploma e que ela consiga cursar uma nova graduação, desejo que surgiu a partir de sua experiência trabalhando com migrantes. A chegada ao país de destino obriga essas mulheres a mudarem completamente seus projetos de vida ou a ajustarem-nos à nova realidade.

As emoções são cruciais e direcionam grande parte dessas escolhas. Lidar com o contexto migratório e as dificuldades que fazem parte dele afetam principalmente as relações afetivas intra ou extrafamiliares. Essas relações assumem um papel principal nas vidas das colaboradoras que as utilizam como motivadores para tomar decisões, principalmente relacionadas aos projetos de vida. Assim, pude observar a fluidez desses projetos que seguiam o ritmo dessas relações. Segundo Maria Sarah Dias (2009), quando trabalhamos com a temática projetos de vida, é importante compreender que se trata de um processo mutável e reconfigurado conforme as situações que são impostas no dia a dia dos sujeitos, de acordo com ela:

O projeto de vida se relaciona com a continuidade da existência do sujeito, um permanecer que implica um vir a ser, uma perspectiva de futuro [...]. O projeto de vida é entendido como um movimento do próprio sujeito em processo reflexivo sobre o seu amanhã [...]. Deseja-se ressaltar que o projeto de vida é um dos organizadores da existência social do ser humano. O sujeito existe em um contexto sociocultural específico, com normas, valores e um sistema de instituições e esferas de atividade social, nos quais assume responsabilidades e compromissos, manifestados em papéis executados a partir de sua posição social. (DIAS, 2009, p.14-93).

Dias (2009) afirma que a construção do projeto suscita expectativas, são metas que pretendem ser realizadas a longo prazo, no caso das participantes da pesquisa a princípio as mudanças constantes geram frustração e tristeza, principalmente se as razões das transformações estiverem vinculadas a dificuldades, o sentimento de esperança é substituído por medo e preocupação. Elas são acometidas por ansiedade e incertezas por não saberem

como manejar seus projetos, já que o contexto migratório lhes apresenta uma quantidade considerável de impossibilidades.

Sob essa perspectiva, também pude identificar a atuação das redes de apoio mútuo, a conversa, o acolhimento por meio de frases de motivação ou a demonstração de disponibilidade para ajudar, são ações que estimulam o comportamento resiliente e também o nascimento de novos projetos transformando a frustração e tristeza em resiliência⁶⁸ e esperança. Ao longo do trabalho de campo, pude mapear alguns projetos de vida e como eles foram modificados ao longo do tempo. Dentre os principais motivos para a reconfiguração deles, estão as seguintes causas: dificuldade financeira, má remuneração no trabalho, impossibilidade de inserção laboral, ausência e saudade de familiares, empecilhos com a regularização migratória, falta de dinheiro para custear moradia e avanço da COVID-19 no Estado do Amazonas.

Figura 44: Yulia produzindo cadernos artesanais.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

⁶⁸ É importante ressaltar que pude observar que a resiliência esteve sempre presente no dia a dia dessas mulheres. O contexto migratório é repleto de obstáculos e, a cada dia, elas precisam acordar cedo e seguir trabalhando, ou buscando trabalho, mesmo com sentimento de tristeza, ansiedade e preocupação. O mais doloroso desse processo é ter que dizer à família que ficou na Venezuela que está tudo bem, em uma forma de protegê-los das más notícias, pois a família não pode modificar a realidade em que vivem aqui. A resiliência, para mim, então, é esse movimento de lidar com a dor e seguir lutando: *“hechando p’a lante!”*.

Figura 45: Yulia produzindo cadernos artesanais.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Figura 46: Yulia produzindo cadernos artesanais.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Figura 47: Yulia produzindo cadernos artesanais.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Figura 48: Rosa e eu.



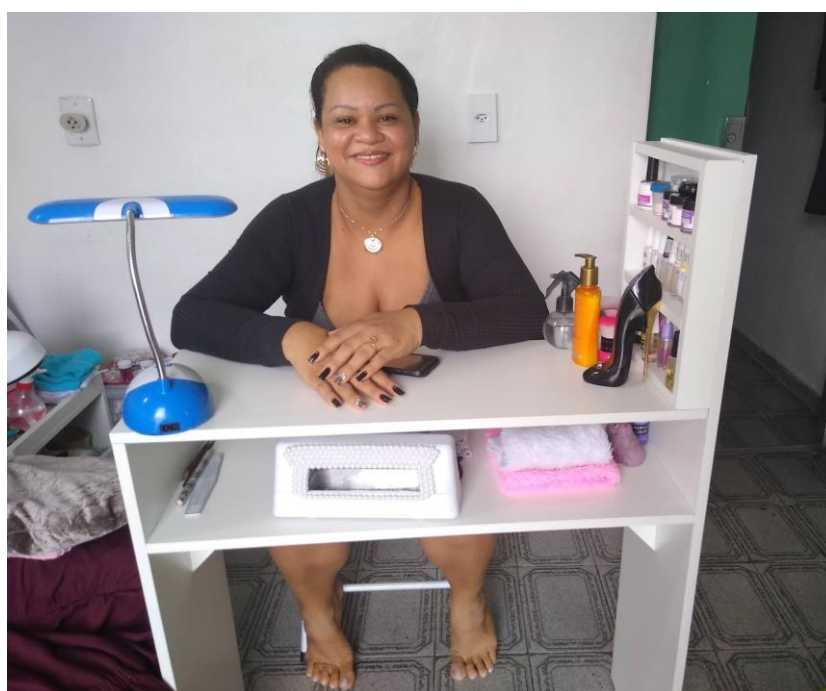
Fonte: Acervo pessoal da autora.

Figura 49: Espaço de Beleza da Shirley.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Figura 50: Espaço de Beleza da Shirley.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Figura 51: Angélica em curso de capacitação profissional: Coesão de equipe e atendimento ao público.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Figura 52: Certificado de participação no Curso Coquetelaria Avançada, com Shirley e Nelysmar.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Figura 53: Angélica - Curso de coquetelaria avançada.



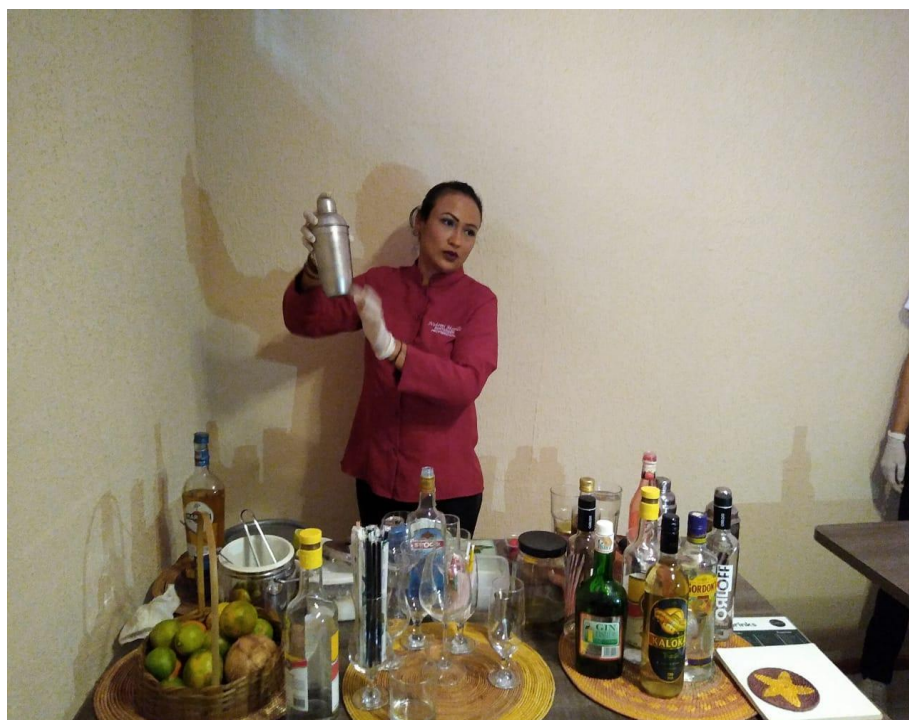
Fonte: Acervo pessoal da autora.

Figura 54: Workshop de patisserie.



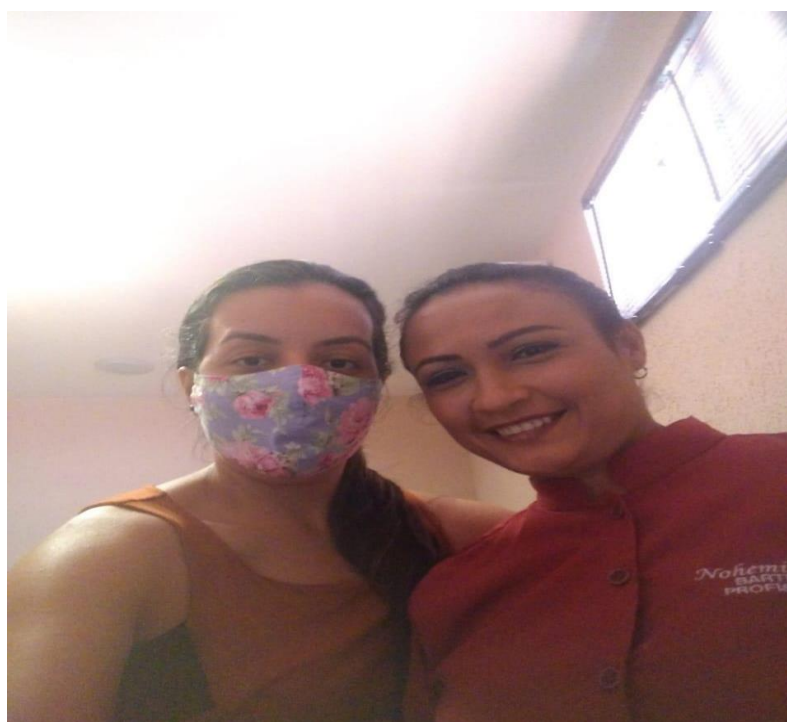
Fonte: Acervo pessoal da autora.

Figura 55: Curso de harmonização de bebidas com alimentos.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Figura 56: Curso de harmonização de bebidas com alimentos.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Sobre os projetos pretendidos e/ou executados pelas colaboradoras:

- Angélica: Planejava criar uma consultoria com o intuito de oferecer cursos de capacitação profissional para migrantes venezuelanos, consultoria de serviços e cardápios para bares e restaurantes, além de promover a inserção no mercado de trabalho dos venezuelanos que necessitassem do seu apoio. Entretanto, com o avanço da pandemia e decreto do lockdown (janeiro de 2020) ela passou a investir no mercado de delivery, vendendo comidas típicas venezuelanas.
- Nelysmar: Trabalhava para custear os trâmites da validação do seu diploma de graduação, atualmente trabalha com venda de bebida típica venezuelana (ponche crema);
- Maria: Planejava abrir um espaço para vender lanches e salgados. Atualmente ela segue trabalhando numa padaria e diminui a produção (em virtude da pandemia) de bolos de potes que vendia de forma autônoma;
- Yulia: Intencionava expandir as vendas dos seus produtos de artesanato. Atualmente, migrou com a família para outro Estado Brasileiro;
- Daniela: Inicialmente, pretendia trabalhar para custear o processo de validação do seu diploma de graduação, atualmente conseguiu um trabalho de carteira assinada e pretende iniciar a graduação de serviço social, também está juntando dinheiro para trazer a irmã mais nova que ainda permanece na Venezuela;
- Mila: Pretendia ampliar a venda de produtos que vendia na praça São Sebastião, atualmente por conta do Lockdown uniu-se a Angélica para fazer comida e vender pro delivery, nessa parceria elas fizeram sopa para comercializar;
- Rosa: Pretendia abrir um espaço de estética para oferecer serviços de massoterapia, podologia e design de sobrancelhas, por conta da segunda onda de COVID na cidade de Manaus ela decidiu juntar dinheiro para unir-se aos filhos mais novos que migraram para Santa Catarina;
- Shirley: Tinha o sonho de ampliar o espaço de beleza que estava funcionando na sala de casa, com a chegada da pandemia os clientes diminuíram e então com a chegada da segunda Onda da COVID na cidade de Manaus, ela migrou com a família para Chapecó.

A partir das vivências apresentadas pelas colaboradoras em relação aos seus projetos de vida, pude observar, como já foi mencionado, que as redes de apoio entre migrantes influenciam a construção e reconfiguração desses projetos, o fator emocional está presente de maneira significativa e, vinculado à questão das redes, é responsável pela efetivação ou remanejamento desses projetos. É notável como a construção de projetos de vida está presente desde a saída do país de origem e permanece como um movimento constante no cotidiano das interlocutoras.

Outro fato importante que pude observar é que os projetos de vida estão vinculados a metas referentes à inserção laboral. Além de ser uma necessidade real, as colaboradoras entendem que é por meio do trabalho que se tornará possível a realização dos seus projetos.

3.4 Histórias com Sabor

Adriano Tavares (2018), em sua dissertação, faz o seguinte questionamento: “Apenas encher a barriga? – Quando o alimento pode ir além do que apenas alimentar” (p. 12). Dessa maneira, para compreender que a comida é um elemento essencial para a construção cultural, histórica e humana, é preciso levar em consideração que o alimentar-se pode ser realizado de maneira individual com inferências nos eventos sociais e na formação cultural, conforme o autor afirma:

Fazer a ingestão de alimentos não é apenas um ato biológico. Pode assumir outras funções como de um encontro social tendo vários efeitos, desde a troca de informações até ligações mais complexas de pertencimento social. O envolvimento do indivíduo com o alimento cria laços que podem ser explicados envolvendo ferramentas e questões que superam a parte científica. (TAVARES, 2018, p. 15).

Um exemplo importante de alimento que tem a função de conectar pessoas, é a Arepa, um prato típico que conheci por intermédio das colaboradoras venezuelanas. Arepa, ou arepita, foi uma palavra que ouvi com frequência ao longo do processo de contato com as participantes da pesquisa. Esse termo designa uma comida que faz parte da alimentação venezuelana e, quando mencionada, pude constatar que está vinculada à saudade e às memórias afetivas.

Esse alimento, que é composto por farinha de maiz, água, sal e queijo, tem o poder de fazer o coração das participantes bater mais forte. Essa iguaria venezuelana é tão simbólica

e importante que os venezuelanos que residem em Manaus, por terem dificuldade de encontrar no Brasil a farinha específica para fazer a arepa, começaram a fabricar a farinha em Manaus para que dessa forma fosse possível comer arepa com mais frequência. A arepa significava ter um pedaço de casa, saboreá-la era como reviver os tempos em que as mulheres ainda estavam na Venezuela, em suas casas, com seus familiares e amigos. Era uma verdadeira viagem de volta para casa, guiada pelo sabor, e efetivada pelo paladar.

A arepa também foi o meu passaporte para acessar de forma mais profunda a cultura venezuelana, inclusive, a pergunta que mais escutei foi: *¿has probado la arepa?*. Não me senti completamente imersa nessa cultura até ter experimentado a arepa. Mas, quando realizei a primeira visita a Yulia, tive a honra e o prazer de experimentar a arepa que foi feita especialmente para mim. Enquanto eu conversava com Yulia, seu marido disse que não poderia sair da casa deles sem experimentar arepa, o que foi uma verdadeira viagem à Venezuela, pois, ele preparava e me ensinava como deveria fazer, a quantidade de ingredientes, a temperatura da frigideira e a textura que a arepa deveria ter:

Figura 57: Preparo da massa de arepa.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

A partir desse meu contato com a arepa, pude observar que a preparação dos alimentos, a reunião para compartilhar esses alimentos eram um costume comum entre as venezuelanas, era uma demonstração de afeto. Ser convidada para uma refeição na casa de

uma delas significa que você é aceita pelo grupo. Oferecer o alimento é uma demonstração de carinho e cuidado. Sempre que me encontrava com elas, sempre me ofereciam algo. As mulheres que trabalhavam na praça me ofereciam café, pipoca, papas fritas, dentre outros. E quando, eu ia na casa delas, arepa e outros pratos me eram ofertados.

Figura 58: Arepa fritando.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Figura 59: Arepa Pronta Recheada.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

A justificativa era que, já que eu queria conhecer sua cultura, não seria possível sem a culinária delas. Inclusive, participei do evento realizado no dia 5 de julho para

comemorar a independência da Venezuela, mas também para homenagear as ações de venezuelanos e brasileiros que se empenharam em atender as demandas dos migrantes ao longo do ano de 2019 e início de 2020. O evento foi organizado por uma professora socióloga venezuelana, uma mulher bastante influente na cultura, e, para minha surpresa, eu também fui homenageada, pois fui indicada pelas colaboradoras da minha pesquisa.

Nesse evento, tive a oportunidade de provar outros pratos típicos. A degustação de alimentos foi pensada como uma maneira de aproximar os brasileiros da sua cultura, a comida seria esse cartão de boas vindas, para os brasileiros serem demovidos da ideia que os migrantes são pessoas que vem só com necessidades para tomar o emprego das pessoas, mas sim que vieram para somar esforços.

Figura 60: Degustação de pratos típicos venezuelanos.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Figura 61: Angélica fazendo a apresentação dos pratos.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Figura 62: experimentado catalina e empanada.



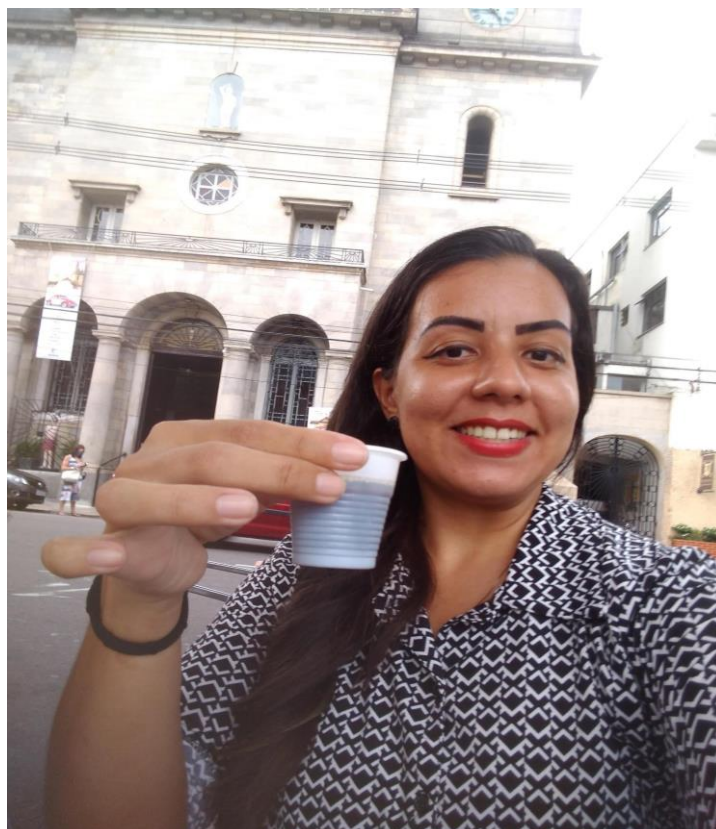
Fonte: Acervo pessoal da autora.

Figura 63: eu e Angélica no evento de aniversário da independência da Venezuela.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Figura 64: Tomando café na banquinha de Mila.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

A partir dessa vivência gastronômica e cultural, é notável como a troca afetiva por meio do alimento significa pertencimento. A cada nova prova e experimentação de sabores, eu me sentia mais perto dessa comunidade e me tornava sensível a observar coisas que só um olhar atento e sensível pode alcançar. Segundo Peirano: “Eventos, acontecimentos, palavras, textos, cheiros, sabores, tudo que nos afeta os sentidos –, é o material que analisamos e que, para nós, não são apenas dados coletados, mas questionamentos, fonte de renovação”. (Peirano, 2014, p. 380).

Tavares (2018) nos convoca a realizar uma reflexão sobre o significado do alimento que, segundo ele, é abrangente e diverso, pois este é fundamental para a vida. Entretanto, para pensarmos a partir do conceito de comida afetiva, é importante compreender as distinções existentes entre comida e alimento. O autor salienta que alimentar-se é uma atividade básica a qual tem a mesma importância que o ato de respirar.

Nesse caso, a comida é indispensável para a sobrevivência. Tavares lança um olhar para a compreensão do alimento a partir da ótica cultural, sendo assim, o alimento pode ser compreendido pela maneira como é desenvolvido e consumido, logo, a comida pode ser feita com o intuito de suscitar sensações que estão além da saciedade para aqueles que a comem. O autor nos faz um alerta, se o alimento for apenas analisado a partir do aspecto nutricional, é impossível compreender e observar os aspectos culturais, étnicos, sociais e afetivos de um povo.

[...] a Comida Afetiva é aceitar que a comida não emita som, porém pode falar com aquele que a come, pois ela desperta sentimentos, memórias, pensamentos [...]. Quando um grupo social define o que é bom e também o que é gostoso, criam-se costumes, hábitos e colocam-se em cheque o real significado da comida. No ponto de encontro entre a comida e a comida afetiva, esta é justamente a preferência, que pode ser construída com base nas memórias coletivas ou em costumes habituais, preferências que nem sempre são aceitas por todos integrantes do mesmo grupo social. Mas tais hábitos fazem com que haja uma aproximação do indivíduo do alimento [...]. (TAVARES, 2018, p. 13-14).

Um comportamento corriqueiro que, a princípio, eu imaginei que seria apenas um gesto de boas vindas, se refere à oferta de alimento por parte das interlocutoras venezuelanas. Com o passar do tempo, pude perceber que era uma to cultural que fomenta esse movimento de vinculação e pertencimento.

Nesse sentido, como já mencionado, saber que, na cidade de Manaus, estava sendo fabricada a farinha para a preparação da arepa foi um acontecimento importante para

essas mulheres, pois significava estar mais próximas de casa, ao mesmo tempo que constituía o começo do pertencimento na nova terra. Elas não precisavam mais esperar o carregamento de Arina Pan (arina fabricada na Venezuela), pois nas cercanias da praça São Sebastião, é possível encontrar os dois tipos de arina. Elas relataram que fazer a arepa para seus filhos é uma maneira de reviver a cultura venezuelana e também de incluir os amigos brasileiros em sua cultura.

Inicialmente, eu tive um pouco de vergonha de aceitar seus alimentos, pois sabia que aqueles produtos eram sua fonte de renda, mas Angélica me advertiu que não aceitar o alimento ofertado, na Venezuela, era fazer uma desfeita com o anfitrião. Esse foi o alerta para me abrir a essa nova vivência social e alimentar com as interlocutoras venezuelanas.

As autoras Denise Amon e Renata Menasche (2008), assim como Tavares, consideram que o alimento é natural à sobrevivência da espécie humana, entretanto, sua dimensão cultural é evidenciada por meio da ação social, pois para elas, tanto a comida quanto as práticas da alimentação podem ser consideradas narrativa da memória social de uma determinada comunidade. Pude perceber isso quando estive na casa de Yulia.

Além de me oferecer a arepa, a família de Yulia fez questão de me ensinar a preparação do alimento, instante em que foram acessando memórias de quando estavam com a família na Venezuela, e esse ponto de ligação entre o presente e a memória era a arepa. Segundo as autoras, “A relação que estabelecemos entre comida e memória está fundamentada na ideia de que, se a comida tem uma dimensão comunicativa, como a fala, ela pode contar histórias”. (AMON; MENASCHE, 2008, p. 15).

Sobre o poder que a comida e o alimento têm de contar histórias, posso ilustrar, a partir da narrativa de uma festa de despedida realizada para mim quando encerrei o trabalho de campo. Eu fui presenteada com uma incrível surpresa preparada pelas mulheres venezuelanas, as quais levaram para mim iguarias venezuelanas como forma de gratidão e de estreitarmos, cada vez mais, os nossos laços. Senti-me, de fato, “una hermana”. Cada colaboradora levou um prato típico, e fizeram questão de apresentá-los para mim:

Figura 65: Prato apresentado por Angélica - Pabellón Criollo.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

[...] es pabellón, que es el plato típico de Venezuela alejabas caraotas negra o feijão preto, arroz, bananas frita, carne desfiada que en español es carne mechada, queso quali que en español es queso blanco e se sirve como plato típico de Venezuela y se le llama pabellón, pabellón criollo (ANGÉLICA, nov., 2020).

Figura 66: prato apresentado por Shirley - empanada.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Es un plato típico, algo que nadie conoce tan bien. Empanada, ella es hecha con farinha de milho pré cocida, ella vá recheada com frango pode ser com carne. Eu fiz especialmente como você gosta de banana, de banana com queijo, eu fiz, fiz de carne. La diferencia de ellas es un detalle la de carne está bien completinha [...] aparte de eso fiz um acompanhamento con una salsa de alho. (SHIRLEY, set., 2020).

Figura 67: Prato apresentado por Mila - Bollitos pelones.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Los de arriba se llaman bollitos pelones. Ellos tienen carne molida y son a base de harina de Milió. Tienen, empero, y tienen aliños, como eh! Pimienta dulce e pimentón, cebolla, chero verde, algo puro e son a base de harina de Milió se faze la masa, se faze la carne molida aparte. Luego se mistura todo y lo son envuelto en papel aluminio. Luego ellos van a tener una de agua fir viendo aproximadamente 45 minutos y luego se sirven [...] (ANGÉLICA, nov., 2020).

Figura 68: Prato apresentado por Rosa - Arroz Chino.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Eu queria fazer um arroz com frango, mas, el presupuesto no deu, enton a gente fez u arroz com verduras e frango. Lá na Venezuela a gente fala que é arroz chino, mas ele não é chino[...] no é chinos no, ele é un arroz con frango y verduras, feito com muito carinho pra você, pra todas nós. (ROSA, nov., 2020).

Figura 69: Bebida Ponche crema - Eu e Nelysmar.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Bebida a base de Licor de Café e Creme de Leite, segundo Nelysmar é um drink digestivo. Ela aprendeu a fazer no curso ministrado por Angélica e começou a comercializar no mês de dezembro com o intuito de complementar a renda.

Figura 70: Despedida das Colaboradoras Companheiras de Pesquisa.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Essa vivência foi como um passaporte de ida a Venezuela. Inclusive, em determinados momentos, elas afirmavam que eu teria a oportunidade de comemorar e celebrar como se faz na Venezuela. Confesso que foi um momento muito especial, mas também difícil.

Foi um momento que, ao mesmo tempo, significava proximidade e o ponto final daquele ciclo.

De fato, nesse dia, eu pude perceber, como o ato de alimentar-se vai além das necessidades fisiológicas, é um alimento afetivo de acolhimento que promove sentimento de pertença. Pude observar também como é importante para elas compartilhar sua cultura, sem estigmas e preconceitos, mas mediante uma relação de reciprocidade e alteridade, na qual você se coloca aberto a acolher e compreender o outro. Com isso, devo dizer que atualmente a arepa, a empanada e a ponche crema também fazem parte do meu cardápio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existem diversas teorias que tentam relatar e justificar as causas que culminam nos vários processos de mobilidade humana, bem como tentam descrever e dar visibilidade aos atores que fazem parte desse contexto. Nessa perspectiva, utilizamos como alicerce as contribuições de Sayad (1999) e Márcia Maria Oliveira (2017). O primeiro nos convoca a olhar as circulações migratórias a partir de uma perspectiva global e sensível, demonstrando a necessidade de não reduzirmos o sujeito migrante e o seu processo migratório apenas a uma causa. Já a autora nos incita, enquanto mulheres e pesquisadoras, a olharmos a migração de mulheres a partir da feminização das migrações, fazendo um alerta que, para realizar estudos sobre mobilidade humana que envolvam mulheres, é crucial e importante que esses sejam realizados alicerçados a partir da perspectiva de gênero.

Na parte teórica, foi importante situar a minha análise segundo o olhar do gênero, além de reconstruir um percurso histórico desde o ocultamento das mulheres migrantes nas pesquisas acadêmicas até o momento atual no qual existe um movimento crescente de inserção das mulheres e de análises realizadas, tomando como referência a feminização das migrações.

Nesse cenário, tornou-se notável, enquanto mulher e pesquisadora, a necessidade de compreender e lançar um olhar feminista sobre a pesquisa. Feminista no sentido de ter consciência de toda a opressão, sujeição, que ainda, nos dias de hoje, as mulheres que fazem parte de diferentes grupos sociais, outras de maneira mais intensa, como é o caso das mulheres migrantes, são acometidas diariamente. Mediante esse olhar, pude observar como mulheres migrantes são submetidas a condições de extrema vulnerabilidade e contingências perversas. Por intermédio da análise realizada, pude constatar que o grupo participante do presente trabalho, não só foi expulso de seu país de origem, como foi separado de maneira abrupta de seu seio familiar e do convívio com amigos e conhecidos.

Saskia Sassen (2016) me ajudou a compreender que, quando nos debruçamos com um olhar crítico em relação aos processos migratórios, nada pode ser considerado por acaso. Nesse sentido, refiro-me às agências internacionais de ajuda humanitária, pois, como pude notar em relação à migração venezuelana, a presença dessas agências não só influencia destinos como, em certa instância, ditam escolhas. A exemplo disso, podemos citar o processo de interiorização ofertado pela Operação Acolhida, que, em algumas ocasiões, não deixa outra

opção para o migrante e seus familiares a não ser se afastar mais ainda de seu país de origem e das pessoas que ali ficaram, incluindo outros parentes.

Dessa forma, para compreender o processo migratório das colaboradoras, foi necessário compreender que a migração delas não pode ser considerada como um processo de escolha, pois não lhes restava outra alternativa a não ser migrar. E quando não temos opção, não podemos considerar um processo como fruto de uma escolha. E diante dessa problemática pude verificar de maneira importante e fundamental o protagonismo apresentado por essas mulheres nas mais diversas situações sociais, desde o planejamento de saída da Venezuela, a oportunização de migração para familiares e amigos, viabilização de moradia para migrantes recém-chegados, construção de redes migratórias e desenvolvimento de diversas iniciativas de inserção laboral, tanto para elas quanto para familiares e amigos.

O foco de minha pesquisa, desde o início, foi trabalhar com mulheres e trazer à tona esse protagonismo. E, a partir de minhas observações, pude perceber que, além do protagonismo, a responsabilidade e vínculo com a família apareceu de maneira mais intensa, mesmo que estivessem em dificuldade na cidade de Manaus. Elas passavam por privações – o relato de abandono de ex-maridos e companheiros apareceu no discurso de 90% das entrevistadas –, mas, apesar das dificuldades, elas não se eximiram da tarefa de contribuir com outras mulheres, oferecendo apoio emocional e até mesmo financeiro, na ausência de dinheiro, elas se articulavam para compartilhar comida, dividir a moradia e trabalhar colaborativamente entre si.

Diante desse panorama, o olhar, a partir da perspectiva de gênero, tornou possível observar nuances presentes no dia a dia dessas mulheres que, muitas vezes, se tornam processos invisibilizados. Para as mulheres que são mães e migrantes, conseguir se inserir no mercado laboral é uma tarefa quase impossível. A cidade de Manaus não apresenta políticas para os filhos das mulheres migrantes, principalmente crianças menores de 11 anos. Essas crianças ficam no mundo, invisíveis perante as instituições governamentais, pois as mães precisam trabalhar, e as jornadas são extenuantes. Sem espaços públicos específicos para essas mulheres deixarem seus filhos, as crianças são obrigadas a acompanhar as mães em jornadas de 5 a 10 horas diárias.

No caso de Angélica, a filha tinha que ficar cerca de 6 horas sentada na praça com uma amiga da mãe, enquanto esta trabalhava em um restaurante. Essa situação não é uma dificuldade apenas das mulheres venezuelanas, pois as creches das cidades de Manaus não são suficientes para suprir as demandas. Como afirmou Bauman, os migrantes não são portadores

de más notícias, eles apenas tornaram visíveis problemas que já existiam, descortinaram essas questões que vieram à tona de maneira caótica.

Sobre essa questão, retomo a história da colaboradora Maria, que foi julgada por ter que passar o dia no sinal pedindo e trabalhando com seu bebê de colo. Esse exemplo é o relato da estigmatização sofrida pelas mulheres migrantes que são julgadas pela população local como vilãs ao levarem crianças para a rua, mas as verdadeiras causas que levam essas mulheres para a rua, muitas vezes, não são visíveis para essa população, que não compreende que não houve escolha, a migrante está na rua por necessidade.

Assim como as migrantes, outras mulheres brasileiras também passam por isso, pois a discrepância entre trabalhos para homens e mulheres é enorme, principalmente quando as mulheres têm filhos. Como já mencionado, a mulher que é mãe, principalmente, mãe solo, está particamente aozinha para criar a família.

Nesse sentido, a pesquisa de campo, por ser realizada no período da pandemia, pôde apontar, ao longo do tempo, como a relação das mulheres migrantes em relação a trabalho, moradia e criação de filhos foi acentuada. Acompanhei colaboradoras e pessoas próximas a elas, pela proximidade da pesquisa, e, das dez participantes da pesquisa, apenas uma trabalhava com carteira assinada regidas pela CLT, as demais exerciam atividades laborais de maneira autônoma, logo, com a chegada da pandemia, elas perderam as principais fontes de renda.

Enquanto não se falava de auxílio emergencial, as redes migratórias de colaboração mútua foram essenciais para que elas desenvolvessem estratégias para garantir pelo menos a alimentação e em um segundo momento, já com auxílio emergencial, mediante essas redes, elas puderam se articular para desenvolver atividades laborais ajustando às exigências do isolamento social e como a maioria trabalhava com vendas de produtos diversificados elas também tiveram que pensar em maneiras para acessar os clientes.

Além dessas dificuldades socioeconômicas, tornou-se visível como a saúde emocional das migrantes constantemente eram impactadas por eventos pertinentes do contexto migratório. Com a chegada da pandemia, o sentimento de saudade dos que ficaram na Venezuela tornou-se cada vez mais presente. A dificuldade com os filhos e com a educação dos que estavam em idade escolar tornou-se uma tarefa ainda mais desafiadora, já que o ano letivo de 2020 foi realizado, em sua maior parte, de maneira remota e, para que os filhos acompanhassem as aulas, elas precisavam ter acesso a aparelhos de TV e a aparelhos eletrônicos, como celular e notebooks. Porém, TV é um recurso que apenas uma participante

possuía, e, com o início das aulas remotas, uma segunda participante pôde comprar uma televisão para que seus 2 filhos pudessem assistir às aulas. Já o celular não garantia um acesso efetivo, pois nem sempre as mulheres conseguiram colocar créditos e tinham, geralmente, apenas um aparelho por família. Logo, percebe-se um processo excludente imposto à mulher migrante potencializado.

Cabe ressaltar, como já mencionado, que as jornadas de trabalho eram extenuantes. As participantes que trabalhavam no centro voltavam a pé para casa, em torno de 22 horas da noite, situação que lhes colocava em risco de ter as mercadorias furtadas e até de sofrerem alguma violência. Durante a pandemia, esse risco foi acentuado por terem que trabalhar em regiões de grande circulação de pessoas, expondo-se inclusive ao vírus. Entretanto, longe de querer romantizar uma situação de extrema vulnerabilidade não se pode negar que, além dessas vulnerabilidades, a presença, o protagonismo e o papel desempenhado por essas mulheres na sociedade receptora é de extrema importância como enriquecimento cultural.

A troca de aprendizado e o aquecimento da economia local também é fruto da chegada dessas mulheres que contribuem de maneira significativa com a cidade de Manaus. A articulação entre essas mulheres é extremamente potente e o sentimento de solidariedade construído entre elas, a combinação de diferentes saberes, culmina na criação de estratégias importantes que deveriam ser observadas e levadas em consideração tanto pelo governo quanto pelas instituições de ajuda humanitária, pois se tais órgãos observassem e permitissem que esses protagonismos se tornassem visíveis, as iniciativas para atender as mulheres, migrantes ou não, seriam muito mais efetivas. Por conta das situações adversas, essas mulheres tornaram-se mais perspicazes, no sentido de criar redes de colaboração mútua. Essas redes, como no caso de Angélica, foram efetivas, pois ela capacitou-se e viabilizou o acesso ao mercado de trabalho para outros migrantes por meio de indicações e cursos de capacitação profissional desenvolvidos por ela.

Angélica e as outras colaboradoras demonstraram ter uma capacidade de análise de conjuntura muito importante, pois as estratégias e iniciativas de inserção laborais desenvolvidas por elas eram em certas ocasiões mais efetivas do que as estratégias apresentadas pelas instituições de ajuda humanitária e da sociedade civil que, muitas vezes, disponibilizavam cursos de capacitação profissional que não foram efetivos no sentido de facilitar a entrada dessas mulheres no mercado de trabalho. Sobre essas redes, elas também se mostraram muito mais eficientes na questão da regularização migratória.

As mulheres migrantes que têm mais tempo no país compreendem mais o sistema e os trâmites necessários para iniciar o processo de regularização do que muitos profissionais dos postos da Operação Acolhida e das instituições parceiras. Elas divulgam as informações com mais clareza, otimizam o tempo das pessoas que vão se submeter pela primeira vez a esses processos e têm conhecimento de causa sobre as implicações entre os diferentes processos de solicitação de refúgio e de residência. Além das informações ofertadas, essas mulheres também ofereciam acompanhamento presencial, pois os migrantes quando chegam não sabem se deslocar para os lugares e muitas vezes nem tem o dinheiro para o transporte. Então, esse acompanhamento é de extrema importância para eles.

Como pesquisadora e mulher, essa pesquisa me serviu como um alerta sobre o lugar que ocupo na sociedade e como ainda tenho que lutar constantemente para que meus direitos e os direitos de outras mulheres sejam garantidos. A relação construída me tornou uma pessoa mais forte e sensível a compreender o outro sem pré-julgamentos e estigmatizações.

Trabalhar em processo de colaboração com mulheres migrantes foi um alerta para mim. Primeiro, por ter entrado em contato com realidades complexas e peculiares, e segundo, por lidar com sentimentos, sonhos e medos. Nesse ponto, é uma tarefa extremamente difícil equilibrar a teoria com as vivências em campo. O conhecimento teórico é a nossa base, mas ele jamais deve aparecer como barreira na nossa relação com o outro. Pude identificar inúmeras situações, como já foi relatado, dessas mulheres em situações de extrema vulnerabilidade, mas também saliento que é notável a potência delas, o protagonismo que transcende barreiras e como elas, quando se unem, se tornam cada vez mais fortes.

Os obstáculos impostos às mulheres migrantes são infundos, fiz um recorte apenas daqueles que mais me chamaram a atenção durante o meu percurso, mas convoco outros pesquisadores, principalmente mulheres, que utilizem esse trabalho como um ponto de partida, como uma faísca que lhes aponte o quanto ainda temos que tornar visível a realidade das mulheres migrantes e o quanto ainda temos para aprender com elas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros e Capítulos de Livro

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos feministas**. São Paulo: Editora: Companhia das Letras, 2015.

ARAÚJO, José Renato de Campos. **Migrações Internacionais e o Federalismo Brasileiro: Os Venezuelanos no Brasil**. In: BAENINGER, Rosana e SILVA, João Carlos Jaronchinsk (Org.). *Migrações Venezuelanas*. Campinas: Editora: NEPO, 2018.

ALVES, Isabel Pérez. **O Fluxo Migratório Venezuelano para o Brasil com uma questão Amazônica**. In: BAENINGER, Rosana e SILVA, João Carlos Jaronchinsk (Org.). *Migrações Venezuelanas*. Campinas: Editora: NEPO, 2018.

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte: Editora Letramento, 2018.

BAENINGER, Rosana e Silva; SILVA, João Carlos Jaronchinsk (Org.). **Migrações Venezuelanas**. Campinas: Editora: NEPO, 2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Editora: Edições 70, 2011.

BAUMAN, Zygmunt; BORDONI, Carlos. **Estado de Crise**. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

BAUMAN, Zygmunt. **Ensaio sobre o Conceito de Cultura**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2012.

BAUMAN, Zygmunt. **Estranhos à nossa porta**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2017.

BAUMAN, Zygmunt. **Tempos Líquidos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação?** Tatuapé-SP: Brasiliense, 1981.

BORIS, Cyrulnik. **Corra, a vida te chama; memórias**. Rio de Janeiro: Rocco Digital, 2013.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

CYRULNIK, B. **Autobiografia de um espantalho- Histórias de resiliência: O retorno à vida**. São Paulo: Editora: Martins Fontes, 2009.

GARCIA, Carla Cristina. **Breve história do feminismo**. São Paulo: Claridade, 2015.

JUBILUT, Liliana Lyra; LOPES, Fernanda de Magalhães; OLIVEIRA, Rachel In (Org.) **Migrantes Forçados: Conceitos e Contextos**. Roraima. EDUFRR, 2018.

JARDIM, Denise. **Migrantes ou Refugiados?** Tecnologias de controle e as fronteiras. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

LAGARDE, Marcela. “El género”, **fragmento literal**: ‘La perspectiva de género’. In: Género y feminismo: Desarrollo humano y democracia. España: Ed. horas y HORAS, 1996.

MATTOS, Carmem Lúcia Guimarães. A abordagem etnográfica na investigação científica. In: MATTOS, Carmem Lúcia Guimarães; CASTRO, Paula Almeida. (Org.) **Etnografia e educação: conceitos e usos**. Campina Grande: EDUEPB, 2011.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

OLIVEIRA, Márcia Maria; PINTO, Renan Freitas. **Feminização e Vulnerabilidades da Migração Internacional da Tríplice Fronteira, Brasil, Peru e Colômbia**. In: TORRES, Iraildes Caldas; SANTOS, Fabiane Vinente. (Org.). Intersecção de Gênero na Amazônia. Manaus: EDUA, 2011.

OLIVEIRA, Márcia Maria. **Dinâmicas Migratórias na Amazônia Contemporânea**. São Carlos: Scienza, 2016.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **O trabalho do antropólogo**. Brasília: Paralelo 15, 2000.
PAVIS. Patrice. **Dicionário de teatro**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

PAIEWONSKY, Denise. **Feminización de las migraciones**. Santo Domingo: Naciones Unidas, 2007.

RAMOS, Natália. **Interculturalidade(s) e mobilidade(s) no espaço europeu: viver e comunicar entre culturas**. He overarching issues of the European space. Porto: Editora da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2013.

REGUANT, Dolors i Fosas. **La mujer no existe**. Bilbao: Maite Canal Editora, 1996.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SARMENTO, Gilmara Gomes da Silva, RODRIGUES, Francilene dos Santos. **Entre a Acolhida e o Rechaço: Breves Notas sobre a Violência e os Paradoxos da Migração Venezuelana no Brasil**. In: BAENINGER, Rosana e SILVA, João Carlos Jaronchinsk (Org.). Migrações Venezuelanas. Campinas: NEPO, 2018.

SASSEN, Saskia. **Expulsões: Brutalidade e Complexidade na Economia Global**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2016.

SAYAD, Abdelmalek. **A Migração ou os Paradoxos da Alteridade**. São Paulo: EDUSP, 1998.

SIMON, Rita. **Sociology and immigrant women**. In: Gabaccia, Donna (Org.). Seeking common ground: Multidisciplinary studies of immigrant women in the United States. Westport: Editora: Praeger, 1992.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora: UFMG, 2010.

TORRES, Iraíldes Caldas. Apresentação. In: TORRES, Iraíldes Caldas; SANTOS, Fabiane Vinente (Org.). **Intersecção de Gênero na Amazônia**. Manaus: Editora: EDUA, 2011.

WITKOSKI, Antônio Carlos. **Terras, florestas e águas de trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais**. Manaus: Editora: EDUA, 2009.

YANNOULAS, Silvia Cristina. **Dossiê: Políticas Públicas e As Relações de Gênero no Mercado de Trabalho**. Brasília: Editora: Atalaia Gráfica e Editora Ltda., 2002.

Teses e Dissertações

ANDRADE, Aldair Oliveira. **De Migrante a Industriário: A Reconstrução da Vida na Cidade de Manaus**. 2014. 390f. Tese (Doutorado) –Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 2014.

DIAS, Maria Sara de Lima. **Sentidos do trabalho e sua relação com o projeto de vida de universitários**. 2009. 272f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em:
<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/106654/265561.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 21 fev. 2021.

FERNANDES, Danubia. **Mulher, Mulata e Migrante, modalidades representativas de uma tripla alteridade em jornais da Europa**. 2015. 532f. Tese (Doutorado) –Universidade Federal do Rio de Janeiro e Universidade Stendhal Grenoble 3. Rio de Janeiro, 2015.

GOMES, Carla Sirlene Cardoso Lisboa. **Lévinas e o outro: a ética da alteridade como fundamento da justiça**. 2008. 91f. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.

PEREIRA, Carolina de Almeida. **Do Haiti ao Brasil: Um Olhar Analítico sobre a Constante Reconstrução do Projeto Migratório dos Haitianos no Brasil**. 2019. 184f. Dissertação (Mestrado) –Universidade de Brasília. Brasília, 2019.

PORTO, Valdirene Aparecida Pires. **Imprensa, Migração, Trabalho e Sociabilidades Femininas na Belle Époque Manauara, 1880- 1920**. 2016. 184f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2016.

SOUZA, Edu Moraes. **Migrações e Políticas Migratórias na Globalização: Os Desafios Político-Sociais do Estado**. 2013. 115f. Dissertação (Mestrado) –Universidade Federal de Santa Maria. Rio Grande do Sul, 2013.

TAVARES, Adriano Pereira. **Comida afetiva: uma expressão de gosto, hospitalidade e memória**. 2018. 108f. Dissertação (Mestrado). Pós-Graduação Mestrado Profissional em Turismo do Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília. Disponível em:
https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/32829/1/2018_AdrinoPereiraTavares.pdf. Acesso em: 21 fev. 2021.

VITORINO, Juliana Mércia Guilherme. **O Papel das Remessas Familiares na Economia de El Salvador: Um Dimensão de Gênero**. 2012. 99f. Dissertação (Mestrado) –Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2012.

Artigos e Periódicos

AMON, Denise; MENASCHE, Renata. Comida como narrativa da memória social. **Sociedade e Cultura**, 11(1). Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fcs//article/view/4467>. Acesso em: 21 fev. 2021.

ARAGON, Luis E. Introdução ao estudo da migração internacional na Amazônia. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 1, p. 71-102, jun. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-292011000100004&lng=en&nrm=isso. Acesso em: 09 fev. 2020.

ASSIS, Gláucia de Oliveira. Mulheres migrantes no passado e no presente: redes sociais e migração internacional. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, 15(3): 336, setembro-dezembro/2007, p. 745-772. Disponível em: www.scielo.br/pdf/ref/v15n3/a15v15n3.pdf. Acesso em: 31 jul. 2019.

ASSIS, Gláucia de Oliveira; SIQUEIRA, Sueli. Mulheres migrantes e a configuração de redes sociais: construindo conexões entre o Brasil e os Estados Unidos. **REMHU - Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**. Ano XVII, Número 32, 2009. Disponível em: <http://remhu.csem.org.br/index.php/remhu/article/view/143/135>. Acesso em: 25 abr. 2020.

BERTOLDO, Jaqueline. Migração com rosto feminino: múltiplas vulnerabilidades, trabalho doméstico e desafios de políticas e direitos. **Revista Katálysis**. Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 313-323, mai. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802018000200313&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 mar. 2020.

BITTAR, Eduardo C. B.. Quem é estrangeiro no mundo dos homens?. **Ide (São Paulo)**, São Paulo, v. 31, n. 47, p. 110-113, dez. 2008. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31062008000200020&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 21 fev. 2021.

CORRALES, Javier. “**Autocratic Legalism in Venezuela**”. *Journal of Democracy*, v. 26, n. 2, p. 37-51, 2015. Disponível em: <https://www.journalofdemocracy.org/articles/the-authoritarian-resurgence-autocratic-legalism-in-venezuela/>. Acesso em: 10 set. 2018.

CRUZ, Maria Helena. Empoderamento das Mulheres. **Revista IBICIT**. Brasília, v.11, n.2, jun. 2018. Disponível em: <http://revista.ibict.br/inclusao/article/download/4248/3732>. Acesso em: 03 mar. 2020.

DUTRA, Delia. Mulheres, migrantes, trabalhadoras: a segregação no mercado de trabalho. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, v. 21, n.40, p. 177- 193, jan/ jun. 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1980-85852013000100011&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 13 jan. 2020.

ESCUADERO, Camila. O Protagonismo de Mulheres Migrantes na Construção de Redes Sociais para o Fortalecimento Identitário: O caso das Brasileiras em Chicago (EUA). **REMHU, Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana**. Brasília, v. 24, n. 48, p. 179-196, dez. 2016. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1980-85852016000300179&lng=en&nrm=iso . Acesso em 22 abr. 2020.

FERNANDES, Duval; FARIA, Andressa Virgínia. **O visto humanitário como resposta ao pedido de refúgio dos haitianos**. R. bras. Est. Pop., Belo Horizonte, v.34, n.1, p.145-161, jan./abr. 2017 <https://www.scielo.br/pdf/rbepop/v34n1/0102-3098-rbepop-34-01-00145.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2020.

FIGUEREDO, Luiz Orencio; ZANELATTO, João Henrique. Trajetória de migrações no Brasil. **Acta Scientiarum**, Paraná, v. 9, n. 1, p. 1-14, jan.2017. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/view/31426>. Acesso em: 1 jun. 2020.

FURLANI, Daniela Dias; BOMFIM, Zulmira Áurea Cruz. Juventude e afetividade: tecendo projetos de vida pela construção dos mapas afetivos. **Psicologia & Sociedade**; 22 (1): 50-59, 2010. Disponível em: <https://www5.pucsp.br/nexin/artigos/download/juventude-e-efetividade.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2021.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, nº132, set/dez 2007, p.595-609, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132.pdf>. Acesso em 8 de jul. 2019.

KOSMINSKY, Ethel Volfzon. Questões de gênero em estudos comparativos de migração: mulheres judias em São Paulo e em Nova York. **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 23, dec. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332004000200010&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 fev. 2020.

LANDRY, Véronique. Mujer, Migración Intrarregional e Invisibilidad. **Revista Nomadias**, Chile, v. 16, n. 1, p. 99-117, nov. /2012. Disponível em: <https://revistachilenahumanidades.uchile.cl/index.php/NO/article/view/24963/26315>. Acesso em: 14 mai. 2020.

LEAL, Noêmia Soares Barbosa; Mário Florentino; ROCHA, Ivania Tavares; RIBEIRO, Cristiane Galvão. A atitude dos universitários em relação ao profissional de limpeza urbana. **Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília, v. 33, n. 4, p. 946-963, 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932013000400013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 set. 2020.

MAGLIANO, Maria José. Mujeres, Migración y Roles de género. El caso de la migración boliviana hacia Argentina. **XI Jornadas Interescuelas/Departamentos de História**. Tucumán, 2007. Disponível em: <http://cdsa.academica.org/000-108/162>. Acesso em: 01 jul. 2019.

MARINUCCI, Roberto. Feminização das Migrações? **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, v. 15, n. 29, p. 5-22, set. 2007. Disponível em: <http://remhu.csem.org.br/index.php/remhu/article/view/55>. Acesso em: 29 jun. 2020.

MARTES, Ana Cristina Braga; WEBER, Soares. Remessas de recursos dos migrantes. **Estudos Avançados.**, São Paulo, v. 20, n. 57, p. 41-54, ago. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142006000200004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 22 abr. 2020.

MARTINO, Andressa Alves; MOREIRA, Julia Bertino. A política migratória brasileira para venezuelanos: do “rótulo” da autorização de residência temporária ao do refúgio (2017-2019). **REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.** Brasília, v. 28, n. 60, p. 151-166, Set. 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1980-85852020000300151&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 Jan. 2021.

MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade**, n. 34, p. 287-324, 2008. Disponível em: http://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/desobediencia_epistemica_mignolo.pdf. Acesso em: 25 abr. 2020.

NEVES, Sofia; MIRANDA, Joana. Introdução: Género e Migrações. **EX AEQUO**. Vila Franca de Xira, n. 24, p. 09-12, 2011. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-55602011000200002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 09 jan. 2020.

OLIVEIRA, Antonio Tadeu Ribeiro de. A Migração Venezuelana no Brasil: crise humanitária, desinformação e os aspectos normativos. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v.13, n.1, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/download/24297/21616/46567>. Acesso em: 21 fev. 2021.

OLIVEIRA, Francisco Mesquita de; CASTRO JUNIOR, Magno Vila. Possibilidades do uso da fotografia e da filmagem na pesquisa social qualitativa. **Ciência e Cultura**. São Paulo, v. 71, n. 4, p. 60-61, out. 2019. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252019000400017&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 21 mai. 2020.

PERIANO, Marisa. Etnografia não é método. **Horiz. antropol.** vol.20 n.42, Porto Alegre, jul-dez. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832014000200015. Acesso em: 21 fev. 2021.

PIZARRO, Jorge Martínez. Feminización de las migraciones en América Latina: Discusiones y significados para políticas. **Seminário Mujer y Migración**. pp. 125-131, jul. 2007. Disponível em: https://www.cepal.org/celade/noticias/documentosdetrabajo/3/36563/JM_2007_FeminizacionMigracionesAL.pdf Martínez-Pizarro J. Acesso em: 7 jul. 2020.

RODRIGUES, Roberta de Alencar; STREY, Marlene Neves; ESPINOSA, Leonor Cantera. Marcas do gênero nas migrações internacionais das mulheres. **Psicologia e Sociedade**. Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 421-430, dec. 2009. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822009000300016&lng=en&nrm=iso. Acesso em 22 abr. 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, V. 63, 237-280, out. 2002. Disponível em: http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Sociologia_das_ausencias_RCCS63.PDF. Acesso em: 12 jun. 2018.

SILVA, Antonio da Silva. Migração e redes de acolhimento: o caso dos haitianos no Brasil. **Rev. Bras. Est. Pop.**, Belo Horizonte, v.34, n.1, p.99-117, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://rebep.org.br/revista/article/view/873/pdf>. Acesso em: 21 fev. 2021.

SILVA, Sidney Antônio. Migração internacional recente no Amazonas: o caso dos Hispano-americanos. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 1, p. 155-177, junho. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102- . Acesso em 04 de abr. 2019.

SILVA, Sidney Antônio. Migração e redes de acolhimento: o caso dos haitianos no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 99-117, abril. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982017000100099&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 21 mai. 2020.

SOARES, Weber; LOBO, Carlos; MATOS, Ralfo. MOBILIDADE ESPACIAL DOS MIGRANTES ESTRANGEIROS NO BRASIL - 1991/2010. Spatial mobility of foreign immigrants in Brazil - 1991/2010. **REMHU, Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana**, Brasília, v. 23, n. 44, p. 191-205, jun. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1980-85852015000100191&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 14 jul. 2020.

SORJ, Bernardo; GUEDES, Luís. Problemas conceituais, evidências empíricas e políticas públicas. **Novos Estudos**, n. 101, jul. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/nec/n72/a06n72.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2020.

SOUSA, Isabela Cabral Félix de. A integração de migrantes brasileiras em Roma: conquistas e dificuldades. **Imaginário**. São Paulo, v. 13, n. 14, p. 399-415, jun. 2007. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-666X2007000100018&lng=pt&nrm=iso. Acessos em 05 jan. 2020.

TRUZZI, Oswaldo. **Redes em processos migratórios**. *Tempo soc.* [online]. 2008, vol.20, n.1 [cited 2021-01-15], p.199-218. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702008000100010&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 25 abr. 2020.

URRIBARRÍ, Raúl A. Sánchez. Venezuela (2015): Un régimen híbrido en crisis*1. **Revista de Ciencia Política**, Universidad de La Trobe Melbourne, Australia, v. 36, n. 1, p. 365-381, 2015. Disponível em: https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0718-090X2016000100016&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 12 out. 2018.

VALENCIA, Yennesit Palacios. Perspectiva de Género en los Fenómenos Migratorios: Estudio desde Europa y América Latina. **Revista CES Derecho**. Medellín, v. 7, n. 2, p. 145-162, dez. 2016. Disponível em: <https://revistas.ces.edu.co/index.php/derecho/index>. Acesso em: 14 mai. 2020.

VAZQUEZ, Carmen Castilla. Mujeres en Transición: La Inmigración Femenina Africana en España. **Migraciones Internacionales**. Tijuana, v. 9, n. 2, p. 143-171, dic. 2017. Disponível em http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1665-89062017000200143&lng=es&nrm=iso. Acesso em 11 jun. 2020.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**. Campinas, 22, (44): 203-220, ago/dez. 2014. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977>. Acesso em 12 abr. 2020.

WEBER, Florence. A entrevista, a pesquisa e o íntimo ou: por que censurar seu diário de campo? **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, PPGAS, UFRGS/IFCH, Programa de PósGraduação em Antropologia Social, Ano 15, n.32. 2009. Disponível em: Acesso em 13 mai. 2019.

Eventos

SOUZA, Conceição Aparecida Nascimento. Protagonismo Social das Mulheres migrantes do Rio de Janeiro: o caso da Feira de Refugiados Chega Junto. In: **IX Encontro Nacional de Estudos do Consumo**. Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 2018.

ZAPHIRO, Fernanda; VASCONCELOS, Thamires Marques. Venezuelanos no Brasil: da crise econômica para a crise política e midiática. In: **XVII Encontro de História da ANPUH**. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Nova Iguaçu, 2016.

Documentos de Acesso Exclusivo por meio Eletrônico

A COMOVENTE gravação que mostra o sofrimento das crianças separadas da família pela Migração nos EUA. Brasil, jun. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-44532068>. Acesso em: 3 mai. 2020.

CAÑIZÁLEZ, Andrés; CARRASCO, Glória. **El periodismo em Venezuela**: los años duros. Caracas: Universidad Católica Andrés Bello, 2018. Disponível em: <https://www.medianalisis.org/wp-content/uploads/2020/08/Libro-EL-PERIODISMO-web-1-2.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2020.

CASTRO, Maolis. **Presos políticos amotinam-se na carceragem do Serviço de Inteligência da Venezuela**. El País, Caracas, 11 jul. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/07/10/internacional/1531248356_885442.html. Acesso em: 12 out. 2018.

DELFIM, Rodrigo Borges. **Nova portaria permite residência temporária de venezuelanos no Brasil**. 20 mar. 2018. Disponível em: <https://migramundo.com/nova-portaria-permite-residencia-temporaria-de-venezuelanos-no-brasil/>. Acesso em: 11 nov. 2020.

DELFIM, Rodrigo Borges. Venezuelanos no Brasil se mobilizam contra xenofobia em campanha eleitoral. In: **Migra Mundo**, 15 out. 2020. Disponível em: <https://migramundo.com/venezuelanos-no-brasil-se-mobilizam-contraxenofobia-em-campanha-eleitoral/>. Acesso em: 11 nov. 2020.

KATH, Ann. A exploração em cima da história da menina do T2. In *Atual Amazonas*, São Paulo, set. 2017. Disponível em: <https://amazonasatual.com.br/115450-2/>. Acesso em: 10 jan. 2019.

KNAPP, Eduardo, Com 40.000 Venezuelanos em Roraima Brasil Acorda para sua Crise de “Refugiados”. In: **El País**, São Paulo, fev/2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/16/politica/1518736071_492585.html. Acesso em: 11 mai. 2019.

NA ONU, Brasil ressalta acolhimento a refugiados. **Ministério da Justiça e Segurança Pública**. 09 out. 2019. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/news/collective-nitf-content-1570656348.14>. Acesso em: 21 fev. 2021.

TILLY, C. **Migration in modern European history**. In: MCNEILL, W. H.; ADAMS, R. S. (Org.). *Human migration, patterns and policies*. Bloomington: Indiana University Press, 1978.

PRIMA-DONNA. Belo Horizonte, 8 jan. 2019. Disponível em: <https://www.vaaoteatromg.com.br/detalhe-peca/belo-horizonte/prima-donna>. Acesso em: 25 abr. 2020.

SEVERIANO, Adneison. Com Fluxo Migratório Intenso Venezuelanos Voltam a Acampar nas Ruas de Manaus e Podem ser Alvo de Exploração Ilegal no Trabalho. In: **G1**, Amazonas, 7 jul.2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/com-placas-de-papelao-migrantes-venezuelanas-pedem-emprego-em-rua-de-manau-queremos-sobreviver-do-nosso-suor.ghtml> . Acesso em: 20 set. 2018.

RYLO, Ive. Com placas de papelão, migrantes venezuelanas pedem emprego em rua de Manaus: 'Queremos sobreviver do nosso suor'. In: **G1**, Amazonas, 11 jul.2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/com-placas-de-papelao-migrantes-venezuelanas-pedem-emprego-em-rua-de-manau-queremos-sobreviver-do-nosso-suor.ghtml>>. Acesso em: 20 set. 2018.

VALENTE, Jonas. **Governo e ONU lançam cartilha com orientações a venezuelanos no Brasil**. 17 jun. 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2019-06/governo-e-onu-lancam-cartilha-com-orientacoes-venezuelanos-no>. Acesso em: 21 fev. 2021.

VEJA. **Brasileiros Queimam Acampamento e Agridem Venezuelanos em Roraima**. Roraima, 18 ago. 2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/brasileiros-queimam-acampamentos-e-agridem-venezuelanos-em-roraima/>. Acesso em: 12 jun. 2019.

Citação de Citação

ALLPORT, Gordon. **The nature of prejudice**. Wokingham: Addison Wesley, 1954.

MOROKIVASIC, Mirjana. Birds of passage are also women. **International Migration Review**, v. XVIII, n. 4, Paris, 1984.

Órgãos Oficiais

50 LIVROS sobre refúgio e migração para dar de presente. Rio de Janeiro, **PARES CÁRITAS**. dez. 2018. Disponível em: <http://www.caritas-rj.org.br/50-livros-sobre-refugio-e-migracao.html>. Acesso em: 3 mai. 2020.

ACNUR. **Manual de Procedimentos e Critérios a Aplicar para Determinar a o Estatuto de Refugiado** – de acordo com a Convenção de 1951 e o Protocolo de 1967 relativos ao Estatuto dos Refugiados. Genebra, 1992.

BRASIL. **Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017**. Institui a Lei de Migração. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13445.htm#:~:text=Institui%20a%20Lei%20de%20Migra%C3%A7%C3%A3o.&text=Art.,pol%C3%ADticas%20p%C3%ABlicas%20para%20o%20emigrante. Acesso em: 18 jan. 2021.

BRASIL. **Portaria Interministerial nº 12, de 20 de dezembro de 2019**. Dispõe sobre a concessão de visto temporário e de autorização de residência para fins de acolhida humanitária para cidadãos haitianos e apátridas residentes na República do Haiti. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-interministerial-n-12-de-20-de-dezembro-de-2019-234972085>. Acesso em: 21 fev. 2021.

BRASIL. **Portaria Nº 1.065, de 23 de setembro de 2019**. Disciplina a emissão da Carteira de Trabalho e Previdência Social em meio eletrônico - Carteira de Trabalho Digital. Ministério da Economia. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-1.065-de-23-de-setembro-de-2019-217773828>. Acesso em: 25 abr. 2020.

BRASIL. **Portaria Nº 11.264, de 24 de janeiro de 2020**. Diário Oficial da União, 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-11.264-de-24-de-janeiro-de-2020-241103464>. Acesso em: 11 maio, 2020.

BRASIL. **SISCONARE** – Sistema do Comitê Nacional para os Refugiados. Ministério da Justiça. Disponível em: <http://sisconare.mj.gov.br/conare-web/refugiado/solicitante/cadastro?3>. Acesso em: 25 abr. 2020.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS Humanos– CNDH. Relatório sobre as Violações de Direitos contra Migrantes Venezuelanos no Brasil, Brasília, maio 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh/RelatriosobreViolaesdeDireitosHumanoscontraMigrantesVenezuelanos.pdf/view>. Acesso em: 12 de set. 2018.

ESTATUTO. Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2020. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/estatuto>. Acesso em: 18 jan. 2021.

GODINHO, Luiz Fernando. **Manaus Reabre Abrigo Público para Acolher Venezuelanos Vindos de Boa Vista**. In: AGÊNCIA DA ONU PARA REFUGIADOS- UNHCR/ ACNUR set. 2018. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2020/04/23/oito-filmes-para-entender-os-desafios-enfrentados-pelos-refugiados/>. Acesso em: 30 nov. 2018.

INTEGRAÇÃO LOCAL. **Ministério da Justiça e Segurança Pública**, 2021. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/integracao-local>. Acesso em: 11 maio, 2020.

LOPES, Natalia Lima. Impactos da Nova lei de Migração nº 13445/2017. In: **Polícia Federal-Ministério da Justiça e Segurança Pública**, Brasil, abr. 2018. Disponível em: <http://www.pf.gov.br/servicos-pf/imigracao/lei-de-migracao/impactos-da-nova-lei-de-imigracao-no-13445-2017>. Acesso em: 10 ago. 2020.

MCCONNELL, Andrew. 5 filmes na Netflix para entender a causa do refúgio. In: **AGÊNCIA DA ONU PARA REFUGIADOS- UNHCR/ACNUR**, Brasil, abr.2020. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2020/04/29/5-filmes-na-netflix-para-entender-a-causa-do-refugio/>. Acesso em: 30 maio 2020.

OIM. **Guia de Orientación em derechos humanos**. 2019. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/todas-as-noticias/2019/junho/GUIA_DIREITOS_HUMANOS_ESPAÑHOL.pdf. Acesso em: 21 fev. 2021.

OLIVEIRA, Alana. Oito filmes para entender os desafios enfrentados pelos refugiados. In: **AGÊNCIA DA ONU PARA REFUGIADOS- UNHCR/ ACNUR** abr. 2020. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2020/04/23/oito-filmes-para-entender-os-desafios-enfrentados-pelos-refugiados/>. Acesso em: 30 maio 2020.

OPAS, Folha informativa – COVID-19 (doença causada pelo novo coronavírus), Brasil, mar/2020. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875. Acesso em: 11 maio 2020.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES- OIM. Monitoramento do Fluxo da População Venezuelana. Disponível em: https://brazil.iom.int/sites/default/files/Publications/DTM%20Manaus%20_%20Mar%20C3%A7o%20de%202020%20.pdf. Acesso em: 14 de maio 2020.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. **Folha informativa – COVID-19 (doença causada pelo novo coronavírus)**. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875. Acesso em: 11 maio, 2020.

POLÍCIA FEDERAL. **SISMIGRA** – Sistema de Registro Nacional Migratório. DTI – Diretoria de Tecnologia da Informação e Inovação. Disponível em: <https://servicos.dpf.gov.br/sismigra-internet/faces/publico/tipoSolicitacao/solicitarRegistroEmissaoCie.seam?cid=82051>. Acesso em: 11 maio, 2020.

POSTO de Interiorização e Triagem para migrantes e refugiados venezuelanos é inaugurado em Manaus, nov. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2019/11/posto-de-interiorizacao-e-triagem-para-migrantes-e-refugiados-venezuelanos-e-inaugurado-em-manaus>. Acesso em: 13 de jan. 2020.

ROGÉRIO, Paulo. **Sala de transição educacional é inaugurada para atender alunos venezuelanos**, Manaus, 16 out. 2019. Disponível em: <http://www.manaus.am.gov.br/noticia/sala-de-transicao-venezuelanos/>. Acesso em: 10 ago. 2020.